

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

BEATRIZ MOURÃO BARCELOS

**REPRESENTAÇÃO PATRIMONIAL PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA:
NARRATIVAS HISTÓRICO-ESTRUTURAL E MORFOTIPOLOGICA PARA UM CONHECER
TERRITORIAL PROFUNDO – ENSAIO METODOLÓGICO EM ANCHIETA/ES**

Vitória
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

BEATRIZ MOURÃO BARCELOS

**REPRESENTAÇÃO PATRIMONIAL PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA:
NARRATIVAS HISTÓRICO-ESTRUTURAL E MORFOTIPOLOGICA PARA UM CONHECER
TERRITORIAL PROFUNDO – ENSAIO METODOLÓGICO EM ANCHIETA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Dr.^a Renata Hermanny de Almeida.

Vitória

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B242r Barcelos, Beatriz Mourão, 1992-
Representação patrimonial para o planejamento territorialista : narrativas histórico-estrutural e morfotipológica para um conhecer territorial profundo – ensaio metodológico em Anchieta/ES / Beatriz Mourão Barcelos. - 2021.
232 f. : il.

Orientadora: Renata Hermann de Almeida.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Planejamento urbano. 2. Interpretação do patrimônio natural e cultural. 3. Arquitetura e história. 4. Arquitetura e sociedade. 5. Arquitetura - Aspectos ambientais. I. Almeida, Renata Hermann de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

BEATRIZ MOURÃO BARCELOS

**REPRESENTAÇÃO PATRIMONIAL PARA O PLANEJAMENTO TERRITORIALISTA:
NARRATIVAS HISTÓRICO-ESTRUTURAL E MORFOTIPOLÓGICA PARA UM CONHECER
TERRITORIAL PROFUNDO – ENSAIO METODOLÓGICO EM ANCHIETA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 13 de dezembro de 2021.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermanny de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)



Dra. Latussa Bianca Laranja Monteiro
(membro externo – IJSN)



Prof. Dr. Milton Esteves Júnior
(membro interno – PPGAU/UFES)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 21/01/2022 às 08:30

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/346645?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

O trabalho de um pesquisador é, por vezes, muito solitário. Por sorte, durante a pós-graduação, esse período avassalador e de desafios complexos, tive ao meu lado pessoas incríveis, que contribuíram para atenuar os percalços do caminho e com as quais dividi, também, as alegrias.

Sou profundamente grata à minha orientadora, professora Renata Hermanny de Almeida, por ter me aceitado como orientada e oferecido, generosamente, seu tempo e sabedoria para contribuir com esta pesquisa. As discussões que tivemos resultaram em grande aprendizado que levarei comigo para a vida.

Aos membros da banca examinadora, professor Milton Esteve Júnior e pesquisadora Latussa Bianca Laranja Monteiro, por se disponibilizarem a colaborar com o trabalho, incentivando-o sobremaneira desde a banca de qualificação.

Aos meus professores no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo pelos conhecimentos compartilhados.

Aos queridos amigos do Laboratório Patrimônio de Desenvolvimento, Damiany, Kamila, Luciano, Mariana e Miguel, pelo ambiente frutífero que construímos juntos, pelas risadas e pelo suporte sem o qual tudo teria sido diferente. Em especial à minha amiga Maisa Mazzini, por nunca soltar minha mão e estar sempre presente, independentemente da distância que nos separa.

À minha família, pelos ensinamentos, carinho e compreensão desde sempre. Em especial aos meu pais, Alcir e Dione, pelo estímulo a seguir com a formação acadêmica. À minha irmã, Alice, agradeço o apoio sempre garantido.

Ao meu companheiro de vida, Homero, pelo afeto, paciência e incentivo, oferecendo-me seus ouvidos e, principalmente, seus braços que acalentaram as aflições nas horas difíceis.

Estendo, ainda, meus agradecimentos a todos os pesquisadores e teóricos que nutriram com seu trabalho esta pesquisa.

O passado passou, e só o presente é real, mas a atualidade do espaço tem isto de singular: ela é formada de momentos que foram, estando agora cristalizados como objetos geográficos atuais; essas formas-objetos, tempo passado, são igualmente tempo presente enquanto formas que abrigam uma essência, dada pelo fracionamento da sociedade total. Por isso, o momento passado está morto como “tempo”, não porém como “espaço”; o momento passado já não é, nem voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social.

RESUMO

O conceito de patrimônio territorial amplia o que tradicionalmente se entende com o termo patrimônio e altera a própria natureza do objeto patrimonial e das ações de preservação. A Escola Territorialista Italiana entende o território como um processo de coevolução entre os assentamentos humanos e o meio ambiente. O território não existe, pois, aquém da relação sociedade-natureza. Enquanto produto histórico e identitário de ações territorializantes, mediação entre natureza e cultura, o território testemunha a contínua transformação do ambiente em obra e, por isso, pode ser considerado patrimônio. Ao assumir o território como processo-produto da interação do homem com o meio, entende-se, portanto, que o mesmo possui características informacionais que podem ser apreendidas através da leitura, da representação e da interpretação. Pretende-se, então, explorar esse potencial por meio da estruturação de um sistema que permita retratar o território a partir da compreensão de seus valores territoriais e ambientais, visando produzir conhecimento territorial profundo capaz de impulsionar um novo ciclo de territorialização baseado em atos territorializantes que subsidiem o desenvolvimento sustentável. Adota-se como objeto empírico Anchieta, município do litoral sul do Espírito Santo. A pesquisa centra-se no estudo do processo histórico de territorialização e de seus arranjos espaciais, como forma de revelar as linhas de força que atravessam os sucessivos ciclos de sedimentação antrópica e chegam ao presente como invariâncias estruturais. O problema é abordado qualitativamente sob dois enfoques principais: um histórico-estrutural e outro morfotipológico. No primeiro, investiga-se a sedimentação do território em sua longa duração, identificando as principais fases de estabilidade e ruptura no processo histórico de sua formação. No segundo, analisa-se as configurações espaciais resultantes dos processos de territorialização. A representação das características identitárias reconhecidas no cruzamento dessas abordagens metodológicas aponta para os atributos do lugar como recursos potenciais a serem ativados para o desenvolvimento local, alinhado com os ideais de preservação patrimonial, prosperidade econômica, defesa da função sociocultural e garantia ao acesso democrático ao território. Esta representação integra múltiplos recursos, com destaque para o emprego de ferramentas geoinformacionais, capazes de evidenciar informações complexas sobre o território, revelando seus valores patrimoniais e sua identidade durável. Como resultado, identificam-se os conjuntos de traços específicos que constituem as figuras territoriais e os elementos permanentes, persistentes e perdidos da estrutura territorial, aventando sua importância e possível contribuição para o planejamento a partir de perspectivas mais sustentáveis.

Palavras-chave: patrimônio territorial, territorialização, representação identitária, planejamento, desenvolvimento local, Anchieta (ES).

ABSTRACT

The concept of territorial heritage expands what is traditionally understood by the term heritage and changes the very nature of the heritage object and preservation actions. The Italian Territorialist School understands the territory as a process of co-evolution between human settlements and the environment. The territory does not exist, therefore, outside the society-nature relationship. As a historical and identity product of territorializing actions, mediation between nature and culture, the territory witnesses the continuous transformation of the environment into construct and, therefore, can be considered heritage. By assuming the territory as a process-product of man's interaction with the environment, it is understood, therefore, that it has informational characteristics that can be apprehended through reading, representation and interpretation. It is intended, then, to explore this potential through the structuring of a system that allows to portray the territory from the understanding of its territorial and environmental values, aiming to produce deep territorial knowledge capable of promoting a new cycle of territorialization based on territorializing acts that subsidize sustainable development. It is adopted as an empirical object Anchieta, a municipality on the southern coast of Espírito Santo. The research focuses on the study of the historical process of territorialization and its spatial arrangements, as a way of revealing the lines of force that cross the successive cycles of anthropic sedimentation and reach the present as structural invariance. The problem is qualitatively approached under two main approaches: a historical-structural and a morphotypological one. In the first, the long-term sedimentation of the territory is investigated, identifying the main phases of stability and rupture in the historical process of its formation. In the second, the spatial configurations resulting from territorialization processes are analysed. The representation of recognized identity characteristics at the intersection of these methodological approaches points to the attributes of the place as potential resources to be activated for local development, in line with the ideals of heritage preservation, economic prosperity, defence of the sociocultural function and guarantee of democratic access to the territory. This representation integrates multiple resources, with emphasis on the use of geoinformational tools, capable of revealing complex information about the territory, revealing its heritage values and its durable identity. As a result, the sets of specific traits that constitute the territorial figures and the permanent, persistent and lost elements of the territorial structure are identified, pointing out their importance and possible contribution to planning from more sustainable perspectives.

Keywords: territorial heritage, territorialization, identity representation, planning, local development, Anchieta (ES)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de Anchieta.	20
Figura 2: Mapa das principais localidades do município de Anchieta.	21
Figura 3: Produto Interno Bruto do município de Anchieta/ES: valor adicionado bruto a preços correntes. Série revisada 2010 - 2019 (unidade: R\$ x 1000).	23
Figura 4: Produto Interno Bruto do município de Anchieta/ES: valor adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica. Série revisada 2010 - 2019 (unidade: R\$ x 1000): a) agropecuária; b) indústria; c) serviços; d) administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.	23
Figura 5: Esquema do processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável.	50
Figura 6: Síntese do processo metodológico do trabalho.	53
Figura 7: Diagrama do processo de territorialização.	57
Figura 8: Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes baseado no mapa de Curt Nimuendaju.	69
Figura 9: Recorte do Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju – Estado do Espírito Santo.	70
Figura 10: Mapa de localização dos sítios arqueológicos estudados por RIBEIRO <i>et al</i> (2009).	73
Figura 11: Planta de uma maloca e perspectiva de uma aldeia tupi-guarani.	75
Figura 12: Representação esquemática do sítio indígena pré-colonial. Reprodução desenvolvida pela autora com base em um mapa elaborado pelo IPHAN para a exposição arqueológica <i>Caminho das Conchas</i> , realizada na Casa de Cultura de Anchieta, entre junho e novembro de 2012.	77
Figura 13: <i>Carta da Capitania do Spirito Santo</i> . Cartografia que integra o atlas <i>Estado do Brasil</i> , desenvolvido por João Teixeira Albernaz, o Velho, em 1631.	81
Figura 14: Detalhe da <i>Carta da Capitania do Spirito Santo</i> . Da esquerda para a direita, leem-se os topônimos: “R. Itapemeri”, “Serra de Gua”, “I. dos Françezes”, “R. Yrirituba” e “R. Guarapary”.	81
Figura 15: [Representação do sul da capitania do Espírito Santo]. Cartografia que integra o atlas <i>Livro da descrição de toda a costa do Brasil</i> , obra João Teixeira Albernaz, o Moço, de 1670.	85
Figura 16: Detalhe da [Representação do sul da capitania do Espírito Santo]. Em destaque, abaixo e ao centro, lê-se: “Rio Iiritiba aonde Surgem Carauellas” e “Aldeya de N. ^a S. ^a da Asumção”.	85
Figura 17: Vila nova de Benavente, [1790]. No mapa estão assinalados os topônimos: [Rio] <i>Itapemirim</i> , <i>Monte do Agha</i> , <i>Ilha do Francez</i> , <i>Ilhas de Piuma</i> , <i>Barra de Piuma</i> , <i>Barra Grande</i> , <i>Barra do Moleque</i> , <i>Ponta dos Castelhanos</i> . Estão representadas uma igreja e algumas moradias.	91

Figura 18: Detalhe do mapa Vila nova de Benavente. Da esquerda para a direita, leem-se os topônimos: <i>Monte do Agha, Ilhas de Piuma, Barra de Piuma, Barra Grande (duas vezes), Barra do Moleque, Ponta dos Castelhanos</i>	93
Figura 19: Detalhe do mapa Vila nova de Benavente. Estão representados uma igreja e moradias.....	93
Figura 20: Panorama de Benavente, [1869-1878].....	98
Figura 21: Estação telegraphica (Benavente), [1869-1878].....	99
Figura 22: Colônia de Rio Novo. Recorte da <i>Planta da parte da Provincia do Espirito-Santo em que estão comprehendidas as colonias, organizada na Inspectoria Geral das Terras e Colonização pelos Ingenheiros C. Cintra e C. Rivierre e mandado Imprimir pelo Ex^o Snr Cons.^o Thomaz José Coelho de Almeida, 1878</i> . Segundo as convenções representativas da planta, em amarelo estão demarcados os terrenos de particulares, enquanto, em verde, figuram as terras públicas coloniais.....	101
Figura 23: Detalhe da <i>Planta da parte da Provincia do Espirito-Santo [...]</i> . Em destaque a Fazenda São Martinho; ao lado do topônimo encontra-se grafada a expressão <i>Alojamento de Immigrantes</i>	105
Figura 24: Situação atual do casarão da quarentena, designação pela qual veio a ser conhecida popularmente a sede da fazenda São Martinho, que, durante o século XIX, hospedou imigrantes.....	105
Figura 25: Vista parcial de Anchieta, 1910. Vê-se parte do casario, embaixo, a escadaria que conduz à parte alta e ao complexo jesuítico, ao centro na parte superior do morro.	110
Figura 26: Porto de Benevente, 1910. Em primeiro plano aparecem alguns barcos ancorados no porto, em frente aos armazéns e, ao fundo, o casario na parte baixa da cidade.	110
Figura 27: Vista da beira-mar, 1910. Panorama da atual Praia Central. Ao fundo, destaca-se a ponta de Castelhanos.	111
Figura 28: Vista da beira-mar, 1910. Vê-se parte do casario. Ao centro está a casa da família Assad, à esquerda da casa está a atual Avenida Francisco Lacerda e à direita, a atual Rua Costa Pereira.....	111
Figura 29: Rua Getúlio Vargas, 1910. Casario tipicamente colonial e ruas sem calçamento. À direita, vê-se um poste de iluminação pública. Ao fundo está localizado o porto.	112
Figura 30: Rua Costa Pereira, 1910. Casario tipicamente colonial e ruas sem calçamento. À direita, vê-se um poste de iluminação pública.....	112
Figura 31: Casario da parte alta da cidade, próximo à Igreja de Nossa Senhora da Assunção, 1910. Ao centro, vê-se a rua que, atualmente, se chama Governador Dias Lopes.	113
Figura 32: Igreja de Nossa Senhora da Assunção e antiga residência dos jesuítas, 1910. Vê-se a fachada leste, à esquerda, e norte, à direita.....	113
Figura 33: (a) Rua Costa Pereira em meados do século XX ([1950-1960?]), onde, à esquerda, é possível observar duas edificações com fachadas ecléticas: um sobrado com platibanda e balcão com gradil em ferro no segundo pavimento e uma casa térrea com platibanda, frontão, decorações geométricas e frisos; é possível notar, ainda, que parte da fachada de	

uma das casas, também à esquerda, foi demolida. (b) Rua Costa Pereira atualmente, as edificações permanecem. (c) Casa térrea. (d) Sobrado.	115
Figura 34: Casario na Rua Governador Dias Lopes, na parte alta da cidade, [1940?]. As modestas casas de pau-a-pique (ver Figura 31) foram demolidas e substituídas por outras mais modernas.	116
Figura 35: Ao centro está a antiga Prefeitura de Anchieta, localizada na Rua Getúlio Vargas, [1950-1960?]. Ao fundo, o rio Benevente visto a partir da ala oeste do complexo jesuítico.	116
Figura 36: Colégio Irmã Maria Mattos, [1950-1960?].	117
Figura 37: Hotel Anchieta, [1940?]. Ao fundo, vê-se a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.	117
Figura 38: Panorama de Anchieta em 1940. Em cima, à esquerda, está o complexo jesuítico. À direita, observam-se o Colégio Maria Mattos, acima, e o Hotel Anchieta, na parte baixa.	117
Figura 39: Antiga configuração da praça D. Helvécio, em frente à ponte Cônego de Barros, [1950-1960?]. Em cima, vê-se a ala sul do complexo jesuítico.	118
Figura 40: Festa do Beato Anchieta e inauguração da ponte Cônego de Barros sobre o rio Benevente, em Anchieta, 1953.	119
Figura 41: Panorama da cidade de Anchieta após a construção da ponte Cônego de Barros, [1950-1960?]. Na parte alta da cidade, vê-se o conjunto jesuítico e, acima dele, a Capela de N. S. da Penha.	119
Figura 42: Foto aérea do complexo siderúrgico da Samarco, no município de Anchieta, em 1978. Empresa executante: Esteio.	122
Figura 43: Vista parcial de Anchieta a partir da rodovia ES-060, 1983. À esquerda vê-se o mar e à direita a lagoa Maimbá. Ao fundo, destaca-se a usina de pelotização da Samarco.	122
Figura 44: Casas de veranistas de Iriri em meados do século XX, (a) 1958 e (b) [1950-1960?].	124
Figura 45: Rede de cidades prevista no plano de desenvolvimento estratégico <i>Espírito Santo 2025</i>	126
Figura 46: Macrozoneamento territorial de Anchieta.	128
Figura 47: Zoneamento territorial de Anchieta.	128
Figura 48: Perímetro urbano de Anchieta.	129
Figura 49: Barcos de pesca atracados junto à Praça das Garças, próximo à Colônia de Pesca e à Casa do Pescador de Anchieta, na sede do município. Ao fundo vê-se o Monte Urubu.	135
Figura 50: Comunidade pesqueira de Inhaúma. Os barcos de pesca ficam protegidos pela pequena baía entre as praias do Tombo e de Santa Helena.	135
Figura 51: Praia de Costa Azul, no balneário de Iriri (a), praia dos Castelhanos (b), praia de Parati (c) e praia de Ubu (d).	137

Figura 52: Investimento público em obras de revitalização urbana nas praias de Castelhanos (a) e da Costa Azul, em Iriri (b).	139
Figura 53: Marcos que sinalizam o percurso dos Passos de Anchieta. Atinge-se 95 km na Av. Porto Velho (a), na Ponta dos Castelhanos e 100 km na praça em frente ao complexo jesuítico (b).	139
Figura 54: Portal que demarca a entrada para o Circuito dos Imigrantes. O percurso é amplamente sinalizado com informações sobre as atrações turísticas que encerra.	141
Figura 55: Circuito Benevente. Início do circuito na Colônia de Pescadores (a), trajeto pelo manguezal (b), ancoradouro no rio Salinas (c), portal da RDS Papagaio e caminho de acesso às ruínas (d).	141
Figura 56: O Monte Urubu na paisagem de Anchieta. A elevação vista a partir da ES 146 (a), vista a partir da ES 060, na altura da Lagoa Maimbá (b) e vista a partir do morro da Capela do Divino Espírito Santo, em Jabaquara (c).	142
Figura 57: Ruínas do rio Salinas.	145
Figura 58: Igreja de Nossa Senhora da Assunção e residência que lhe é anexa. Vista do conjunto (a), detalhe da torre sineira (b), vista do altar (c) vista das naves da igreja olhando para entrada principal, situada na praça (d).	145
Figura 59: Casa da cultura (a). Centro cultural (b), Colégio Maria Mattos visto a partir do acesso principal (c) e conjunto do Colégio Maria Mattos visto de baixo (d).	146
Figura 60: Antigos edifícios comerciais da rua Comendador Ramos. Na fachada do edifício que abriga hoje bar e peixaria (c), lê-se a inscrição "19-12-1892 Anchieta".	146
Figura 61: Casa na Rua Comendador Ramos com inscrição 1924 no frontispício (b), Casa de Dona Rosinha Assad, no início da Rua Costa Pereira (a) casas na Rua Costa Pereira (c) e (d).	147
Figura 62: Casarão da quarentena, antiga sede da Fazenda São Martinho (a) e (b), casa da família Ceccon (c) e casa da família Libardi (d), em cuja base lê-se 1928, ambas em Alto Pongal.	147
Figura 63: Diagrama do processo de territorialização de Anchieta.	155
Figura 64: Mapa geomorfológico do município de Anchieta.	159
Figura 65: Mapa hipsométrico do município de Anchieta.	161
Figura 66: Mapa hidrográfico do município de Anchieta.	163
Figura 67: Diferentes tipos de vegetação encontrados em Anchieta. (a) floresta na Área de Especiais Interesse Ambiental do Monte Urubu; (b) área de floresta à margem da lagoa de Ubu, na Área de Proteção Ambiental Tartarugas; (c) área de floresta à margem da lagoa de Guanabara; (d) vegetação em área de transição ecossistêmica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Papagaio, ao fundo aparecem as ruínas do rio Salinas; (e) vegetação em área de transição ecossistêmica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Papagaio, trecho mais próximo ao mangue; (e) e (d) manguezal na foz do rio Benevente.	165
Figura 68: Mapa de uso e cobertura da terra do município de Anchieta.	166

Figura 69: Mapa síntese das características ambientais de Anchieta.	168
Figura 70: Mapa das estruturas de assentamento de Anchieta.....	170
Figura 71: Fotografias aéreas da foz do rio Benevente em 1951(a) e em 2021 (b).....	173
Figura 72: Morfologia urbana de Anchieta Sede.	174
Figura 73: Fotografias aéreas da Ponta de Castelhanos em 1970 (a) e em 2021 (b).....	175
Figura 74: Morfologia urbana da Ponta dos Castelhanos.....	176
Figura 75: Fotografias aéreas de Parati e Ubu em 1970(a) e em 2021 (b).....	177
Figura 76: Morfologia urbana de Parati e Ubu.....	178
Figura 77: Fotografias aéreas da área da Samarco em 1970(a), antes da implantação do complexo industrial, em 1978 (b), após sua implantação, e em 2021 (c).	179
Figura 78: Fotografias aéreas de Mãe-Bá em 1970(a) e em 2021 (b).....	180
Figura 79: Morfologia urbana de Mãe-Bá.....	180
Figura 80: Fotografias aéreas da região de Jabaquara em 1951(a) e em 2018 (b).....	182
Figura 81: Morfologia urbana da região de Jabaquara.....	182
Figura 82: Fotografias aéreas de Alto Pongal em 1970 (a) e em 2021 (b).	183
Figura 83: Morfologia urbana de Alto Pongal.	184
Figura 84: Fotografias aéreas de Iriri em 1970 (a) e em 2021 (b).	185
Figura 85: Morfologia urbana de Iriri.	186
Figura 86: Mapa dos imóveis rurais de Anchieta inscritos no SICAR.	188
Figura 87: Mapa dos imóveis rurais de Anchieta inscritos no SICAR.	190
Figura 88: Mapa das figuras territoriais de Anchieta.	193
Figura 89: (a) Panorama de Benevente no final do século XIX, [1869-1878]. (b) Vista da cidade de Anchieta em 2020.	197
Figura 90: (a) Vista parcial da cidade de Anchieta a partir da margem direita do rio Benevente, 1960. (b) Vista parcial da cidade em 2020.	198
Figura 91: (a) Vista dos armazéns da região do porto de Benevente, 1960?. (b) Vista dos antigos armazéns e do ancoradouro em 2020.	198
Figura 92: (a) Avenida Beira Mar, praia Central, 1983. (b) A mesma avenida em 2020. Nota-se a mudança do caráter urbano e arquitetônico, bem como a ampliação da faixa de areia da praia.	198
Figura 93: (a) Cidade de Benevente, 1910. (b) Cidade de Anchieta em 2020. Destaca-se a permanência da casa da família Assad, ao centro em (a) e atrás do edifício azul em (b). .	199
Figura 94: (a) Antiga configuração da praça D. Helvécio, em frente à ponte Cônego de Barros, [1950-1960?]. Em cima, vê-se o complexo jesuítico. (b) Vista da “praça” a partir da ponte em 2020.	199

Figura 95: (a) Praça D. Helvécio durante festa do Beato Anchieta e inauguração da ponte Cônego de Barros sobre o Rio Benevente, 1953. (b) Vista da “praça” em 2020.	199
Figura 96: (a) Vista parcial da rua Comendador Ramos, região portuária de Anchieta, 1980. (b) Ruínas da usina em 2020. Atualmente, a estrutura da chaminé é a principal lembrança do edifício.	200
Figura 97: (a) Rua Costa Pereira em meados do século XX ([1950-1960?]), à esquerda é possível observar duas edificações com fachadas ecléticas (ver Figura 33). (b) A mesma rua em 2020.	200
Figura 98: (a) Cidade de Benevente, 1910. (b) Rua Getúlio Vargas em 2020. Observa-se transformações na infraestrutura urbana e a persistência da edificação à esquerda.	200
Figura 99: (a) Rua Costa Pereira a partir da escadaria do santuário jesuítico na década de 1960. (b) A povoação em 2020.	201
Figura 100: (a) Igreja de Nossa Senhora da Assunção e residência que lhe é anexa vista da via que lhes dá acesso, a Av. Anchieta, 1940. (b) A mesma perspectiva em 2020.	201
Figura 101: (a) Vista do cemitério de Anchieta, à esquerda, e da sede da Fazenda São Martinho, ao fundo e à direita, 19--. (b) Vista do cemitério em 2020. Percebe-se claramente a expansão urbana.	201
Figura 102: (a) Vista geral de Jabaquara, à margem do rio Benevente; a usina de açúcar de Pedro José & Cia aparece no fundo da imagem à esquerda, c. 1922. (b) A povoação em 2020.	202
Figura 103: (a) Antiga usina de açúcar de Jabaquara fundada em 1920, c. 1922. (b) Ruínas da usina em 2020. Atualmente, a estrutura da chaminé é a principal lembrança do edifício.	202
Figura 104: (a) Praia da Areia Preta, Iriri, 1958. Vê-se uma ainda pequena ocupação, com poucas casas, sem que se possa reconhecer qualquer estrutura viária. (b) A mesma praia em 2020.	202

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Unidades Especiais de Interesse de Preservação Cultural (UEIPC) de Anchieta.	148
Quadro 2: Ciclos históricos de análise da produção do território em Anchieta.	156
Quadro 3: Características das figuras territoriais.	194
Quadro 4: Permanências, persistências e perdas da massa territorial de Anchieta.	196

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Datações de fragmentos cerâmicos pesquisados por Ribeiro <i>et al</i> (2009) em Anchieta.....	76
Tabela 2: Nascimentos, casamentos e óbitos que ocorreram em Benevente no ano de 1847.	96
Tabela 3: Quadro geral da população da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Benevente.	103
Tabela 4: População estrangeira da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Benevente.	103
Tabela 5: Comparativo da população dos distritos de Anchieta em 1890 com a população dos municípios após os desmembramentos de 1891.	108
Tabela 6: Evolução da população do município de Anchieta entre 1970 e 2010.....	133
Tabela 7: Composição do Produto Interno Bruto a preços correntes de Anchieta em 2014 e 2018.	133
Tabela 8: Distribuição setorial da população ocupada de Anchieta segundo o Censo de 2010.	134

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	MODOS DE PENSAR O TERRITÓRIO E O PATRIMÔNIO	27
2.1	O território e as impossibilidades da abstração	27
2.2	Ciclo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)	34
2.3	O patrimônio territorial	37
2.4	O retorno ao lugar: o patrimônio territorial e o desenvolvimento local	42
2.5	Processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável	48
3	MÉTODOS DE APROXIMAÇÃO AO TERRITÓRIO COMO PATRIMÔNIO	51
3.1	A representação identitária do patrimônio territorial	54
3.2	Abordagem histórico-estrutural: metodologia analítica dos ciclos TDR	55
3.3	Abordagem morfotipológica	59
3.4	Síntese da representação identitária do patrimônio territorial	60
4	ENSAIO EM ANCHIETA	61
4.1	Estudo histórico-estrutural da produção do território de Anchieta	61
4.1.1	<i>Representação sintética das fases de territorialização</i>	150
4.2	Estudo da morfotipologia territorial de Anchieta	157
4.2.1	<i>Morfotipologia ambiental</i>	157
4.2.2	<i>Morfotipologia de assentamento</i>	169
4.2.3	<i>Morfotipologia urbana</i>	171
4.2.4	<i>Morfotipologia rural</i>	187
4.3	Síntese identitária do patrimônio territorial de Anchieta	191
4.3.1	<i>Figuras territoriais</i>	191
4.3.2	<i>Permanências, persistências e perdas</i>	195
4.4	O patrimônio territorial e as potencialidades para o desenvolvimento local	203
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210
	ANEXOS	223

1 INTRODUÇÃO

No campo da arquitetura e do urbanismo, a produção do espaço é tema central das ações de projeto e planejamento. Historicamente, as configurações espaciais refletem as especificidades políticas, econômicas, sociais e culturais da interação das diferentes sociedades com o seu meio. Da “fecundação da natureza pela cultura” nasce o território, sistema vivo de alta complexidade e dinamismo (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 17). Com o advento da industrialização e o surgimento da globalização, os processos coevolutivos de formação dos territórios sofreram importantes rupturas e passaram a manifestar notáveis desequilíbrios (MAGNAGHI, 2017b). Diante deste cenário de dissolução é preciso repensar o agir territorial. Assim, cabe ao planejamento buscar novas formas de organização do território, tendo em vista a projeção de cenários de futuro mais sustentáveis. Para tanto, o estudo da história do território constitui-se como fundamento do planejamento, pois permite identificar as diretrizes para um projeto pautado nas qualidades peculiares dos lugares, restaurador das sinergias entre assentamentos humanos e natureza (MAGNAGHI, 2017b; POLI, 2017).

Destarte, este trabalho aborda a leitura dos processos de produção do território, reconhecíveis no ciclo territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) e em suas configurações morfotológicas, como ferramenta teórica que permite sua compreensão e fundamenta um agir territorial em prol do bem comum. O estudo do ciclo TDR inclui, segundo Magnaghi (2001b; 2017b) a compreensão do percurso de fecundação cultural da natureza, transformando-a em território (territorialização), a identificação das fases de instabilidade resultantes de rupturas e perturbações nos arranjos socioespaciais constituídos (desterritorialização) e, por conseguinte, as suas reestruturações a partir do *input* de novas energias motrizes (reterritorialização). Tais processos expõem as relações particulares dos sucessivos grupos sociais e seus modos de produção do território. Por sua vez, o enfoque morfotológico incorpora a análise estruturada das configurações espaciais de determinado sistema territorial (POLI, 2017, p. 47). A leitura do território por meio dessas duas interpretações integradas permite a identificação de elementos permanentes, persistentes e perdidos, evidencia suas regras de transformação, invariâncias e estruturas organizacionais e, por conseguinte, revela sua identidade territorial durável e seus valores patrimoniais.

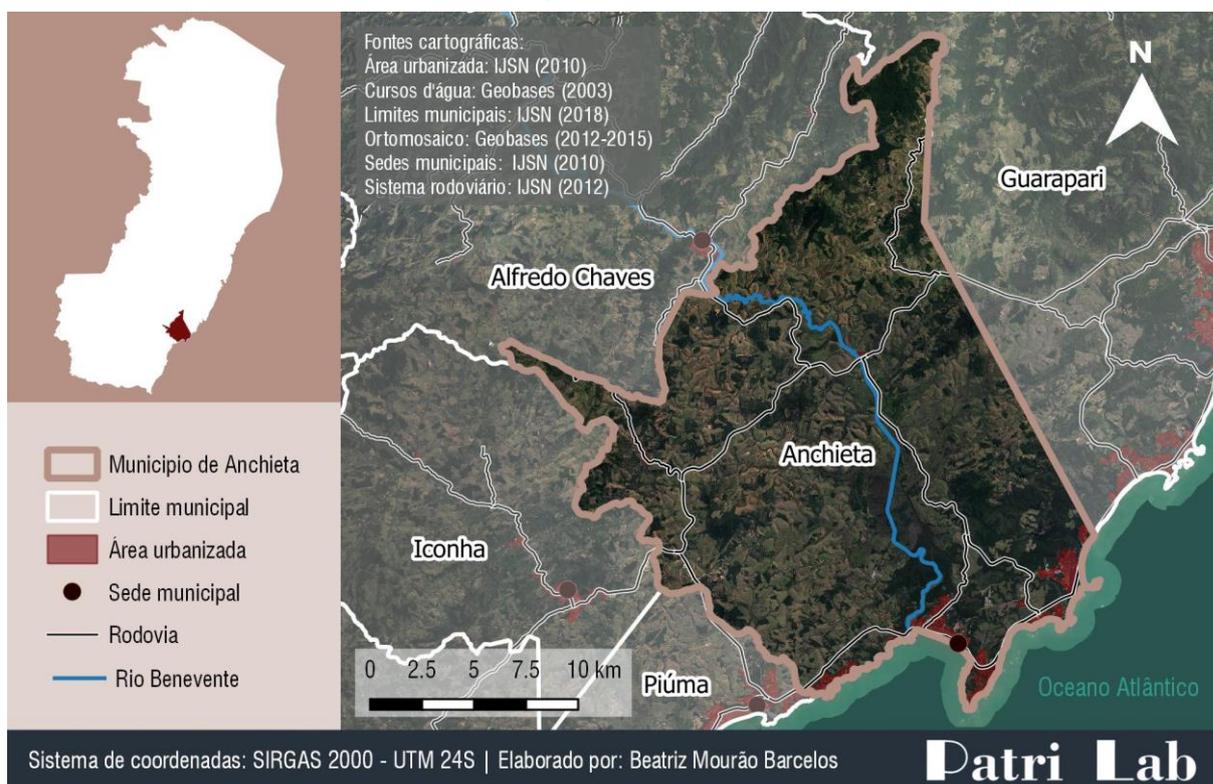
Esta é uma abordagem prospectiva que permite conciliar a apreensão da dimensão histórica de forma contextualizada com seus reflexos materiais sobre o território tendo em vista o devir territorial. Como resultado, delinea-se uma reflexão crítica acerca dos processos, dos tipos hegemônicos e das linhas de força que orientam a configuração do território, reconhecendo suas potencialidades para o planejamento.

A investigação dos modos de produção do território e como eles podem contribuir para o

desenvolvimento estratégico, sustentável e durável é pertinente diante dos desafios contemporâneos que envolvem a insustentabilidade das formas urbanas, o consumo desenfreado de recursos e o aumento das desigualdades sociais. Ampliar as discussões acerca do tema é importante para fomentar reflexões voltadas para o desenvolvimento de ações projetuais e de planejamento alternativas aos modelos globais homogeneizadores, focadas no território e na valorização dos caracteres identitários dos lugares. Daí a necessidade de produções teóricas e empíricas que as respaldem. Além disso, propor a investigação do patrimônio como recurso para o desenvolvimento é oportuno do ponto de vista da preservação do acervo histórico e da riqueza cultural – legados que herdamos do passado e que transmitimos para as gerações futuras.

Para o enfrentamento da temática descrita acima, adota-se como objeto-concreto de estudo o município de Anchieta (Figura 1), localizado no litoral sul do Estado do Espírito Santo e distante cerca de 80 km da capital, Vitória. A ocupação da sede municipal (Figura 2), a partir da segunda metade do século XVI, remonta ao projeto civilizatório e de expansão da fé empreendido pela Companhia de Jesus através da instalação de padres em um sítio indígena denominado Reritiba (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). As particularidades do ambiente físico foram fundamentais para a implantação do aldeamento jesuítico. Localizado junto à foz de um rio e em terreno elevado, sua situação favorecia a defesa e permitia a conexão marítima e fluvial com outros assentamentos da então Capitania do Espírito Santo.

Figura 1: Localização do município de Anchieta.



Fonte: Autora, 2019. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

Figura 2: Mapa das principais localidades do município de Anchieta.



Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

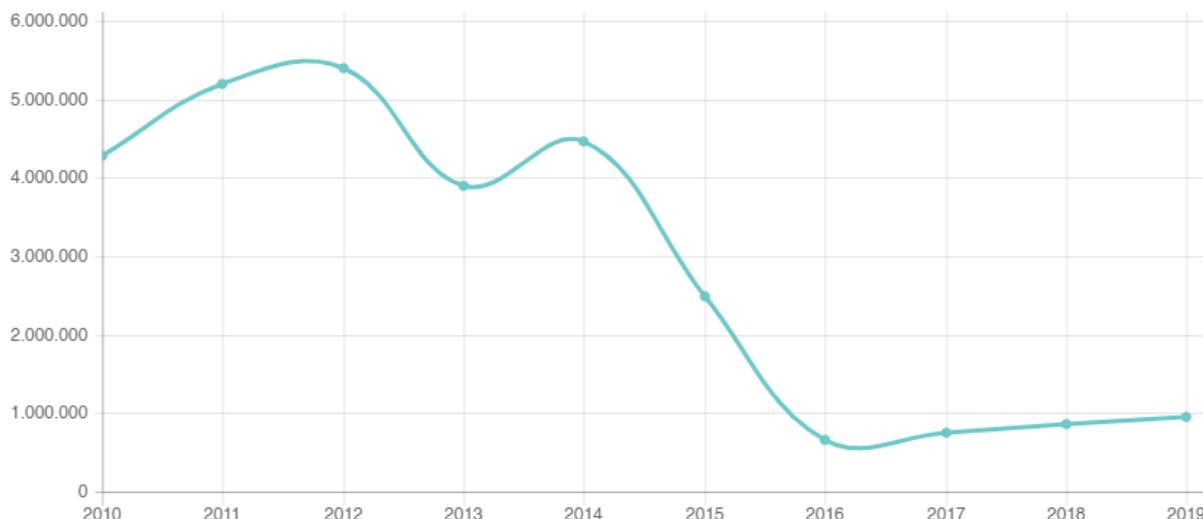
A toponímia Reritiba, homônima ao rio, evidencia a relação essencial e indissociável do assentamento com os elementos de seu território. O aldeamento foi elevado à categoria de vila em 1759 e, em 1761, passa a se chamar Vila Nova de Benevente (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43), nomenclatura estendida também ao rio. A vila recebe o foro de cidade e passa a ser denominada Anchieta em 1887, alcunha em homenagem ao padre jesuíta José de Anchieta (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 44).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Anchieta possui 23.902 habitantes, dos quais 76% reside em área urbana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021). Atualmente, a economia da cidade se baseia, principalmente, no turismo e na pelotização de minério de ferro (ANCHIETA, 2018). Outras atividades de destaque são a pesca, a agropecuária e o agroturismo (ALVARENGA, 2010, p. 40). Além disso, há perspectiva de expansão das atividades industriais relacionadas à pelotização de minério (ANCHIETA, 2018), agenda que sofreu impacto após o rompimento de barragem de rejeitos da mineração de ferro da Samarco Mineração S.A, acidente de repercussão mundial ocorrido em 2015, em Mariana, município do Estado de Minas Gerais.

O interesse pela cidade de Anchieta decorre, a princípio, de sua condição de assentamento que remonta à trajetória histórica, econômica e cultural do Estado do Espírito Santo, sendo um relevante expoente de seu patrimônio cultural. Depois, na dimensão do planejamento, mais especificamente, entende-se que o desafio se apresenta, sobretudo, em função do momento que vive o município, no qual os desdobramentos econômicos e produtivos previstos para o futuro – ainda que abalados pela crise que paralisou em 2015 as atividades da Samarco – condicionam a inserção do novo que parece rivalizar com a pré-existência e os aspectos tradicionais do lugar e, de certa forma, ameaçar a preservação das tradições e modos de fazer locais, que constituem seu patrimônio.

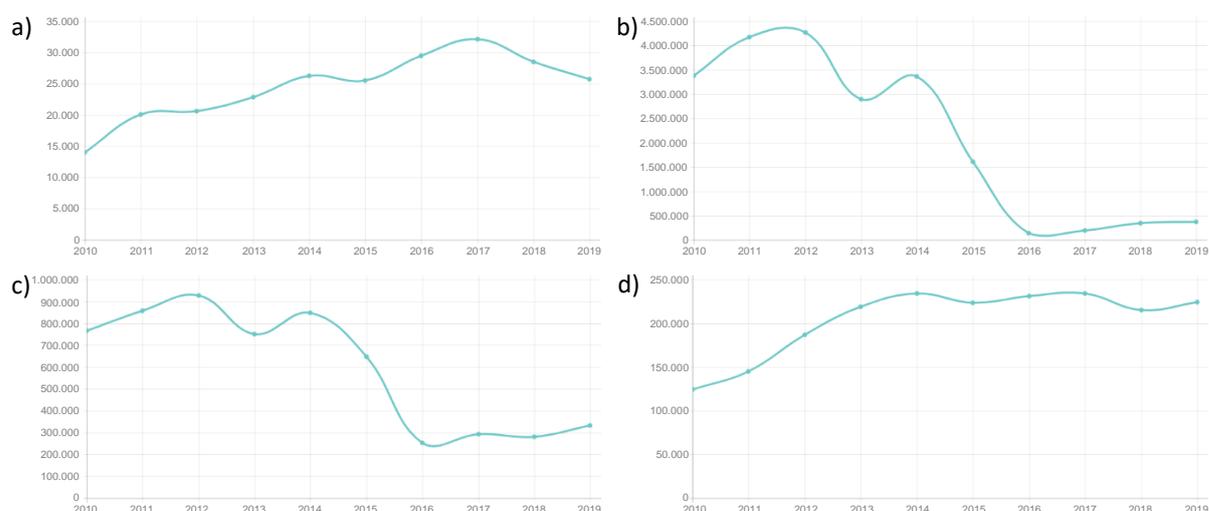
Por fim, parece necessário que Anchieta encontre em seu território fontes de desenvolvimento – novas ou já conhecidas, mas subexploradas – capazes de dirimir a sua dependência externa e torná-la menos vulnerável às oscilações do mercado global. Vide, por exemplo, o expressivo declínio econômico experimentado pelo município após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana. De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Anchieta, até novembro de 2015 a Samarco Mineração S.A. foi responsável pelo maior repasse de receita para os cofres municipais (ANCHIETA, 2019). Assim, com a paralização das atividades da indústria, a arrecadação municipal foi bastante afetada, o que gera reflexos em todos os níveis administrativos, uma vez que há diminuição dos recursos disponíveis para investimentos. Os gráficos da série histórica do Produto Interno Bruto de Anchieta, elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstram esse cenário de crise e subordinação econômica (Figura 3 e Figura 4).

Figura 3: Produto Interno Bruto do município de Anchieta/ES: valor adicionado bruto a preços correntes. Série revisada 2010 - 2019 (unidade: R\$ x 1000).



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [entre 2010 e 2021].

Figura 4: Produto Interno Bruto do município de Anchieta/ES: valor adicionado bruto a preços correntes por atividade econômica. Série revisada 2010 - 2019 (unidade: R\$ x 1000): a) agropecuária; b) indústria; c) serviços; d) administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [entre 2010 e 2021].

Fica claro, assim, que as fontes de recursos de Anchieta são predominantemente dependentes do setor secundário (indústria), vinculado, principalmente, à atividade de pelotização de minério de ferro e aos serviços relacionados a ela. Esse panorama demonstra que, de fato, é importante e estratégico para o município diversificar suas fontes de receita. Nesse contexto, é necessário, como destaca Magnaghi (2005, p. 9, tradução nossa), assumir localmente os compromissos para alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável, “recuperando a consciência individual e coletiva daquilo que se produz, daquilo que se consome e de como se habita em cada lugar”. O patrimônio territorial pode ser entendido,

portanto, como recurso em direção a construção de atos territorializantes alinhados com o desenvolvimento sustentável em uma perspectiva local.

Isto posto, o objetivo da pesquisa é desenvolver e aplicar um sistema de descrição, interpretação e representação do patrimônio territorial tendo em vista produzir conhecimento territorial profundo capaz de impulsionar um novo ciclo de territorialização baseado em atos territorializantes que subsidiem o desenvolvimento sustentável.

No concernente aos objetivos específicos do trabalho, pretende-se:

- i. Revisar literatura nos campos do patrimônio, patrimônio territorial e planejamento para construir o arcabouço teórico que fundamenta a pesquisa;
- ii. Reunir e sistematizar informações e documentos sobre o processo histórico de territorialização de Anchieta visando a transmissão do conhecimento territorial produzido de modo que o conjunto de dados resultantes da pesquisa possa subsidiar novos estudos;
- iii. Desenvolver e/ou adaptar um modelo de leitura, representação e análise do território pautado no entendimento de suas dimensões patrimonial e diacrônica e apropriado ao contexto do objeto concreto do trabalho;
- iv. Experimentar o modelo de representação proposto;
- v. Estabelecer unidades tipológicas analíticas do território como patrimônio capazes de prover informações para auxiliar nas tomadas de decisão do planejamento territorial;
- vi. Identificar e analisar permanências, persistências e rupturas no território em estudo no intuito de compreender suas potencialidades com vistas ao desenvolvimento local sustentável.

Para atingir tais objetivos, o trabalho se apoia na pesquisa bibliográfica em obras de referência e fontes documentais, a fim de estabelecer fundamentação teórica e histórica necessária para estruturação do tema proposto. Quanto ao enfrentamento do problema, a metodologia da pesquisa é qualitativa, de caráter descritivo. Serra (2006, p. 81) afirma que os métodos qualitativos possuem afinidades com as ciências sociais e da vida e, via de regra, se dedicam à descrição de um objeto de estudo a fim de deveras compreendê-lo. Segundo Norman Denzin e Yvonne Lincoln:

A pesquisa qualitativa possui enfoque multimetodológico, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalista de seus objetos alvos. Isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando compreender, ou interpretar, fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes atribuem. A pesquisa qualitativa envolve o uso estudado e a coleta de uma variedade de material empírico (DENZIN e LINCOLN, 1998 apud GROAT e WANG, 2002, p. 176).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa envolve um trabalho exaustivo e detalhado e uma maior proximidade com tudo o que está relacionado ao objeto de investigação, incluindo o emprego de múltiplas táticas visando atingir os objetivos propostos. Para tanto, as etapas a serem percorridas no presente estudo são:

- **Revisão bibliográfica:** aprofundamento teórico com o propósito de estabelecer o arcabouço conceitual e metodológico para o desenvolvimento da pesquisa. Compreende a busca de conteúdo em repositório institucionais, bibliotecas digitais e bases bibliográficas que reúnam trabalhos acadêmicos e científicos, tais como: Portal de Periódicos Capes, *Scientific Electronic Library Online (Scielo)* e *Web of Science*;
- **Pesquisa documental:** investigação nos arquivos pertinentes com o propósito de recolher iconografia (fotografias, pinturas, gravuras, vídeos, etc.), relatos e documentos em geral referentes à cidade de Anchieta;
- **Levantamento de dados georreferenciados:** busca de informações geográficas com coordenadas conhecidas num dado sistema de referência acerca do município de Anchieta, em bases como o Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (Geobases), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema);
- **Pesquisa observacional:** Aproximação ao objeto de estudo. Observação sem interferência das dinâmicas do território e inventário físico do espaço de estudo;
- **Representação identitária do território:** Sistematização dos quadros histórico-estrutural e morfotipológico resultantes do processo de territorialização. Primeiro, realiza-se a estruturação e caracterização dos sucessivos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do município de Anchieta. Depois, as características espaciais do arranjo territorial são analisadas, descritas e representadas em um sistema de informação utilizando como ferramenta de edição e análise de dados o software livre QGIS, programa que faz uso de um sistema de informação geográfica (SIG) para processamento de aspectos espaciais (MOURA, 2014, p. 4);
- **Descrição sintética:** Sobreposição das diversas camadas de informação obtidas por meio das abordagens histórico-estrutural e morfotipológica para identificar os conjuntos de traços específicos que constituam unidades territoriais distinguíveis, as figuras territoriais, provendo bases aplicáveis para o desenvolvimento de estratégias de planejamento;
- **Análise e interpretação:** Análise dos elementos permanentes, persistentes e perdidos identificados no território a partir da interpretação da representação narrativa, cartográfica e diagramática desenvolvida, aventando sua importância e possível contribuição para a construção de um novo ciclo de territorialização.

Cabe ressaltar que, apesar do planejamento metodológico sugerido acima, a pesquisa qualitativa tende a ser mais aberta do que outras estratégias alternativas. Sobretudo pois, nessa linha de investigação, procura-se evitar noções de realidades cognoscíveis pré-estabelecidas (CRESWELL, 1994 apud GROAT e WANG, 2002, p. 179). Torna-se, então, extremamente relevante o emprego da noção de retroalimentação dos processos de investigação no âmbito da pesquisa qualitativa. Segundo Serra (2006, p. 62), a retroalimentação, ou realimentação é um procedimento “dialético de idas e vindas, sucessivos retornos aos conceitos originais e adição de novas informações, tanto em relação ao embasamento teórico como à base empírica, dando flexibilidade ao processo”. Destarte, é em função de tal abertura que os componentes da pesquisa qualitativa podem e tendem a evoluir ao longo de seu desenvolvimento.

2 MODOS DE PENSAR O TERRITÓRIO E O PATRIMÔNIO

No presente capítulo, versa-se sobre a abordagem conceitual resultante da revisão de literatura realizada acerca dos temas caros para o desenvolvimento do trabalho. Trata-se, ao início, da apresentação de reflexões a respeito do conceito de território, sobretudo vinculadas à sua complexidade na qualidade de matéria relacional e contextualizada do liame sociedade-natureza no espaço, do que advém a impossibilidade de tratá-lo por meio de operações intelectuais abstratas que, de alguma forma, o isolem de seus fatores genéticos ou correlatos.

Em seguida, discutem-se aspectos relativos à produção do território sob a ótica dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Posteriormente, discorre-se quanto ao entendimento ampliado do patrimônio e sua acepção territorial – ideia fundamentada na compreensão da Escola Territorialista Italiana –, como um sistema de relações entre três subsistemas: ambiente físico, ambiente construído e ambiente antrópico (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 148).

Complementarmente, discute-se, a partir da perspectiva local, o potencial do patrimônio territorial enquanto recurso capaz de impulsionar o desenvolvimento autossustentável. Segundo Magnaghi (2005, p. 9), essa abordagem parte da necessidade de recuperar a consciência, em termos de conhecimentos e saberes, do que se produz e consome, bem como do modo de vida de cada lugar. Assim, a autossustentabilidade pode ser compreendida como a “capacidade de um sistema territorial local produzir bem-estar em forma durável, permitindo a reprodução da valorização ampliada de seus ativos patrimoniais”, não sustentada por forças externas, mas por cooperação ativa e responsável dos agentes locais (MAGNAGHI, 2005, p. 9). Tal discussão aponta, portanto, para a perspectiva do retorno aos lugares no projeto territorial urbanístico, uma jornada de imersão em um território que assume posição contrária à reprodução de modelos de urbanização e desenvolvimento universalistas regidos pelas leis capitalistas e de mercado.

Por fim, a partir destes modos alargados e confluentes de pensar o patrimônio e o território enquanto um conceito relacional – o patrimônio territorial, debruça-se sobre as possíveis repercussões dessas concepções na dimensão do planejamento, compreendido aqui como uma forma de agir territorial em prol do bem comum.

2.1 O território e as impossibilidades da abstração

O território é uma das bases espaciais nas quais se organiza a sociedade. Objeto conceitual tradicional da geografia, sobretudo em sua vertente crítica, atualmente, vem sendo muito discutido e investigado também pelas ciências sociais, em um movimento designado por Haesbaert (2011, p. 44) como “redescoberta do território”. Notadamente, a complexidade do

conceito evolui paralelamente à complexificação das dinâmicas sociais e dos arranjos espaciais. Com efeito, ao longo da segunda metade do século XX, as metamorfoses socioespaciais e a evolução do pensamento filosófico, sobretudo vinculado à fenomenologia¹, sugestionam alterações na maneira como se produz conhecimento e promovem, assim, o alargamento conceitual, não somente da noção de território, mas também de outras como espaço, lugar e paisagem (SAQUET, 2013, p. 37). Ainda na contemporaneidade, recorre-se a tais conceitos para (tentar) compreender e traduzir coerentemente os fenômenos do mundo-da-vida cotidiana, o qual, para Christian Norberg-Schulz (2008 [1976], p. 445), deveria ser o cerne da preocupação do homem (como sociedade), dos planejadores e dos arquitetos.

Alinhada com tal pensamento se estrutura a abordagem deste trabalho acerca da noção de território, a partir de uma perspectiva que se aproxima da fenomenologia. Maurice Merleau-Ponty (2018 [1945]) inicia sua *Fenomenologia da Percepção* apontando a dificuldade acerca da definição precisa do que é a fenomenologia. Para o autor, a fenomenologia “é a ambição de uma filosofia que seja uma ‘ciência exata’, mas é também um relato do espaço, do tempo, do mundo ‘vividioso’” (MERLEAU-PONTY, 2018 [1945], p. 1). Apesar das dificuldades que orbitam a matéria, a fenomenologia pode ser compreendida como uma forma de investigação filosófica que se volta para a compreensão das essências (MERLEAU-PONTY, 2018 [1945]). Para tanto, faz-se necessário retornar “às coisas mesmas”, a um estado anterior ao conhecimento, ao objeto primevo ao qual tal conhecimento se refere, mas em relação ao qual é, enquanto construção mental, abstrato e dependente (MERLEAU-PONTY, 2018 [1945], p. 4). Nesse sentido, este trabalho aborda o território enquanto elemento basilar, construído, experimentado e vivido pelos sujeitos. Preocupa-se em não o deslocar do mundo-da-vida para pensá-lo. O território, afinal, não pode ser compreendido pela reunião de suas partes, mas apenas como um todo complexo no qual essas partes (sociedade e natureza) se relacionam. Do contrário incorrer-se-ia na ilusão do elementarismo (PALLASMAA, 2008 [1986]), processo no qual um fenômeno é reduzido à soma de seus componentes básico.

Ressalta-se, no entanto, que o conceito de território (assim como os demais mencionados) é alvo de grande discussão entre pesquisadores de diferentes campos e áreas do conhecimento. Destarte, é comum se deparar com dissonâncias acerca da definição do termo, o que torna imprescindível determinar com clareza a compreensão que se tem do território nesta pesquisa. É preciso sublinhar que o trabalho não pretende esgotar o conceito ou realizar uma profunda e pormenorizada revisão de sua evolução – outros autores já o fizeram com

¹ A fenomenologia é uma vertente filosófica do século XX cujos primeiros estudos e proposições remontam à obra do filósofo alemão Edmund Husserl (1859-1938). Os postulados husserlianos fundamentais suscitaram um movimento de ideias que se difundiu e se diversificou com o aporte intelectual de outros teóricos. Além do próprio Husserl, dentre os filósofos que possuem destacada contribuição para o tema da fenomenologia avultam-se: Martin Heidegger (1889-1976), Jean-Paul Sartre (1905-1980), Emmanuel Levinas (1906-1995) e Maurice Merleau-Ponty (1908-1961) (MACEY, 2001).

bastante propriedade, tais como Haesbaert (2011 e 2019 [2004]), Saquet (2008 e 2013) e Souza (1995 e 2018) –, mas sim discuti-lo, neste momento, a partir de uma perspectiva investigativa direcionada especificamente à problemática em pauta, focando em seus aspectos essenciais.

Para introduzir esta breve revisão conceitual, em função da já destacada amplitude do que se entende pelo termo território, recorrer-se-á à síntese proposta por Haesbaert (2019 [2004], p. 40) como resultado de seus estudos acerca da matéria. O autor realiza o agrupamento das noções de território em quatro conjuntos conceituais cujas concepções estruturantes podem ser definidas como: econômica, política, cultural e natural. No âmbito dos conceitos de vertente econômica, o território é considerado produto espacializado das dinâmicas econômicas e dos modos de produção, aos quais oferece uma fonte de recursos. Da perspectiva política, a mais difundida segundo o autor, o território é compreendido como um espaço organizado socialmente que revela as relações de poder que o estruturam e coordenam. Por sua vez, do ponto de vista das ideias de base cultural, o território é definido sobretudo pela apropriação simbólica do espaço vivido por determinado grupo social. Por fim, segundo o sentido naturalista do conceito, o território se estrutura a partir das relações estabelecidas entre o comportamento do homem e as características de seu ambiente natural, em uma visão que se aproxima do determinismo geográfico, ou seja, onde o meio condiciona ou influencia o modo de vida de um grupo social.

Tal classificação se mostra relevante, sobretudo, pois permite compreender as dimensões gerais segundo as quais o território vem sendo abordado teoricamente. No entanto, da perspectiva deste trabalho é inescusável, tendo em vista o que se colocou, até aqui, compreender o conceito de maneira menos determinística, mais integrada às dimensões do mundo-da-vida, das quais fazem parte os aspectos econômicos, políticos, culturais e naturais, e onde, indubitavelmente, se emaranham. É necessário, portanto, abordar essas vertentes conceituais de maneira relacional². Tal visão é especialmente importante frente às complexas dinâmicas sociais e arranjos espaciais que delineiam os territórios concretos contemporâneos.

Isto posto, parte-se da noção precípua de que o território não existe aquém da relação sociedade-natureza, ao contrário, é daí que se origina. Não é um dado *a priori*, como uma abordagem de caráter idealista poderia levar a pensar, mas uma organização histórico-social, em uma perspectiva relacional. Essa formulação encontra amparo no pensamento de vários autores. Por exemplo, para Magnaghi (2017a, p. 17), precursor da Escola Territorialista

² Uma das questões centrais para a discussão do território enquanto conceito é seu caráter absoluto ou relacional. Haesbaert (2019 [2004], p. 80) atribui, por exemplo, dois sentidos principais ao predicado absoluto: enquanto um dado *a priori* e, em uma perspectiva materialista, como evidência empírica - acepção que objetiva o território enquanto substrato material. De outra forma, o “território construído a partir de uma perspectiva relacional do espaço é visto completamente inserido dentro de relações social-históricas, ou de modo mais estrito para muitos autores, de relações de poder” (HAESBAERT, 2019 [2004], p. 80).

Italiana³, o território é a materialização de um conjunto de relações coevolutivas entre assentamentos humanos e o meio ambiente. Analogamente, Saquet (2008, p. 88) afirma que o território é uma construção que envolve as relações sociais e a natureza exterior ao homem. Destaca, ainda, sua multidimensionalidade enquanto processo-produto, ao mesmo tempo “objetivo-material” e “subjetivo-imaterial” (SAQUET, 2008, p. 88). Esse duplo caráter, material e imaterial, apresenta-se como um arranjo coeso e se manifesta nas dimensões de vivência social: economia, política, cultura e natureza, ou, como denomina Saquet (2008, p. 74), EPCN. Note-se aqui que a denominação adotada por Saquet ecoa as vertentes gerais das variações do conceito de território apontadas por Haesbaert (2019 [2004]) e descritas acima.

O sentido relacional do conceito é, ainda, enfatizado em Souza (1995) e, antes, pode ser percebido em Raffestin (1993 [1980]), no clássico *Por uma geografia do poder*. Para ambos, o cerne do conceito território vincula-se, sobretudo, às relações de poder. Raffestin (1993 [1980], p. 143) enuncia que o “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Nessa perspectiva o território é, então, resultado da ação do homem sobre o meio, ou seja, da territorialização do espaço e, como tal, envolve e revela relações essencialmente do campo do poder (RAFFESTIN, 1993 [1980]). A influência do pensamento do geógrafo francês é clara no trabalho de Souza (1995, p. 78), para quem o território “é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Deste modo, a questão basilar para sua compreensão é “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” (SOUZA, 1995, p. 79). A resposta para esta pergunta nunca é simples, pois pressupõe reconhecer o território diacronicamente, em sua dimensão processual e complexa.

O enfoque de Souza incorpora nuances que, em princípio, podem parecer ausentes ao leitor. Por isso, cabem aqui algumas elucidações. Destaca-se, em primeiro lugar, que a noção de poder apresentada não se restringe ao âmbito estatal, ou do poder institucionalizado, pelo contrário, incorpora práticas informais, simbólicas e até mesmo formalmente deliberativas do exercício de controle e/ou influência entre diferentes sujeitos sociais (SOUZA, 2018, p. 86). Em segundo lugar, a centralidade atribuída à dimensão política não ignora “a cultura (o simbolismo, as teias de significado, as identidades...) ou a economia (o trabalho, os processos de produção e circulação de bens)”, estes são aspectos fundamentais para compreender as dinâmicas do território, tanto em uma perspectiva generativa, relacionada aos motivos pelos quais se deseja territorializar um espaço, quanto de manutenção (ou tomada) das estruturas

³ A Escola Territorialista Italiana é um grupo de pesquisa teórico-prática surgido no fim da década de 1980. Sua atuação é direcionada para reflexão multidimensional acerca do papel das identidades locais, do patrimônio territorial compartilhado e da interação entre saberes especializados e contextualizados na definição de uma nova ecologia de projeção e planejamento do território tendo em vista o desenvolvimento local autossustentável (informações disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.lapei.it>).

de controle (SOUZA, 2018, p. 88). Por fim, é necessário destacar que a ênfase dada ao sentido relacional do conceito não o aparta da materialidade que lhe serve de suporte e referência. Entretanto, há que se sublinhar que “território” e “substrato espacial material” não são noções equivalentes (SOUZA, 2018, p. 90).

Fica evidente, portanto, a complexidade e a amplitude conceitual que permeia a formulação de Souza. É nesta conjuntura, a partir do campo ampliado do território e em sua perspectiva relacional, que se acrescenta a contribuição de Alberto Magnaghi para o amálgama teórico apresentado aqui. Deste modo, Magnaghi entende o território como:

[...] produto histórico dos processos de coevolução de longa duração entre assentamento humano e ambiente, natureza e cultura e, portanto, como resultado da transformação do ambiente em obra de sucessivos e estratificados ciclos de civilização (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 24 e 25, tradução nossa).

O autor propõe uma definição de viés histórico-social que, ainda que não inclua explicitamente a ideia de poder, a manifesta claramente ao aludir à natureza cíclica dos territórios, relacionando-a às sucessões dos grupos sociais que os controlam e influenciam em suas (trans)formações. Para Magnaghi (2017a, p. 24) o território é, ainda, o “bem comum por excelência da humanidade”, pois consiste no meio elementar para a peripécia da vida humana, sobretudo na esfera pública, o que engloba, necessariamente, o exercício do poder.

Do exposto depreende-se, então, que cada sociedade modela o espaço, por si só particularizado por seus atributos e recursos geográficos e biológicos, de acordo com suas exigências, decorrentes de suas dinâmicas políticas e de suas características culturais – valores intelectuais, estéticos, morais e espirituais – ou, segundo Lefebvre (2008 [1972], p. 82), sua ideologia. Essa ação de dominação e/ou apropriação do espaço, ou de territorialização (HAESBAERT, 2004, p. 5), configura o território, processo-produto dotado, portanto, de identidade e história. Dessa forma, cada território manifesta aspectos socioculturais específicos, cuja origem remonta aos grupos que o compõem, o modelam e sobre ele exercem poder por meio de atos territorializantes, os quais se refletem, dentre outras formas, em territorialidades sócio-espaço-temporais.

Assim como território, o termo territorialidade possui acepções distintas conforme o campo referencial e a posição filosófica de cada abordagem. De maneira geral, territorialidade é uma “condição do que é territorial” (TERRITORIALIDADE, 2015). Assim, o termo pode tanto assinalar “o pressuposto geral para a formação de territórios”, quanto referir-se à sua “dimensão simbólico-identitária” (HAESBAERT, 2019 [2004], p. 36). Há na territorialidade um caráter essencialmente relacional, seja como condição ou resultado das relações sociais espacialmente organizadas. Essa perspectiva é muito bem discutida por Raffestin (1993 [1980], p. 158-161), para quem a territorialidade pode ser definida, de fato, como um conjunto

de relações mediatizadas – existenciais e/ou produtivistas, mas sempre de poder – entre um sujeito coletivo e a exterioridade (concreta ou abstrata). O autor aponta, ainda, a insuficiência de compreender o conceito de maneira simplista, apenas como ligação com o espaço. Ao contrário, é necessário reconhecer que a territorialidade reflete, em uma escala coletiva, “a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial”, que incorpora em si aspectos da tríade sociedade, espaço e tempo (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 158).

À vista disso, é possível dizer que as territorialidades, enquanto manifestações das experiências e vivências coletivas dos seres no mundo, revelam as formas como os grupos sociais se relacionam e se identificam com seu espaço e, portanto, o territorializam. Segundo Saquet (2008, p. 88), há nas territorialidades “continuidades e discontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas a cada lugar: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas” do *locus*. Assim, para o autor, as territorialidades produzem, em dupla instância, identidades e heterogeneidades (SAQUET, 2008, p. 88). De fato, ainda que as territorialidades se originem dos vínculos entre os sujeitos e o espaço, há que se atentar, como destaca Raffestin, para não recair na incorreção da homogeneização da sociedade, no sentido de que mesmo dentro de um determinado grupo social a ideia de identidade, ou de identificação, pode ser múltipla e por vezes sujeita, por exemplo, às situações de classe (RAFFESTIN, 1993 [1980], p. 162).

Nesse sentido, é interessante destacar o conceito de multiterritorialidade. Segundo Haesbaert (2019 [2004], p. 343), o fenômeno resulta da justaposição ou convivência de territórios, ou tipos territoriais, articulados em diferentes dimensões ou escalas, mas não somente: incorpora também a sua experiência e a sua reconstrução pelos múltiplos grupos sociais envolvidos no processo. Em uma formulação semelhante, Zambrano (2001, p. 18, tradução nossa) argumenta que os territórios são plurais e apresentam “uma multiplicidade de espaços diversos culturais, sociais e políticos, com conteúdos jurisdicionais em tensão, que produzem formas particulares de identidade territorial”. A ideia de multiplicidade ou pluralidade relacionada aos territórios, no entanto, não é em si mesma uma novidade, como destaca Haesbaert (2019 [2004], p. 344). O que diferencia e atualiza o significado do termo multiterritorialidade é sua colocação frente à condição contemporânea. O desenvolvimento tecnológico das redes de transporte e informação/comunicação, sobretudo, transformaram a experiência do espaço e do tempo – criando novas velocidades, novas possibilidades de acesso e trânsito – e propiciaram a superação da “perspectiva euclidiana de um espaço superfície contínuo” (HAESBAERT, 2019 [2004], p. 348). A desarticulação física, a descontinuidade espacial, a virtualidade e a mobilidade despontam como realidades na perspectiva da territorialização. Sendo assim, a multiterritorialidade se relaciona diretamente com as novas modalidades contemporâneas complexas de organização territorial, nas quais

há o predomínio dos territórios-rede – descontínuos, sobrepostos e marcados por relações de ausência-presença – em detrimento dos territórios-zona – contínuos e definidos por relações de co-presença (HAESBAERT, 2019 [2004], p. 338 e 341).

Outro aspecto importante circunscrito no conceito de território é a noção de escala, que aparece como componente fundamental na proposição de Haesbaert acerca da multiterritorialidade. O local e o global, assim como toda a concepção de território que se defendeu até aqui, são partes relacionais nos processos de territorialização. Por óbvio, as novas possibilidades surgidas da condição contemporânea de produção dos territórios transformaram suas relações com a escala. A superação das fronteiras geográficas e das limitações físicas na experiência dos territórios impõe questões como a aparente homogeneização social em um mundo no qual se observa, já há algum tempo, um forte processo de difusão da cultura de massa que resulta, em última instância, na fragmentação das identidades locais. Tal processo é disseminado, especialmente, pelo racionalismo genérico do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 2006), que reduz o território a suporte isotrópico das atividades antrópicas (MAGNAGHI, 2001a, p. 2).

Uma atitude justificada por uma cultura que supunha legítimo e progressivo separar-se da natureza e da história, "liberar-se" do território em seus componentes ambientais, urbanos e sociais, culturais; movendo-se no horizonte da construção de uma segunda natureza artificial: um ambiente inteiramente produzido pelo homem, adequado à racionalidade instrumental de uma sociedade universalista, industrialista, livre dos vínculos locais e projetada no mito de um crescimento econômico ilimitado (MAGNAGHI, 2001a, p. 2, tradução nossa).

Nesse cenário, uma abordagem possível demanda reconhecer em cada território “não a distinção entre os processos locais e processos globais, mas suas variadas combinações” (HAESBAERT, 2019 [2004], p. 347). Notadamente, problemáticas comuns à escala global, tais quais – tomando de empréstimo o exemplo extremamente oportuno de Haesbaert (2019 [2004], p. 346) – as ecológicas e sanitárias (como as epidemias globalizadas), apresentam-se dissemelhantemente face a contextos locais ou regionais diferentes. Assim sendo, não é possível compreender a territorialidade ou o território abstratamente, seu exame somente pode ocorrer, como destaca Raffestin (1993 [1980], p. 162) a partir de sua “recolocação no seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal”.

Parece fundamental, então, que o agir territorial seja precedido da investigação que busca assimilar as particularidades da produção do território. Este é, em suma, compreendido aqui enquanto construção coletiva originada de um sistema de relações complexas desenvolvidas, ao longo do tempo, entre um grupo social e seu meio, que expressam as múltiplas dimensões do poder (do político ao simbólico) e se encontram em um constante processo de evolução. Para decodificar esse processo histórico, faz-se necessária uma interpretação estrutural dos

atos territorializantes. Isto posto, a opção analítica adotada nesse trabalho é a leitura, interpretação e descrição dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR), empregadas como ferramentas teóricas que permitem a compreensão do território e fundamentam um agir territorial em prol do bem comum.

2.2 Ciclo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR)

Enquanto relação entre sociedade e natureza, uma das características importantes acerca do conceito de território é a sua historicidade (HAESBAERT, 2011, p. 56). O estudo do processo histórico de territorialização permite a compreensão do território, desde a sua formação até os aspectos que orientam a sua evolução ao longo dos sucessivos ciclos de civilização. Tal compreensão passa pelo delineamento da relação entre assentamento humano e meio ambiente mediada pelos atos territorializantes, por via dos quais os grupos sociais depositam estruturas culturais sobre o território, atribuindo-lhe, assim, um caráter particular. Segundo Magnaghi (2001b, p. 6 e 7, tradução nossa), “cada ciclo sucessivo de civilização não reporta o território à sua natureza original, mas é nutrido de modo particular pelos atos territorializantes do ciclo precedente, reinterpretando-os e estruturando-os de maneira diferente”. Advém daí, portanto, a complexidade que concerne ao estudo do ciclo TDR.

Diversos autores têm discutido o tópico⁴, que está longe de ser um consenso. Na atualidade, nota-se um crescente interesse, sobretudo, pelos processos de desterritorialização. Isso se dá principalmente pela crescente heterogeneidade dos fenômenos territoriais configuradores e transformadores das territorialidades e dos arranjos espaciais contemporâneos.

Dissensos à parte, atendo-se à proposta desta dissertação, uma vez que o território pode ser criado e transformado ciclicamente, do ponto de vista conceitual, é preciso discutir o que são os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Primeiro, deve-se esclarecer que, a partir da perspectiva de território que se adota, os atos territorializantes são, sobretudo, processos que incluem, necessariamente, o exercício e a projeção de relações de poder no espaço (SOUZA, 2018, p. 102).

O processo sócio-espácio-temporal de territorialização diz respeito à organização e estruturação do espaço, transformando-o em território, por meio da mediância cultural de determinada civilização ou grupo social (MAGNAGHI, 2017a, p. 23). Assim, a territorialização é um movimento que incorpora valor antropológico ao espaço (TURCO, 1988, p. 76). O substrato espacial material serve, portanto, de suporte, referência e condicionante da

⁴ Ver, por exemplo, Gilles Deleuze e Félix Guattari em *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* (1972), Félix Guattari em *Caosmose: um novo paradigma estético* (1992), Claude Raffestin em *Por uma geografia do poder* (1993 [1980]), e Rogério Haesbaert em *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (2019 [2004]).

organização social. Segundo Magnaghi (2001b, p. 7) esse processo pode ser descrito, sinteticamente, por três tipos de atos: o controle simbólico ou denominação; o controle prático ou reificação⁵; e o controle sensível ou estruturação.

A denominação constitui o primeiro ato de posse (simbólica) de um espaço natural indicando-o com um atributo de significado e posição; a reificação é a transformação concreta da matéria natural em assentamento construído; [e] a estruturação indica o sistema de relacionamentos e hierarquias que identificam o funcionamento do assentamento (MAGNAGHI, 2001b, p. 7, tradução nossa).

Destarte, as ações antrópicas depositam sobre o espaço sedimentos simbólicos, materiais e estruturais complexos que, reunidos, retratam o processo de territorialização e oportunizam sua compreensão. Esse retrato é, portanto, uma expressão historicamente determinada da relação de um grupo social com o espaço, exercendo sobre ele controle.

Cabe refletir, então, sobre os motivos que impulsionam a territorialização. Há, decerto, um emaranhado de razões para cada caso concreto. Souza (2018, p. 88) afirma que “essas motivações sempre estarão, de algum modo, conectadas ao substrato espacial material e, eventualmente, também aos próprios significados culturais atribuídos às formas espaciais, isto é, às imagens de lugar”. Para Magnaghi (2001b, p. 9), os fatores determinantes de um primeiro ciclo de territorialização do espaço têm fortes vínculos com o conhecimento acumulado ao longo dos períodos de nomadismo e transumância⁶. Assim, no estudo dos arranjos socioespaciais há que se considerar, em cada caso, fatores como: os recursos naturais disponíveis, as condições geomorfológicas e topológicas do sítio e a fertilidade do solo (ligados ao substrato espacial material); os saberes e a cultura dos grupos sociais envolvidos; bem como as ligações afetivas e identitárias que, no plano simbólico, se desenvolvem ou podem se desenvolver em certo espaço.

Os territórios, na qualidade de projeção espacial de relações sociais (SOUZA, 1995, p. 87), podem (e tendem a) se transformar, porquanto sua existência está atrelada à persistência das relações das quais são resultado. As rupturas e perturbações nos arranjos socioespaciais decorrentes da crise da civilização (MAGNAGHI, 2017a, p. 23) configuram, nessa perspectiva, o processo de desterritorialização. Nesse sentido, o território passa por algum nível de desestruturação que pode resultar, por exemplo, no abandono ou ressignificação de

⁵ De acordo com o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, o termo é cunhado no campo da filosofia. “Segundo o filósofo marxista húngaro Georg Lukács (1885-1971), [é o] processo em que uma realidade humana ou social passa por uma transformação, evidencia seu caráter dinâmico e apresenta a fixidez de um ser inanimado, revelando perda de autonomia, e, no caso do ser humano, perda de autoconsciência; coisificação” (REIFICAÇÃO, 2015).

⁶ Segundo o Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, o termo refere-se à “migração periódica dos rebanhos, que se efetua durante o verão, das planícies para as montanhas, para retornarem quando se aproxima o inverno”. Por extensão, denomina o “deslocamento de pessoas para outros lugares em busca de uma vida melhor” (TRANSUMÂNCIA, 2015).

estruturas do ciclo precedente (edificações, vias de comunicação, arranjos produtivos etc.), na alteração de centralidades, na decadência de alguns assentamentos e no desenvolvimento de outros (MAGNAGHI, 2001b, p. 11).

Ainda, não se deve ignorar a dimensão política da desterritorialização. O processo refere-se, também e sobremaneira, à alteração do grupo social, ou, conforme Souza (2018, p. 98), da “fonte de poder” que organiza a modelagem anterior do território. Em alguns casos, desterritorializações podem representar experiências culturais “traumáticas”, onde grupos sociais são desarraigados e privados dos territórios com os quais mantêm vínculos identitários e vivenciais (SOUZA, 2018, p. 101). No entanto, de maneira geral, a desterritorialização não requer a egressão de um grupo social do território; basta, por exemplo, a depauperação do seu modo de vida e de seus meios de expressão cultural (HAESBAERT, 2019 [2004], p. 251).

É preciso ressaltar que as concepções apresentadas não esgotam, ou mesmo se aproximam de esgotar, os sentidos atribuídos ao termo desterritorialização. A título de exemplo, destaca-se o trabalho de Haesbaert (2011), *Concepções de território para entender a desterritorialização*, no qual o autor discute várias das acepções do termo com base em uma plêiade de autores de diferentes campos. Dentre as noções apresentadas figuram: a desterritorialização como domínio das redes, dos fluxos, da mobilidade; a desterritorialização como perda de referenciais espaciais, concretos, sob o domínio das relações imateriais (ciberespaço); a desterritorialização como perda de poder em termos do controle dos processos sociais através do espaço, especialmente o enfraquecimento do território dos Estados-nações; a desterritorialização como “deslocalização” econômica; a desterritorialização como fruto da crescente homogeneização cultural do planeta; e a desterritorialização como precarização territorial (HAESBAERT, 2011, p. 59-62). Em outra perspectiva, o mesmo autor reflete sobre o “mito da desterritorialização” nos processos contemporâneos complexos de produção do território (HAESBAERT, 2019 [2004]). Frente à obsolescência das noções de desterritorialização e reterritorialização resultante da velocidade, da intensidade e da multiplicidade desses movimentos, Haesbaert propõe alternativamente a noção de multiterritorialidade como uma forma mais adequada de compreender e abordar o fenômeno territorial (HAESBAERT, 2019 [2004]).

Ao admitir o caráter relacional do território, reconhece-se que, como destaca Haesbaert (2011, p. 56), além do sentido de enraizamento, o fenômeno também compreende “o movimento, a fluidez, as conexões”. Assim, naturalmente, as desterritorializações são, frequentemente, seguidas por processos de formação de novos territórios, ou seja, da reterritorialização. Essa ação denomina, então, a reorganização do território por novos agentes que passam a reter o poder, ou controle do espaço, e estabelecem mediâncias culturais alternativas, substituindo parcialmente as estruturas do ciclo de territorialização precedente (MAGNAGHI, 2017a,

p. 23). De outro modo, a reterritorialização pode ser compreendida, também, como um ato de enfrentamento e oposição à desterritorialização desencadeada pela territorialização de outro grupo social (HAESBAERT, 2019 [2004], p. 262 e 263).

Em suma, cada ciclo de civilização (ou de territorialização) deposita sobre o espaço sedimentos conformadores de sucessivos extratos territoriais. Enquanto o primeiro ciclo de territorialização atua sobre o substrato material em seu estado natural, ou primevo, os ciclos subsequentes configuram seus territórios por meio da interação com os sedimentos (permanências ou persistências) produzidos pelos grupos sociais precedentes, e com seus “neoecossistemas (tecidos agrários, bosques plantados, colinas com terraços, águas regidas, infraestruturas, cidades, aldeias etc.)” (MAGNAGHI, 2001b, p. 9). A leitura dessas reminiscências é a leitura da narrativa histórica do território. Para Magnaghi, as descrições oriundas do estudo dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização subsidiam a identificação de elementos de invariância capazes de delinear a identidade durável do território, de evidenciar suas estruturas organizacionais e até mesmo suas transformações mais ou menos radicais (MAGNAGHI, 2001b, p. 11). O conhecimento adquirido por meio dessa leitura é fundamental no embasamento de ações do presente sobre o território. Não se trata de uma tentativa de engessamento, patrimonialização arbitrária ou museificação, mas, sim, da contextualização necessária ao reconhecimento das potencialidades de cada território em uma perspectiva de desenvolvimento voltada para o benefício dos contextos locais.

2.3 O patrimônio territorial

Tendo já se discutido tanto os aspectos conceituais referentes ao termo território, quanto os seus processos de formação, organização e evolução diacrônica, acrescenta-se ao debate a perspectiva do território como patrimônio, ou do patrimônio territorial, que não só amplia o que tradicionalmente se entende com o termo patrimônio, como também altera a própria natureza do objeto patrimonial e das ações de preservação voltadas a ele. A compreensão do território enquanto patrimônio advém, fundamentalmente, da evolução conceitual ocorrida em ambos os campos, o do território e o do patrimônio (VALCÁRCEL, 1998, p. 33). É esta a perspectiva que baliza a discussão apresentada a seguir.

Em princípio, o termo patrimônio refere-se, semanticamente, a ‘quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade’ e encerra, também, a ideia de “herança” (PATRIMÔNIO, 2015). Françoise Choay (2017 [1992], p. 11), em *A alegoria do patrimônio*, associa a etimologia da palavra às “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Com o passar do tempo, o

substantivo recebe diversas adjetivações que modificam seu significado e alargam o que é propriamente entendido como patrimônio (CHOAY, 2017 [1992], p. 11). Nesse espectro de adjetivações, insere-se a noção de patrimônio histórico. O conceito designa bens que possuem valor para determinada comunidade e adquirem projeção em uma escala ampliada, inclui “obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos” (CHOAY, 2017 [1992], p. 11). É, sobretudo a partir da década de 1960, que mudanças estruturais na compreensão do patrimônio histórico expandem o seu escopo tipológico, cronológico e geográfico, passando a englobar, por exemplo, variedades de bens populares, não monumentais, posteriores ao século XIX e extrínsecos ao contexto europeu (CHOAY, 2017 [1992], p. 12-14).

Tais mudanças marcam a transição, no campo do patrimônio, de uma cultura estética – baseada na obra de arte, no monumento, nas expressões singulares e no excepcional – para uma cultura histórica – que valoriza o conjunto das heranças em uma perspectiva diacrônica e ampliada (VALCÁRCEL, 1998, p. 35). O domínio do patrimônio ultrapassa a redoma do edifício singular e alcança a escala do urbano, inclui os conjuntos de edificações, bairros ou cidades inteiras (CHOAY, 2017 [1992], p. 13). Para além do âmbito do edificado, a concepção de patrimônio incorpora a natureza em sua relação com a dinâmica do homem, concepção que supera a valorização da natureza intocada – estado amplamente questionável em um mundo tão antropizado –, cujos aspectos excepcionais já eram objeto de cura; e a paisagem, como construção, ou ainda arquitetura, produto histórico da relação entre o homem e a natureza e, portanto, patrimônio (VALCÁRCEL, 1998, p. 36). Mais recentemente, os bens imateriais, como as práticas culturais, os saberes e as técnicas produtivas, que figuram como referência cultural para comunidades ou grupos sociais foram destacados, também, como escopo de uma concepção ampliada do conceito de patrimônio.

Esse movimento de alargamento conceitual é acompanhado, no campo operativo, pela difusão, – tanto em termos quantitativos, quanto participativos – de eventos internacionais voltados para a discussão do patrimônio enquanto campo teórico, bem como para o estabelecimento de normas e procedimentos para sua tratativa⁷. Outrossim, ocorrem avanços na elaboração ou atualização das legislações nacionais sobre a pauta. Na esteira de tais avanços, destacam-se alguns marcos importantes que os evidenciam. As dimensões da natureza e da cultura, por exemplo, tornam-se esferas patrimoniais reconhecidas e protegidas

⁷ Choay (2017 [1992], p. 14) aponta que enquanto apenas países europeus participaram da primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, realizada em 1931 na cidade de Atenas, Grécia, a segunda reunião do tipo, ocorrida em Veneza, Itália, no ano de 1964, contou com a participação de três países não europeus, sendo eles: Tunísia, México e Peru. Depois disso, “quinze anos mais tarde, oitenta países dos cinco continentes já haviam assinado a Convenção do Patrimônio Mundial”, que teve lugar em Paris, França, em 1972 (CHOAY, 2017 [1992], p. 14).

a nível global pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural⁸ e Natural⁹, desenvolvida na décima sétima sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada no ano de 1972 em Paris (UNESCO, 1972). Já em 1992, durante sua reunião anual ocorrida em Santa Fé, o Comitê do Patrimônio Mundial – órgão deliberativo da UNESCO – adota a categoria da paisagem cultural¹⁰ como uma tipologia de bem e a inclui no Guia Operacional para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE, 2019). Enfim, em 2003, é implementada, durante a trigésima segunda sessão da Geral da UNESCO, acontecida em Paris, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial¹¹ (UNESCO, 2003).

A ampliação do campo do patrimônio é acompanhada, ainda, pelo crescimento de seu público (CHOAY, 2017 [1992], p. 15). Com isso, novos problemas emergem à discussão, tais como o turismo ou a turistificação, a usabilidade dos bens patrimoniais nos contextos atuais, o entrave a novos projetos de organização e modernização do espaço urbano em função da preservação do patrimônio, o congelamento das dinâmicas sócio-temporais por uma ideia equivocada de atemporalidade, o direito à propriedade privada e a monetização dos bens – e, ainda, das práticas – patrimoniais (CHOAY, 2017 [1992], p. 15-17). A herança do passado, as memórias e os afetos coletivos foram, assim, disponibilizados para o consumo (MACEY, 2001, p. 179). Surge, neste contexto, a indústria do patrimônio¹².

Por meio de práticas de conservação dissonantes, às vezes influenciadas por estratégias políticas e econômicas escusas, a indústria do patrimônio, paradoxalmente, como aponta Macey (2001, p. 179, tradução nossa), “parece negar a historicidade da história e não se

⁸ Conforme definição da UNESCO a partir Convenção do Patrimônio Mundial, o Patrimônio Cultural compreende os monumentos (arquitetônicos, artísticos e arqueológicos), os conjuntos edificados e os locais de interesse (obras antrópicas, arqueológicas ou conjugadas com a natureza) que tenham valor universal excepcional em uma perspectiva histórica, estética, científica, etnológica e/ou antropológica (UNESCO, 1972).

⁹ De acordo com a Convenção do Patrimônio Mundial, recebem a alcunha de Patrimônio Natural as formações físicas, biológicas e geológicas, os *habitats* de espécies animais e vegetais ameaçadas e os locais de interesse que possuam valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da estética e/ou da conservação da biodiversidade (UNESCO, 1972).

¹⁰ As paisagens culturais são bens de valor universal excepcional, representativos de regiões geoculturais específicas, que ilustram a evolução da sociedade e do povoamento ao longo do tempo e retratam, portanto, as “obras conjugadas do homem e da natureza”. Refletem, amiúde, técnicas tradicionais sustentáveis de uso da terra e relações espirituais específicas com a natureza. Em sua constituição, são “influenciadas pelas limitações e/ou oportunidades apresentadas pelo seu ambiente natural e pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais” que sobre elas atuam. (UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE, 2019, p. 83, tradução nossa).

¹¹ O Patrimônio Cultural Imaterial encerra as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas que determinados grupos sociais reconhecem como tradição e, portanto, parte de seu patrimônio cultural. Esta herança é transmitida de geração em geração e é, por isso, constantemente recriada. Sua natureza relacional e contextualizada fundamenta vínculos de identidade e continuidade cultural e histórica (UNESCO, 2003).

¹² Segundo Macey (2001, p. 179, tradução nossa), a expressão surge em meados da década de 1970, no contexto britânico, “para descrever, muitas vezes em termos pejorativos, a preservação de locais de beleza natural ou de interesse histórico que supostamente consagram alguns aspectos do patrimônio nacional”. Ainda segundo o autor, o termo se refere, também, à prática de “criação de museus industriais que dão vida ao passado por meio do uso de ambientes reconstruídos, atendentes fantasiados, exposições visuais e atividades participativas” (MACEY, 2001, p. 179, tradução nossa).

esquiva de referências oximorônicas à ‘atemporalidade’ das relíquias históricas que preserva”. Como resultado, ao deslocar o patrimônio das dinâmicas do presente, ocorre, com frequência, uma artificialização reducionista, ou teatralização, que transforma, sistematicamente, a história e seus remanescentes em um parque temático (MACEY, 2001, p. 179). A esse respeito, concorda-se com Choay (2017 [1992], p. 16), para quem as “arquiteturas e espaços não devem ser fixados por uma ideia de conservação intransigente, mas sim manter sua dinâmica”. O patrimônio deve ser abordado e compreendido, portanto, a partir de quadros cognitivos contextualizados, processuais e diacrônicos. É precisamente nesse sentido que se destaca, em última instância, a evolução conceitual do patrimônio à sua acepção territorial.

O traço mais marcante neste processo é o progressivo deslizamento que conduz do conceito inicial de patrimônio, limitado ao campo estético, encerrado na obra de arte singular ou no “excepcional” da Natureza, ao atual conceito de patrimônio territorial. Também o paulatino reencontro do “natural” e do “humano” que, durante muito tempo, fruíram por caminhos paralelos, separando “patrimônio natural” e “patrimônio histórico”, identificado este, preferencialmente, com patrimônio edificado. O relevante é que de ambos os pontos de partida se produz uma perceptível evolução desde a percepção cultural estética, até novas dimensões de caráter ético, científico, social e pedagógico. E desde uma identificação com o singular e o excepcional, mesmo cronologicamente, até outra mais integral e de perspectiva mais aberta, daquilo que constitui o patrimônio cultural (VALCÁRCEL, 1998, p. 35, tradução nossa).

São referências fundamentais desse trânsito a superação do entendimento do patrimônio enquanto objeto, em favor de sua abordagem processual inserida no tempo, e da visão dicotômica entre natureza e cultura, compreendidas como dimensões distintas e dissociáveis. Tem-se, de um lado, que o patrimônio não é um objeto, não é um dado *a priori*, mas uma construção a partir da memória coletiva que processa sua dimensão concreta e lhe atribui valor enquanto referência cultural, transmitindo, enfim, esse legado ao presente de maneira ativa (POLI, 2015, p. 124). Por outro lado, reconhece-se – com a instituição da categoria da paisagem cultural, por exemplo – que o patrimônio se constitui não na separação, mas no diálogo entre natureza e cultura. É por meio desses paradigmas que a alcunha de patrimônio pode ser estendida ao território, um sistema complexo, sedimentado pela ação sucessiva de diversos grupos sociais sobre o meio, de ampla contiguidade histórico-cultural, cuja compreensão exige o reconhecimento de sua natureza relacional. O patrimônio territorial é, portanto, “um complexo herdado, de caráter histórico, do qual dispomos como um legado das sociedades precedentes na evolução histórica” (VALCÁRCEL, 1998, p. 40).

Na acepção territorialista italiana, o território é patrimônio, pois, enquanto produto histórico de ações territorializantes no decurso do tempo, mediação entre natureza e cultura, dá testemunho sobre a contínua transformação do ambiente em obra (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 25). Destarte, a Escola Territorialista Italiana entende o patrimônio territorial como um sistema de relações entre três subsistemas: ambiente físico, ambiente construído e ambiente

antrópico (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 148). O ambiente físico é composto por atributos geográficos como clima, flora, fauna, estrutura geohidromorfológica, sistemas ambientais etc. Por sua vez, o ambiente construído compreende, dentre outros aspectos, permanências e persistências de longa duração, características da paisagem, tipos edilícios urbanos e territoriais. Por fim, o ambiente antrópico inclui, por exemplo, modelos socioculturais e econômicos (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 148). O patrimônio territorial, na forma como se relacionam no processo histórico de territorialização os elementos ambientais, construídos e antrópicos, estrutura, em uma perspectiva constitutiva, e revela, do ponto de vista analítico, a própria identidade dos grupos sociais territorializados e fundamenta a produção de uma riqueza duradoura (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 100).

Como resultado da territorialização humana, o patrimônio territorial é dinâmico, está em permanente evolução, pois só existe em relação com os atos, atores e meio que o constituem. Por isso, Magnaghi (2010 [2000], p. 96) define o patrimônio territorial como um sistema vivo. Naturalmente, enquanto sistema vivo, possui regras de crescimento e reprodução que constituem as invariantes estruturais do território (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 98). Em processos de transformação socioespaciais onde o patrimônio territorial é tratado como recurso para a produção de riquezas, são as invariantes estruturais que indicam os estatutos e estratégias possíveis, pois manifestam – por meio, por exemplo, de “infraestruturas, tramas agrárias, tipologias edilícias, urbanas, paisagísticas, regras de construção e de transformação” (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 100) – “relações equilibradas e virtuosas entre transformações antrópicas e recursos localizados” que resguardam a identidade e a sustentabilidade do território (CARTA, 2011, p. 123, tradução nossa).

No entanto, é preciso ressaltar que o valor do patrimônio territorial não reside apenas em seu uso, ou ativação enquanto recurso; ele possui um valor de existência que prescinde a utilização e se revela a partir do seu reconhecimento enquanto bem comum em relação ao qual a preservação garante a possibilidade de acionamento por futuras gerações (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 101). Dessa forma, tampouco a ativação enquanto recurso é a única atitude exequível frente ao patrimônio territorial. A esse propósito, Magnaghi destaca a existência de três práticas distintas: a dissipação ou a destruição, a conservação e a valorização (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 98 e 99). A primeira faz alusão ao abandono e consumo irresponsável de recursos não renováveis (dissipação), ou a destruição de elementos do patrimônio que figuram como entrave ou inconveniente a interesses econômicos fortes, ações desterritorializantes que resultam na degradação dos sistemas territoriais. Já a conservação demanda a utilização limitada do capital patrimonial (recursos ambientais, territoriais, culturais etc.) tendo em vista a sua preservação para as futuras gerações. Por sua vez, a valorização parte da interpretação e avaliação dos recursos patrimoniais disponíveis

como fontes primárias de riqueza a partir dos quais deve-se produzir novos atos territorializantes capazes de potencializar o valor do patrimônio territorial.

O patrimônio territorial adquire assim um sentido estratégico. Compreender o território como patrimônio significa conhecer sua história – e daqueles que o transformaram em obra – reconhecer suas potencialidades e fortalecer as escolhas coletivas realizadas à luz dos valores enraizados socioespacialmente. O modo de tratar esse patrimônio é, portanto, decisivo para a construção de horizontes futuros capazes de enfrentar os problemas advindos de modelos de desenvolvimento desiguais e insustentáveis, os quais prevalecem hoje nos sistemas territoriais, subsidiando projetos de transformação baseados na valorização duradoura dos recursos endógenos e centrados nas peculiaridades e demandas dos atores locais e do seu meio.

2.4 O retorno ao lugar: o patrimônio territorial e o desenvolvimento local

O retorno aos lugares no projeto territorial é um percurso de reencontro, de reconexão de um grupo social com seu território tendo em vista a promoção de uma nova territorialização (ou reterritorialização) voltada para o desenvolvimento dessa sociedade local (MAGNAGHI, 2005, p. 7 e 8). Nessa perspectiva, Magnaghi (2005) propõe o retorno aos lugares como uma forma de enfrentamento aos efeitos sobre o território da globalização excludente. Esse retorno estabelece, portanto, uma alternativa em relação aos principais modelos de planejamento e gestão praticados atualmente, fortemente influenciados pela escala global do Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 2006), nos quais os atores sociais participam muito pouco e são deslocados dos processos de tomada de decisão que acontecem, predominantemente, de cima para baixo, em uma estrutura descendente e assimétrica. Tais modelos são fundamentados em um sistemático processo de desterritorialização e desestruturação das relações sinérgicas entre ambiente físico, construído e antrópico (MAGNAGHI, 2010, p. 73).

Por sua vez, o retorno aos lugares pressupõe uma inversão na lógica do sistema dominante. Assim, nesse contexto, o local, seus atores e suas especificidades (ambientais, paisagísticas, culturais, produtivas etc.), passam a ser o centro de um processo que ocorre de baixo para cima, ou centrifugamente, tendo em vista a promoção de atos territorializantes que ressignifiquem as relações entre homem e natureza em uma perspectiva durável e sustentável (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 19). Enfrentar o processo contemporâneo de desterritorialização demanda, dessa forma, uma (re)tomada de consciência dos recursos, saberes, modos de fazer e viver que caracterizam cada lugar em particular e constituem, por conseguinte, sua identidade territorial. Logo, segundo Magnaghi (2005, p. 7), o retorno aos lugares compreende “uma longa peregrinação na geografia e na história de um território desconhecido hoje pela

maior parte dos habitantes e, infelizmente, dos arquitetos”.

Há que se esclarecer que, no sentido do retorno aos lugares proposto por Magnaghi, o “local” pode indicar uma pluralidade de âmbitos espaciais. Segundo Raff Carmem (1996, p. 153, tradução nossa), o local refere-se ao espaço “no qual as crenças, os conhecimentos, as habilidades, as formas de comportamento, atitudes e práticas se agregam e interagem”. Dessa forma, no contexto a que se refere, um lugar “pode dizer respeito a um sistema territorial local, a um bairro, a uma pequena cidade, bem como ao sistema transnacional dos vales alpinos”, por exemplo (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 103, tradução nossa).

Metodologicamente, Magnaghi (2005, p. 7 e 8) estratifica essa peregrinação que constitui o retorno aos lugares em cinco movimentos: i) definição teórica e metodológica do conceito de desenvolvimento sustentável; ii) representação identitária dos lugares, iii) elaboração do estatuto dos lugares, que elenca os elementos de invariância do territórios e as regras de transformação para alcançar uma nova territorialização; iv) definição de visões estratégicas de futuro, vinculadas à valoração dos ativos patrimoniais e ao desenvolvimento sustentável e; v) redefinição dos instrumentos e dos processos de planejamento.

Pretende-se aqui desenvolver o primeiro movimento, de natureza teórica, com a discussão sumária do conceito de desenvolvimento sustentável e sua vinculação com o patrimônio territorial. Em uma rápida pesquisa, o termo desenvolvimento aparece caracterizado por e vinculado a adjetivos tais como: econômico, humano, psicossocial, moral, organizacional, cognitivo, sustentável etc. A composição desses binômios demonstra que as concepções de desenvolvimento possuem centralidade ou penetração em campos diversos, tais como: a economia, a psicologia, a filosofia, a sociologia e a ecologia. É, no entanto, na economia que a teoria do desenvolvimento é, historicamente, mais amplamente discutida, sobretudo a partir da ideologia capitalista do “desenvolvimento econômico”¹³. Ainda assim, o étimo da palavra não só precede a ideia do Capitalismo, como não se relaciona expressamente com o campo da economia ou se restringe a ele (SOUZA, 2018, p. 274). De acordo com Souza:

Etimologicamente, “desenvolvimento” (e seus equivalentes em outras línguas, do inglês *development* ao alemão *Entwicklung*) significa retirar de um “envoltório”, algo que “envolve” alguma coisa. O sentido é cristalino: “liberar”, “retirar obstáculos”. É bem verdade que isso tem sido capturado, em vários domínios, de modo teológico, finalista, como a noção do desenvolvimento de um organismo (uma planta, por exemplo), em que as “etapas” são conhecidas de antemão; e foi esse o sentido mais ou menos embutido, desde o começo, no discurso capitalista do “desenvolvimento econômico” [...]. *Não obstante*, isso jamais esgotou o universo de emprego dessa palavra, especialmente no cotidiano. [...] Em geral, o que queremos dizer é que há uma *busca*, um processo de *pôr-se em movimento* – que, quase por definição, é aberto e imprevisível (SOUZA, 2018, p. 274).

¹³ Segundo Souza (2018, p. 270), “a rigor, o ‘desenvolvimento econômico’, na sua essência, se reduz ao binômio *crecimento econômico* (expresso pelo crescimento do PIB, por exemplo) + *progresso técnico*”.

O caráter procedural é, aliás, fundamental na compreensão do conceito de desenvolvimento, particularmente em uma abordagem socioespacial. Souza (2018, p. 287) destaca que, historicamente, o pensamento teórico-conceitual acerca do desenvolvimento tratava o espaço com negligência ou fragmentadamente, reduzindo-o à sua dimensão econômica ou natural, como fonte de recursos. Em uma visão ampliada, o autor propugna em favor da compreensão do desenvolvimento socioespacial como um processo de “transformação para melhor das relações sociais e do espaço, propiciadora de melhor qualidade de vida e maior justiça social” (SOUZA, 2018, p. 286). O desenvolvimento concebido a partir de uma base socioespacial é, essencialmente, uma forma de enfrentamento da heteronomia – das assimetrias estruturais do poder, das iniquidades (sociais e econômicas) e da pilhagem ambiental –, com vistas, enfim, à conquista de mais autonomia, o que demanda, indubitavelmente, a consideração da dimensão espacial em seus múltiplos aspectos e em perspectivas materiais e simbólicas: como natureza, como território, como lugar e assim por diante (SOUZA, 2018, p. 285).

Assim como para o conceito de território, o poder, ou seu exercício, é um tópico importante para as diversas abordagens teóricas acerca do desenvolvimento. Logo, não poderia deixar de sê-lo também na construção de um modelo de desenvolvimento de base socioespacial. Mais precisamente, importa compreender quais atores detêm o poder, ou são capazes de influenciar e participar ativamente das tomadas de decisões – nas quais se incluem o estabelecimento de normas e sua aplicação –, e também a partir de qual posição atuam sobre o sistema territorial. É disso que se trata, efetivamente, o “enfrentar a heteronomia”. Se a heteronomia é a imposição hierárquica (de cima para baixo) da lei ou da vontade de agentes e/ou atores externos dominantes (de fora para dentro), a autonomia “é a capacidade de um grupo de *autogerir-se* e *autogovernar-se*, o que pressupõem a ausência de assimetrias estruturais de poder” (SOUZA, 2018, p. 294).

Em uma alternativa socioespacial de desenvolvimento há, portanto, um outro enfoque acerca da escala, que se desloca das categorias internacionais e nacionais – privilegiadas no “desenvolvimento econômico” (SOUZA, 2018, p. 288) – para os territórios e os lugares, bem como dos sujeitos que participam, detendo inclusive poder de decisão e influência, do processo de mudança para melhor, como define Souza (2018), incluindo, além do Estado e das grandes forças econômicas e financeiras, as comunidades locais, as pessoas reais. É, portanto, a partir dos lugares, “espaço vivido em relação ao qual se desenvolvem identidades sócio espaciais” (SOUZA, 2018, p. 285), e dos territórios, constructos temporais de sucessivos grupos sociais (MAGNAGHI, 2010 [2000]), delimitados por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995), que visões alternativas de desenvolvimento, aquém do sentido exclusivamente econômico, têm se estruturado na contemporaneidade. De uma perspectiva territorial, por exemplo, Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2010) apresentam uma

formulação conceitual acerca do desenvolvimento, que, ainda que propugnada sob uma outra denominação, incorpora os mesmos reenfoques escalares e subjetivos destacados anteriormente. Segundo os autores:

Em síntese desenvolvimento territorial pode ser entendido como um estágio do processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos capitais tangíveis (ou materiais) e intangíveis (ou imateriais) existentes no local, com vistas à melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2010, p. 102).

Trata-se, pois, de uma abordagem autocentrada de um processo de mudança para melhor que ressalta a perspectiva da territorialização do desenvolvimento (DALLABRIDA; SIEDENBERG; FERNÁNDEZ, 2010, p. 105), ou seja, um processo baseado especificamente nos aspectos que configuram as relações entre as sociedades e seu meio, em seus atores, em seus recursos territoriais, em seu capital de conhecimento, saberes e técnicas produtivas, em seus modelos socioculturais e econômicos, em suas identidades socioespaciais etc. Essa perspectiva se relaciona profundamente com o que Magnaghi (2005, 2010 [2000]) compreende como desenvolvimento local autossustentável. A afinidade com o enfoque escalar é claramente dada pela alusão ao “local” como dimensão privilegiada do processo de desenvolvimento. Quanto aos sujeitos da ação de transformação, para o autor “o desenvolvimento local é acima de tudo desenvolvimento da sociedade local, de suas instituições de participação nas decisões em direção ao autogoverno” (MAGNAGHI, 2005, p. 9). Esses reenfoques são reforçados na concepção da autossustentabilidade. Magnaghi (2005, p. 9, tradução nossa) compreende a autossustentabilidade como a “capacidade de um sistema territorial local produzir bem-estar em forma durável, permitindo a reprodução da valorização ampliada de seus ativos patrimoniais”, não sustentada por forças externas, mas por cooperação ativa e responsável dos agentes locais.

A formulação da noção de “desenvolvimento local autossustentável” surge, na visão do arquiteto e urbanista italiano, como contraposição “às definições tecnicistas e tecnocráticas de sustentabilidade”, que revelam, em última instância, uma visão parcial e limitada do problema da sustentabilidade do desenvolvimento (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 74). O conceito de desenvolvimento sustentável é, sem dúvida, um campo de tensões teóricas. São várias as abordagens que procuram defini-lo, mas, mais do que isso, o próprio termo sustentabilidade é alvo de dissensos, como evidencia, por exemplo, a crítica de Magnaghi apresentada acima. Segundo Souza (2018, p. 285), aliás, o desenvolvimento sustentável “tem sido muito mais um slogan ideologicamente manipulado e manipulável que um referencial teórico sólido”. Polêmicas à parte, o conceito entra em evidência como reação à crescente degradação do meio ambiente e ao aumento do consumo dos recursos naturais decorrentes das práticas mais difundidas do desenvolvimento econômico, notadamente, no final do século

XX¹⁴. Desde então, a percepção da relação entre os desequilíbrios ecológicos, o crescimento econômico e o progresso técnico nos moldes capitalistas tem legitimado a discussão de alternativas mais sustentáveis de desenvolvimento, agenda incluída, a propósito, no discurso oficial da maioria dos países do mundo. Nesse sentido, esgotar o assunto seria uma tentativa vã. Assim, ater-se-á, aqui, à diferença entre as abordagens territorialistas e as ambientalistas.

Genericamente, enquanto de uma perspectiva ambientalista o ambiente natural possui centralidade como regulador da sustentabilidade, do ponto de vista territorialista, defendido por Magnaghi, considera-se o problema a partir do “ambiente do homem” e atribui-se, por isto, a sustentabilidade do desenvolvimento ao território (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 71). Destarte, a concepção de autossustentabilidade de Magnaghi difere das compreensões do desenvolvimento sustentável de base prevalentemente ambiental, pois entende a sustentabilidade como um projeto territorial multissetorial e integrado baseado na construção de relações virtuosas entre cinco esferas indissociáveis: política, social, econômica, territorial e ambiental (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 72). Dessa forma, “a ‘questão ambiental’ não é mais enfrentada como problema setorial, mas sim como problema *relacional*, a partir do momento que a *degradação ambiental* é o produto histórico de uma determinada civilização e dos seus atos desterritorializantes e destrutivos” (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 72, tradução nossa).

Assim, a autossustentabilidade para um sistema territorial local remete, conforme Magnaghi (2010 [2000], p. 88), à sua capacidade de produzir nova territorialidade ou reterritorialização (sustentabilidade territorial), integrando os atores locais – inclusive os atores fracos¹⁵ –, ao sistema decisório (sustentabilidade social), com elevada autonomia e capacidade de autogoverno (sustentabilidade política), por meio do reconhecimento e da ativação do seu patrimônio como recurso potencial em um modelo de crescimento alternativo (sustentabilidade econômica) que promova maior equilíbrio nas relações entre o homem e o meio ambiente (sustentabilidade ambiental).

Vale salientar que autossustentabilidade, como enunciada por Magnaghi (2005), não pode ser

¹⁴ Dois marcos importantes na trajetória do conceito de desenvolvimento sustentável são: a criação, em ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1983, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega, e a posterior publicação, em 1987, do relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland, que estabelecia uma agenda global para alcançar o desenvolvimento sustentável (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991); e a Conferência Geral das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, que resultou na elaboração da Carta do Rio cujo objetivo era “alcançar acordos internacionais em que se respeitem os interesses de todos e se proteja a integridade do sistema ambiental e de desenvolvimento” (IPHAN, 1995).

¹⁵ Em grande parte das experiências de projeto e planejamento territorial, “os atores que têm voz são aqueles que têm acesso à política, à informação, aos recursos econômicos e culturais [acesso à educação] e às redes de comunicação”, esses são os atores fortes (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 83). Em oposição, em função de assimetrias e disparidades sociais, os atores sociais fracos são aqueles que possuem pouca influência ou possibilidade de participar de processos decisórios, cuja voz em alguns casos é ignorada e em outros deliberadamente silenciada.

considerada sinônimo de autossuficiência. Aqui cabem, na verdade, as mesmas considerações feitas por Souza (2018) acerca da autonomia. Nem a autossustentabilidade, nem a autonomia equivalem à autarquia econômica ou ao isolamento cultural (SOUZA, 2018, p. 298). Autossustentabilidade indica, com efeito, no sentido empregado pelo autor, uma mudança de centralidade no processo de desenvolvimento, que afasta a hegemonia das escalas nacionais e supranacionais, das forças do Capital, do crescimento econômico e do progresso técnico, e privilegia as dimensões do espaço vivido – o território e os lugares – e as comunidades locais como protagonistas de um processo de mudança para melhor – em perspectivas sociais, econômicas e ambientais – baseado em seus capitais materiais e imateriais, seus recursos territoriais, modos de vida, conhecimentos, saberes e tradições.

É, portanto, sobre as peculiaridades endógenas, mais precisamente sobre sua valorização, que se fundamentam as transformações requeridas por um projeto local de desenvolvimento. O patrimônio territorial se apresenta, nesse contexto, como recurso capaz de impulsionar o desenvolvimento local, pois, enquanto bem comum, possui centralidade na produção de riquezas duráveis nos sistemas territoriais. Por meio do reconhecimento de seus próprios valores patrimoniais uma comunidade local pode projetar seu futuro de maneira consciente e socialmente ativa (MAGNAGHI, 2005, p. 9). Neste projeto, a solução para o problema da sustentabilidade reside na promoção de novos atos territorializantes que ressignifiquem as relações sociais e entre o homem e o meio a partir dos objetivos dos atores locais e das formas de uso do seu patrimônio (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 92). Desta forma, segundo Magnaghi (2010 [2000], p. 95, tradução nossa):

A construção de um pacto socialmente alargado pela valorização do patrimônio territorial como base material para a produção de riqueza constitui as garantias da salvaguarda ambiental (*sustentabilidade ambiental*) e da qualidade territorial (*sustentabilidade territorial*), a partir do momento que na construção em si do projeto se determinem as condições de solidariedade e de confiança para a defesa e valorização do bem comum compartilhado; mas somente a presença no pacto das necessidades dos atores mais fracos garante a sustentabilidade social, sob pena da exploração (e da destruição) dos recursos humanos e materiais na competição no mercado por parte dos atores fortes. O desenvolvimento local assim entendido leva à superação de normas e restrições exógenas em direção a regras de autogoverno acordadas e amparadas por um senso comum compartilhado (*sustentabilidade política*). O projeto local, verificando-se quanto a estas medidas, cria as condições, no processo da sua construção, para a transformação dos estilos de vida, de consumo e de produção, valorizando o trabalho autônomo, o artesanato, a microempresa, a empresa de valor ético. Este complexo tecido produtivo molecular pode, se dotado de estatutos próprios, constituir a base produtiva do desenvolvimento local autossustentável, desde a agricultura até o setor terciário avançado (*sustentabilidade econômica*).

Reconhecer os valores patrimoniais dos territórios é, portanto, fundamental para alcançar um modelo alternativo de desenvolvimento, mais sustentável, voltado, sobretudo, para a

valorização dos lugares, dos saberes locais, dos ativos patrimoniais e das características identitárias, principalmente frente à dinâmica do capital que promove a concentração da riqueza, dos recursos e a centralização política e decisória (SAQUET, 2008, p. 84). O processo de planejamento para realizar esse complexo projeto de desenvolvimento demanda a ativação de práticas espaciais¹⁶ que desafiem o *status quo* e conduzam ao empoderamento da sociedade local para instituir, de forma autônoma e consciente, as regras de transformação e (re)territorialização em prol de um ideal compartilhado de futuro (SOUZA, 2018, p. 247).

2.5 Processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável

As ações de projeto e planejamento voltadas para o território são hoje, em sua maioria, tratadas de maneira setorial e, ainda que em alguma medida reguladas por planos e políticas públicas, integram uma dinâmica ligada ao desenvolvimento econômico onde as práticas de governança são lideradas por forças e capitais supralocais ligados, por exemplo, ao mercado imobiliário, ao grande varejo e à indústria. Nesse cenário o desenho do território tende a assumir formas genéricas, frequentemente dissociadas das características peculiares do lugar, que reforçam um modelo de desenvolvimento cada vez mais insustentável e conflituoso (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 168).

Para colocar em prática o projeto de desenvolvimento local autossustentável é indispensável tratá-lo como uma produção social que demanda a ativação de processos de reterritorialização, nos quais os atores locais assumem o protagonismo da valorização de seus ativos territoriais (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 110). Em suma, tratando-se de um projeto que se opõe à heteronomia e à globalização, é fundamental promover novos paradigmas de sociedades locais que, reorganizadas, estabeleçam formas de emancipação baseadas em regras de solidariedade (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 114). Essa transformação demanda a formatação de um sistema de planejamento que englobe institutos de participação descentralizados, que fortaleçam formas alternativas e inovadoras de democracia comunitária (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 105), bem como a criação de instrumentos de variada natureza (técnica e política) para a sua realização (MAGNAGHI, 2005, p. 9).

Em tal processo de planejamento, supera-se a abordagem do território enquanto *tabula rasa*, “sobre o qual tudo é transformável para zonedar funções econômicas e regular o uso de propriedades” (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 137), para incorporar os valores do próprio lugar como potência na produção de riquezas duradouras. No âmbito italiano, o qual se toma como referência, a Escola Territorialista, liderada por Alberto Magnaghi, tem atuado no campo

¹⁶ Emprega-se aqui a acepção de Souza (2018, p. 241), segundo a qual “as práticas espaciais são práticas sociais em que a espacialidade (a organização espacial, a territorialidade, a ‘lugaridade’...) é um componente nítido e destacado da *forma de organização*, do *meio de expressão* e/ou *objetivos a serem alcançados*”.

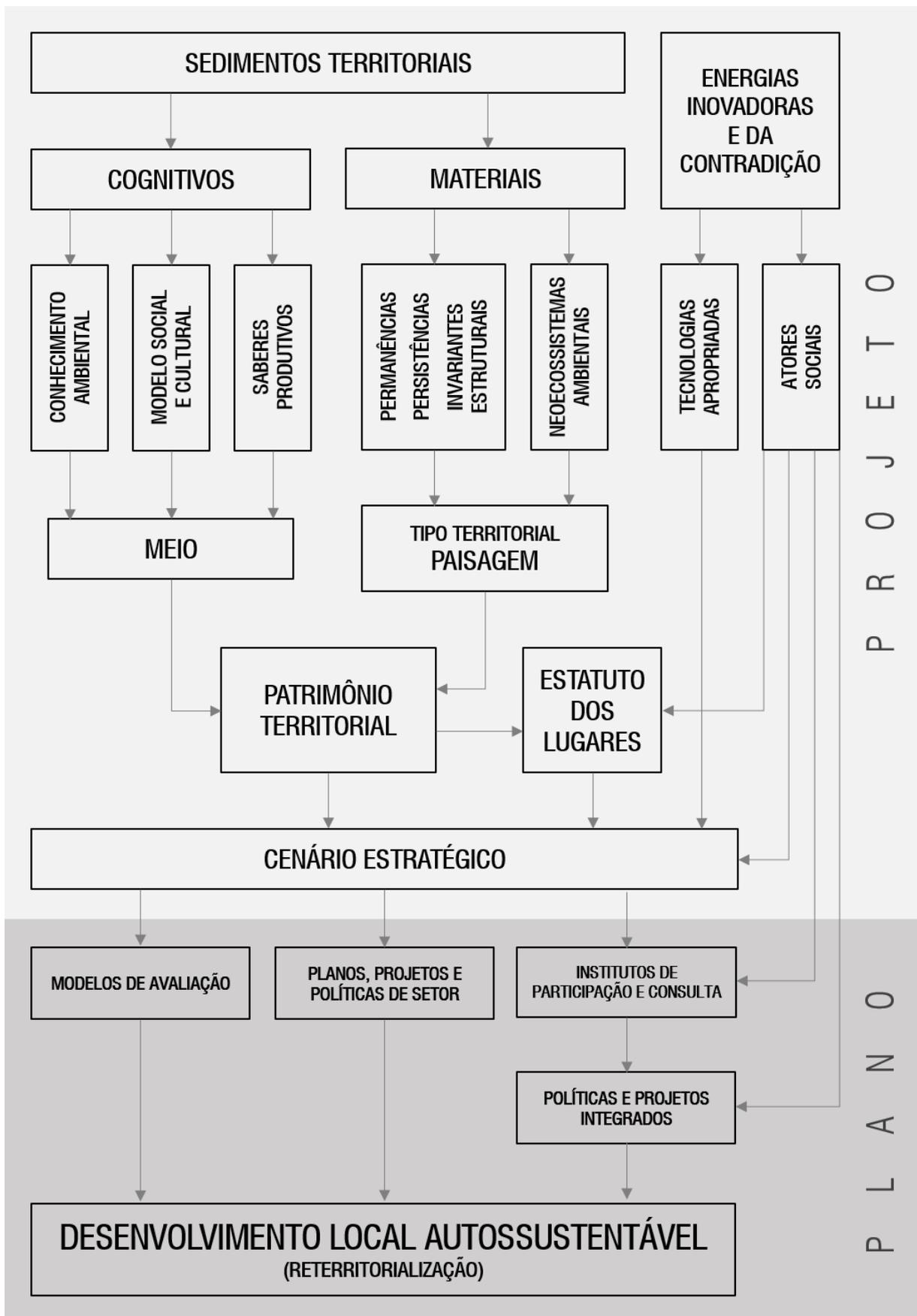
teórico-conceitual e junto às administrações regionais, para reformular a disciplina e a prática do planejamento territorial voltado para desenvolvimento local autossustentável. O processo, alinhado com os movimentos de retorno ao lugar, elencados na seção 2.4 deste trabalho, incorpora a interpretação, a descrição e a representação do patrimônio territorial como condição para o planejamento (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 138). O esquema apresentado a seguir (Figura 5), sintetiza o processo metodológico de planejamento com vistas ao desenvolvimento local autossustentável.

O esquema apresenta duas subdivisões, uma de natureza projetual (estrutural) e outra de cunho prático (estratégico-operacional), que evidenciam como uma comunidade local pode, assumindo o protagonismo da produção do território, idealizar seu futuro, consciente de seu contexto, de sua história e de seus recursos patrimoniais e, a partir disso, agir para implementar seus desígnios (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 142 e 143).

O projeto de desenvolvimento se fundamenta na construção da análise patrimonial. Por meio do estudo dos *sedimentos territoriais cognitivos (conhecimento ambiental, modelos socioculturais, saberes produtivos)* e *materiais (permanências, persistências, invariantes estruturais e neossistemas ambientais)*, reconhecíveis no *meio* e na *paisagem*, é possível desenvolver uma representação identitária dos depósitos patrimoniais locais que culmina na revelação do *patrimônio territorial*. Por sua vez, o patrimônio territorial subsidia a construção de *estatutos dos lugares*, regras de uso e de transformação do território baseadas em suas peculiaridades e elaboradas com ampla participação social em prol do interesse coletivo, incluindo as demandas dos atores sociais mais fracos (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 141). À elaboração do estatuto se segue o desenvolvimento de *cenários estratégicos*, projeções de futuro em sintonia com a valorização e ativação dos recursos patrimoniais para produção de desenvolvimento (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 141), impulsionados por *energias inovadoras* que se coloquem em oposição aos modelos vigentes de produção do espaço, *contradizendo-os*, e viabilizados pela ampla participação dos *atores sociais* locais (fortes e fracos) munidos de *tecnologias apropriadas*. Essa estrutura conduz, enfim, à formatação de *planos, projetos e políticas*, de caráter *integrado e participativo*, em consonância com o projeto socialmente construído com o objetivo de alcançar o desenvolvimento local autossustentável.

O processo delineado é fruto da (retomada da) consciência coletiva acerca da imagem identitária dos lugares, compreendendo o território e o conjunto de bens que ele encerra como potência para o desenho de um futuro com maior qualidade de vida e justiça social. Para tanto, diante da importância do patrimônio territorial para o projeto de desenvolvimento local, faz-se necessária a construção de quadros cognitivos capazes de identificar e traduzir de forma integrada as três dimensões do patrimônio (ambiental, construído e antrópico), possibilitando, assim, utilizar os seus valores como recurso (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 148).

Figura 5: Esquema do processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável.



3 MÉTODOS DE APROXIMAÇÃO AO TERRITÓRIO COMO PATRIMÔNIO

O procedimento metodológico empregado na pesquisa é baseado na descrição, na interpretação e na representação dos sedimentos que compõem o território e constituem os depósitos patrimoniais territoriais locais, com o intuito de revelar as características peculiares que definem a imagem de cada lugar, ou sua identidade. Essas três ações (descrição, interpretação e representação) fundamentam a produção de novos atos territorializantes no processo de desenvolvimento rumo à autossustentabilidade local. Trata-se do emprego de um método descritivo-analítico orientado para produzir conhecimento contextual sobre o território, seu patrimônio territorial e seus valores enquanto recurso potencial, por meio do estudo e da interpretação histórica do processo de territorialização (MAGNAGHI, 2001b, p. 3). Se a tarefa do planejamento é buscar formas de transformação do território capazes de restituir em um grau sustentável o equilíbrio entre as ações humanas sobre o meio e o próprio meio, produzindo qualidade de vida e justiça social, o estudo da história do território é o fundamento deste processo (MAGNAGHI, 2017b, p. 32).

Desta forma, a fim de compreender a construção histórica do território objeto desta pesquisa, são combinadas duas abordagens originadas nos trabalhos da Escola Territorialista Italiana: a histórico-estrutural e a morfotipológica (MAGNAGHI, 2017b; POLI, 2017). A abordagem histórico-estrutural pressupõe a análise dos processos históricos de territorialização para identificar as regras generativas e de transformação do território, que permitem, com efeito, distinguir persistências duradouras dentre as quais se destacam os valores patrimoniais do território (MAGNAGHI, 2017b, p. 39). A ferramenta utilizada para a leitura histórico-estrutural do território é a análise dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (MAGNAGHI, 2017b, 2011b; POLI, 2017). Por sua vez, a abordagem morfotipológica demanda o estudo das formas e dos tipos territoriais para identificar e representar os morfotipos que caracterizam os sistemas locais (MAGNAGHI, 2017b, p. 39).

Entende-se que cada representação da realidade é uma seleção de elementos que revela a intenção do referente (MAGNAGHI, 2001b, p. 3). Assim, evitando recair em uma abordagem quantitativa e funcionalista da representação do espaço, este projeto representacional há que se voltar completamente para o lugar, para suas características particulares, identitárias. Para tanto, a seleção dos dados a serem representados na análise morfotipológica parte do que revelam os ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Trata-se de uma representação identitária, “uma espécie de hipertexto que integra sistemas de representação pré-modernos e sistemas de informação informatizados” (MAGNAGHI, 2001b, p. 5). O caminho para realizar essa representação passa pela construção de um sistema informativo que permita retratar as particularidades do território.

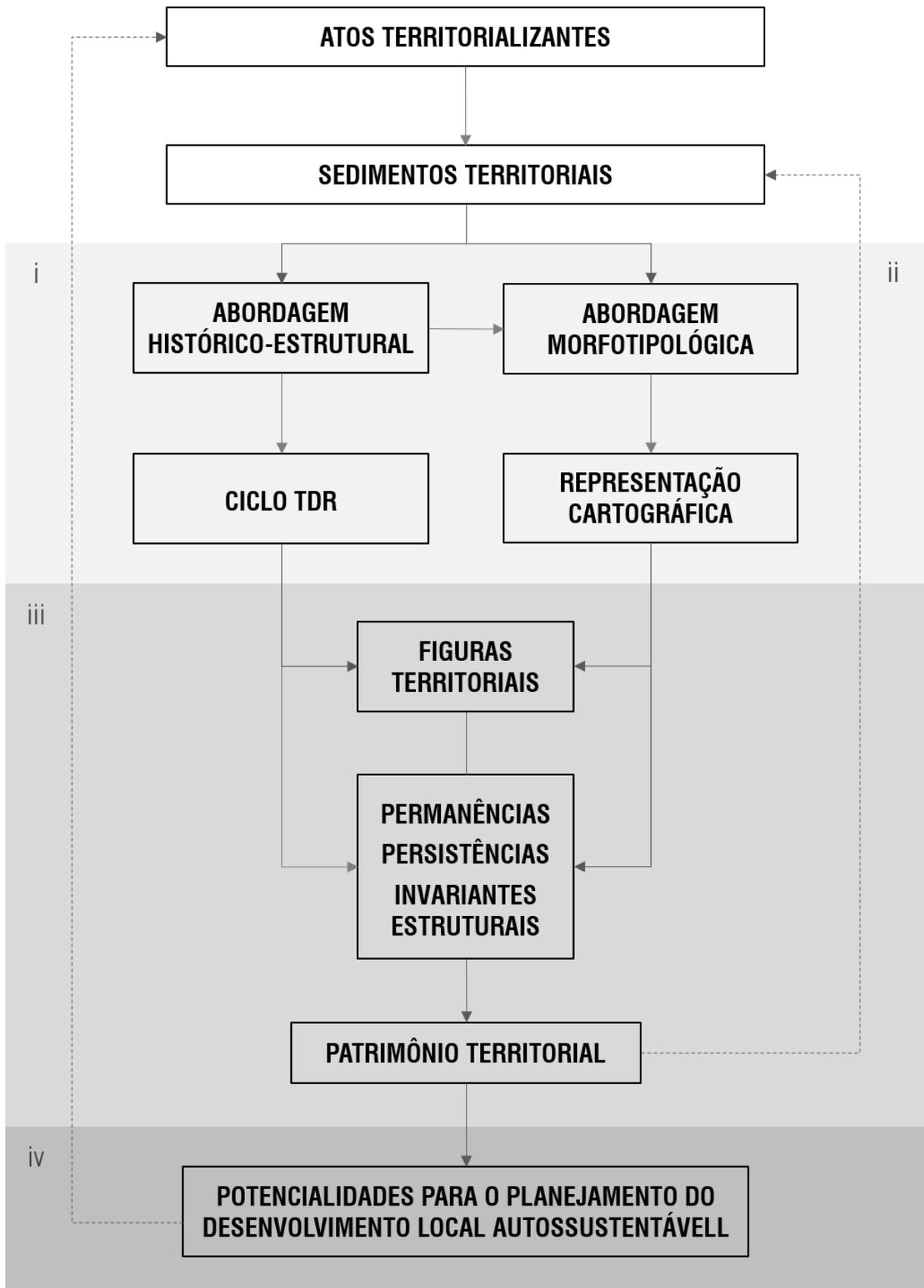
Nesta etapa, utilizam-se diversas técnicas para representar e apresentar as informações coletadas e selecionadas pela pesquisadora. A principal delas é a cartografia, com destaque para o emprego de ferramentas geoinformacionais. Ademais, fotografias, esquemas e textos podem completar e enriquecer o conjunto de dados representados.

A representação identitária pode ser dividida em duas fases principais: uma de documentação e descrição dos elementos que compõem o território e outra de síntese, na qual os elementos são analisados de maneira relacional e valorados (CARTA, 2011, p. 42 e 43). A produção e a organização de informações complexas sobre o território, por meio das abordagens histórico-estrutural e morfotipológica, fornecem a base necessária para sua compreensão enquanto sistema vivo do qual é possível extrair a sabedoria para produzir atos de territorialização adequados a um projeto de futuro localmente estruturado, fomentando, portanto, a discussão de cenários alternativos junto à população local. O Atlas do Patrimônio Territorial é o instrumento de descrição e síntese destinado a transmitir à sociedade local o conhecimento territorial acumulado nas pesquisas socioespaciais centradas no território.

A fim de experimentar a aplicação desta metodologia, faz-se um ensaio sobre o município de Anchieta. Desta forma, a partir das considerações destacadas acima, o percurso metodológico desenvolvido nesta pesquisa compreende, em suma: i) a descrição e a interpretação dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) de Anchieta; ii) a análise morfotipológica do território; iii) o exame das informações documentadas, identificando possíveis conjuntos homogêneos de características territoriais semelhantes, bem como as permanências, as persistências, as perdas e as invariantes estruturais do território; e, por fim, iv) a síntese crítica das potencialidades do patrimônio territorial enquanto recurso empregável para planejar o desenvolvimento local autossustentável. A síntese esquemática desse percurso é demonstrada na Figura 6.

A seguir, discorre-se melhor sobre os métodos empregados na representação identitária do patrimônio territorial tendo em vista a produção de conhecimento territorial complexo. Indica-se como serão estruturadas as abordagens histórico-estrutural (elaboração e na análise do ciclo TRD) e morfotipológica (representação cartográfica), e também os aspectos a serem considerados nas sínteses e análises delas derivadas.

Figura 6: Síntese do processo metodológico do trabalho.



3.1 A representação identitária do patrimônio territorial

Ciente dos aspectos conceituais que envolvem o conceito de representação¹⁷, no âmbito deste trabalho, faz-se uma aproximação da abordagem proposta pela Escola Territorialista Italiana referente à representação identitária, ou seja, aquela voltada para o reconhecimento de valores de identidade no território. Se na cartografia tradicional a representação do espaço é predominantemente quantitativa e funcional e o território é reduzido a um “espaço isotrópico, euclidiano, suporte inanimado de funções e obras” (MAGNAGHI, 2010, p. 144, tradução nossa), na abordagem territorialista são as qualidades específicas do lugar que se tornam objeto central de descrição, interpretação e representação (MAGNAGHI, 2010, p. 145).

A representação das características identitárias é um aparato analítico muito mais complexo do que a análise funcional. A necessidade de construir progressivamente uma “descrição densa” (Geertz, 1987) dos lugares, das sociedades e dos meios locais, estratificada e próxima dos mundos da vida, impõe um deslocamento contínuo do ponto de vista, um nomadismo transdisciplinar da observação e da leitura, a incorporação do olhar interpretativo na “estrutura dos assentamentos” dos lugares e do território (MAGNAGHI, 2010, p. 145 e 146, tradução nossa).

O caminho para realizar essa representação passa pela construção de um sistema informativo que permita, sob o filtro da *schemata* de Gombrich¹⁸, retratar o território em uma espécie de “biografia cujo estilo narrativo é dado pelo tipo de percepção dos valores territoriais e ambientais que o desenvolvimento de debates e ações para a sustentabilidade sedimentou no encontro entre cultura técnica e senso comum” (MAGNAGHI, 2010, p. 146, tradução nossa). Dessa forma, idealmente, o processo de definição da estrutura de valores de um determinado território deve ser multidisciplinar e contar com a participação de diferentes segmentos da sociedade. No entanto, devido às limitações que envolvem o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito de um curso de pós-graduação (ser realizada por uma única pesquisadora, inexistência de financiamento, curto prazo de execução, dentre outros), as referidas análise e valoração são realizadas, aqui, com base em conhecimentos técnicos e contextuais da pesquisadora, fundamentados em revisão de literatura, apresentada no

¹⁷ Segundo o Dicionário Houaiss da língua portuguesa, representação é uma “ideia ou imagem que concebemos do mundo ou de alguma coisa” (REPRESENTAÇÃO, 2001, p. 2432). Miranda (2009, p. 38), afirma que “representar é simular alguma coisa para alguém com alguma intenção: informar, instruir, designar, prefigurar, controlar, proscreever, fazer agir. Tal sistema expressa-se mediante formas de ver e registrar o mundo, que moldam o modo de pensar o objeto referencial”. A representação denota, portanto, um vínculo de comutações complexas entre as operações representativas do sujeito e o próprio objeto.

¹⁸ Segundo Gombrich (2007, p. 74), a representação passa por um crivo seletor denominado por ele como *schemata*, ou a linguagem do indivíduo, de modo que aquele que representa, o representante, “precisa ter um vocabulário antes de poder aventurar-se a uma ‘cópia’ da realidade” (GOMBRICH, 2007, p. 74). Esse vocabulário é mediado pela cognição, regime de aquisição de conhecimento através de diversos sistemas mentais – a linguagem, a percepção, a memória, a imaginação, o raciocínio, dentre outros – que constituem a forma como o homem interage com o mundo. Gombrich (2007, p. xviii) aponta que a psicologia descreve esse modo de sintonia perceptiva como enfoque mental, uma espécie de atenção seletiva, um filtro cognitivo. O produto do processo representativo, a imagem, provém do enfoque mental de quem a concebe e se enquadra à sua linguagem enquanto forma de expressão.

capítulo anterior, e nas abordagens histórico-estrutural e morfotipológica. Considera-se esta, portanto, uma etapa precedente à incorporação da ampla participação social ao processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável.

Em suma, o sistema informativo territorialista que estrutura as representações patrimoniais pode ser compreendido como um aparato técnico de descrição, análise e representação que integra múltiplos recursos – visuais (cartográficos, fotográficos, dentre outros) e textuais – capazes de evidenciar informações complexas sobre o território, revelando seus valores patrimoniais e sua identidade durável (CARTA e LUCCHESI, 2004, p. 184). A representação patrimonial não indica “regras prescritivas para a transformação” (POLI, 2017, p. 50), tem, todavia, o propósito de fornecer informações e conhecimentos territoriais úteis àqueles envolvidos no desenvolvimento e implantação de um projeto socialmente construído em prol do desenvolvimento local coerente com a valorização do território, sejam eles governantes planejadores, projetistas ou membros da sociedade organizada.

3.2 Abordagem histórico-estrutural: metodologia analítica dos ciclos TDR

Baseada no estudo da história do território, a abordagem histórico-estrutural utiliza a descrição, análise e representação dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (TDR) como ferramenta para produzir conhecimento profundo acerca do território (MAGNAGHI, 2017b, 2011b; POLI, 2017). Conforme Poli (2017, p. 46, tradução nossa), “a reconstrução das fases de territorialização adquire valor cognitivo em primeiro lugar porque mostra diferentes e articuladas formas de organização do território a partir dos valores amadurecidos nas sociedades constituídas”. Assim, a leitura do conhecimento estratificado no território torna-se alicerce para promover, no presente, processos de transformação ou de (re)valorização que visem o desenvolvimento local autossustentável.

A metodologia empregada no estudo dos processos TDR é interdisciplinar e fundamenta-se na identificação de fases de estabilidade e fratura na organização territorial, nas quais ativos estruturados são conservados ou marginalizados em virtude de específicos desdobramentos políticos, sociais e econômicos (POLI, 2017, p. 46 e 47). Para reconstruir o processo histórico de territorialização, Poli (2017, p. 47) propõe um percurso que engloba:

- O estudo da **posição e da estrutura de assentamento**: análise das relações entre a estrutura de assentamento histórica e a geomorfologia para evidenciar os fatores que influenciam a organização do território ao longo dos diferentes ciclos de territorialização;
- O estudo dos **processos estruturantes**: análise dos desdobramentos políticos, sociais e econômicos que, ao longo do tempo, influenciam a configuração do território;

- O estudo das **formas do território**: identificação e análise dos arranjos territoriais-paisagísticos resultantes dos processos estruturantes;
- A **representação de síntese**: agrupamento conciso e abrangente das características principais de cada fase do processo TDR para colocar em evidência as principais permanências históricas e, por extensão, as perdas e transformações.

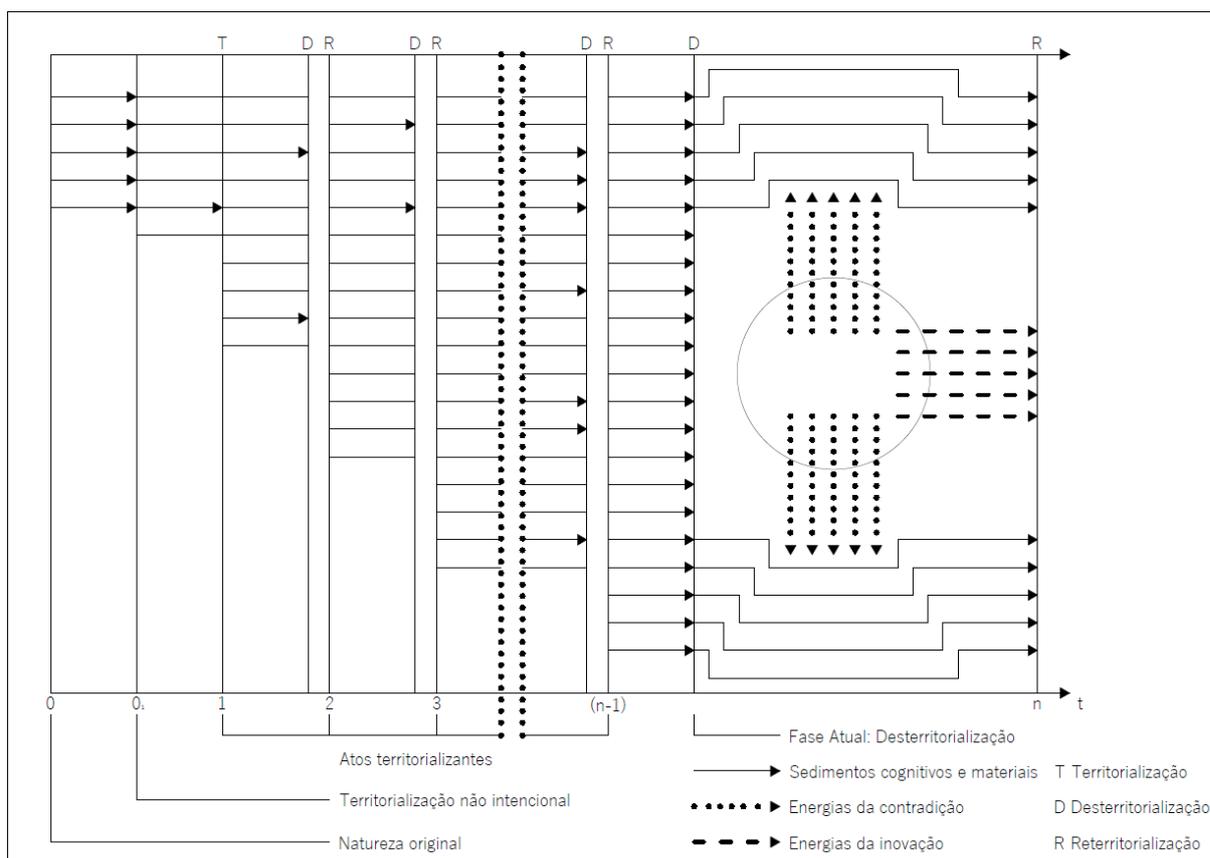
A definição dos ciclos deve levar em conta, portanto, as peculiaridades históricas e ambientais imanentes a cada contexto, tendo em vista destacar os processos de configuração e transformação do território na perspectiva da longa duração¹⁹ (MAGNAGHI, 2001b, p. 15). Os aspectos a serem considerados no estudo são aqueles sempre presentes historicamente, em maior ou menor grau, na territorialização, na desterritorialização e na reterritorialização, por exemplo: os atores e as práticas sociais; as formas de apropriação simbólica e material do espaço; as técnicas e tecnologias, o conhecimento e a ciência, o saber fazer popular; as relações de poder, de trabalho e do homem com a natureza; a heterogeneidade e as semelhanças; as desigualdades, diferenças e identidades (SAQUET, 2008, p. 89).

Inicialmente, para obter os dados que alimentam as análises, faz-se necessária a realização de uma pesquisa historiográfica, subsidiada por buscas bibliográficas e arquivísticas, bem como por levantamentos de campo. Utiliza-se como principais fontes de informação textos historiográficos (livros e artigos), relatos e iconografia histórica (cartografia, fotografia, desenhos etc.). Caso o pesquisador avalie que o conjunto dos dados coletados seja insuficiente para fundamentar a análise, o sistema deve ser retroalimentado com novas informações, o que presume, naturalmente, a realização de novas investigações. Em seguida, os dados coletados são documentados (classificados e descritos), interpretados e estruturados em uma narrativa histórica do processo de territorialização do objeto em estudo.

Por fim, as informações coletadas e analisadas são representadas sinteticamente. Nesta última etapa, é realizada a aplicação de parte do método desenvolvido por Alberto Magnaghi (2001b). O artifício consiste, essencialmente, em uma esquematização que correlaciona os atos territorializantes e os sedimentos depositados como seu resultado sobre o território para expressar as principais permanências, perdas e transformações oriundas dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (Figura 7). No modelo genérico, as linhas verticais representam os atos territorializantes, eventos ou condições mais expressivas, que demarcam as sessões históricas; as linhas ou setas contínuas indicam a continuidade ou ruptura dos sedimentos territoriais no transcurso do tempo; as setas pontilhadas simbolizam as energias da contradição; e as setas tracejadas as energias da inovação.

¹⁹ Escala de tempo na qual “as ordens de grandeza são as gerações e, às vezes, até mesmo os séculos” (SOUZA, 2018, p. 99).

Figura 7: Diagrama do processo de territorialização.



Fonte: Magnaghi, 2001b, p. 16 (traduzido e adaptado pela autora).

A primeira parte do diagrama (contida entre as marcas 0 e $n-1$ no eixo temporal) retrata o processo histórico de territorialização, sintetizado por meio de sua decomposição em ciclos relevantes para a análise do território. O ponto 0 demarca as condições originais do sistema ambiental (natureza original ou substrato material primitivo), associadas, principalmente, às suas características geomorfológicas; o ponto 0_1 assinala a territorialização “não intencional” oriunda do deslocamento da primeira colonização nômade; o ponto 1 designa a territorialização da primeira civilização sedentária, orientada pelos saberes acumulados nos períodos anteriores de nomadismo; as marcas seguintes, denominadas 2 , 3 etc., apontam os movimentos de ruptura e reconfiguração do território empreendidos por diferentes grupos em ciclos sucessivos de territorialização; por fim, $n-1$ representa o ciclo anterior ao contemporâneo (MAGNAGHI, 2001b, p. 15).

Por sua vez, a segunda parte do diagrama representa o processo de produção do território nos períodos pós-moderno e contemporâneo. Os acontecimentos situados entre as marcas $n-1$ e n caracterizam, para Magnaghi (2001b, p. 17), a civilização da segunda metade do século XX. O intervalo corresponde a um momento de transformação nos sistemas produtivos e financeiros, com expressivo avanço da globalização e da polarização entre as cidades globais e as megacidades do terceiro mundo (MAGNAGHI, 2001b, p. 17). Nesse contexto, o

ponto *n* faz referência ao próximo ciclo de territorialização, um futuro a ser alcançado por meio de um processo de reterritorialização voltado para o desenvolvimento sustentável e impulsionado pelas energias da contradição e da inovação (MAGNAGHI, 2001b, p. 25).

A interpretação do diagrama evidencia que nas transições de um ciclo ao outro nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização não há, necessariamente, uma ruptura total com a organização territorial do período precedente. Sendo assim, algumas estruturas sedimentadas sobre o território decaem ou são substituídas enquanto outras se mantêm. No gráfico da Figura 7, quando um sedimento se deteriora a linha que o representa é interrompida; quando ocorre a substituição de determinada estrutura por uma nova as linhas, ou setas, que a caracterizam se reiniciam; quando os sedimentos são conservados e consolidados as linhas que os simbolizam atravessam as fases D-R entre os diferentes ciclos (MAGNAGHI, 2001b, p. 17 e 18).

Os sedimentos incluídos no gráfico podem ser de natureza cognitiva ou material. Magnaghi (2001b, p. 18 e 19) distingue como sedimentos cognitivos, por exemplo, as características linguísticas, culturais e sociais, os saberes e as técnicas produtivas, artísticas e construtivas locais, a cultura política e o conhecimento ambiental de um grupo social. Já os sedimentos materiais são, segundo o autor, “elementos de memória reificada”, tratam-se das tipologias urbanas e edilícias, das tramas e estruturas de cultivo agrícola, das estruturas de comunicação (redes, malhas e nós), dos monumentos etc. (MAGNAGHI, 2001b, p. 19). Entende-se, ainda, que as estruturas físicas naturais de longa duração (hidrografia, topografia, flora) podem ser consideradas sedimentos materiais.

Como resultado, a representação decorrente dessa metodologia analítica deve especificar, para cada ciclo, aspectos como as formas do território, as estruturas de assentamento, as relações entre os assentamentos e o sistema ambiental, os arranjos paisagísticos, as hierarquias territoriais, as infraestruturas de comunicação, os processos estruturantes e os atores sociais que deles participam, dentre outros, sempre segundo as especificidades contextuais do objeto de estudo (MAGNAGHI, 2011b, p. 17; POLI, 2017, p. 47 e 48).

A leitura e representação dos processos de formação do território a longo prazo permite identificar invariantes estruturais, permanências e rupturas, bem como sedimentos materiais e cognitivos que se configuram como capital patrimonial para os processos de transformação (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 75). Além disso, a abordagem histórico-estrutural fornece os dados a serem representados na “restituição cartográfica” do processo, a qual configura-se como sua base comunicativa (MAGNAGHI, 2017b, p 37).

3.3 Abordagem morfotipológica

A análise morfotipológica se baseia na interpretação e na representação das configurações espaciais de determinado sistema territorial (POLI, 2017, p. 43). Por meio do estudo das formas do território é possível identificar agrupamentos de características que distinguem um tipo. O morfotipo territorial representa, segundo Poli (2017, p. 43, tradução nossa), “a forma estável que assume um neoeossistema” em razão da sedimentação de culturas de povoamento resultantes de processos coevolutivos entre os grupos sociais e seu meio. A análise morfotipológica a nível territorial é, portanto, historicamente contextualizada e não pode ser tratada abstratamente. Sendo assim, sua representação evidencia os componentes espaciais – “representáveis, mensuráveis e avaliáveis”, como destaca Poli (2017, p. 43) – oriundos das práticas espaciais e das formas de organização e evolução dos territórios na longa duração, bem como suas potenciais singularidades.

No âmbito do território, os arquétipos morfotipológicos podem ser analisados a partir de quatro categorias principais: morfotipos urbanos, morfotipos de assentamento, morfotipos rurais e morfotipos ambientais (POLI, 2017, p. 44). Para cada uma dessas categorias são avaliadas e representadas as relações formais entre determinados componentes do território, por exemplo: hidrografia, geomorfologia e ecologia, no âmbito do morfotipo ambiental; hidrogeomorfologia, núcleos urbanos, infraestruturas de transporte e comunicação (nós e redes), para o estudo do morfotipo de assentamento; edifícios, vias e espaços livres, no caso do morfotipo urbano; e hidrogeomorfologia, tramas agroflorestais, parcelamento da terra e infraestruturas rurais, no que diz respeito ao do morfotipo rural (POLI, 2017, p. 45 e 46).

As representações oriundas dessa análise são, predominantemente, de caráter cartográfico. Assim sendo, para a instrumentalização do processo representativo são utilizadas ferramentas e técnicas de geoprocessamento na obtenção, seleção e edição de dados geoespaciais. Segundo Moura (2014, p. 4), o termo geoprocessamento designa o ato de tratar dados georreferenciados, o que “engloba processamento digital de imagens, cartografia digital e os sistemas informativos geográficos”. As informações utilizadas para embasar as análises provêm de bases de acesso a dados abertos como o Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (Geobases), infraestrutura de dados espaciais (IDE) que integra conteúdo produzido e/ou organizado por múltiplas fontes, tais quais o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) e o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). Além disso, fontes cartográficas históricas contribuem para a restituição dos processos de territorialização e podem ser incorporadas ao sistema de informações geográficas. A visualização, edição e análise dos dados georreferenciados coletados é realizada por meio do *software* livre e de código aberto QGIS.

3.4 Síntese da representação identitária do patrimônio territorial

A partir dos resultados das abordagens histórico-estrutural e morfotipológica, elaboram-se duas sínteses relacionais de caráter interpretativo e valorativo vinculadas às características peculiares da identidade territorial de Anchieta: a identificação de unidades territoriais-paisagísticas que reúnem características semelhantes, as figuras territoriais, e o reconhecimento de permanências, persistências e perdas na estrutura territorial histórica.

A articulação complexa das características morfotipológicas das configurações espaciais (urbanas, de assentamento, rurais e ambientais) caracteriza a figura territorial, considerada a estrutura mínima de organização do território e a unidade elementar do arranjo da paisagem (POLI, 2017, p. 45; CARTA, 2011, p. 151). Segundo Carta (2011, p. 151), as figuras territoriais são âmbitos territoriais com atributos específicos e homogêneos que derivam da interseção das características ambientais e culturais dos sistemas históricos de assentamento. Poli (2017, p. 45, tradução nossa) destaca, ainda, que “na figura emergem, [...] de maneira clara e unívoca, as modalidades como os quatro morfotipos se relacionam no espaço e se combinam de forma original, definindo uma identidade territorial única e peculiar”.

A correlação das informações descritas, interpretadas e representadas por meio das abordagens histórico-estrutural e morfotipológica permite, ainda, distinguir permanências, persistências e perdas ao longo dos processos de transformação do território (POLI, 2017, p. 58). As permanências são os elementos e princípios invariáveis de uma estrutura territorial. As persistências são aqueles elementos que atravessam o território na sua longa duração, mas registram algum grau de transformação sem que essa seja suficiente para descaracterizá-los completamente ou privá-los de seu valor. Por sua vez, as perdas constituem-se por componentes territoriais que foram abandonados, substituídos ou completamente consumidos ao longo dos sucessivos ciclos de territorialização. Dentre as permanências e persistências duradouras se destacam, na maioria das vezes, os valores patrimoniais do território, os quais subsidiam a avaliação crítica das potencialidades locais para o desenvolvimento autossustentável.

O processo de definição das figuras territoriais e de identificação dos sedimentos permanentes, persistentes e perdidos permite a compreensão dos fatores que influíram e influem na constituição e na transformação de determinado território e que, ao longo do tempo, foram privilegiados na exploração dos recursos locais de acordo com os interesses e as necessidades de cada fase de territorialização (POLI, 2017). Do ponto de vista operacional, estas sínteses fornecem informações fundamentais para o governo e planejamento do território no presente, pois indicam as invariantes estruturais que, se preservadas, podem contribuir para o desenvolvimento sustentável a nível local (CARTA, 2011, p. 151).

4 ENSAIO EM ANCHIETA

4.1 Estudo histórico-estrutural da produção do território de Anchieta

A história do processo de territorialização do assentamento conhecido hoje como Anchieta, município situado no litoral sul do Estado do Espírito Santo, é extremamente rica e, ainda assim, possui lacunas em sua documentação e pesquisa, sobretudo do ponto de vista etnoarqueológico. Poucas e muitas vezes imprecisas são as informações registradas na historiografia sobre os grupos autóctones que povoaram Anchieta antes da chegada dos portugueses à costa do Brasil. Em consequência disso, muito da história e herança cultural local se perde no retrato construído a partir de uma perspectiva eurocentrista, dominante na historiografia oficial brasileira. A história da produção do território de Anchieta é, no entanto, indissociável da crônica invisibilizada desses povos.

Pesquisas arqueológicas realizadas no Espírito Santo registraram ocupações que datam de cerca de 4.000 a.C.²⁰ (PEROTA, 1979, p. 19). Segundo Perota (1979), esses assentamentos antrópicos se deram, sobretudo, na faixa litorânea e nos vales dos rios, situação que enquadra Anchieta como local privilegiado para ocupação. De acordo com as fontes pesquisadas (PEROTA, 1979; MACHADO, 2005; RIBEIRO *et al*, 2009, dentre outras), os vestígios arqueológicos mais antigos encontrados, até o momento, no litoral capixaba e também no município de Anchieta, apontam para a presença de grupos sambaquieiros junto à costa, os quais seriam responsáveis por uma primeira fase de territorialização sedentária rastreável, ou seja, cujos indícios materiais podem ser verificados ainda hoje naquele território.

Os sambaquieiros eram pescadores, caçadores e coletores que se alimentavam, predominantemente, de mariscos, peixes e crustáceos e, além dos frutos do mar, faziam parte da dieta destes indivíduos os vegetais e animais terrestres de pequeno e médio porte (LIMA, 2000). Segundo Lima (2000, p. 283 e 284), acredita-se que esses grupos migraram do interior para a costa há cerca de 6.000 anos antes do presente²¹, durante o “Ótimo Climático ou Altitermal, período no qual o clima do planeta sofreu um considerável aquecimento”. As mudanças climáticas desta época contribuíram para o aumento do nível dos oceanos e para transformações na cobertura vegetal e na fauna, garantindo condições bastante favoráveis

²⁰ Neste trabalho o uso da expressão “pré-história” e seus derivados será evitado. Convencionalmente, a pré-história brasileira é conhecida como o momento histórico anterior à chegada dos primeiros colonizadores portugueses, em 1500. É sabido, porém, que essa visão vem sendo discutida e questionada. Entende-se que o emprego do termo “pré-história” poderia implicar em uma desvalorização dos povos que habitavam o território nacional até então, notadamente os índios brasileiros, e a perpetuação de uma visão eurocentrista da história do Brasil, perspectiva que busca-se aqui desconstruir ou, ao menos, problematizar.

²¹ O termo “antes do presente”, representado também pela sigla AP, designa uma escala de tempo que, por convenção, adota o ano 1950 como marco referencial (GASPAR, 2004, p. 8 e 9). Trata-se de uma técnica de datação que calcula a idade radiocarbônica de vestígios orgânicos por meio da análise do elemento Carbono 14. As datas obtidas por meio desse método são acompanhadas de uma margem de erro para mais ou para menos, expressa convencionalmente com os sinais de positivo e negativo (\pm). No caso mencionado no texto, por exemplo, o evento ocorreu há cerca de 6.000 anos antes de 1950, ou seja, por volta de 4.050 a.C.

para o assentamento junto à costa (LIMA, 2000, p. 284). A possibilidade de haver ocupações litorâneas anteriores a esse período é de difícil comprovação, uma vez que as sucessivas regressões e transgressões marinhas provocadas pelas mudanças na temperatura global foram responsáveis por transformar os contornos litorâneos e podem ter apagado ou submergido suas evidências materiais (LIMA, 2000, p. 284).

O principal vestígio da ocupação dos sambaquieiros são os sambaquis, estruturas monticulares, de formas e dimensões variáveis, compostas, sobretudo, pelo acúmulo progressivo de restos faunísticos de origem calcária (conchas de moluscos) (LIMA, 2000, p. 271). Nessas formações podem ser encontrados, ainda, artefatos de pedra, de concha e de osso, restos alimentares (ossos de peixes e mamíferos, frutos e sementes), enterramentos humanos e outros indícios das culturas pescadoras, caçadoras e coletoras que, somados às conchas, compõem a estratigrafia dos Sambaquis (LIMA, 2000; GASPAR, 2004). Os sambaquis possuem, em média, de dois a três metros de altura, entretanto, há registros de estruturas no litoral sul do Brasil que chegam a trinta metros (LIMA, 2000, p. 271). Ao longo do tempo a percepção desse tipo de sítio pela pesquisa científica foi se transformando. Gaspar (2004, p. 10) apresenta uma interessante síntese a respeito dessas metamorfoses cognitivas:

Inicialmente ele [o sambaqui] foi considerado um fenômeno natural tal como os concheiros, depois foi entendido como um local de descarte de restos de cozinha de bandos coletores e, atualmente, é considerado o resultado de ordenado trabalho social que tinha por objetivo, entre outras coisas, construir um imponente marco paisagístico.

Os sambaquis podem ser tomados, portanto, como evidências de um projeto intencional de territorialização de uma sociedade que se relacionava complexamente com o espaço. O arranjo espacial e os vestígios materiais que se preservaram nesses sítios indicam um modo de vida profundamente dependente do ambiente aquático. Para garantir o abastecimento do grupo, a implantação dos sambaquis era orientada pela ocupação preferencial de zonas de transição ecossistêmica, como baías, estuários, lagunas e manguezais (LIMA, 2000, p. 272; GASPAR, 2004, p. 50). Esses ecótonos possuem características ambientais (tais quais proteção e grande quantidade de matéria orgânica em suspensão) que favorecem a existência de grande biodiversidade. A ocupação de locais estratégicos perto do mar, do mangue e da mata diversifica as oportunidades alimentares, permitindo, assim, a fixação de uma população sedentária (GASPAR, 2004, p. 50).

Com efeito, ainda existem debates ativos na arqueologia acerca estruturação desses sítios e dos costumes dos sambaquieiros. Por exemplo, há interpretações distintas que percebem os sambaquis como local de moradia e da vida cotidiana, como indicaria o acúmulo de restos de cozinha, ou como local dos mortos e do ritual fúnebre, como denotam os muitos sepultamentos neles encontrados (GASPAR, 2004, p. 13 e 14). Discute-se, ainda, se a

alimentação desses homens era prevalentemente baseada na coleta de moluscos ou na pesca (GASPAR, 2004, p. 30 e 31). De qualquer forma, é certo que os ambientes costeiros foram fundamentais para os sambaquieiros e parecem ter estruturado seu modo de vida.

O aprofundamento das pesquisas sobre esses sítios é deveras necessário para compreender melhor como viviam seus construtores. Todavia, é possível enunciar algumas inferências acerca do fenômeno dos sambaquis a partir dos estudos já desenvolvidos sobre o tema. Fica claro, por exemplo, que nas sociedades sambaquieiras o espaço desempenha papel fundamental na estruturação cognitiva do universo, articulando o mundo da vida e o mundo dos mortos (GASPAR, 2004, p. 35 e 36). Segundo Lima (2000, p. 311), os sambaquis são fruto de “um projeto construtivo ideologicamente determinado que exigiu grande esforço, cooperação e forte empenho – a construção dos grandes montes – para marcar diferenciações sociais e hierarquias”. Para além disso, alguns artefatos encontrados em sambaquis da costa brasileira, como os zoólitos, sugerem, por seu alto grau de elaboração artística, a existência de práticas cerimoniais, visto que sua confecção demandava um alto investimento de tempo bem como o desenvolvimento de habilidades especializadas que transcendem a manufatura de subsistência (LIMA, 2000, p. 311). Essas constatações sustentam a hipótese de que os grupos sambaquieiros possuíam uma organização social complexa, com provável divisão do trabalho e das funções que cada indivíduo desempenhava dentro da comunidade (o que sugere também a existência de hierarquias e diferenciações sociais), crenças e costumes cuja capacidade técnica permitiu que fossem materializados em artefatos e transmitidos socialmente.

Em Anchieta, existem três sítios pré-coloniais registrados como sambaquis no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN): Dona Mariinha, Ponta de Ubu III e Ponta de Ubu V. O sítio Dona Mariinha foi registrado em 2008 por Christiane Lopes Machado durante pesquisas arqueológicas desenvolvidas em decorrência do Estudo de Impacto Ambiental da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV) – empreendimento idealizado pela Vale em parceria com a Baosteel, cuja implantação não se concretizou. Já os sítios Ponta de Ubu III e V foram identificados por Celso Perota em 2009, no âmbito do Programa de Resgate Arqueológico na área do Gasoduto Cabiúnas Vitória – GASCAV. As informações apresentadas a seguir foram retiradas das fichas cadastrais desses sítios arqueológicos, disponíveis para consulta nos anexos deste trabalho.

O sítio denominado Dona Mariinha se situa próximo à planície alagável do rio Salinas, em área limítrofe à Samarco. É cortado por estrada de acesso à propriedade de D. Mariinha. No perfil da estrada, ao longo de aproximadamente 80 m, vê-se camada de terra preta com grande quantidade de conchas em platô elevado (tabuleiro). Em sua estratigrafia, foram identificadas estruturas funerárias e artefatos cerâmicos. O sítio Ponta de Ubu III, por sua vez,

está localizado próximo ao rio Salinas, em uma encosta, e ocupa uma área de 640 m². É composto, predominantemente, por conchas e solo arenoso/argiloso e apresenta forma circular. Nele foram encontrados artefatos líticos lascados e polidos, bem como artefatos cerâmicos. Perota atribui tais artefatos líticos à tradição²² Itaipu²³. Enfim, o sítio Ponta de Ubu V localiza-se em uma área baixa, próxima ao mar e se estende por cerca de 400 m². Da mesma forma que o sítio anterior, possui forma circular. Conchas e solo arenoso de cor preta são seus principais componentes. Conserva pouco material lítico. Não obstante, os artefatos nele identificados são de pedra lascada, os quais Perota também atribui à tradição Itaipu.

Gaspar (2004) aponta o fato de alguns estudiosos considerarem que, além dos grupos sambaqueiros, haveria, sincronicamente, outros grupos caçadores e coletores ocupando o litoral brasileiro. Os vestígios materiais da ocupação desses outros grupos sociais receberam denominações como “sambaquis sujos”, “acampamentos para a coleta de moluscos” e “tradição Itaipu” (GASPAR, 2004, p. 40). Em lugar da estrutura monticular bem definida e com grande presença de material malacológico, surgem sítios mais amplos e rasos nos quais se destaca um sedimento escuro com grande concentração de matéria orgânica, onde verifica-se uma maior quantidade de restos faunísticos de peixes, crustáceos e equinodermos, bem como um relativo decréscimo da quantidade de moluscos (LIMA, 2000, p. 284). Gaspar, contudo, considera que esses sítios compartilham características suficientes com os sambaquis para serem incorporados às variações do próprio sistema de assentamento, considerando o longo período (da ordem de milênios) em que esse bem-sucedido modo de vida baseado na pesca e na coleta de moluscos perdurou ao longo da extensa faixa litorânea brasileira (GASPAR, 2004, p. 40). Tende-se, neste trabalho, a concordar com Gaspar (2004).

Para além dos aspectos cronológicos e geográficos que amparam a aceitação da variabilidade das configurações espaciais dos sambaquis e da base alimentar dos sambaqueiros, há que se considerar, ainda, que existem outras possíveis causas para o declínio da coleta de moluscos. Uma das hipóteses mais difundidas especula sobre o esgotamento das colônias provocado pela prolongada e intensa predação a que foram submetidas (LIMA, 2000, p. 284). A provável escassez de moluscos forçou as populações litorâneas a se adaptarem, ocorreu, portanto, o aumento da atividade pesqueira e, conseqüentemente, uma mudança no processo de construção e na configuração espacial dos sítios, já que os resíduos dos moluscos são significativamente mais volumosos que os dos peixes. Há registros, inclusive, de transformações no processo de construção de um mesmo sítio, onde, em determinado momento, o costume de empilhar conchas cessou, enquanto outros materiais continuaram a

²² Segundo Gaspar (2004, p. 22), as fases e tradições são instrumentos conceituais que a arqueologia brasileira utilizou para “delimitar transformações sociais consideradas importantes”.

²³ A tradição Itaipu é um estágio pré-cerâmico que ocorre em todo litoral sul do Brasil. No Espírito Santo essa tradição se manifesta na fase Potiri, com datação estimada em 515 AD (*anno domini*) (PEROTA, 1979, p. 20).

ser depositados sobre o monte, o que resulta na existência de uma matriz sedimentar de cor preta no topo de alguns sambaquis cujos estratos inferiores apresentam composição, predominantemente, a base de conchas (GASPAR, 2000, p. 66).

Além dos sítios registrados no IPHAN, nas fontes pesquisadas há menção da existência de sambaquis junto às margens do rio Benevente, nas proximidades do distrito de Jabaquara, bem como na região fronteira entre os municípios de Anchieta, Piúma e Rio Novo do Sul (MACHADO, 2005a e 2005b). Outrossim, um estudo realizado em sete sítios arqueológicos a céu aberto, distribuídos ao longo da costa dos municípios de Anchieta e Piúma, identificou a presença de fragmentos ósseos humanos, artefatos ósseos e líticos que foram atribuídos à cultura sambaquieira no sítio arqueológico denominado Cemitério da Fazenda Santa Luzia de Monteiro, ou simplesmente Cemitério, localizado na parte superior de uma pequena elevação às margens do rio Salinas (RIBEIRO *et al*, 2009). Nesse sítio também foram encontrados artefatos tupi-guarani (RIBEIRO *et al*, 2009), o que implica sua ocupação posterior por outra cultura, a qual acrescentou-lhe uma nova camada de sedimentos territoriais. É importante ressaltar, no entanto, que o estudo sistemático do sítio Cemitério é comprometido pelo desbaratamento das estruturas arqueológicas originais, ocasionado, segundo RIBEIRO *et al* (2009), pela ação de máquinas agrícolas que promoveram a fragmentação e o espalhamento de seus vestígios materiais.

Tudo indica que os sítios atribuídos aos grupos pescadores, caçadores e coletores conhecidos em Anchieta – tanto os registrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos, quanto os demais – foram, em sua maioria, identificados por empresas contratadas para desenvolver levantamentos arqueológicos em decorrência da implantação no município de grandes empreendimentos industriais. Estes projetos por vezes se limitam à prospecção e ao diagnóstico, sem que haja um trabalho sistemático de estudo, resgate e monitoramento dos vestígios arqueológicos eventualmente detectados (MACHADO, 2010). Além da carência de dados consistentes sobre os sambaquis, outro problema encontrado em sua investigação é a dificuldade de acesso aos documentos produzidos por essas empresas, em sua maioria relatórios técnicos, que por vezes ficam limitados aos processos de licenciamento e não são amplamente divulgados ou geram produtos científicos publicados. É também à escassez de pesquisas estruturadas que se atribui a ausência de registros de datação estimada para os sítios citados neste trabalho. Esses aspectos dificultam a construção de um quadro claro da ocupação do município de Anchieta antes da chegada à costa dos colonizadores europeus.

De maneira geral, os estudos sobre os assentamentos de grupos caçadores e coletores na faixa litorânea do município de Anchieta indicam que o território foi amplamente ocupado por esses povos. Tendo-se em conta os artefatos encontrados nos sambaquis apresentados anteriormente – a exemplo dos artigos tupi-guarani identificados no sítio Cemitério –,

especula-se que, após sua construção e ocupação pelos sambaquieiros, os sítios possam ter sido utilizados e mesmo reterritorializados por outras culturas, que sobre eles depositaram outros vestígios materiais. Dos estudos, depreende-se, também, a possibilidade de existirem sítios sambaquieiros ainda não descobertos ou já destruídos por ocupações e práticas humanas subsequentes. Única fonte de calcário do litoral, os sambaquis foram sistematicamente desmanchados para a fabricação de cal para construção civil e adubos para fertilização do solo (LIMA, 2000, p. 286). Data de 1549, por exemplo, o mais antigo relato conhecido acerca da utilização das conchas dos sambaquis para a fabricação da cal, atribuído ao padre José de Anchieta (LIMA, 2000, p. 286). Todavia, o processo de destruição dos sambaquis foi intensificado nas décadas de 1960 e 1970 devido ao desenrolar de um amplo processo de expansão urbana, à execução de grandes obras de infraestrutura e à instalação de grandes projetos industriais e agropastoris (PEROTA, 1979; GASPAR, 2004, p. 16).

Ao longo de milhares de anos, os sambaquieiros e sua cultura prosperaram no litoral brasileiro, até que a atividade construtiva dos sambaquis começou a diminuir e, com o tempo, extinguiu-se (LIMA, 2000, p. 284). Ainda que não haja uma explicação definitiva para esse fenômeno, sobretudo em função da ausência de pesquisas sistemáticas sobre o tema, algumas hipóteses gerais têm sido aventadas. É amplamente aceito que o colapso da sociedade sambaqueira parece estar decisivamente ligado à migração do interior para a costa de prósperos ceramistas e horticultores (LIMA, 2000, p. 285; GASPAR, 2004, p. 67), episódio que marca o início de um novo ciclo de territorialização. Se em um primeiro momento haviam sido estabelecidas relações de troca entre os povos caçadores e coletores do litoral e os ceramistas e horticultores do interior – como indica a presença de artefatos cerâmicos nas camadas superiores de alguns sambaquis cujos vestígios materiais não apresentam outros fatores de modificação da organização social –, com a expansão territorial empreendida pelos grupos interioranos, em torno do início da era cristã, ocorre a desestruturação social dos sambaquieiros (GASPAR, 2004, p. 67). No Espírito Santo, os povos ceramistas e horticultores foram ligados às tradições Tupi-guarani²⁴, Una²⁵ e Aratu²⁶ (PEROTA, 1979, p. 20).

Economicamente mais poderosos porquanto capazes de produzir seus alimentos, socialmente organizados em estruturas mais sólidas e complexas, tecnologicamente mais avançados e numericamente expressivos, acabaram por determinar a absorção ou extinção dos pescadores-coletores, de tal forma que, à chegada dos europeus no limiar do século XVI, há muito essas populações já tinham desaparecido da costa centro-meridional brasileira (LIMA, 2000, p. 285).

²⁴ A tradição Tupi-guarani é encontrada em todo o litoral do Espírito Santo, bem como nos vales dos rios Doce e Cricaré, existem datações para sítios que variam entre 895 e 1390 AD (PEROTA, 1979, p. 20).

²⁵ Dispersa por todo o litoral sul do Espírito Santo, a tradição Una se manifesta no Estado na fase Tangui, com datação avaliada em 810 AD (PEROTA, 1979, p. 20).

²⁶ No Espírito Santo, a tradição Aratu é representada pelas fases Jacareipe e Itaúnas e apresenta datações que vão de 1345 a 1780 AD (PEROTA, 1979, p. 20).

Existem várias conjecturas sobre as rotas migratórias que permitiram que esses grupos interioranos chegassem até o litoral. Possivelmente, os grandes cursos d'água teriam orientado as migrações, que resultaram na ocupação de terras agricultáveis junto aos leitos dos próprios rios (COSTA, 2013, p. 119 e 120). Segundo Perota (1979, p. 19), os padrões de povoamento das populações indígenas²⁷ no Espírito Santo indicam acentuada preferência pelo estabelecimento de aldeias nos vales dos rios e na região litorânea, provavelmente em função da maior disponibilidade de alimentos e recursos. Admite-se, ainda, que o processo de expansão territorial empreendido pelos ceramistas e horticultores tenha acarretado a reterritorialização por povos indígenas de antigas áreas ocupadas por grupos caçadores e coletores. Como apontado anteriormente, evidências arqueológicas encontradas no sítio Cemitério indicam que tenha havido ali o depósito de sucessivas culturas materiais (sambaqueira e tupi-guarani) e corroboram essa teoria.

O estudo histórico-antropológico dos povos indígenas mostra que as organizações sociais dos diferentes grupos étnicos eram, de maneira geral, fortemente influenciadas pelas experiências de contato (ALMEIDA, 2013, p. 51). Talvez por isso, e também pela necessidade de aprofundamento da sapiência sobre a história e a cultura indígena – por muito tempo negligenciadas na construção da historiografia nacional oficial –, há divergências importantes acerca da etnia dos índios que povoaram o território conhecido, hoje, como Anchieta. As limitações do conhecimento disponível referem-se tanto ao período anterior ao contato com os europeus, quanto ao momento inicial da colonização.

Antes de tudo, é preciso ter em mente que muito do panorama antropológico do Brasil nos períodos pré-cabralino e colonial foi esboçado com suporte dos relatos de cronistas e missionários a partir de um olhar estrangeiro e colonizador e pode comportar, assim, uma certa quantidade de fantasia ou distorção (ALMEIDA, 2013, p. 48). Apesar dos etnocentrismos, dos estereótipos e das generalizações, os autores quinhentistas foram, como destaca Almeida (2013, p. 49), observadores atentos dos costumes dos nativos e seus registros se tornaram profícuos para o desenvolvimento de estudos sobre essas sociedades. As principais referências encontradas a respeito do Espírito Santo citam os Goitacá, os Temiminó e os Tupiniquim como possíveis povoadores da região. Desses, apenas os Goitacá (tronco macro-jê) não pertenciam ao tronco linguístico tupi-guarani (ALMEIDA, 2013, p. 52).

Um dos relatos mais antigos que se pôde rastrear pertence ao colono português Gabriel Soares de Sousa. Sousa escreveu, no final do século XVI, dois textos que foram reunidos,

²⁷ Deve-se destacar que a denominação “indígena” foi, segundo Almeida (2013, p. 48), “uma categoria criada pelos europeus, num contexto histórico específico de conquista e colonização, para designar uma imensa variedade de grupos etnolinguísticos que habitavam as mais diversas regiões do nosso extenso continente”. Apesar da simplificação que o termo implica, optou-se por utilizá-lo neste trabalho devido a sua ampla difusão.

mais tarde, no *Tratado descritivo do Brazil em 1587*²⁸, importante documento histórico e etnográfico da época quinhentista. Nele, estão inclusas informações sobre toda a costa do Brasil. No trecho em que trata da capitania do Espírito Santo, Sousa menciona que a localidade de “Leritibe” era ocupada pelos Goitacá: “Do rio de Goarapari à ponta de Leritibi são sete leguas [...]. A terra d’este rio até Leritibe é muito grossa e boa para povoar como a melhor do Brazil, a qual foi povoada dos Guaitacazes” (SOUSA, 1851 [1587]). Apesar da grafia atípica, na passagem citada o autor alude, claramente, ao território do atual município de Anchieta, como demonstra a referência à posição da localidade em relação ao rio Guarapari. Em uma narrativa contemporânea à de Gabriel Soares de Sousa, o jesuíta português Fernão Cardim, ao descrever a diversidade de nações e línguas indígenas do Brasil, também menciona – todavia, mais amplamente – que viviam na costa entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro os índios conhecidos como “Guaytacã” (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 204).

Analogamente aos textos quinhentistas, Braz Rubim (1861), em suas *Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo*, situa Anchieta dentro dos limites do território dos Goitacá nos primórdios da colonização, mas destaca a dificuldade de assinalar precisamente o limite da ocupação de cada um dos diferentes grupos indígenas à época.

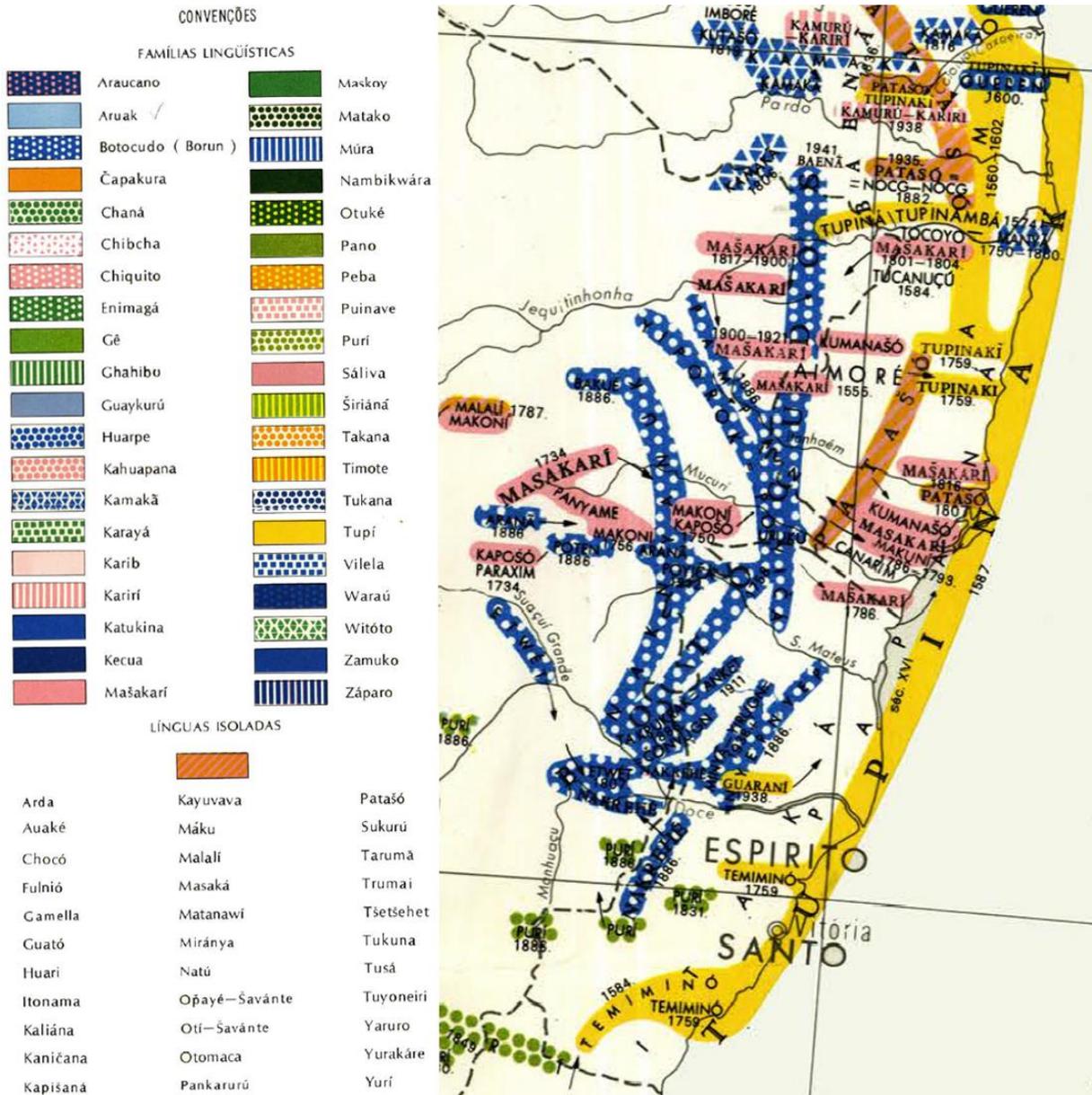
Eram senhores deste paiz indios de tribus diversas; seria hoje summamente difficil assignalar positivamente o territorio em que cada uma se circumscrevia. Seguindo os historiadores, todo o litoral desde o rio Cricaré até à bahia Formosa, a duas legoas de Cabo Frio, estava sob o poder dos goitacazes, fronteiros dos tamoios, e do rio Cricaré para o norte sob o dos tupininkins; porém como estas diferentes tribus, e outras que se internavam nos sertões, andavam sempre com differenças e guerras, avançavam ou retiravam-se à medida das necessidades de alimentação ou da sorte dos combates (RUBIM, 1861, p. 202).

Fernão Cardim menciona, ainda, outras duas etnias que ocupavam o território da capitania do Espírito Santo no século XVI. Em um primeiro momento, indica a presença dos Tupiniquim: “Dos Ilhéos, Porto Seguro até Espirito Santo habitava outra nação, que chamavão *Tupinaquim*” (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 196 e 197). Depois, acrescenta os Temiminó à lista de povos que habitavam a então capitania: “Outra nação mora no Espirito Santo a que chamão *Tegmeminó*: erão contrários dos *Tupinaquins*, mas já são poucos” (CARDIM, 1925 [1583-1601], p. 197). Como o jesuíta não estabelece marcos geográficos para os limites das ocupações ou indica possíveis movimentações não há como precisar qual dos povos, segundo ele, habitava a região de Anchieta, ou mesmo se o dinamismo e a flexibilidade das relações sociais desses povos possam ter promovido sucessivas ocupações.

²⁸ A obra consultada é resultado do trabalho do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen, o qual, por meio da pesquisa de cópias manuscritas dos textos de Gabriel Soares de Sousa encontradas no Brasil e na Europa, pode reconstituir a unidade e legitimidade do trabalho do colono português. Os textos *Roteiro Geral com largas informações de toda a costa do Brazil* e *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos de sua fertilidade e das notaveis partes que tem* foram reunidos no livro *Tratado descritivo do Brazil em 1587* e publicados em 1851 pela Typographia Universal de Laemmert.

Em seus mapas, Nimuendaju identifica nominalmente e localiza as diferentes tribos de acordo com as indicações bibliográficas de que dispunha ou com suas próprias pesquisas de campo, informando, inclusive, a data de cada documentação (Figura 9). A rede hidrográfica orientou o desenvolvimento do projeto, de modo que, em muitas das vezes, os nomes das tribos se relacionam topologicamente “ora às cabeceiras dos rios, ora aos interflúvios, às margens de rios e, ainda, ao litoral” (BARBOSA, 1981, p. 24).

Figura 9: Recorte do Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju – Estado do Espírito Santo.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1981.

Analisando o documento cartográfico, verifica-se que Nimuendaju constatou, por meio de fontes secundárias, a presença dos Temiminó na área correspondente ao atual território de Anchieta, documentada nos anos de 1584 e 1759 (Figura 9). Sobrepõe-se ao território em questão a área de dispersão dos Tupinaki (nome possivelmente análogo à Tupiniquim), grupo

que, segundo o mapa, ocupou toda a costa do Espírito Santo durante o século XVI, sendo especificamente documentado no ano de 1587. Salienta-se que as datações atribuídas no mapa para as ocupações dos Temiminó e dos Tupinaki são bastante próximas. Não é possível asseverar se isso indica a coexistência dos dois grupos, alguma imprecisão ou equívoco na localização das ocupações e/ou em sua datação, ou, ainda, uma rápida sucessão entre os assentamentos estabelecidos por cada uma das duas tribos. Do que se tem maior convicção é que ambos, Temiminó e Tupinaki, fazem parte da família linguística tupi.

Outro que aponta a presença dos Temiminó no litoral sul da então capitania do Espírito Santo é o antropólogo suíço, Alfred Métraux. Em seu livro *La civilisation matérielle des tribos tupi-guarani* (1928), Métraux reúne informações de diversas fontes bibliográficas quinhentista e reconstitui a distribuição geográfica dessas tribos nos primórdios da colonização europeia. Para o autor, “o sul da antiga capitania do Espírito Santo assim como o curso inferior e as ilhas do Parahybá eram habitados pela tribo dos Timiminó que parece ter estado em um estado de hostilidade constante com os Tamoyo” (MÉTRAUX, 1928, p. 14, tradução nossa).

Os relatos e fontes citadas apenas exemplificam a complexidade da questão étnica no Brasil. Outras fontes pesquisadas também apresentam dados divergentes, que não colaboram para elucidar a incerteza, mas acrescentam novos níveis de informação ao debate, aprofundando-o e enriquecendo-o (SALLETO, 2011 e CUNHA, 2015, por exemplo). A individuação das características antropológicas e sociais dos vários povos que habitavam o Brasil pré-cabralino e sua organização em etnias é, no mínimo, “problemática e controvertida”, como destaca Almeida (2013, p. 50). Particularmente porque a etnografia implica a compreensão da alteridade cultural por um outro com agenda e interesses próprios, no caso dos europeus que chegaram à América no limiar do século XVI: a conquista, a colonização e a exploração. Ademais, Mattos (2009, p. 10 e 11) aponta que a rotulação dos grupos étnicos no período colonial demanda cautela, pois as configurações étnicas e sociopolíticas encontravam-se enredadas na trama histórica e experimentavam significativa mobilidade.

Abandonando a ideia de cultura autêntica e fixa, limitada por mecanismos tradicionais e constrangedores, as pesquisas etno-históricas têm revelado a extraordinária capacidade dos índios em reelaborar comportamentos, atitudes e valores, alterando suas relações e até mesmo suas histórias e identidades. A concepção de cultura como algo que se forma e continuamente se transforma nos processos históricos, através das experiências dos homens que a vivenciam, permite perceber nas situações de contato a articulação entre as estruturas tradicionais e as forças de mudança. Nesse processo, não eram apenas as relações entre os grupos que se reelaboravam, mas as próprias etnias podiam se rearticular ou reformular conforme as conjunturas, os interesses e as motivações dos grupos em questão (ALMEIDA, 2013, p. 52 e 53).

Não é o objetivo deste trabalho traçar um quadro etnográfico minucioso e irrefutável das populações que se estabeleceram no território da Anchieta pré-colonial, mesmo porque a

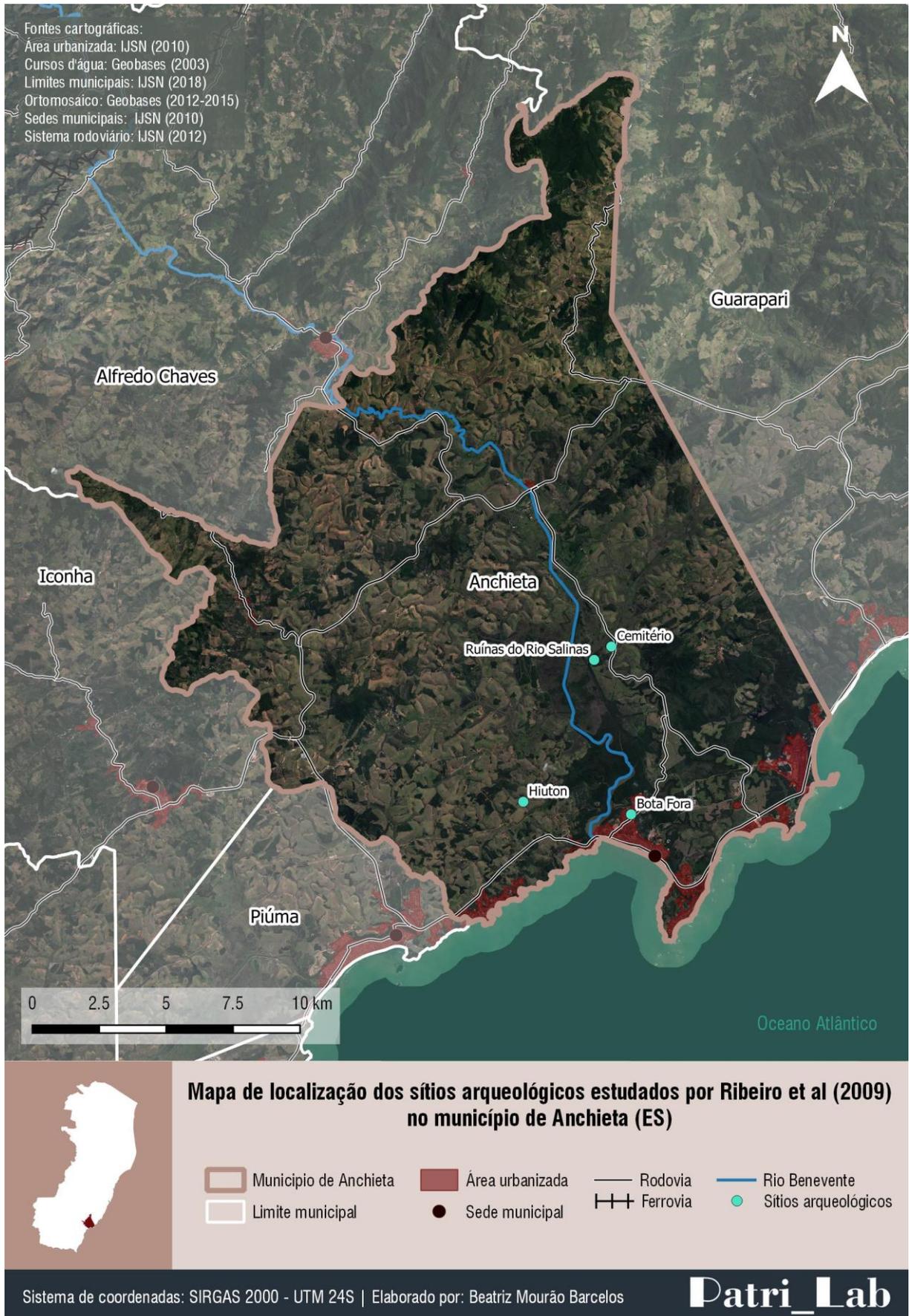
ausência de pesquisas sistemáticas impossibilita a construção de um panorama mais preciso sobre os diferentes grupos sociais e as relações de alteridade estabelecidas à época, tanto intraétnicas, quanto interétnicas. Importa, contudo, entender os processos estruturantes que influenciaram a configuração deste território no decorrer da longa duração histórica, e para isso é preciso conhecer, em algum nível, os atores sociais que deles participaram. Assim, faz-se saber que, a despeito da incerteza acerca da etnia dos povos que territorializaram Anchieta no período pré-colonial, é amplamente difundida a noção de que, no século XVI, os índios do tronco tupi-guarani estavam presentes em toda a costa brasileira, presença essa interrompida em alguns pontos por populações tapuias³⁰, como os Goitacá (FAUSTO, 2015, p. 35).

De fato, pesquisas arqueológicas reportadas no município de Anchieta ratificam essa ideia. Ao que tudo indica, por volta do intervalo compreendido entre os séculos XIII e XVI, os grupos vinculados ao tronco tupi-guarani eram bem estabelecidos no litoral sul do Espírito Santo (RIBEIRO *et al*, 2009). A pesquisa realizada por Ribeiro *et al* (2009) em sete sítios arqueológicos a céu aberto, distribuídos ao longo da costa dos municípios de Anchieta e Piúma, resultou na identificação de vestígios associados à cultura material tupi-guarani que permitem delinear melhor alguns aspectos da ocupação desses grupos no litoral brasileiro, especialmente na região sudeste. Dos sete sítios pesquisados pelo grupo, quatro se situam em Anchieta: Bota Fora, Cemitério, Hiuton e Ruínas do Rio Salinas (Figura 10).

O sítio Bota Fora foi implantado em uma duna continental distante cerca de 700 m do rio Benevente e 1 km do mar, nele foram encontrados fragmentos cerâmicos, artefatos líticos e de osso, bem como fragmentos ósseos humanos e faunísticos dispersos em uma área de aproximadamente 74.000 m² (RIBEIRO *et al*, 2009). Por sua vez, o sítio denominado Hiuton está localizado no topo de um morro em um vale de fundo alagável e, atualmente, dista 3 km do mar; o sítio não foi pesquisado em sua totalidade, na área de 13.000 m² a que se teve acesso foram encontrados fragmentos de artefatos cerâmicos e peças líticas (RIBEIRO *et al*, 2009). Já o sítio Ruínas do Rio Salinas, mais conhecido por conta do conjunto arruinado de colunas e pilares em pedra e cal, ocupa uma plataforma granítica próxima à margem esquerda do mangue do rio Salinas; além de alguns artefatos líticos indígenas, foram encontrados no local vestígios ligados ao período colonial, como peças cerâmicas, metais e vidros (RIBEIRO *et al*, 2009). Por fim, no sítio Cemitério, localizado na parte superior de uma pequena elevação às margens do rio Salinas, foram identificados, como descrito anteriormente, vestígios da cultura material sambaquieira e tupi-guarani, os quais correspondem a poucos fragmentos de cerâmica e artefatos líticos, esses em maior quantidade (RIBEIRO *et al*, 2009).

³⁰ Palavra genérica usada pelos tupis-guaranis para denominar índios que falavam outras línguas (FAUSTO, 2015, p. 35). O termo “tapuia” em tupi significa “bárbaro” (ALMEIDA, 2013). Nas descrições dos cronistas do século XVI os grupos tapuias eram tidos como “arredios e de difícil contato”, dizia-se que viviam nos sertões e que sua língua era incognoscível, geralmente eram citados como antagonistas dos tupis (ALMEIDA, 2013, p. 50).

Figura 10: Mapa de localização dos sítios arqueológicos estudados por RIBEIRO *et al* (2009).



Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados de RIBEIRO *et al* (2009).

Em cada um dos sítios, foram recuperados fragmentos cerâmicos e artefatos líticos em quantidade e variedade distintas, bem como associados a culturas materiais diferentes, o que permite classificá-los enquanto *sítios lítico-cerâmicos pré-coloniais* (Bota Fora e Hiuton), *sítios líticos pré-coloniais* (Cemitério) e *sítios coloniais* (Ruínas do Rio Salinas) (RIBEIRO *et al*, 2009). O material arqueológico coletado nos sítios Bota Fora, Cemitério, Hiuton e Ruínas do Rio Salinas permite, ainda, sugerir algumas inferências sobre a territorialização dos grupos tupi-guarani na região de Anchieta.

Primeiro, pode-se apontar que a existência de um significativo conjunto lítico associada à pouca presença de cerâmica em alguns dos locais pesquisados sugere tratarem-se, possivelmente, de sítios especializados (sítios líticos) para captação de matéria prima e produção artefactual (RIBEIRO *et al*, 2009). Implantados em planícies alagáveis próximas a mangues e mais distantes do mar, nesses sítios são encontradas as principais matérias primas utilizadas para produção da parafernália lítica tupi-guarani: “pequenos blocos e seixos de quartzo hialino ou translúcido” e “blocos de quartzo e gnaisse” (RIBEIRO *et al*, 2009, p. 170). Os sítios lítico-cerâmicos, por sua vez, são estabelecidos em zonas secas e mais próximas ao mar, neles habitava-se e enterrava-se os mortos, como sugere a recuperação de frações cerâmicas de apetrechos domésticos e de fragmentos ósseos humanos (Bota Fora) associados, provavelmente, a sepultamentos.

Isto posto, os resultados do estudo de RIBEIRO *et al* (2009) indicam que o sistema de assentamento e organização espacial dos tupi-guarani na região investigada envolvia a estruturação e o uso associado de diferentes áreas coordenadas de acordo com sua função: algumas tratavam-se de sítios especializados, destinados ao trabalho de manufatura de artefatos utilitários (predominantemente líticos), e outras de sítios de habitação e prática ritual, as aldeias. Essa é uma dedução preliminar bastante plausível que, conquanto não enquadre toda a complexidade da organização e das práticas sociais dos grupos tupi-guarani, indica perspectivas para a compreensão de sua relação com o território.

Além disso, outra conclusão do estudo constata a predação artefactual tupi-guarani sobre a cultura material pescadora, caçadora e coletora (RIBEIRO *et al*, 2009). Apesar da pequena amostra de artefatos sambaquieiros, identificados apenas no sítio Cemitério, Ribeiro *et al* (2009) observaram a presença modificada de objetos associados a essa cultura material em outros sítios, como as Ruínas do Rio Salinas. Essa presença parece revelar a reprodução pelos tupi-guarani de utensílios encontrados em antigas ocupações sambaquieiras, possivelmente reterritorializadas pelos indígenas, já que, como afirmam os autores, “nos sítios do sul do Espírito Santo as datações disponíveis para a ocupação tupi-guarani são por hora muito recentes para discutir contemporaneidade entre eles e a população dos sambaquis” (RIBEIRO *et al*, 2009, p. 178). Presume-se que o contato com antigos sítios sambaquieiros

permitiu que os horticultores e ceramistas observassem a tecnologia de seus antecessores e incorporassem, além do território, a sua cultura material, tanto por meio do reaproveitamento dos achados, quanto por sua reprodução adaptada (RIBEIRO *et al*, 2009). A própria designação pela qual se conhece hoje os sítios típicos das populações caçadoras e coletoras tem origem na relação entre os dois grupos e revela a percepção dos indígenas sobre a paisagem. A etimologia do termo sambaqui deriva das palavras tupi *tamba*, que significa “concha”, e *ki*, que quer dizer “amontoado” (GASPAR, 2004, p. 9).

Segundo Fausto (2015, p. 36), “os grupos tupis praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e a agricultura”, cultivavam, por exemplo, feijão, milho, abóbora e mandioca para subsistência. Preparavam o terreno para a prática agrícola por meio da abertura de clareiras e realização de queimadas e no momento em que houvesse um relativo esgotamento de alimentos nas áreas que ocupavam, migravam temporária ou definitivamente (FAUSTO, 2015, p. 36). Nessas sociedades, as tarefas eram divididas em função do sexo de seus indivíduos; enquanto a caça, a pesca e a abertura da clareira eram atribuições dos homens, a agricultura e as atividades domésticas cabiam às mulheres (WEIMER, 2012, p. 49). O contato com outros grupos ocorria, principalmente, para a realização de trocas “de mulheres e bens de luxo”, mas a guerra e a captura de inimigos também eram aspectos culturais importantes da sociedade tupi; e delas dependia, por exemplo, a obtenção de prestígio (FAUSTO, 2015, p. 36 e 37).

As habitações dos tupi-guarani, denominadas malocas, são construídas com materiais vegetais (WEIMER, 2012, p. 58). Weimer (2012, p. 48) explica que cada casa é “dividida internamente pela estrutura do telhado em espaços quadrados de aproximadamente 6 por 6 metros onde mora uma família celular”, recinto conhecido como oca. As aldeias tupi-guarani são topologicamente formadas pela disposição das malocas em torno de um terreiro ou ocara, local fundamental da sociabilidade e dos ritos (WEIMER, 2012, p. 48 e 49). A Figura 11 ilustra a planta de uma maloca e sua divisão emocas, bem como reconstituiu a organização típica de uma aldeia dos tupi-guarani, evidenciando o arranjo das casas em torno da ocara.

Figura 11: Planta de uma maloca e perspectiva de uma aldeia tupi-guarani.



Fonte: WEIMER, 2012, p. 47 e 48.

Em Anchieta, pesquisas arqueológicas realizadas em ocasião do restauro da Igreja Nossa Senhora da Assunção identificaram, como destaca Najjar (2011, p. 72), que a parte superior do morro onde foi implantada a edificação esteve, outrora, ocupada por populações indígenas. Esse lugar era conhecido pelos índios como Reritiba³¹, palavra que, em tupi, significa lugar de muitas ostras (NEVES *et al*, 1995, p. 18). Najjar (2011) informa haver no local vestígios de duas ocupações independentes que, presumivelmente, seriam complementares. Embora o sítio não tenha sido sistematicamente investigado, prospecções em um perfil estratigráfico de cerca de quatro metros de altura por seis metros de largura revelaram vestígios atribuídos ao período pré-colonial e ao período inicial de contato entre os nativos e os europeus (NAJJAR, 2001, p. 105). Além disso, a pesquisa inicial aponta que o sítio arqueológico Reritiba é de grandes proporções, o pacote arqueológico chega a quatro metros de profundidade em pelo menos um ponto, o que permite supor que a população que ocupou o sítio era bastante numerosa e se fixou no local por um longo período (NAJJAR, 2001, p. 105). A Figura 12 mostra uma representação esquemática dessas ocupações pré-coloniais. Como pode-se observar, a ilustração exibe a configuração comum às aldeias tupi-guarani descrita por Weimer (2012). É interessante notar, também, a representação dos concheiros que inspiram o nome tupi Reritiba e aos quais os índios estavam ligados culturalmente.

Tendo em vista o exposto, com o amparo das pesquisas arqueológicas das quais se tem conhecimento, especula-se que, quando os portugueses chegaram à costa do território que viria a ser conhecido, mais tarde, como Brasil, eram os índios tupi-guarani que ocupavam a região de Anchieta. Datações obtidas por Ribeiro *et al* (2009) para três dos sítios pesquisados pelo grupo em Anchieta corroboram essa conjectura. O estudo estimou a idade aproximada de fragmentos cerâmicos por meio da datação por termoluminescência³² (RIBEIRO *et al*, 2009). Foram datadas duas amostras provenientes do sítio Bota Fora, duas amostras do sítio Hiuton e uma amostra do sítio Cemitério, conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1: Datações de fragmentos cerâmicos pesquisados por Ribeiro *et al* (2009) em Anchieta.

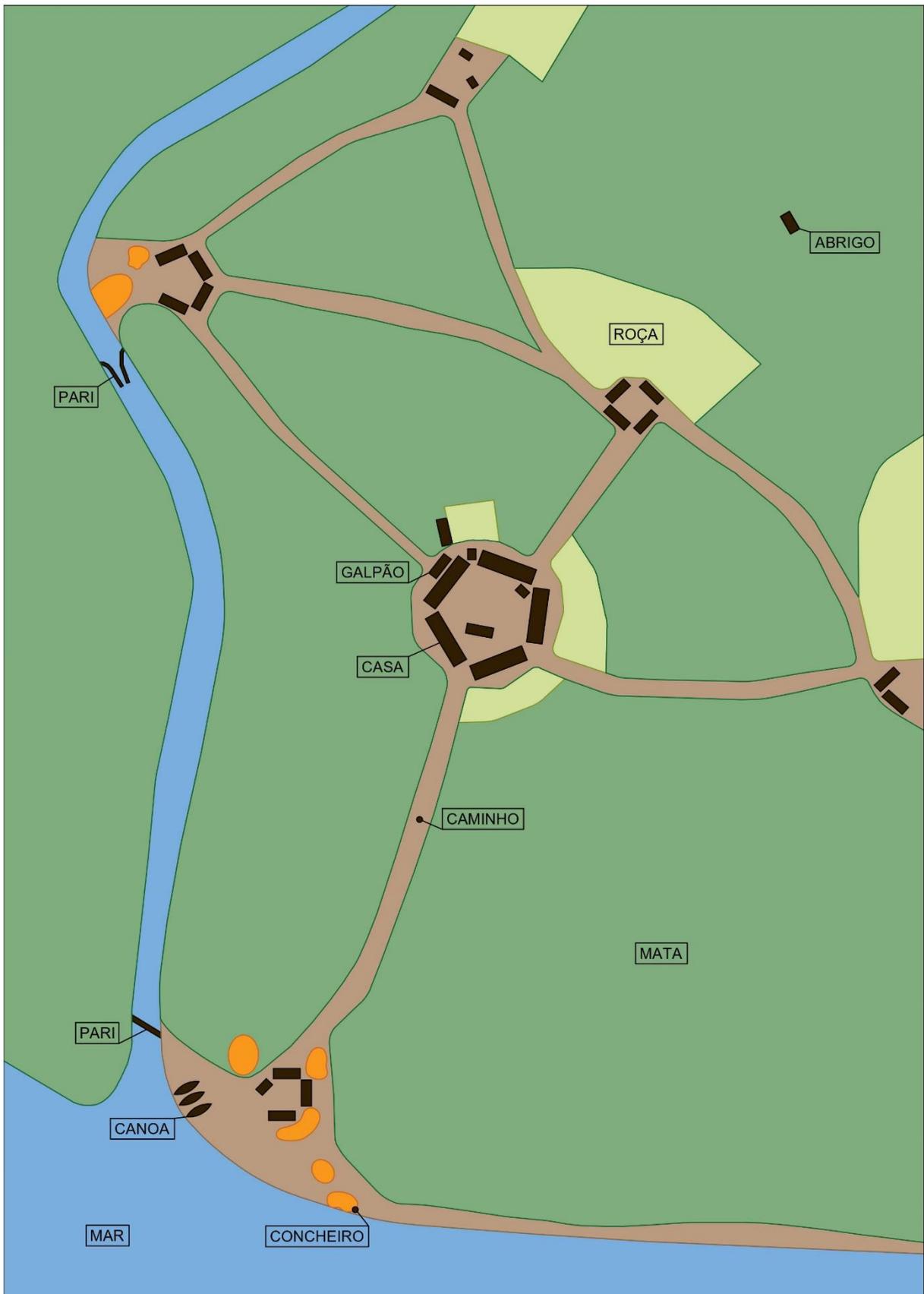
Sítio	Amostra	Idade (anos AP)	Data estimada
Bota Fora	2041	370 ± 60	1580 ± 60
	2046	440 ± 100	1510 ± 100
Hiuton	2042	430 ± 90	1520 ± 90
	2043	680 ± 110	1270 ± 110
Cemitério	2040	390 ± 40	1560 ± 40

Fonte: RIBEIRO *et al*, 2009, p. 152 (adaptado pela autora).

³¹ Em alguns documentos aparece também a forma Iiritiba ou grafias variadas de ambos os vocábulos.

³² Método de datação baseado nos efeitos da radiação na matéria. É um dos métodos que permite datar materiais cerâmicos, pois utiliza os componentes inorgânicos presentes nas cerâmicas, como quartzo, para medir a radiação ambiental acumulada nos cristais minerais do artefato desde a sua queima até o momento da coleta da amostra, possibilitando, assim, estimar sua idade (AZEVEDO, 2011, p. 110 e 111).

Figura 12: Representação esquemática do sítio indígena pré-colonial. Reprodução desenvolvida pela autora com base em um mapa elaborado pelo IPHAN para a exposição arqueológica *Caminho das Conchas*, realizada na Casa de Cultura de Anchieta, entre junho e novembro de 2012.



Os resultados preliminares³³ das datações indicam que nos sítios Bota Fora, Hiuton e Cemitérios ocorreram ocupações de povos cujos vestígios cerâmicos foram associados à tradição Tupi-guarani em um momento próximo à chegada dos portugueses e do início da colonização (RIBEIRO *et al*, 2009). Nota-se a coincidência com o período de ocupação do sítio Reritiba, ainda que para ele não haja referência etnográfica. Não obstante, não se exclui a possibilidade que futuras pesquisas arqueológicas possam vir a confirmar a presença nessas mesmas terras de outros povos descritos na historiografia, como os Goitacá.

A chegada dos portugueses, no início do século XVI, marca um período de intenso deslocamento e extremo declínio dos povos indígenas (SALETTTO, 2011, p. 115). Vários foram os fatores responsáveis pela crise dessas populações, destacando-se a escravização, as guerras – tanto contra ou entre os brancos, como entre grupos rivais –, os saltos³⁴ e a introdução de doenças contagiosas exógenas para as quais os nativos não tinham defesas imunológicas (SALETTTO, 2011, p. 117). Os efeitos dessas doenças iam desde a alta mortalidade, às vezes em contextos de epidemias, até o comprometimento das atividades econômicas, gerando fome, desnutrição e o aumento da escravização praticada pelos colonos devido à escassez de mão-de-obra (SALETTTO, 2011, p. 116).

Os primeiros anos após o desembarque de Cabral na Bahia foram marcados pelo reconhecimento e tentativas de demarcar a propriedade portuguesa sobre as terras do alêmmar. Iniciativas de exploração como a extração e o comércio do pau-brasil faziam parte desse processo. Desde o início, a relação com os índios mostrou-se indispensável. Predominavam neste período as relações menos intensas e menos traumáticas, como as de escambo (ALMEIDA, 2013, p. 58). Devido à dispersão das árvores de pau-brasil e às dificuldades apresentadas pela mata nativa, por exemplo, muitas vezes os estrangeiros recorriam aos índios para obter a madeira tão valorizada à época, oferecendo em troca armas, utensílios e quinquilharias (FAUSTO, 2015, p. 39). Também eram objetos das trocas artigos alimentícios (como a farinha de mandioca), índios capturados entre as tribos rivais, mulheres e animais nativos (ALMEIDA, 2013, p. 59). Almeida (2013, p. 57 e 58) destaca que, já a partir dos primeiros contatos com os europeus, os índios inseriram esses novos outros em seu sistema social, segundo suas tradições, desenvolvendo relações pautadas na aliança ou na hostilidade, as quais influenciaram, também, as dinâmicas intertribais.

A exploração das terras do Brasil foi a política da Coroa Portuguesa durante cerca de trinta anos, até que, em virtude das ameaças impostas à soberania portuguesa por outras nações, como a França, decidiu-se que era preciso colonizar o território ultramarino. Primeiro,

³³ Segundo os autores, no momento da publicação do material ainda estavam pendentes os resultados de uma nova bateria de datações para confirmação (RIBEIRO, *et al*, 2009, p. 152)

³⁴ Ataques tendo em vista a captura de índios (SALETTTO, 2011, p. 114).

estabeleceram-se as capitânicas hereditárias, no início da década de 1530 (FAUSTO, 2015, p. 40). Depois, frente aos sinais de crise nos negócios da Índia e ao êxito da exploração espanhola em sua parte das terras americanas, a Coroa decide estabelecer, em 1549, o governo geral do Brasil, visando organizar administrativamente a colônia (FAUSTO, 2015, p. 42). Junto do primeiro governador geral, chegaram também os primeiros jesuítas (FAUSTO, 2015, p. 43) e assim estavam postos os atores e o cenário para a implantação de um projeto colonizador conduzido, conjuntamente, por Estado e Igreja. Era preciso afirmar o domínio luso sobre o território brasileiro, bem como subjugar os índios hostis que contrapunham, em sua resistência, a empreitada da Coroa, objetivos que se alcançaria, conforme Almeida (2013, p. 65), por meio “da guerra justa e da política de aldeamentos³⁵”. A partir de então a desestruturação da organização social dos índios se agrava em níveis catastróficos.

No início da colonização portuguesa, foi fundamental lograr a colaboração de alguns índios, pois, como destaca Saletto (2011, p. 119), sobreviver sem o seu apoio era tarefa árdua, quase impossível. Segundo a autora, no Espírito Santo as alianças foram pontuais e não com o conjunto de um povo (SALETTTO, 2011, p. 119). Sabe-se, contudo, que mesmo quando se tornavam aliados dos portugueses, os indígenas eram progressivamente dominados. A princípio, os jesuítas se embrenhavam nos sertões para doutrinar os índios (ALMEIDA, 2013, p. 66). A doutrinação, para além do caráter espiritual, era um instrumento de controle que visava, como indica Almeida (2013, p. 65), garantir o domínio português e ampliar as fronteiras de seu território. Como a tarefa era muito árdua e impunha limites consideráveis à atuação missionária, os jesuítas passaram a reunir os nativos em aldeamentos junto ao litoral, próximos à núcleos de assentamento luso (ALMEIDA, 2013, p. 66). Quando o governo geral deu início à política de aldeamento, gerenciada pelos padres da Companhia de Jesus, os índios foram gradativamente desorganizados e usurpados de suas tradições.

O projeto de civilização e cristianização foi conduzido, de início, por meio da pregação tradicional e da catequização dos jovens; dessa forma, não apenas os missionários apresentavam a nova doutrina aos nativos e tentavam convertê-los, como também os meninos índios a disseminavam (SALETTTO, 2011, p. 121). Estrategicamente, os jesuítas incorporavam elementos da cultura nativa à sua mensagem, tornando-a mais atraente e cognoscível. Os principais obstáculos a essa abordagem são o nomadismo dos povos autóctones, a violência dos colonos e a resistência das tribos inimigas. Em uma perspectiva mais radical, Manuel da Nóbrega, à época superior dos jesuítas no Brasil, propõe outra alternativa ao convencimento: a política de sujeição e o aldeamento forçado dos nativos

³⁵ Os termos aldeamento e aldeia são distintos. Segundo Saletto (2011, p. 132), aldeamentos são assentamentos “dirigidos pelos jesuítas, onde os indígenas estavam sob a autoridade deles, tinham igreja e casa para residência dos padres, embora estes nem sempre residissem”; já as aldeias eram núcleos de índios livres, nelas “os jesuítas pregavam e procuravam converter os moradores, mas não estavam sob a direção dos inácianos”.

(SALETTTO, 2011, p. 123). Via de regra, esta última foi a política estrutural adotada pela Coroa Portuguesa e pela Companhia de Jesus em seu projeto conjunto de colonização, civilização e expansão da fé, baseado, sobretudo, na força e na pedagogia (SALETTTO, 2011, p. 123).

Se os índios não renunciavam a suas práticas “demoníacas”, era preciso forçá-los a abandoná-las. Proibir o canibalismo, a poligamia, os feiticeiros e os rituais pagãos, a nudez etc. Acabar com o nomadismo, fixando-os em aldeias e doando-lhes terras. E, finalmente, colocar os jesuítas nas aldeias para doutriná-los e dirigi-los, transformando-os em cristãos (SALETTTO, 2011, p. 123).

Nesse contexto, na segunda metade do século XVI, padres da Companhia de Jesus se instalam na aldeia de Reritiba, dando início, assim, ao aldeamento (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). Não se sabe ao certo se à época os índios ainda ocupavam o sítio ou se já o haviam abandonado (NAJJAR, 2011, p. 85). Há, ainda, dissidências acerca do período exato de fundação da missão jesuítica. Enquanto a maioria dos autores, sobretudo os do século XIX, situa o estabelecimento do aldeamento entre os anos de 1565 e 1569, outros, como Serafim Leite (1938) e Hélio Viotti (1966), supõem datas mais tardias (ESPÍRITO SANTO, 2009; CUNHA, 2015; CARVALHO, 2019 [1982]). Em vista disso, todo o período compreendido entre os anos de 1565 e 1588 figura como aceitável para o evento (NAJJAR, 2011, p. 72).

Ainda assim, o cartógrafo português João Teixeira Albernaz, o Velho, em seu trabalho de 1631, não indica a existência da aldeia ou do aldeamento (Figura 13 e Figura 14). O mapa reproduzido na Figura 13 integra o atlas *Estado do Brasil* [...], primeiro documento cartográfico que mostra com mais detalhes o sul da capitania do Espírito Santo, de Vitória até o Cabo de São Tomé, o qual era considerado o limite daquele território (REIS, 2017, p. 120). Nesta carta, especificamente, não há indicações de ocupações portuguesas ou indígenas e os topônimos se restringem a marcos geográficos no litoral (Figura 14). Em contrapartida, nas outras duas cartas que se referem ao Espírito Santo, pertinentes à Ilha de Vitória e ao norte da capitania, os assentamentos de colonização são indicados; consta, inclusive, registro do aldeamento de Reis Magos (REIS, 2017, p. 121 e 122). Reis (2017, p. 51) considera intrigante a ausência de Reritiba nos mapas do final do século XVI e início do século XVII, uma vez que a localidade era, à época, um dos principais núcleos jesuíticos da capitania.

A escolha dos locais para implantação dos assentamentos jesuíticos ao longo da costa seguia padrões específicos, baseados nas condições de defesa, visibilidade e deslocamento. O sítio da aldeia de Reritiba atendia a esses requisitos. Estabelecida junto à foz de um rio e em terreno elevado, no platô intermediário do relevo, a aldeia possuía uma localização estratégica que favorecia a defesa do assentamento contra eventuais ataques e permitia tanto a conexão marítima com outros núcleos da capitania, quanto os deslocamentos pelo interior, seguindo a linha fluvial (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). A posição elevada também garantia destaque ao assentamento e simbolizava o poder dos jesuítas (NAJJAR, 2011, p. 72).

Figura 13: *Carta da Capitania do Spirito Santo*. Cartografia que integra o atlas *Estado do Brasil*, desenvolvido por João Teixeira Albernaz, o Velho, em 1631.



Fonte: ALBERNAZ, 1631, carta 14 (Ministério das Relações Exteriores - Brasil).

Figura 14: Detalhe da *Carta da Capitania do Spirito Santo*. Da esquerda para a direita, leem-se os topônimos: “R. Itapemeri”, “Serra de Gua”, “I. dos Françaes”, “R. Ýrirituba” e “R. Guarapary”.



Fonte: ALBERNAZ, 1631, carta 14 (Ministério das Relações Exteriores - Brasil).

Além disso, Reritiba oferecia, ainda, outra vantagem que facilitava a empreitada dos religiosos: a relação simbólico-identitária dos índios com o espaço da aldeia, ou seja, sua territorialidade. A reterritorialização de um “lugar de índio”, caso eles ainda ocupassem a aldeia no momento da implantação do aldeamento, ou de “herança de índio”, caso os jesuítas tenham se estabelecido em uma antiga ocupação indígena, cria um espaço de convergência que permite incorporar aspectos da cultura ameríndia no projeto de catequese, tornando-o muito mais efetivo (NAJJAR, 2011, p. 85). Essa prática de dominação e controle se baseia no significado do lugar para cada grupo social e na espacialização de seus valores simbólicos.

Nas aldeias tupi-guarani a ocará era o local fundamental da sociabilidade e das práticas rituais de caráter sagrado e simbólico (WEIMER, 2012, p. 48 e 49). Por sua vez, o homem da sociedade colonial organizava o espaço em que vivia de acordo com os padrões religiosos, numa procura de vínculos de similitude entre macro e microcosmos (RIBEIRO, 2009, p. 220). Não só a igreja era um local sagrado, mas o sítio no qual ela era implantada também possuía um simbolismo forte. A escolha, comum entre os jesuítas, de implantar seus complexos em locais elevados representa a conquista da montanha, encerra o domínio sobre o território e manifesta o poder do homem sobre a natureza. A ocupação das áreas elevadas simboliza, ainda, a superioridade humana perante os seus; reflete a hierarquia e o status social através dos quais o espaço é organizado. Essa estruturação reafirmava o alto das montanhas, ou morros, como local ideal para a implantação das edificações simbolicamente mais importantes, perpetuando sua posição privilegiada frente à sua aproximação com o céu, traçando o caminho da transcendência e da congregação com o divino, que está sempre acima (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2016, p. 616).

O espaço organizado sob a influência da religiosidade é patente pela forte manifestação do sagrado. As correlações entre cosmos, assentamento e templo enfatizam o mesmo simbolismo fundamental: a experiência existencial do ser em um mundo organizado e dotado de sentido (ELIADE, 1979, p. 29). Ao, estrategicamente, reterritorializar um espaço que tem significado para a cultura dominada, os dominantes, neste caso os padres da Companhia de Jesus, garantem que certos vínculos que favorecem o projeto de catequese sejam mantidos. É o que Rosendahl (1995) compreende como transferência de santidade ou sacralidade. Segundo a autora, “quando um sistema religioso não substitui por completo o outro sistema, ambos podem compartilhar a santidade de um mesmo lugar” (ROSENDAHL, 1995, p. 69). Essa parece ter sido uma das táticas utilizadas pelos inicianos em seu projeto de catequese.

A configuração do aldeamento jesuítico seguiu o programa da quadra erguida em torno de um claustro, em um conjunto que compreendia igreja e residência (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). Segundo Weimer (2012, p. 69), assim que a catequese apresentava resultados, os religiosos começavam a interferir na configuração da aldeia precedente na qual se instalaram:

primeiro fixavam um cruzeiro no centro da ocara, depois construíam uma capela defronte dele – o edifício pode ou não substituir alguma habitação –, em seguida edificações de apoio são acrescentadas ao programa da igreja e progressivamente o conjunto acaba por ocupar um dos lados da ocara. A única mão de obra disponível era a indígena, por isso a empreitada dependia da conquista da confiança dos índios (NAJJAR, 2011, p. 72) ou de sua sujeição.

O modelo jesuítico de ocupação se relaciona intrinsecamente com o projeto de catequização da Ordem e com a estrutura do processo de colonização, não só na ideologia, mas na materialização de seus aspectos simbólicos. Rosana Najjar (2011) analisa esse processo a partir da reconstituição histórico-arqueológica possibilitada pelo estudo da arquitetura jesuítica em três igrejas: Nossa Senhora da Assunção (Anchieta-ES), Reis Magos (Serra-ES) e São Lourenço dos Índios (Niterói-RJ). A autora distingue três etapas ao longo do processo de estabelecimento e consolidação dos assentamentos jesuíticos: a edificação da casa comunal provisória de múltiplos usos; a presença da igreja, da sacristia e da cerca; a construção das alas da residência e a transformação da espacialidade do interior da igreja (NAJJAR, 2011). Uma quarta e última etapa refere-se às transformações empreendidas nos conjuntos jesuíticos após a expulsão dos inacianos dos territórios da Coroa Portuguesa (NAJJAR, 2011).

O primeiro momento é caracterizado pela apropriação do território pelos religiosos, o que exigia o emprego de práticas de controle para afirmar a sua territorialidade sobre a dos índios; dentre esses mecanismos, a edificação da moradia provisória de múltiplos usos é o recurso mais axiomático (NAJJAR, 2011, p. 75). Depois, em um segundo momento, a catequese se encontra bem estruturada e a Ordem consolida tanto seu domínio sobre o território, quanto o papel dos jesuítas no projeto de colonização; esse tempo de fortalecimento e prosperidade apresenta reflexos visíveis na espacialidade do assentamento: abandona-se a casa provisória em decorrência da presença da igreja, da sacristia, que assume a função de residência, e da cerca, que fecha o perímetro do futuro claustro e nos limites da qual se desenvolve o plantio de subsistência (NAJJAR, 2001, p. 75 e 76). Dentre todas as modificações desse momento, é a edificação da igreja, iniciada na etapa anterior, que manifesta com mais vigor toda a carga simbólica envolvida na relação de alteridade entre jesuítas e índios nos aldeamentos.

A igreja, a edificação que caracteriza o presente momento, é absolutamente monumental para os padrões da arquitetura indígena existentes. Ela é o marco físico mais eloquente do projeto de catequese e colonização. Sua existência vem cristalizar na paisagem a presença do outro, do estrangeiro, do diferente e superior (NAJJAR, 2011, p. 76).

Em Reritiba, a Igreja de Nossa Senhora da Assunção é esse monumento hierárquico ao sagrado e à conquista. A historiografia não é uníssona sobre a data de conclusão da construção do templo. Há registros que apontam datas ainda no século XVI, no entanto, a inumação do padre José de Anchieta no complexo jesuítico de Vitória, em 1597, indica que

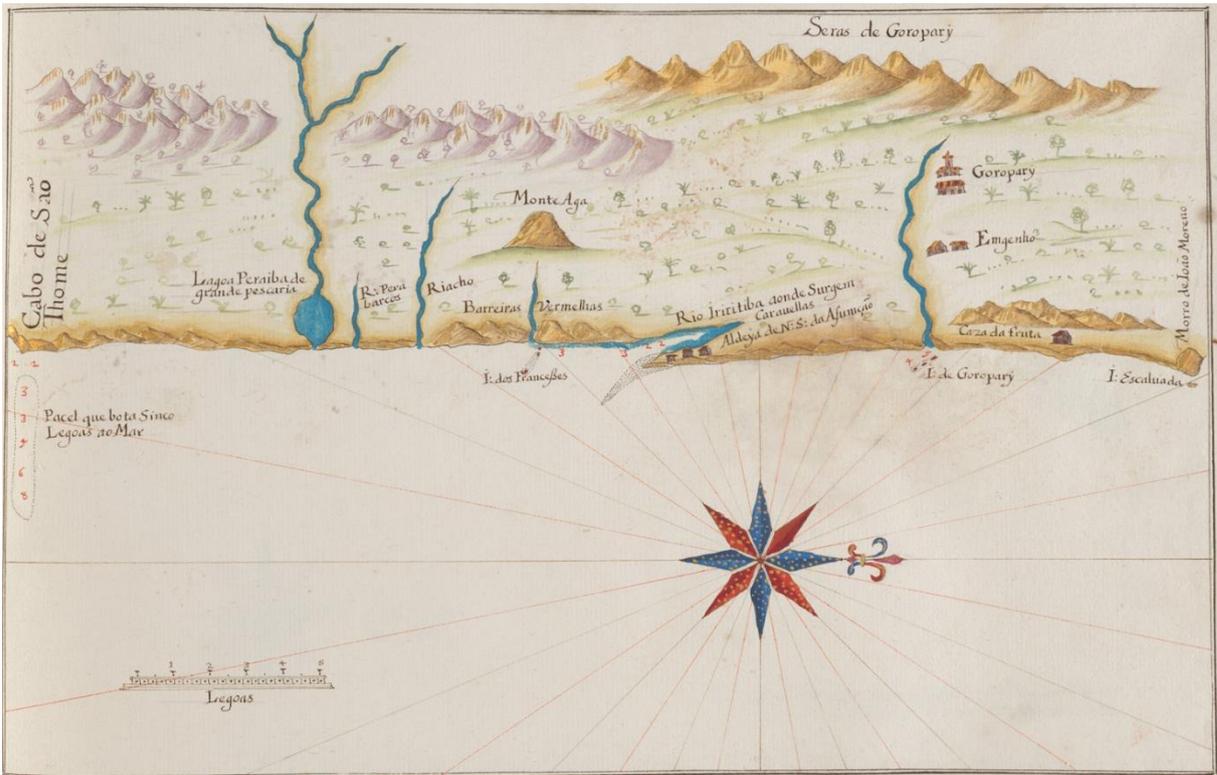
até então a igreja não estaria finalizada (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). Se, provavelmente, a conclusão do templo deu-se no início do século XVII, é certo que em 1670 o aldeamento no qual este estava inserido já era conhecido por seu nome, como mostra o mapa da Figura 15, que ilustra a “*Aldeya de N.ª S.ª da Asumção*” às margens do “*Rio Iiritiba*”, em destaque na Figura 16. Este é o primeiro registro do qual se tem conhecimento que representa a povoação.

Por fim, no terceiro momento o projeto jesuítico é concluído com a construção das alas que delimitam o claustro e constituem a residência, etapa que “materializa definitivamente o ‘mundo’ jesuítico e toda a estrutura político-econômica que deu suporte à presença da Ordem no Brasil” (NAJJAR, 2011, p. 77). A Companhia de Jesus era, então, uma instituição que gozava de reconhecido e efetivo poder político e econômico. A Ordem prosperava e um contingente cada vez maior de jesuítas se fazia presente na colônia portuguesa, paralelamente, as complexas estruturas que viabilizavam a manutenção dos aldeamentos contavam com fazendas, plantações e rebanhos de significativa importância (NAJJAR, 2011, p. 78). Contemporaneamente, verifica-se a transformação da espacialidade das igrejas “que passa a ser marcadamente hierarquizante, com complexo jogo de alturas de degraus que definem os papéis dos agentes sociais daquela época”, refletindo uma sociedade complexa e estratificada (NAJJAR, 2011, p. 78). Esse é o período mais extenso do projeto jesuítico e perdura até a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses.

Não se sabe ao certo se a ocupação da Companhia de Jesus em Reritiba seguiu exatamente esse processo. Entretanto, pesquisas arqueológicas encontraram indícios da existência da casa provisória no complexo da Igreja de Nossa Senhora da Assunção (NAJJAR, 2011, p. 76). Além disso, os vestígios arqueológicos dos diferentes materiais e níveis presentes no piso da igreja demonstram a complexidade e hierarquização social do espaço religioso (NAJJAR, 2011, p. 79). Assim, o arranjo do conjunto, que persistiu ao longo da história, permite crer que o método descrito pode, de fato, ter sido empregado.

A integração dos índios ao projeto colonial português se baseou em três estratégias principais: nas expedições de descimento, nos resgates e nas “guerras justas”. Enquanto as expedições de descimento arrebatavam os índios livres de suas aldeias originárias para reagrupá-los nos aldeamentos, “os resgastes (troca de prisioneiros condenados ao sacrifício para torná-los escravos) e as guerras justas (realizadas contra os grupos hostis aos portugueses e/ou que recusassem a evangelização) foram as duas formas legais de escravização indígena” (ALMEIDA, 2013, p. 87 e 88). Nos aldeamentos, as populações indígenas eram organizadas em torno de um regime de trabalho e religiosidade nos moldes da cultura europeia. Em seus limites não era permitida a entrada de não-índios sem consentimento dos padres que o administravam; ali a separação ética entre índios e não-índios era clara (MATTOS, 2009, p. 11 e 17). Essa estrutura social minava as manifestações culturais dos diferentes grupos nativos.

Figura 15: [Representação do sul da capitania do Espírito Santo]. Cartografia que integra o atlas *Livro da descripção de toda a costa do Brasil*, obra João Teixeira Albernaz, o Moço, de 1670.



Fonte: ALBERNAZ, 1670 (Hispanic Society of America).

Figura 16: Detalhe da [Representação do sul da capitania do Espírito Santo]. Em destaque, abaixo e ao centro, lê-se: “Rio Iiritiba aonde Surgem Carauellas” e “Aldeya de N.ª S.ª da Asumção”.



Fonte: ALBERNAZ, 1670 (Hispanic Society of America).

Além disso, em função das baixas provocadas por fatores como pestes, guerras e fugas, muitas vezes os jesuítas recompunham os aldeamentos com povos de diferentes etnias, o que, como destaca Saletto (2011, p. 129), “acentuava a perda de identidade e dos laços de solidariedade entre os aldeados”. Apesar do discurso de proteção do índio, esses assentamentos desempenhavam o controle de sua força de trabalho e a empregavam para o cumprimento de atividades de interesse dos colonizadores.

Os índios não eram, no entanto, atores sociais passivos, como por muito tempo foram retratados pela historiografia, aos quais restava apenas reagir à dominação dos colonizadores por meios da rebelião, da submissão voluntária ou do isolamento para preservação da autonomia tribal (ALMEIDA, 2013, p. 25). Pelo contrário, eram sujeitos históricos ativos capazes de negociar, advogando em favor de seus próprios interesses, de resistir, a partir de suas tradições culturais, e de se adaptar, garantindo para si melhores condições de vida na nova ordem social instituída pelo projeto colonial português (ALMEIDA, 2013, p. 34).

A despeito da violência e da opressão da ocupação europeia, muitas vezes os índios reagiram questionando a falta de liberdade e o tratamento que recebiam. Segundo Mattos (2009, p. 16), foi ativa a luta para a garantia de seu espaço e dos direitos sobre as terras que legalmente lhes pertenciam³⁶ e das quais progressivamente eram expropriados. Reritiba foi palco, por exemplo, de um levante, iniciado em 1742, no qual os índios demonstraram engajamento, conhecimento e articulação política à ponto de expulsarem, temporariamente, os padres jesuítas e lograrem a substituição dos responsáveis pelo aldeamento à época (MATTOS, 2009, p. 18-23). A repercussão da sublevação entre os nativos foi ampla e após o seu retorno os padres passaram a viver temerosos (MATTOS, 2009, p. 22).

A resistência adaptativa dos índios pode ser observada, ainda, em persistências mais sutis e com menor projeção histórica. Os índios brasileiros continuaram, por exemplo, a produzir e utilizar sua parafernália tradicional mesmo depois de inseridos na ordem social colonial (RIBEIRO *et al*, 2009). Essa prática pode ser observada no sítio colonial Ruínas do Rio Salinas (Figura 10), onde, segundo Ribeiro *et al* (2009), foram encontrados artefatos ligados à cultura material tupi-guarani. Os autores aceitam duas hipóteses para explicar a presença de tais artigos no sítio colonial: ou os índios mantiveram a manufatura de artefatos segundo suas técnicas tradicionais durante o período colonial, ainda que estivessem sob o controle dos jesuítas nos aldeamentos, ou efetuaram a coleta desses objetos em sítios arqueológicos e passaram a utilizá-los (RIBEIRO *et al*, 2009). Seja como for, tanto a produção quanto o uso de artefatos tradicionais da cultura indígena possuem significativo valor social e simbólico para

³⁶ De acordo com o Alvará Régio de 1º de abril de 1680 (§ 4º), as terras dos aldeamentos pertenciam, por direito, aos índios que os integravam, eram inalienáveis e não estavam sujeitas à cobrança de foro ou qualquer outro tributo (MATTOS, 2009, p. 17).

as populações nativas no contexto de dominação colonial e podem ser compreendidos como “mecanismos de resistência cuja importância é reforçada cotidianamente pelo uso. Essa resistência silenciosa é tão importante e efetiva quanto os rebuliços provocados nas missões jesuíticas pelas revoltas indígenas” (RIBEIRO *et al*, 2009, p. 182).

Fora dos aldeamentos, os índios também participavam da nova ordem social. Era a sua força de trabalho que movia grande parte da economia colonial, principalmente nos séculos XVI e XVII (ALMEIDA, 2013, p. 218). Segundo Almeida (2013, p. 220), a utilização de mão de obra indígena era uma alternativa atraente e mais barata à “importação de força de trabalho diretamente da África”, tomando de empréstimo as palavras de Cleber Maciel (2016, p. 54). Essa perspectiva era ainda mais vantajosa para os colonizadores europeus quando se considera a legalidade da escravização indígena, fruto dos resgates e das “guerras justas” (ALMEIDA, 2013, p. 87 e 88), como forma endógena de obtenção de mão de obra. É possível depreender, inclusive, que, por muitas vezes, a escravização dos índios foi um motor para as guerras justas, e não uma decorrência delas (ALMEIDA, 2013, p. 219).

Não obstante a conveniência do trabalho indígena, os negros de origem africana também foram escravizados e empregados como força de trabalho no projeto colonial empreendido pelos europeus. Nina Rodrigues (2010 [1932]) salienta que, no Brasil, a escravização negra é contemporânea à colonização. Inicialmente, teve, para os portugueses, papel secundário, sendo os negros escravizados empregados, predominantemente, no serviço doméstico (RODRIGUES, 2010 [1932]). O progressivo declínio das populações indígenas, assoladas por guerras, escravização e doenças, além de trágico na perspectiva antropológica, representava um problema para os colonizadores na medida em que eram reduzidos, também, os braços disponíveis para o trabalho, sobretudo na cadeia produtiva do açúcar e, mais tarde, nas minas (RODRIGUES, 2010 [1932]). Assim, “faltando o índio que sucumbia ou era protegido pelos jesuítas”, os colonizadores encontraram no tráfico atlântico de negros escravizados e na adoção massiva do trabalho africano a solução para o problema (RODRIGUES, 2010 [1932], p. 20). Todavia, os povos africanos e, mais tarde, afro-brasileiros foram, por muito tempo, relegados ao abandono e à negligência sócio-histórica, de modo que a documentação e as pesquisas histórico-antropológicas sobre a participação desses grupos sociais na formação do território colonial são parcas e enfrentam sérias dificuldades. Especificamente sobre Anchieta, revela-se extremamente difícil estabelecer um quadro acurado sobre a presença e participação do negro no processo de territorialização do município.

Segundo Maciel (2016), a capitania do Espírito Santo teve pouca projeção no cenário escravista brasileiro nos períodos colonial e imperial. Até 1621 a capitania recebeu negros escravizados de outras regiões do Brasil, foi nesse ano que, pela primeira vez, africanos sujeitos desembarcaram diretamente nessas terras (MACIEL, 2016, p. 64). A origem dos

negros capixabas é imprecisa. Os documentos oriundos do tráfico e da tradição oral são as principais fontes de informação sobre esses indivíduos, porém, sua acuidade é questionável, tanto pela omissão e generalização de dados quanto pelo desconhecimento das complexidades éticas e culturais dos povos africanos (MACIEL 2016, p. 64). Isto posto, de acordo com Maciel (2016, p. 65), o que se sabe leva a crer que a maioria dos negros presentes no sul do Espírito Santo pertencia às nações Mina e Angola, ambas integrantes do grande grupo etnolinguístico Banto. O termo Mina faz referência aos sujeitos da região da Mina, na costa ocidental da África (atualmente, cidade de Elmina, em Gana), onde, no século XV, os portugueses instalaram uma feitoria cuja fortificação é conhecida como Castelo da Mina e que, posteriormente, tornou-se um importante entreposto para o comércio de negros escravizados. (MACIEL, 2016, p. 65). Há que se destacar que sob as denominações Mina e Angola estavam reunidos muitos grupos étnicos diferentes (MACIEL, 2016, p. 66). Além disso, essas eram também alcunhas atribuídas aos negros embarcados nos portos dessas regiões, da Costa da Mina e de Angola, outro problema que dificulta a definição da origem dos africanos sequestrados e traficados para o Brasil à época colonial (MACIEL, 2016, p. 66).

Diferente da integração do índio ao projeto colonial luso, para o negro não havia alternativa além da privação da liberdade e absoluta sujeição legitimadas pela escravização. Na sociedade colonial cabia aos africanos, assim como aos índios, o papel de força de trabalho em uma economia essencialmente agrícola. Sob o regime de escravidão trabalhavam em condições sub-humanas, sujeitos a castigos, eram privados de sua cultura, de suas estruturas sociais e familiares, bem como impedidos de participar das atividades do cotidiano social (MACIEL, 2016, p. 84-90). A objetificação dos sujeitos escravizados possui uma ênfase assimilacionista que busca homogeneizá-los enquanto classe, diluindo suas diferenças e nuances culturais e étnicas em uma sintetização social que define o “escravo” como um bem material que podia ser comercializado, trocado, doado etc. (RODRIGUES, 2010 [1932]; MACIEL, 2016; SILVA, 2016). Essa era uma estratégia que enfraquecia as instituições sociais e culturais negras e favorecia, paralelamente, o controle epistemológico, político e econômico desses negros como força de trabalho em um projeto eurocentrista de nação (SILVA, 2016).

No entanto, como destaca Silva (2016), é reducionista e contraproducente simplificar as relações sócio-históricas entre negros e brancos à dualidade Casa Grande-Senzala. Mesmo no âmbito da sociedade escravista e com todas as opressões e dificuldades que isso significava, os sujeitos negros eram “agentes políticos, econômicos e morais de suas próprias histórias”. A insubordinação e a luta dos negros contra o sistema escravista foram ativas. A princípio, a resistência era baseada em ações individuais, espontâneas e desorganizadas; com o tempo, as empreitadas individuais dão lugar às fugas e revoltas bem estruturadas, que resultavam muitas vezes, na constituição de quilombos (MACIEL, 2016, p. 94 e 95). Por outro

lado, a resistência adaptativa dos negros é flagrante nas várias formas que encontraram para sobreviver, buscar melhores condições de vida, manifestar, transmitir e recriar sua cultura, suas crenças e valores dentro do contexto social desfavorável no qual foram inseridos.

Considerando a relação entre a cultura dos colonizadores e dominadores e as sobrevivências culturais dos escravos, pode-se dizer que, na sociedade colonial, eram aceitos os costumes tradicionais africanos que podiam se adaptar à exploração escravista. Incluíam-se aí aqueles que reinterpretados, recebiam novo significado (MACIEL, 2016, p.147).

Mais do que uma estratégia de sobrevivência, adaptação e resistência, a transformação e ressignificação de costumes e tradições negras é uma decorrência das experiências de contato nas relações entre africanos de diferentes origens, índios e portugueses, articulação cultural que resulta no surgimento, por exemplo, de manifestações afro-brasileiras. Maciel (2016, p. 123 e 124) sublinha que a Igreja Católica teve grande influência nesse processo: dado que a opressão cultural da sociedade colonial proibia e reprimia o culto aos Orixás, os negros transferiram sua devoção para santos católicos, promovendo o sincretismo religioso. As sobrevivências culturais africanas muito se relacionam às práticas religiosas, sobretudo porque, segundo Maciel (2016, p. 123), nessas tradições “não havia grande separação entre o mundo material e o espiritual”. Muito embora as manifestações religiosas tenham sido transmitidas com maior êxito, arte, culinária, danças e músicas africanas também sobreviveram às perseguições e intolerâncias. No sul do Espírito Santo, registros dessa herança podem ser observados na manifestação cultural afro-brasileira do jongo – prática reconhecida como patrimônio cultural brasileiro, não especificamente religiosa, mas que incorpora elementos da fé e por meio da dança, da música e da poesia, retrata as “situações sociais vividas pelas comunidades” jogueiras (OLIVEIRA, 2016, p. 204). Em Anchieta, até hoje resistem os grupos Tambores de São Mateus, na comunidade rural de São Mateus, e o Grupo de Jongo de São Benedito Sol e Lua, na sede municipal (OLIVEIRA, 2016, p. 206).

O jongo, que também é conhecido como caxambu ou tambor, tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, sobretudo os de língua banto, provenientes do sul da África, especialmente de Angola. É cantado e tocado de diversas formas, levando-se em consideração as particularidades de cada comunidade. O surgimento e a consolidação dessa prática cultural no Brasil se deu no século XIX pelos escravizados que trabalhavam em lavouras de café localizadas na região Sudeste (SILVA, 2016, p. 175).

Efetivamente, nunca chegou a haver a comutação integral da mão de obra indígena pela africana escravizada. A força de trabalho dos povos nativos seguiu sendo amplamente empregada pela sociedade colonial, mesmo depois da intensificação do tráfico atlântico. Dessa forma, negros, brancos e índios, bem como os mestiços da miscigenação entre eles, formavam a complexa sociedade colonial brasileira, onde, claramente, os papéis e os valores sociais de cada um desses grupos eram infinitamente díspares, particularmente porque eram estabelecidos a partir da perspectiva eurocêntrica. Nina Rodrigues (2010 [1932], p. 10)

comenta que “afora a terra e os indígenas, tudo era português aqui”. Enquanto os índios eram “o elemento estranho a combater e dominar”, os negros eram postos à margem da sociedade enquanto “simples máquinas de trabalho” (RODRIGUES, 2010 [1932], p. 10).

Sobre Reritiba, ainda que não se tenha conseguido levantar dados específicos acerca da territorialização negra nos primeiros séculos da colonização, entende-se ser possível que tenha ocorrido um cenário parecido com o descrito por Almeida (2013, p. 219) para o Rio de Janeiro, onde, “o mercado de escravos negros existia, mas a demanda local não era suficiente para garantir os altos preços encontrados em outras praças, o que devia ocorrer pelas amplas possibilidades de utilização da mão de obra indígena”. Nesse caso, é preciso salientar que existem evidências históricas e arqueológicas que indicam ter havido, em Reritiba e região, um grande contingente de índios. Não obstante, fato é que os povos de origem africana não só participaram da formação do território de Anchieta, como deixaram sobre ele persistências, conforme atesta a sobrevivência de manifestações culturais afro-brasileiras tal qual o jongo.

Grandes transformações sociais ocorreram os assentamentos brasileiros a partir da segunda metade do século XVIII. Com a ascensão de Dom José I ao trono de Portugal, em 1750, uma série de reformas encabeçadas por José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal, estabelecem rupturas importantes na ordem colonial com vistas a fortalecer o Estado absolutista português (FAUSTO, 2015, p. 95). O antagonismo aos jesuítas e a integração dos índios à sociedade eram pontos centrais da política pombalina e foram esteio para algumas das medidas da reforma, em virtude, sobretudo, do poder político e econômico que detinha a Ordem e da importância atribuída aos índios na tarefa de manutenção, defesa e consolidação do domínio português nas fronteiras de seu território (FAUSTO, 2015, p. 97).

A política indigenista de Pombal era essencialmente assimilacionista e buscava diluir a consciência histórica e cultural dos índios, que ainda se conservavam nos aldeamentos, no bojo da sociedade brasileira branqueada (ALMEIDA, 2013, p. 196). Nesse contexto, destacam-se disposições como a extinção da escravização dos povos indígenas, em 1757, e o incentivo à miscigenação por meio de casamentos entre brancos e índios (FAUSTO, 2015, p. 97). À mesma época, duas outras determinações conflitantes impactam as fronteiras étnicas entre índios e brancos. A primeira delas é o alvará, de 7 de junho de 1755, que “estimulou e deu preferência aos índios na ocupação dos cargos de vereadores e oficiais da Justiça em suas respectivas vilas” (MOREIRA, 2017, p. 143). A segunda é o Diretório dos Índios (1757-1798), política que instaura a tutela dos índios por meio da figura dos “diretores”, essencialmente contrária à autonomia conquistada na lei de 1755 (MOREIRA, 2017, p. 143).

Em 1 de janeiro de 1759, Reritiba foi elevada à categoria de vila (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). Documentos desse período demonstram que, junto à mudança de categoria, haviam

determinações oficiais para que as terras do assentamento fossem distribuídas entre os índios que ali habitavam (MATTOS, 2009, p. 24). No dia 3 de setembro de 1759, D. José, influenciado por Pombal, assina a lei que determinava a retirada da Companhia de Jesus dos domínios portugueses e o confisco de seus bens. Com a medida, objetivava-se a centralização da administração portuguesa, freando áreas de atuações autônomas, como as estabelecidas pela ordem religiosa, e a subordinação da Igreja ao Estado (FAUSTO, 2015, p. 96 e 98). Após o evento, muitos aldeamentos se tornaram freguesias ou vilas e foram rebatizados; nesses lugares, acentuou-se a presença de brancos, negros e mestiços, bem como os conflitos entre eles e os índios (ALMEIDA, 2013, p. 204). É somente em 1761 que Reritiba passa a se chamar Vila Nova de Benevente (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43), toponímia estendida para denominar o rio à margem do qual se situa. A renomeação arbitrária dos lugares é um ato fortemente desterritorializador, pois suprime, neste caso, os referenciais cognitivos dos índios, os quais incorporavam o sentido de controle simbólico do território por meio da denominação, segundo Magnaghi (2001b, p. 7), o primeiro ato territorializante de um espaço. O mapa da Figura 17 retrata de forma pictórica a *Vila Nova de Benevente*, em 1790.

Figura 17: Vila nova de Benevente, [1790]. No mapa estão assinalados os topônimos: [Rio] Itapemerim, Monte do Agha, Ilha do Francez, Ilhas de Piuma, Barra de Piuma, Barra Grande, Barra do Moleque, Ponta dos Castelhanos. Estão representadas uma igreja e algumas moradias.



Fonte: VILA, [1790] (Arquivo Histórico Ultramarino).

A cartografia integra uma coleção composta por três mapas da *Costa marítima da Capitania do Espírito Santo*, que, além de Benevente, ilustram a *Barra da Capitania do Espírito Santo* e a *Villa de Guaraparim* (FARIA, 2011, p. 207). Do mapa depreende-se que, ao final do século XVIII, a ocupação, que se desenvolveu a partir do platô intermediário do relevo, com a implantação do complexo jesuítico em um sítio indígena, já havia se expandido. Como fica evidente no detalhe da Figura 18, verifica-se a presença de um núcleo mais estruturado e denso em volta do empreendimento jesuítico, representado em destaque por uma igreja. Edificações mais afastadas desse núcleo principal são posicionadas na margem direita do rio Benevente, próximo à *Ponta dos Castelhanos*, à sudeste, e na região entre a foz do Benevente e a *Barra de Piúma*, à sudoeste (Figura 18). A morfologia do conjunto edificado remete à tradição urbanística portuguesa, adaptada às condições do terreno. Parte do casario está, à exemplo do conjunto jesuítico, implantado nas cotas superiores do relevo, essas são, provavelmente, as edificações mais antigas, visto que a ocupação se iniciou pelas áreas elevadas do sítio. Entretanto, já é possível observar casas estabelecidas na cota mais baixa, junto à praia e à foz do rio Benevente (Figura 19).

Nota-se que o estilo representativo adotado não é realístico. Enquanto o contorno da costa é retratado em uma vista de topo, o relevo e as edificações são desenhados como elevações ou, no caso da igreja, perspectiva. Além disso, há distorções nas dimensões, por exemplo, da linha costeira, especialmente no trecho compreendido entre a foz do rio Benevente e a Barra de Piúma, assim como no tamanho das edificações em relação ao terreno e ao relevo. O efeito dessas escolhas representativas é o destaque dos elementos antrópicos da paisagem e das elevações cuja visualização é possível a partir do mar. Dentre outras coisas, esses aspectos indicam como a ocupação portuguesa era percebida e simbolizada à época.

Na representação, os pontos de referência naturais foram utilizados para estruturar o espaço. O relevo atua como contraponto ao conjunto humanizado e possui uma função referencial que está ligada diretamente à sua capacidade de conferir orientabilidade ao espaço, auxiliando, inclusive, nos deslocamentos por terra e mar. Seus elementos de destaque se estabelecem como marcos físicos por conta de sua singularidade, fisionomia e magnitude, esta representada por altura, extensão e alcance, determinando, assim, seu papel de maior ou menor destaque enquanto estruturador do espaço (RODRIGUEZ, 1995, p. 468). A representação encerrada na Figura 17 ressalta a oposição evidente entre o espaço apossado, ou já conquistado, e aquele heterotópico, ainda não dominado (MIRANDA, 2009). O espaço apossado, aquele que abriga a ocupação e sobre o qual se tem maior domínio e conhecimento acumulado, é referenciado e definido pelo relevo, configurando o território, algures ao qual está o espaço heterotópico. Além disso, o exagero do tamanho das edificações em relação ao meio físico destaca o domínio humano – mais precisamente, luso – sobre a natureza.

Figura 18: Detalhe do mapa Vila nova de Benavente. Da esquerda para a direita, leem-se os topônimos: Monte do Agha, Ilhas de Piuma, Barra de Piuma, Barra Grande (duas vezes), Barra do Moleque, Ponta dos Castelhanos.



Fonte: VILA, [1790] (Arquivo Histórico Ultramarino).

Figura 19: Detalhe do mapa Vila nova de Benavente. Estão representados uma igreja e moradias.



Fonte: VILA, [1790] (Arquivo Histórico Ultramarino).

O assentamento descrito no mapa é, sem dúvida, português e em nada lembra as ocupações tradicionais dos índios, a não ser pela manutenção do *tópos*. A despeito das iniciativas oficiais para a distribuição das terras do aldeamento entre seus habitantes índios (MATTOS, 2009, p. 24), parece, que a renomeação da ocupação, que de Reritiba passa a ser Benevente, é um ato que, em verdade, consolida o processo de desterritorialização e metamorfose territorial que teve início com a instalação dos padres da Companhia de Jesus em um lugar de índio.

Ao final do século XVIII, o Diretório dos Índios é extinto pela Carta Régia de 1798, que, por sua vez, estipulava, nos termos da lei, a igualdade entre os índios e os demais vassallos livres da Coroa Portuguesa (MOREIRA, 2017, p. 144). Apenas a existência da lei não é suficiente, contudo, para gerir e regular as situações sociais acerca das quais prescreve. Já legalmente equiparados aos cidadãos brancos, vassallos, os índios de Benevente “viram suas terras serem consideradas devolutas e doadas como sesmarias, primeiro a colonos portugueses, depois como territórios para assentar outros colonos europeus” (MATTOS, 2009, p. 36). A respeito disso, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, que viajou pelo Espírito Santo em 1818, apresenta, em seus relatos, a seguinte perspectiva:

Quando expulsou os jesuítas, a Administração destinou aos índios civilizados de Benevente uma área inalienável de seis léguas por outras tantas, mas, sendo fértil o lugar, os governadores logo deram aos seus amigos partes dessas terras, sem considerar o direito dos indígenas, que reclamaram inutilmente. Entretanto, para poder comprar aguardente, muitos índios cederam suas propriedades aos brancos, os quais, para se garantirem no gozo do valor declarado inalienável, se *comprometeram* a pagar a pequena retribuição à Municipalidade de Benevente. Outros indígenas, ao deixar a região, não fizeram venda alguma e portugueses tomaram, pura e simplesmente, posse de suas terras. Contudo, hoje se dão sesmarias em todo o distrito, sem sequer exigir aforamento para a Câmara; o Ouvidor da Vila da Vitória tem o título honorífico de conservador das possessões dos índios de Benevente, mas, na realidade, nada mais tem a conservar. As mencionadas terras têm passado, quase todas, pelas mãos dos luso-brasileiros, e os índios se comprazem em cultivar campos que deveriam semear para si mesmos (SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 31 e 32).

Para os índios, após três séculos de dominação, transformações e rearticulações em seus modos de vida, os aldeamentos haviam se tornado o núcleo referencial para sua sobrevivência. Quando esse território lhes é novamente expropriado e seus sistemas de relações rompidos, a experiência é extremamente traumática. Por mais ambíguo que pareça, nesse momento, os antigos aldeamentos “eram, ao mesmo tempo uma garantia de seus direitos à terra coletiva e à vida comunitária” (MATTOS, 2009, p. 18). Todavia, a constante exploração da força de trabalho indígena, quase sempre sob péssimas condições, o desrespeito aos direitos conquistados, com a progressão do desmembramento e da cessão de suas terras, a participação cada vez maior de negros, brancos e mestiços na composição dos assentamentos, tudo contribuiu para afugentar grande número de índios de Benevente – como relatam tanto o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1958 [1820], p. 137), que

esteve no Espírito Santo por volta de 1816, quanto Auguste de Saint-Hilaire (1974 [1833], p. 32) nos apontamentos de suas viagens por terras capixabas.

No início do século XIX, a mão de obra dos índios continuava a ser largamente empregada na ampliação do projeto colonial. No Espírito Santo, a administração de Francisco Alberto Rubim (1812 a 1819) incentivou a ocupação do território, do que o principal exemplo é a fundação da colônia de Viana, investiu no comércio e promoveu, também, a abertura de estradas (OLIVEIRA, p. 574 e 575). Os braços indígenas foram fundamentais para essas realizações, como conta Saint-Hilaire (1974 [1833], p. 32).

Segundo Moreira (2017, p. 79 e 80), mesmo após as liberdades e equiparações legais promovidas pelas disposições pombalinas, os índios “não estavam excluídos da lógica da exploração do trabalho, já que eram alvo de dois tipos de recrutamento forçado: o civil e o militar”. O “serviço ao rei”, como ficou conhecido, no período colonial³⁷, o recrutamento civil para a execução de trabalhos de utilidade pública, era, oficialmente, uma atividade remunerada com duração de três meses, no princípio, e de dois meses, na segunda metade do século XIX (MOREIRA, 2017, p. 80). Sem embargo, tanto o tempo, quanto a remuneração e as condições de trabalho desse sistema foram bastante heterogêneas e, muitas vezes, irregulares (MOREIRA, 2017, p. 80). Por conta disso, muitos índios fugiam para escapar do trabalho forçado, o que contribuiu para o esvaziamento de vilas indígenas tradicionais, tal como aconteceu em Benevente (MOREIRA, 2017, p. 81). Sobre a precariedade e a exploração do trabalho indígena nesse contexto, Saint-Hilaire destaca:

Tirava-se de Benevente (1818) certo número deles [índios], revezados de três em três meses; eram mandados a trabalhar bem longe de sua habitação; alimentavam-se mal e, ao cabo do trimestre, só lhes davam 4 mil-réis, mesmo assim, sem regularidade. O temor dessas explorações ilegais espantou grande número deles e sendo, principalmente homens que abandonam a região, sem encontrar mulheres, em outra parte, ficaram perdidos para a população (SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], 32).

Esse cenário é reiterado pela narrativa de Maximiliano de Wied-Neuwied (1958 [1820], p. 137), que descreve o despovoamento de Vila Nova de Benevente em função das explorações do árduo trabalho exigido dos índios pela Coroa Portuguesa. De acordo com o príncipe, se, de início, os jesuítas chegaram a reunir em Reritiba cerca de seis mil índios, à época de sua visita, em 1816, a vila não devia possuir mais do que oitocentos habitantes, dos quais cerca de seiscentos seriam índios (WIED-NEUWIED, 1958 [1820], p. 137).

Em 1848, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, então presidente da Província do Espírito Santo³⁸,

³⁷ Após a proclamação da independência, em 1822, o “serviço ao rei” foi renomeado como “serviço ao Império e à nação” (MOREIRA, 2017, p. 80 e 81).

³⁸ As antigas capitanias hereditárias foram elevadas à categoria de províncias por decreto de 28 de fevereiro de 1821 (OLIVEIRA, 2008, p. 297).

em seu relatório para a Assembleia Legislativa Provincial, escreve que é necessário que o governo imperial tome providências, que considera acima de sua alçada, “para cortar inveterados abusos, e melhorar a sorte dos Índios mansos, e descendentes das aldeias de Reis-Magos e Irytiba (Benevente) fundadas pelos jesuítas” (FERRAZ, 1848, p. 26). Tal declaração confirma que a violência praticada contra os índios era uma realidade a ser combatida. Apesar das dificuldades, os índios dos antigos aldeamentos, por mais aculturados e misturados que estivessem, continuaram se reconhecendo e sendo reconhecidos pela sociedade como “índios aldeados” até meados do século XIX (ALMEIDA, 2013, p. 108).

O relatório de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1848) fornece, ainda, informações importantes sobre os habitantes de Benevente à época. Ao mapear os nascimentos, casamentos e óbitos ocorridos em 1847 nas freguesias do Espírito Santo, a administração da província divide a população entre sujeitos livres (brancos e “de cor” – provavelmente índios) e escravizados (pretos e pardos). A Tabela 2 contém os dados referentes a Benevente. Ainda que tais informações não sejam suficientes para traçar um quadro geral sobre a população da vila, permitem expor interpretações que lançam luz à algumas questões. Analisando o material, fica claro que em Benevente havia mais nascimentos entre os índios (40 nascimentos) e os escravizados (40 nascimentos entre pretos e pardos), e que a natalidade era muito inferior entre os brancos (4 nascimentos). Já os óbitos ocorriam em maior número entre os indivíduos “de cor” (14 óbitos), sobretudo entre os homens (10 óbitos). Os índios de Benevente eram, portanto, as maiores vítimas da mortalidade, situação que pode ser associada, dentre outros fatores, aos “inveterados abusos” a que eram sujeitados. A partir do relatório não é possível saber se havia casamentos interétnicos, apesar de uniões desse tipo não serem raras e, no caso dos casamentos entre brancos e índios, serem, inclusive, incentivadas por lei desde as reformas de Pombal. Se existem poucas informações sobre participação dos negros no processo de territorialização da vila durante os primeiros séculos da colonização, a partir do relatório de Luiz Pedreira do Coutto Ferraz é evidente que em Benevente eram muitos, mantendo uma taxa de crescimento baseada em nascimentos superior à dos brancos.

Tabela 2: Nascimentos, casamentos e óbitos que ocorreram em Benevente no ano de 1847.

Freguesia de Benevente																								
Nascimentos									Casamentos					Óbitos										
Livres				Escravos					Total	Livres		Escravos			Total	Livres				Escravos				Total
Brancos		De cor		Pardos		Pretos				Brancos	De cor	Pardos	Pretos	Brancos		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens															Mulheres	
2	2	18	22	10	11	10	9	84	1	2	1	-	4	2	3	10	4	4	2	1	1	27		

Fonte: FERRAZ, 1848 (adaptado pela autora).

De maneira geral, o declínio, a dispersão e a desestruturação da população indígena “aldeada” – revelados por Maximiliano de Wied-Neuwied (1958 [1820]), por Auguste de Saint-Hilaire (1974 [1833]) e por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz (1848) – contribuem, dentre outros fatores, para atrair a cobiça dos luso-brasileiros. Para Saint-Hilaire, não era sem razão o interesse nas terras da Vila de Benevente. Segundo o naturalista, o solo era de boa qualidade para a agricultura de tipos como o arroz, o algodão, o feijão, a cana-de-açúcar e a mandioca, os quais se colhia em abundância (SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 32). Alguns artigos, tal qual o açúcar resultante do processo de beneficiamento da cana, são objeto, inclusive, de exportação (WIED-NEUWIED, 1958 [1820]; SAINT-HILAIRE, 1974 [1833]). Note-se que certos cultivos, como a mandioca, ainda mantêm estreita relação com a tradição e os saberes dos povos indígenas do tronco tupi-guarani.

Os autores-viajantes Maximiliano de Wied-Neuwied e Auguste de Saint-Hilaire, com olhar explorador, descrevem, além do contexto social, os aspectos da ocupação e da paisagem da Vila Nova de Benevente no primeiro quartel do século XIX. De acordo com o naturalista francês, a povoação era composta por cerca de uma centena de casas, algumas cobertas de telha e outras de palha, dentre as quais haviam sobrados de dois pavimentos (SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 30). Ainda que pequena, a vila era um centro regional (respeitadas as limitações dos deslocamentos à época) para o qual convergiam os moradores dos arredores por causa do porto e, mais ainda, da igreja, sobretudo aos domingos e em ocasião das festividades religiosas, tal como destacam tanto o príncipe de Wied-Neuwied (1958 [1820], p. 137), quanto Saint-Hilaire 1974 [1833], p. 29).

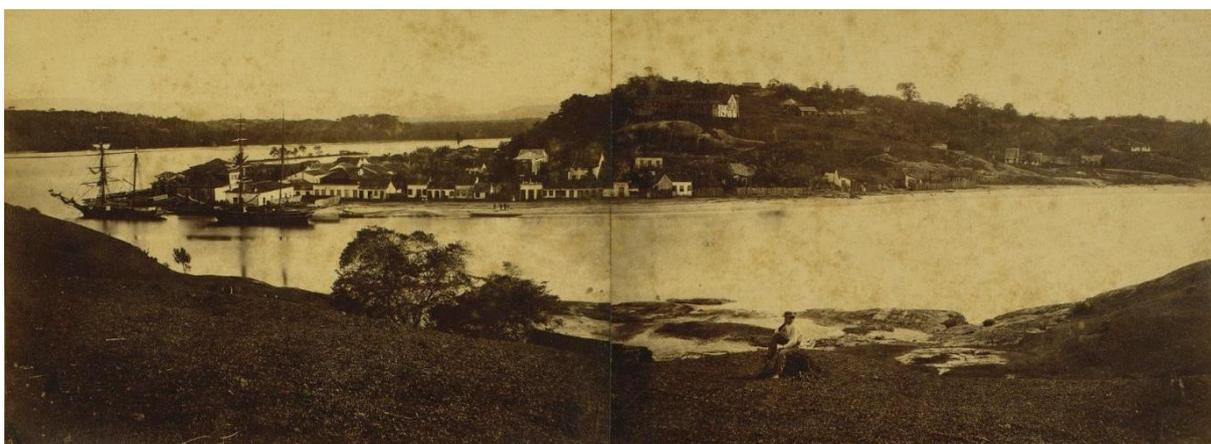
Aliás, o antigo complexo jesuítico é retratado como elemento de destaque na paisagem da vila. Da narrativa desses estrangeiros sobre o marco arquitetônico é possível identificar uma importante transformação que simboliza a efetivação da presença da Coroa Portuguesa em Benevente após a expulsão dos jesuítas, retomando o poder e a centralidade política naquelas terras do Brasil (NAJJAR, 2011, p. 80). Trata-se da refuncionalização da residência da Ordem, que passa a abrigar atividades e instituições civis relacionadas à administração, dentre as quais a Casa de Câmara e Cadeia (WIED-NEUWIED, 1958 [1820], p. 136; SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 31). É também na antiga residência, reestruturada espacialmente, que os viajantes e visitantes ilustres encontram pouso (WIED-NEUWIED, 1958 [1820], p. 136; SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 31).

Sobre o panorama natural, ambos os autores oferecem descrições muito similares, exaltando a opulência da paisagem que circunda o núcleo de ocupação, destacando a beleza do rio Benevente e a majestade da mata que o margeia, bem como a presença marcante das montanhas que figuram no horizonte e emolduram o cenário (WIED-NEUWIED, 1958 [1820], p. 136; SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 31).

A configuração do assentamento se manteria, ao longo do século XIX, como descrita pelos viajantes supracitados. Em 1860, as notas do imperador D. Pedro II, escritas durante sua visita ao Espírito Santo, retratam um panorama semelhante ao observado na vila ainda no início do século. Enquanto em Benevente o imperador escreve: “As ruas da vila são regulares e há casas de sobrado, não as vendo cobertas de palhas senão no morro em que está o convento” (ROCHA, 2008, p. 220). As fotografias de Albert Richard Dietze [1869-1879], capturadas pouco depois³⁹ da visita do imperador, eternizam a configuração da Vila Nova de Benevente do oitocentos (Figura 20 e Figura 21).

A ocupação, iniciada no cimo do morro, se espalhou e se consolidou em seu sopé, junto à foz do Benevente, principalmente na parte sudoeste do sítio, protegida pela última curva do rio (Figura 20). Contiguamente à ocupação se localizava o porto. A área é ideal, pois a enseada abriga as embarcações do vento e as permitem aportar. Do porto de Benevente, embarcavam-se, habitualmente, as mercadorias produzidas na região para o Rio de Janeiro e, ocasionalmente, para Vitória (SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 33). O conjunto edificado era composto por construções caiadas e telhadas, com exceção daquelas na parte alta, algumas assobradadas, conforme informam as representações iconográficas da vila (Figura 21) e o relato dos viajantes estrangeiros que a visitaram durante o século XIX. A igreja de Nossa Senhora da Assunção e a antiga residência dos jesuítas se sobressaíam na paisagem e eram os principais expoentes arquitetônicos da vila. Apesar das limitações técnicas, políticas e culturais que influíam sobre a produção urbana naquele período, a Vila Nova de Benevente geralmente agradava aos visitantes, principalmente pelo panorama – resultado da conjunção dos aspectos naturais do sítio com a escolha topológica para instalação do assentamento.

Figura 20: Panorama de Benevente, [1869-1878].



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil (autor: Albert Dietze).

³⁹ Segundo os dados catalográficos da Biblioteca Nacional, a impressão das fotos é atribuída ao intervalo entre os anos de 1869 e 1878, entretanto, destaca-se que na mesma página em que se encontram as duas fotos de Benevente, há uma terceira, de Piúma, em cuja legenda está grafada a data 1874. O conteúdo pode ser acessado no endereço eletrônico: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=3366.

Figura 21: Estação telegraphica (Benavente), [1869-1878].



Fonte: Biblioteca Nacional Digital do Brasil (autor: Albert Dietze).

Já por volta da metade do século XIX, o incentivo à imigração europeia e o desenvolvimento da cafeicultura alavancaram o progresso econômico no Espírito Santo. Com a descoberta do ouro no interior da colônia, ainda no início do século XVII, o Espírito Santo passou a desempenhar o papel de proteção para as minas auríferas. Por isso, a Coroa portuguesa proibiu "qualquer abertura para o interior da capitania" na intenção de criar uma barreira onde a própria natureza servisse de obstáculo a fim de impedir o escoamento das riquezas minerais sem o controle do governo, bem como evitar o assomo às minas, ficando proibida, também, "toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral" (LEAL, 2008, p. 517). Assim foi por mais de um século, até que os sinais de esgotamento das minas, a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, e, ainda, a abertura dos portos às nações amigas transformaram o panorama para o Espírito Santo, que passou a ter autorização para "explorar e colonizar" seu território para além do litoral (FRANCESCHETTO, 2014, p. 52). Franceschetto (2014, p. 52) destaca que índios e negros foram excluídos desse processo. Àquela altura, diante das pressões externas pelo fim do regime escravagista e da pauta do branqueamento da população, a alternativa adotada pelo Brasil para preencher o enorme vazio demográfico de seu interior foi o incentivo à imigração de camponeses,

sobretudo europeus (FRANCESCHETTO, 2014, p. 54).

Dessa forma, via de regra, o programa imigratório do Espírito Santo tinha como principal objetivo a colonização de áreas despovoadas, sobretudo no interior da província. Em alguns casos, entretanto, o que impulsionou o processo foi a demanda de braços para o trabalho na lavoura (GROSSELLI, 2008, p. 235). Em meados do século XIX, a expansão cafeeira do vale do Paraíba estimulou a ocupação do sul da província por fazendeiros vindos do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (FRANCESCHETTO, 2014, p. 54).

É nesse contexto que, em 1854⁴⁰, é criada, no sul do Espírito Santo, a Associação Colonial Agrícola de Rio Novo, empreendimento privado idealizado pelo major português Caetano Dias da Silva, ex-trafficante de escravizados (GROSSELLI, 2008, p. 235). A colônia foi implantada nas imediações da fazenda Limão, propriedade produtora de cana-de-açúcar, a qual pertencia à mesma Associação Colonial (GROSSELLI, 2008, p. 235; ROCHA, 2008, p. 239). O núcleo inicial da ocupação ficava junto à margem esquerda do rio Novo (GROSSELLI, 2008, p. 235), em território que hoje pertence ao município de Rio Novo do Sul. Com o tempo, a povoação se expandiu, multiplicando-se em cinco territórios (Figura 22), e incluiu terras que se dilatavam do rio Itapemirim até os afluentes do rio Benevente (FRANCESCHETTO, 2008, p. 59).

A princípio, Rio Novo recebeu imigrantes chineses, depois vieram os europeus: suíços, holandeses, belgas, portugueses, franceses e alemães (FRANCESCHETTO, 2008, p. 57). Desde a sua fundação, no entanto, vários problemas assolaram o empreendimento. A falta de pessoal qualificado para realizar a demarcação apropriada dos lotes coloniais, as armadilhas dos contratos e das relações entre colonos e latifundiários, a má qualidade das terras distribuídas em termos de localização, tamanho e características geomorfológicas, o isolamento, a precariedade e/ou inexistência de infraestruturas de comunicação com a costa e com outros centros habitados, a ausência de assistência médica e a propagação de doenças, a fragmentação social decorrente da plurinacionalidade dos colonos e das dificuldades linguísticas, tudo contribuiu para aumentar os problemas e comprometer o sucesso do desenvolvimento de Rio Novo (GROSSELLI, 2008, p. 236-239). No mais, cabe destacar um importante fator de conflito:

Em primeiro lugar, a terra em que se estabelecera [a colônia] não era toda do Estado. Grande parte dela, por exemplo, era reivindicada por índios que ainda no século XVII haviam obtido do governo uma concessão neste sentido. Os representantes dos índios dirigiram-se às autoridades para exigir os seus direitos, o que não conseguiram. O território foi concedido à colônia, com a desculpa de que era habitado por poucos descendentes daquela tribo de indígenas que, além do mais, haviam-no ocupado e usufruído apenas em parte (GROSSELLI, 2008, p. 236).

⁴⁰ Ao contrário de Grosselli (2008) e Franceschetto (2014), Levy Rocha (2008, p. 239) e Carlo Nagar (1995 [1895] p. 35) atribuem o ano de 1855 como data de fundação Associação Colonial do Rio Novo.

Figura 22: Colônia de Rio Novo. Recorte da *Planta da parte da Província do Espírito-Santo em que estão compreendidas as colonias, organizada na Inspectoria Geral das Terras e Colonização pelos Ingenheiros C. Cintra e C. Rivierre e mandado Imprimir pelo Ex.º Snr Cons.º Thomaz José Coelho de Almeida, 1878*. Segundo as convenções representativas da planta, em amarelo estão demarcados os terrenos de particulares, enquanto, em verde, figuram as terras públicas coloniais.



Fonte: CINTRA e RIVIERRE, 1878 (Bibliothèque nationale de France - BnF).

Fica evidente, portanto, que o processo de imigração do século XIX foi mais um evento a enfraquecer a organização social indígena, uma vez que, à revelia dos direitos conquistados, os índios viram suas terras serem, mais uma vez, expropriadas para acomodar os interesses alheios, dessa vez do governo imperial, que não compreendiam sua forma de se relacionar com o território e analisavam tudo sob o ponto de vista da cultura europeia. Evidentemente, as condições dos imigrantes na Colônia de Rio Novo também eram difíceis, por mais que alguns colonos tenham logrado superar os obstáculos para seu estabelecimento, outros permaneciam em condições sub-humanas (GROSSELLI, 2008, p. 242). Há que se destacar, no entanto, que, enquanto os índios e os negros eram postos à margem dessa nova ordem social, os imigrantes estavam em seu centro. Basta observar com qual interesse figuram como tema central das pesquisas sobre a formação da sociedade capixaba, como lhes foi atribuído o protagonismo na historiografia do Espírito Santo, enquanto para os primeiros, índios e negros, restaram, por muito tempo, os papéis coadjuvantes ou, ainda, o esquecimento.

Em 1861 a Associação Colonial passa para propriedade do Estado. Grosselli (2008, p. 241) destaca que, mesmo durante o período em que o empreendimento teve caráter particular, o governo parece ter investido, ainda que sem resultados expressivos, no desenvolvimento de Rio Novo. Até 1874, a colônia recebe um fluxo diversificado de imigrantes. Nesse ínterim, as pressões para o término da escravização começam a surtir resultados e, em 1871, é assinada a Lei do Ventre Livre. Com efeito, gradativamente, o contingente de cativos decresce e o de negros livres aumenta. Além disso, a progressiva miscigenação entre negros, brancos e índios eleva, também, a população mestiça livre. Dessa forma, a parcela branca da população é sobrepujada quantitativamente pelas demais (FRANCESCHETTO, 2014).

O Recenseamento Geral do Império de 1872, o primeiro e único recenseamento à nível nacional realizado no Brasil durando o período imperial, representou um esforço do governo para conhecer a situação demográfica do país, incluindo categorias estatísticas como “condição social” (livres e escravos), “raça”, “estado civil”, “religião”, “nacionalidade”, “instrução”, “defeitos físicos” e “casas”. Segundo a pesquisa, cujos dados gerais foram sintetizados na Tabela 3, havia em Benevente 5.300 almas, das quais 5.161 eram brasileiros, sendo 4.182 livres e 979 escravizados, e 139 eram estrangeiros, dentre os quais 61 eram livres e 78 escravizados (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, [1874?]). Quanto à cor da pele, a pesquisa divide a população em quatro categorias: brancos, pardos, pretos e caboclos⁴¹. Em Benevente havia 1.351 brancos, 1.471 pardos, 2.371 pretos e 107 caboclos.

⁴¹ É preciso destacar, como fazem Gouvêa e Xavier (2013), que o Recenseamento Geral de 1872 utilizou o termo *raça* frente ao problema da classificação da cor de pele dos indivíduos pesquisados. Segundo as autoras, nesse contexto, “a classificação de *raça/cor* preta foi utilizada para designar pessoas africanas, negras e crioulas. A denominação “*parda*” caracterizava o cruzamento da *raça* africana com outras *raças*. Já a designação *cabocla* deveria ser compreendida como *raça* indígena ou, ainda, como a mistura entre brancos e indígenas” (GOUVÊA e XAVIER, 2013, p. 105).

Do resultado do recenseamento nesta categoria, confirma-se que em Benevente os segmentos da população preta e parda superavam quantitativamente a parcela branca. Mais do que isso, à época do levantamento a população preta constituída de pessoas na condição de indivíduos livres (1.504 almas) já superava em número os brancos (1.351 almas).

Tabela 3: Quadro geral da população da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Benevente.

Condições	Sexos	Almas	Raças				Nacionalidade	
			Brancos	Pardos	Pretos	Caboclos	Brasileiros	Estrangeiros
Livres	Homens	2044	548	633	787	56	1996	48
	Mulheres	2199	803	648	717	31	2186	13
	Soma	4243	1351	1281	1504	107	4182	61
Escravos	Homens	613	-	104	509	-	582	31
	Mulheres	444	-	86	358	-	397	47
	Soma	1057	-	190	867	-	979	78
Soma geral	-	5300	1351	1471	2371	107	5161	139

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, [1874?] (adaptado pela autora).

Sobre a nacionalidade dos estrangeiros de Benevente, conforme ilustra a Tabela 4, têm-se que, dentre os livres havia 3 alemães, 1 francês, 11 portugueses e 6 suíços, todos homens, além de 27 homens africanos e 13 mulheres africanas; dentre os estrangeiros escravizados, todos de origem africana, 31 eram homens e 47 eram mulheres (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, [1874?]). Parte desses estrangeiros, possivelmente, foi direcionada para áreas pertencentes, então, à Colônia de Rio Novo e outros, sobretudo os escravizados, devem ter sido trazidos para suprir a necessidade de mão de obra das grandes fazendas locais. Os estrangeiros representavam, portanto, 2,6% da população de Benevente, especificamente os estrangeiros europeus eram apenas 0,40% da população. Por sua vez, os sujeitos escravizados, estrangeiros ou não, representavam 19,94% do total de almas da vila.

Tabela 4: População estrangeira da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Benevente.

Sexos	Estados civis	Nacionalidade estrangeira					
		Africanos		Alemães	Franceses	Portugueses	Suíços
		Escravos	Livres				
Homens	Solteiros	21	8	1	1	7	2
	Casados	9	14	2	-	8	4
	Viúvos	1	5	-	-	1	-
Mulheres	Solteiras	28	7	-	-	-	-
	Casadas	17	5	-	-	-	-
	Viúvas	2	1	-	-	-	-
Soma geral	-	78	40	3	1	11	6

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, [1874?] (adaptado pela autora).

A título de comparação, de acordo com os dados levantados pela Diretoria Geral de Estatística do Império ([1874?]), à mesma época, Itapemirim possuía uma população maior do que Benevente, eram 9.681 almas, composta por mais estrangeiros (1.094 almas que representavam 11,3% da população) e por mais indivíduos escravizados (2.873 almas que representam 28,68% da população) do que o antigo aldeamento jesuítico.

No último quartel do oitocentos, a chegada de um grande contingente de imigrantes italianos, advindos, sobretudo, da região norte (Vêneto, Lombardia, Trentino-Alto Ádige, Emilia-Romagna, Piemonte, Friuli-Venezia Giulia, Liguria e Vale d'Aosta), inaugura um período de mudanças (FRANCESCHETTO, 2008, p. 123). A partir daí áreas alheias à costa e ao núcleo urbano assentado entre o mar e a foz do rio Benevente, localizadas no interior e nas regiões montanhosas à oeste e consideradas devolutas pelo governo imperial, começam a ser povoadas. De acordo com Franceschetto (2008, p. 59), foi pelo porto de Benevente que chegaram, a partir de 1875, a maioria desses italianos. A recepção dos colonos no sul do Espírito Santo também acontecia em outros portos, como os de Itapemirim e Piúma. Contudo, somente em Benevente havia uma casa, situada na então Fazenda São Martinho (Figura 23 e Figura 24), reservada para hospedar, temporariamente, entre 60 e 80 colonos enquanto aguardavam os procedimentos necessários para sua transferência com destino às colônias do interior (GROSSELLI, 2008, p. 298 e 299).

O êxodo dos italianos para o Brasil ocorre, segundo Grosselli (2008, p. 15) no contexto da “passagem entre o *Ancien Régime* e a nova organização da sociedade e do mercado em termos capitalistas”. A sociedade camponesa, estruturada a partir da família, baseada na produção destinada ao autoconsumo, nutrida pelo ideal do valor do trabalho e imbuída de uma consciência moral extremamente religiosa, entra em crise (GROSSELLI, 2008, p. 15). A diáspora representou para essas pessoas a esperança da terra, da conquista de seu lugar no mundo, e a retomada da dignidade, e, ainda mais, significava uma chance de sobrevivência para aquele modelo social. É claro que, ao tentar reconstruir no Brasil essa mesma sociedade, adaptações foram necessárias. A própria experiência do contato e convivência com outros grupos sociais e culturais, desde os indígenas e os negros até outras nacionalidades de imigrantes, impõem reestruturações. Mattos (2014, p. 108) descreve a postura desses imigrantes diante do novo contexto social do qual se tornaram participantes:

Procuravam uma condição humana de cidadão, mas, a grande maioria deles, através de atitudes etnocêntricas e xenófobas, negava essa mesma condição e tratava com desprezo outros grupos étnicos ali radicados. Era comum considerarem os negros como ladrões e os índios como preguiçosos, porém, sem nunca prescindirem desses dois grupos étnicos para desempenhar os trabalhos mais rudes, e para aprender com eles técnicas de sobrevivência em um espaço desconhecido. Para esses colonos, a permanência no novo território era transitória, compreendendo apenas um tempo de passagem para alcançar o desenvolvimento econômico (MATTOS, 2014, p. 108).

Figura 23: Detalhe da *Planta da parte da Província do Espírito-Santo* [...]. Em destaque a Fazenda São Martinho; ao lado do topônimo encontra-se grafada a expressão *Alojamento de Immigrantes*.



Fonte: CINTRA e RIVIERRE, 1878 (Bibliothèque nationale de France - BnF).

Figura 24: Situação atual do casarão da quarentena, designação pela qual veio a ser conhecida popularmente a sede da fazenda São Martinho, que, durante o século XIX, hospedou imigrantes.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

No entanto, para grande parte do contingente que desembarcou por essas bandas, a situação idealmente transitória se tornou permanente e o desenvolvimento econômico, se alcançado, veio a duras penas. Carlo Nagar, cônsul italiano em Vitória, escreve, em 1895, um relatório sobre a situação de seus compatriotas no estado do Espírito Santo. No documento, o cônsul afirma que os imigrantes agricultores com família, que tendiam a se tornar pequenos proprietários, assim como os meeiros, que trabalhavam com os fazendeiros, ficavam muitas vezes atados a situações adversas devido às complexidades da burocracia empregatícia e dos contratos de imigração, bem como ao isolamento e às más condições das vias de comunicação entre as colônias em que eram assentados e os demais núcleos populacionais (NAGAR, 1995 [1895], p. 55). É claro que, dentre os italianos, havia aqueles que conseguiram prosperar, mas, segundo Nagar (1995 [1895], p. 57 e 58), havia também, por outro lado, “centenas de trabalhadores que aqui perderam suas vidas, um número, que não é pequeno, de viúvas e órfãos que se repatriaram, e fileiras daqueles que, após curto período, abandonaram o estado⁴² pelo desgosto de uma existência atormentada e precária”.

Até 1880 a ocupação do território de Benevente se restringia, como é possível depreender do mapa da Figura 23, à vila junto à foz do rio homônimo (simbolizada por um círculo com um ponto circunscrito), às fazendas de particulares (indicadas por retângulos e losangos seguidos pelos nomes dos proprietários), às terras públicas coloniais (em verde) e às pequenas povoações (indicadas por um círculo vazado), como *Jabaquara* e *Povoação do Bú*, atualmente pertencentes ao município de Anchieta, *Piúma* e *Orobó*, hoje parte do município de Piúma, e *Cuatinga*, no atual município de Alfredo Chaves.

A oitava década do século XIX testemunha importantes acontecimentos que impactam no desenvolvimento de Benevente. Primeiro, em 12 de agosto de 1887, a vila recebe o foro de cidade e passa a ser denominada Anchieta, em homenagem ao padre jesuíta, José de Anchieta, clérigo que residiu até o fim de sua vida na então Reritiba (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). Depois, a promulgação da lei Áurea, em 1888, institui a abolição da escravidão no Brasil e obrigou a estrutura produtiva do café a se reorganizar. A princípio, a imigração italiana no Espírito Santo promoveu a formação de pequenas propriedades cafeeiras, cuja produção, assim como a dos latifúndios, era destinada ao mercado externo (LAZZARO, 1995, p. 11). Somente com o fim da escravidão é que a pressão imposta pelas grandes fazendas, obrigadas a substituir os braços escravizados na produção do café, influencia a alteração da política migratória. Assim, visando suprir a necessidade de mão de obra da economia cafeeira, o Espírito Santo recebe, a partir de 1888, uma nova e ampliada onda de imigrantes italianos (FRANCESCHETTO, 2014, p. 60).

⁴² Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o Brasil passou a ser uma federação de estados. Assim, as antigas províncias passaram a ter autonomia administrativa (NAGAR, 1995 [1895], p. 19).

Em meio ao influxo de migrantes da Itália para terras capixabas, fatores como a publicação do relatório de Carlo Nagar, em 1895, as queixas frequentes dos expatriados e a tragédia no Núcleo Colonial de Muniz Freire⁴³ ocasionaram uma reviravolta e impactaram profundamente esse processo. Em seu relatório, Nagar (1995 [1895]) criticava, por exemplo, a propaganda agressiva e falaciosa do empreendimento colonial, as condições abusivas determinadas pelo governo para conceder terras e benefícios aos imigrantes, como a exigência de que permanecessem por um período mínimo de três anos no território capixaba, os inconvenientes do processo de recepção e acomodação dos colonos às suas novas terras ou aos seus postos de trabalho, as condições das colônias, a lentidão do processo de demarcação dos lotes e as condições das estradas. Assim, em virtude das denúncias do cônsul e dos relatos negativos sobre a vida do imigrante italiano no Espírito Santo, o governo italiano decidiu proibir, em 20 de julho de 1895, a emigração para o estado (LAZZARO, 2008, p. 1895). Em decorrência disso, de acordo com Franceschetto (2014, p. 63), no ano de 1896, a imigração em massa de estrangeiros para o Espírito Santo teve fim, situação potencializada, ainda, pela crise do preço do café no mercado internacional. Isso não significa, entretanto, que as entradas esporádicas de estrangeiros também tenham cessado (FRANCESCHETTO, 2014, p. 64).

Apesar dos reveses, o programa imigratório teve sucesso, sendo responsável pela ocupação de áreas interioranas, pela fundação de novos núcleos populacionais e pela transformação do “perfil demográfico, econômico e sociocultural do povo capixaba” (LAZZARO, 1995, p. 15). De acordo com censo de 1890, por exemplo, Anchieta – que no relatório ainda recebe a denominação de Benevente – apresenta um significativo aumento populacional em relação à 1872, reunindo à época em seu território 14.638 habitantes⁴⁴ (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898, p. 37). O período da imigração marca, também, um importante aumento na quantidade de áreas de floresta desmatadas visando abrir espaço para a agricultura, transformando não só o território, como também a paisagem e as dinâmicas ambientais. Com o tempo, impulsionados por fatores como a redução ou o esgotamento da produção dos lotes das colônias, a completa ocupação dos terrenos demarcados e o crescimento das famílias, os imigrantes se deslocaram e exploraram terras além daquelas inicialmente circunscritas nos limites dos empreendimentos coloniais (FRANCESCHETTO, 2014, p. 64).

⁴³ Trata-se da devastação epidêmica que aconteceu no Núcleo Colonial de Muniz Freire, na região sul do Rio Doce, sobre a qual Muniz Freire, então governador do Espírito Santo, considerou ter havido uma divulgação exagerada (LAZZARO, 2008, p. 17 e 18). De acordo com declaração prestada por Luiz Derenzi à José Teixeira de Oliveira (2008, p. 356), quinhentos e vinte e oito imigrantes italianos morreram naquela colônia poucos meses após seu desembarque do vapor *Matteo Bruzzo*, em outubro de 1894.

⁴⁴ É preciso ressaltar que esse número é referente à divisão administrativa que, em 1890, compreendia os distritos de Benevente, Alto Benevente (que depois de emancipado se tornou Alfredo Chaves) e Piúma. Assim, segundo o censo de 1890, o distrito de Benevente possuía 3.660 habitantes, o distrito de Alto Benevente possuía 6.650 habitantes e o distrito de Piúma possuía 4.328 habitantes (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898, p. 37). Destaca-se, ainda, que grande parte das terras da Colônia de Rio Novo, onde a maioria dos imigrantes foi assentada, situava-se nos distritos de Alto Benevente (Quarto e Quinto Territórios) e Piúma (Segundo Território).

Parece que, de alguma forma, esses homens e mulheres que migraram para o Brasil, superando as adversidades, conseguiram preservar parte de seu modo de vida e de suas tradições, as quais são, muitas vezes, fonte de renda para seus descendentes no presente, especialmente quando organizadas em empreendimentos familiares ou comercializadas como um produto turístico: é o caso, por exemplo, do Circuito dos Imigrantes, formado pelas comunidades rurais de Alto Pongal, Córrego da Prata, Alto Joeba, Dois Irmãos e Simpatia, localizadas na região montanhosa anchietense. Em Anchieta, a relevância dessas pessoas para a formação do município é simbolizada por um monumento na Praça do Imigrante, localizada junto ao Mercado de Peixe na região do antigo ancoradouro, destinado a rememorar e celebrar esses imigrantes que desembarcaram, outrora, no porto de Benevente em busca de uma nova vida, marcando um importante momento da história local.

O final do século XIX chega para Anchieta com transformações em seus limites político-administrativos. Em 1891, os municípios de Piúma e Alfredo Chaves foram desmembrados do território Anchieta, constituindo novas unidades administrativas autônomas (ALFREDO CHAVES, 2013; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2017?]). Por conta disso, no censo de 1900, observa-se uma redução na população de Anchieta, que não pode ser analisada em termos absolutos, mas precisa ser contextualizada com relação à nova divisão administrativa vigente. Em 1900, a população de Anchieta é mensurada em 4.896 habitantes, enquanto Alfredo Chaves e Piúma possuem, respectivamente, 8.334 e 6.537 habitantes (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1905, p. 27). Se comparados com os dados censitários de 1890, todos os municípios – antigos distritos de Benevente, Alto Benevente e Piúma – apresentaram crescimento populacional, como pode ser observado na Tabela 5. Salieta-se, no entanto, que os limites considerados para cada uma das divisões e subdivisões administrativas pesquisadas nos censos podem apresentar variações, de modo que, não necessariamente, a área dos distritos corresponde exatamente à área dos municípios. Mesmo considerando alguma possível disparidade, a conclusão geral pode ser mantida: toda a região experimentou aumento da população, para o que o movimento migratório, especialmente dos italianos, certamente teve contribuição significativa.

Tabela 5: Comparativo da população dos distritos de Anchieta em 1890 com a população dos municípios após os desmembramentos de 1891.

Designação dos distritos de Anchieta (1890)	População Censo 1890	Designação dos municípios após desmembramento (1891)	População Censo 1900	Crescimento populacional (%)
Distrito de Alto Benevente	6.650	Alfredo Chaves	8.384	25,32 %
Distrito de Benevente	3.660	Anchieta	4.896	33,77 %
Piúma	4.328	Piúma	6.537	51,04 %

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1898, 1905 (adaptado pela autora).

Na transição do século XIX para o século XX, a economia de Anchieta era baseada no setor primário: enquanto no interior predominava a agricultura, na costa, a pesca se mantinha como principal fonte de renda dos habitantes. Com a expansão cafeeira e a chegada dos imigrantes, gradativamente, as lavouras de cana, feijão, arroz, milho e mandioca, descritas por Saint-Hilaire (1974 [1833], p. 32), cederam lugar às plantações de café. Em pouco tempo, o fruto do cafeeiro se tornou o principal produto da economia do Espírito Santo (NEVES, 1995; OLIVEIRA, 2008). A produção interiorana do café na região de Alfredo Chaves, Anchieta, Piúma e Iconha, advinda sobretudo da zona montanhosa à oeste, era transportada pelo rio até o porto de Benevente, da onde era escoada (NEVES *et al*, 1995, p. 34). Além do rio, uma pequena ferrovia, que ligava Alfredo Chaves a Anchieta, passando por Jabaquara, oferecia uma alternativa de transporte para os produtos cultivados na região (NEVES *et al*, 1995, p. 35). Nesse momento, Anchieta experimentou um período de prosperidade econômica: o comércio se desenvolveu e verificou-se o surgimento de muitos negócios vinculados às atividades portuárias, como os armazéns (NEVES *et al*, 1995, p. 35). Muitas dessas edificações sobreviveram ao tempo e às mudanças socioeconômicas que ocorreram no município ao longo dos séculos XX e XXI e, mesmo que descaracterizadas ou decadentes, podem ser observadas ainda hoje na região do porto velho.

As fotografias de Eutychio D'Olivier, apresentadas da Figura 25 à Figura 32, oferecem um panorama do núcleo urbano ao final da primeira década do século XX. A cidade ainda mantinha as feições de vila colonial. O casario era composto por casas térreas e alguns sobrados construídos sobre a testada e os limites laterais dos terrenos, em um arranjo tipicamente colonial (REIS FILHO, 2000, p. 21). As ruas exibiam aspecto uniforme e bem definido, sobretudo devido ao alinhamento das edificações que, nas áreas mais ocupadas, estabeleciam limites rígidos. As vias ainda não possuíam calçamento, entretanto, passeios tímidos podem ser observados, fato que indica uma adequação da estrutura urbana ao seu tempo, já que, como ressalta Reis Filho (2000, p. 20), esses recursos foram desenvolvidos mais recentemente como forma de seleção do tráfego. De maneira geral, as edificações eram construídas com técnicas de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão, como é possível observar nas fotografias em algumas casas onde parte do reboco está ausente. Como de costume nas casas coloniais, predominava em Anchieta o emprego do sistema de cobertura em telhado de duas águas, uma com caimento para a rua e a outra para o quintal. Tal qual destaca Reis Filho (2000, p. 26), as exceções apareciam, mormente, nas casas de esquina ou naquelas isoladas, as quais podiam apresentar telhados mais complexos. Verifica-se a presença de postes de iluminação pública feitos, aparentemente, de ferro, outra “modernização” em relação à estrutura colonial. Das imagens fica evidente que a parte baixa da cidade era melhor estruturada do que a parte alta, onde encontravam-se as habitações mais precárias.

Figura 25: Vista parcial de Anchieta, 1910. Vê-se parte do casario, embaixo, a escadaria que conduz à parte alta e ao complexo jesuítico, ao centro na parte superior do morro.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

Figura 26: Porto de Benevente, 1910. Em primeiro plano aparecem alguns barcos ancorados no porto, em frente aos armazéns e, ao fundo, o casario na parte baixa da cidade.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

Figura 27: Vista da beira-mar, 1910. Panorama da atual Praia Central. Ao fundo, destaca-se a ponta de Castelhanos.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

Figura 28: Vista da beira-mar, 1910. Vê-se parte do casario. Ao centro está a casa da família Assad, à esquerda da casa está a atual Avenida Francisco Lacerda e à direita, a atual Rua Costa Pereira.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

Figura 29: Rua Getúlio Vargas, 1910. Casario tipicamente colonial e ruas sem calçamento. À direita, vê-se um poste de iluminação pública. Ao fundo está localizado o porto.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

Figura 30: Rua Costa Pereira, 1910. Casario tipicamente colonial e ruas sem calçamento. À direita, vê-se um poste de iluminação pública.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

Figura 31: Casario da parte alta da cidade, próximo à Igreja de Nossa Senhora da Assunção, 1910. Ao centro, vê-se a rua que, atualmente, se chama Governador Dias Lopes.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

Figura 32: Igreja de Nossa Senhora da Assunção e antiga residência dos jesuítas, 1910. Vê-se a fachada leste, à esquerda, e norte, à direita.



Fonte: IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier).

A construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo⁴⁵, finalizada em 1910, transforma, gradativamente, a dinâmica de Anchieta. A ferrovia ligava, inicialmente, a cidade de Vitória à cidade de Cachoeiro de Itapemirim, passando pelos atuais municípios de Vila Velha, Cariacica, Viana, Domingos Martins, Marechal Floriano, Alfredo Chaves e Vargem Alta (QUINTÃO, 2008, p. 22). O intuito do projeto era fazer de Vitória a principal praça comercial da região, para isso era preciso redirecionar para a capital a produção cafeeira a ser exportada, motivo pelo qual o estabelecimento da ligação de seu porto com o interior capixaba da região sul, maior produtora de café à época, era fundamental (QUINTÃO, 2008, p. 98). Apesar de certas resistências, principalmente da parte dos cachoeirenses, com o início da operação da ferrovia, o escoamento da produção cafeeira foi sendo progressivamente centralizado no porto de Vitória e os demais portos do sul do Espírito Santo, dentre eles Benevente, perderam protagonismo (NEVES *et al*, 1995; QUINTÃO, 2008). A redução das atividades do porto de Benevente prejudicou também o comércio em Anchieta, inaugurando uma fase de declínio econômico (NEVES *et al*, 1995, p. 36).

A despeito das dificuldades econômicas, o final da década de 1920 dá início a um período de transformações urbanas (MATTOS, 2014, p. 109). Esse processo, que se prolonga até meados do século, insere-se no amplo contexto de modernização pelo qual passou o Brasil ao longo do século XX. Buscava-se, então, a superação do passado colonial e do atraso econômico. Segundo Mendonça (2014, p. 105), no âmbito urbano, a modernidade “se realizou pela criação das condições de infraestrutura urbana, promovida pelo desenvolvimento econômico do capitalismo”. As cidades passam, então, por uma remodelação gradual, sustentada pelos princípios de fluidez, estética e higiene, que se refletem em seu espaço construído (MENDONÇA, 2014, p. 107).

Assim sendo, o moderno transparece nas formas espaciais da cidade, em sua morfologia e arquitetura e nas novas condições de vivência da cidade possibilitadas pelos novos serviços e aparelhos urbanos. Surge, portanto, a partir do tradicional, mas do tradicional que se romperá com seu velho revestimento sem sofrer grandes transformações no sentido de permitir um real alargamento das possibilidades de realização da liberdade e da democracia (MENDONÇA, 2014, p. 106).

Nesse momento, Anchieta, cidade de feições ainda marcadamente coloniais, passa por modificações sob a influência do positivismo e do ecletismo arquitetônico. É verdade que esse processo ocorreu mais cedo em outros centros urbanos maiores e economicamente mais

⁴⁵ O projeto teve início na gestão de José de Mello Carvalho Muniz Freire (1892-1896), em 1893, e o primeiro trecho, que ligava o Porto de Argolas, em Vila Velha, a Viana, foi inaugurado em 1895 (OLIVEIRA, 2008, p. 106 e 108). Enfrentando problemas econômicos, oposição política e dificuldades técnicas, relacionadas principalmente à falta de mão de obra qualificada, as obras seguiram, alternando períodos de paralisação (QUINTÃO, 2008). Após a inauguração das estações de Araguaia e Engenheiro Reeve, em 1902, a empreitada foi paralisada e só veio a ser retomada em 1907, com a venda da ferrovia para a Leopoldina Railways (QUINTÃO, 2008 p. 115 e 116). Oficialmente, a construção foi terminada em 1910, com a inauguração das estações de Engano, Guiomar, Vargem Alta e Soturno (QUINTÃO, 2008 p. 125).

pujantes, como descreve Nestor Goulart Reis Filho (2000, p. 64). Contudo, para Anchieta, um centro modesto, esse movimento chega mais tarde, muito provavelmente na esteira do acúmulo da riqueza agrofundiária resultante do cultivo do café.

Assim, a partir da iconografia histórica, verifica-se que, nessa época, as fachadas tipicamente coloniais de algumas casas são reformadas ganhando platibandas para ocultar os telhados e alguns ornatos retilíneos típicos da arquitetura eclética (Figura 33). Ocorre também a demolição e substituição de parte do casario por novas edificações, construídas de acordo com o gosto arquitetônico da época (Figura 34). Além disso, a arquitetura pública e institucional ganha novos exemplares significativos adaptados às transformações técnicas e estéticas, simbolizando o progresso e o rompimento com o passado. É o caso, por exemplo, da antiga Prefeitura, atual Casa de Cultura de Anchieta (Figura 35), de 1927, do Colégio Maria Mattos (Figura 36), de 1932, e do Hotel Anchieta (Figura 37 e Figura 38), de 1940. No âmbito urbano, são instaladas novas infraestruturas, como o abastecimento de energia elétrica, e surgem as primeiras alterações significativas no traçado, tal qual a criação da Praça D. Helvécio (Figura 39). É importante frisar, entretanto, que as alterações empreendidas na cidade são pontuais e ainda incapazes de desfigurar completamente sua imagem colonial.

Figura 33: (a) Rua Costa Pereira em meados do século XX ([1950-1960?]), onde, à esquerda, é possível observar duas edificações com fachadas ecléticas: um sobrado com platibanda e balcão com gradil em ferro no segundo pavimento e uma casa térrea com platibanda, frontão, decorações geométricas e frisos; é possível notar, ainda, que parte da fachada de uma das casas, também à esquerda, foi demolida. (b) Rua Costa Pereira atualmente, as edificações permanecem. (c) Casa térrea. (d) Sobrado.



Fonte: (a) IBGE; (b), (c) e (d) Acervo pessoal, 2020.

Figura 34: Casario na Rua Governador Dias Lopes, na parte alta da cidade, [1940?]. As modestas casas de pau-a-pique (ver Figura 31) foram demolidas e substituídas por outras mais modernas.



Fonte: Grupo Memória Capixaba (Facebook).

Figura 35: Ao centro está a antiga Prefeitura de Anchieta, localizada na Rua Getúlio Vargas, [1950-1960?]. Ao fundo, o rio Benevente visto a partir da ala oeste do complexo jesuítico.



Fonte: IBGE.

Figura 36: Colégio Irmã Maria Mattos, [1950-1960?].



Fonte: IBGE.

Figura 37: Hotel Anchieta, [1940?]. Ao fundo, vê-se a Igreja de Nossa Senhora da Assunção.



Fonte: Grupo Memória Capixaba (*Facebook*).

Figura 38: Panorama de Anchieta em 1940. Em cima, à esquerda, está o complexo jesuítico. À direita, observam-se o Colégio Maria Mattos, acima, e o Hotel Anchieta, na parte baixa.



Fonte: IPHAN.

Figura 39: Antiga configuração da praça D. Helvécio, em frente à ponte Cônego de Barros, [1950-1960?]. Em cima, vê-se a ala sul do complexo jesuítico.



Fonte: IBGE.

Parte do processo de modernização compreendia, ainda, a abertura de estradas tendo em vista a melhoria da conexão entre os núcleos urbanos, bem como entre os centros produtores agrícolas e os locais de escoamento dessa produção. No Espírito Santo, durante a primeira metade do novecentos, governos como os de Jerônimo Monteiro (1908-1912), Bernardino Monteiro (1916-1920), Florentino Avidos (1924-1928), João Punaro Bley (1930-1943), Carlos Lindenberg (1947-1951 e 1959) e Jones dos Santos Neves (1951-1955) se dedicaram a empreitada de melhorar e ampliar as estradas de rodagem (OLIVEIRA, 2008).

Nesse contexto, em Anchieta, no início da década de 1950⁴⁶, é inaugurada a ponte Cônego de Barros, sobre o rio Benevente (Figura 40 e Figura 41). A obra faz parte da política rodoviária que ganhou força no Brasil em meados do século XX. Do ponto de vista local, a ponte facilita a ligação entre a sede do município e a margem direita do rio Benevente, travessia feita, anteriormente, de barco, tal como é possível observar na Figura 38, onde um grupo de pessoas espera para cruzar o rio. Além disso, sua construção melhora a ligação entre o sul do estado Espírito Santo e a capital, Vitória, por meio da estrada de rodagem do litoral, que fazia de Anchieta passagem obrigatória nessa rota (NEVES *et al*, 1995, p. 36).

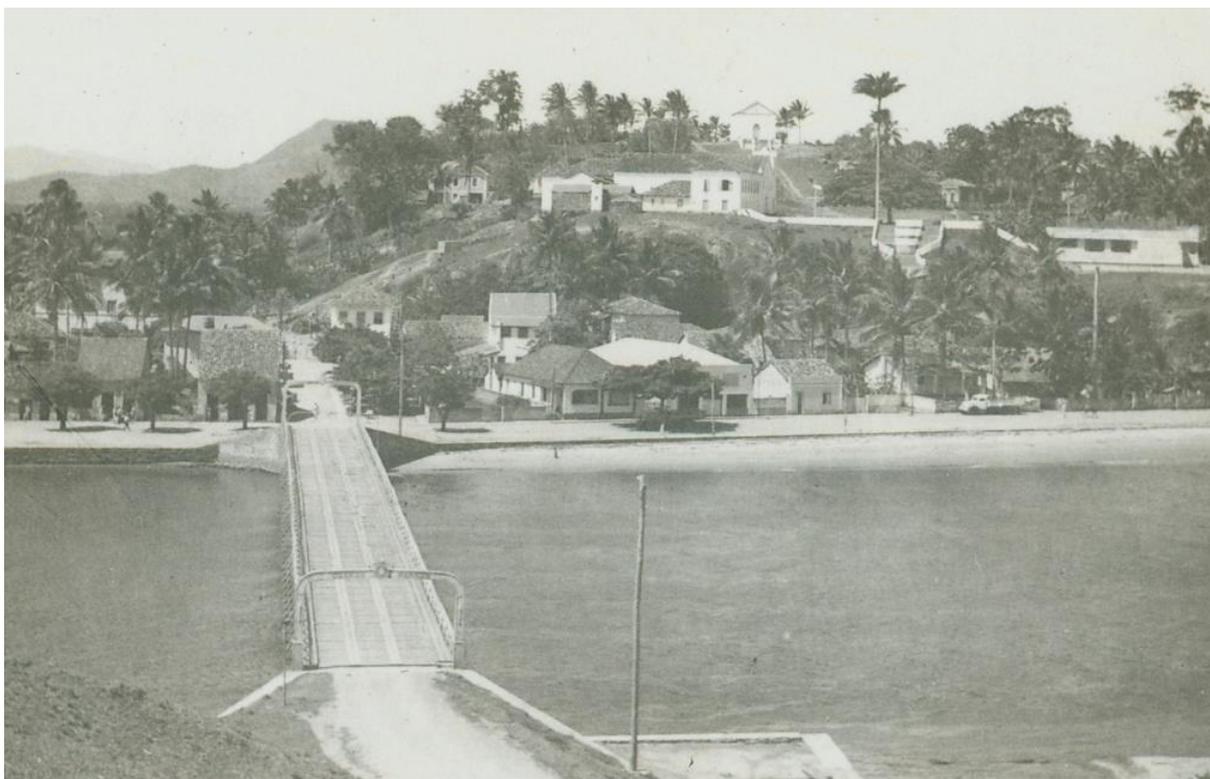
⁴⁶ Encontrou-se dissidências a respeito da data de inauguração da ponte Cônego de Barros. De acordo com Neves *et al* (1995), a ponte teria sido inaugurada em 1952. Já as fotos do evento que integram o acervo do Arquivo Público do Espírito Santo, disponível no acervo digital da instituição, estão datadas de 1953.

Figura 40: Festa do Beato Anchieta e inauguração da ponte Cônego de Barros sobre o rio Benevente, em Anchieta, 1953.



Fonte: APEES (autor: Antônio Carlos Sessa Neto).

Figura 41: Panorama da cidade de Anchieta após a construção da ponte Cônego de Barros, [1950-1960?]. Na parte alta da cidade, vê-se o conjunto jesuítico e, acima dele, a Capela de N. S. da Penha.



Fonte: IBGE.

O progresso representado pela construção da ponte não reduz, entretanto, o impacto da abertura da estrada denominada, popularmente, Vitória-Rio de Janeiro, parte da atual BR 101. Oliveira (2008, p. 474) atribui a conclusão das obras dessa estrada ao primeiro governo de Carlos Lindenberg. No entanto, o Plano Geral de Obras para 1952, do governo Jones dos Santos Neves, publicado em matéria da Folha do Povo (TREZENTOS, 1952), previa, para aquele ano, a construção da variante Vitória-Itabapoana da BR 5, como era oficialmente denominado, à época, o trecho rodoviário entre o Rio de Janeiro e Feira de Santana, na Bahia. A nova via ocasiona o desvio do fluxo principal de veículos do núcleo litorâneo, sede do município, para o distrito de Jabaquara, isolando-o, de certa maneira, e prejudicando, novamente, as atividades comerciais ali desenvolvidas (NEVES *et al*, 1995, p. 36).

As sucessivas mudanças na rede de transportes e comunicação do estado, primeiro com a criação da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, depois com o investimento na ampliação e no melhoramento das estradas, contexto dentro do qual se destaca a construção da BR 101, transformam a importância de Anchieta na dinâmica regional. Acrescenta-se ao quadro o desenvolvimento do porto de Vitória, com a implantação de terminais especializados, e o fim da navegação de cabotagem, que tornaram obsoleto o porto de Benevente (MATTOS, 2014, p. 109). Tudo isso contribuiu para que o assentamento, que desde o tempo dos jesuítas teve centralidade no sul do Espírito Santo, sendo uma das povoações mais importantes, perdesse destaque e fosse isolado. Dessa forma, a despeito da modernização, do aperfeiçoamento dos serviços públicos e do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte, Anchieta ainda era, em meados do século XX, uma pequena cidade pacata com reminiscências das velhas tradições coloniais onde, tomando de empréstimo as palavras de Reis Filho (2000, p. 66), “as noções de tempo e velocidade, indicadoras sensíveis das transformações das relações entre as pessoas, subsistiam quase inalteradas”.

A década de 1960 inaugura uma profunda crise econômica a nível nacional, alimentada por ciclos de superprodução de café. As sucessivas safras com produção acima da demanda do mercado geraram um enorme excedente e provocaram o aumento dos custos com armazenagem dos grãos bem como a baixa do preço do café no mercado internacional (BELTRÃO, 2018). Em resposta, surgiu a política nacional de erradicação que previa a eliminação dos cafeeiros antieconômicos, bem como a diversificação agrícola (BELTRÃO, 2018). Transcrevendo dados do relatório de Lélío Rodrigues, Oliveira (2008, p. 480) informa que no Espírito Santo foram erradicados 220 milhões de pés de café entre 1966 e 1968. Com efeito, a crise da economia cafeeira desencadeou um significativo êxodo rural e também a marginalização e o subemprego de milhares de camponeses (OLIVEIRA, 2008, p. 480).

Paralelamente, busca-se, no plano da política nacional, a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial. Durante a ditadura militar foram organizados

os Planos Nacionais de Desenvolvimento I (1972-1974) e II (1975-1979), que tinham como objetivo elevar o Brasil ao nível das nações desenvolvidas, ampliando a disponibilidade de empregos, a renda *per capita* e o produto interno bruto (PIB), bem como reduzindo a inflação (ABREU, 2010). Parte desse processo envolvia o crescimento e o fortalecimento da estrutura empresarial por meio do incentivo à implantação de grandes empreendimentos nacionais, com ênfase nas indústrias básicas. Buscava-se substituir importações pela produção nacional, assim como criar novas frentes de exportação. A estratégia político-econômica desenvolvimentista do autoritarismo militar almejava, portanto, “integrar a economia brasileira nas correntes mais fortes do sistema capitalista” (MATTOS, 2014, p. 111). Segundo Mattos (2014, p. 111), esse processo de desenvolvimento apresenta como marcas genéricas o crescimento do aparato industrial, a criação de um mercado interno paralelo ao mercado externo, a concentração de renda, a convergência da população para os centros urbanos e o desenvolvimento desigual das regiões.

Os PGEs [projetos de grande escala] têm características estruturais que lhes permitem ser tratados como “expressões extremas” do campo do desenvolvimento: o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam; seu grande poder político; a magnitude de seus impactos ambientais e sociais; as inovações tecnológicas que frequentemente criam; e a complexidade das redes que eles engendram. Eles juntam quantidades impressionantes de capital financeiro e industrial, assim como de elites e técnicos estatais e trabalhadores, fundindo níveis de integração locais, regionais, nacionais, internacionais e transnacionais. Como uma forma de produção ligada à expansão de sistemas econômicos, os PGEs conectam áreas relativamente isoladas a sistemas mais amplos de mercados integrados. Fluxos não-lineares de trabalho, capital e informação entre tais projetos têm acontecido em escala global (RIBEIRO, 2008, p. 111 e 112).

É nesse contexto que, a partir da década de 1970, a instalação de projetos de grande escala ligados ao setor secundário transforma profundamente não apenas as bases econômicas, mas também as dinâmicas sociais, ambientais e políticas do município de Anchieta. A implantação do complexo siderúrgico da Samarco (Figura 42), do qual fazem parte a usina de pelotização de minério de ferro (Figura 43), cuja operação teve início em 1977, e o porto de Ubu, localizado próximo à lagoa de Maimbá (Maembá ou Mãe-Bá), foi o grande marco desse período. A empresa extrai o minério em Minas Gerais e o transporta por meio do mineroduto até Anchieta, onde ocorre o processamento e a exportação do produto pelo porto de Ubu.

Em decorrência da implantação desses empreendimentos, Anchieta recebe um grande contingente de migrantes, que provocam um expressivo aumento populacional no município. Conseqüentemente, ocorre também o crescimento urbano. Para abrigar os funcionários da indústria foi criada, na Praia Central, a Vila Samarco, condomínio operário nos moldes de tantos outros que se multiplicavam pelo Brasil no século XX. Surgem também áreas periféricas carentes de aparelhagem urbana, onde se instalam aqueles trabalhadores atraídos pelos projetos, mas que com eles não tinham vínculos empregatícios (MATTOS, 2014, p. 109).

Figura 42: Foto aérea do complexo siderúrgico da Samarco, no município de Anchieta, em 1978. Empresa executante: Esteio.



Fonte: IJSN.

Figura 43: Vista parcial de Anchieta a partir da rodovia ES-060, 1983. À esquerda vê-se o mar e à direita a lagoa Maimbá. Ao fundo, destaca-se a usina de pelotização da Samarco.



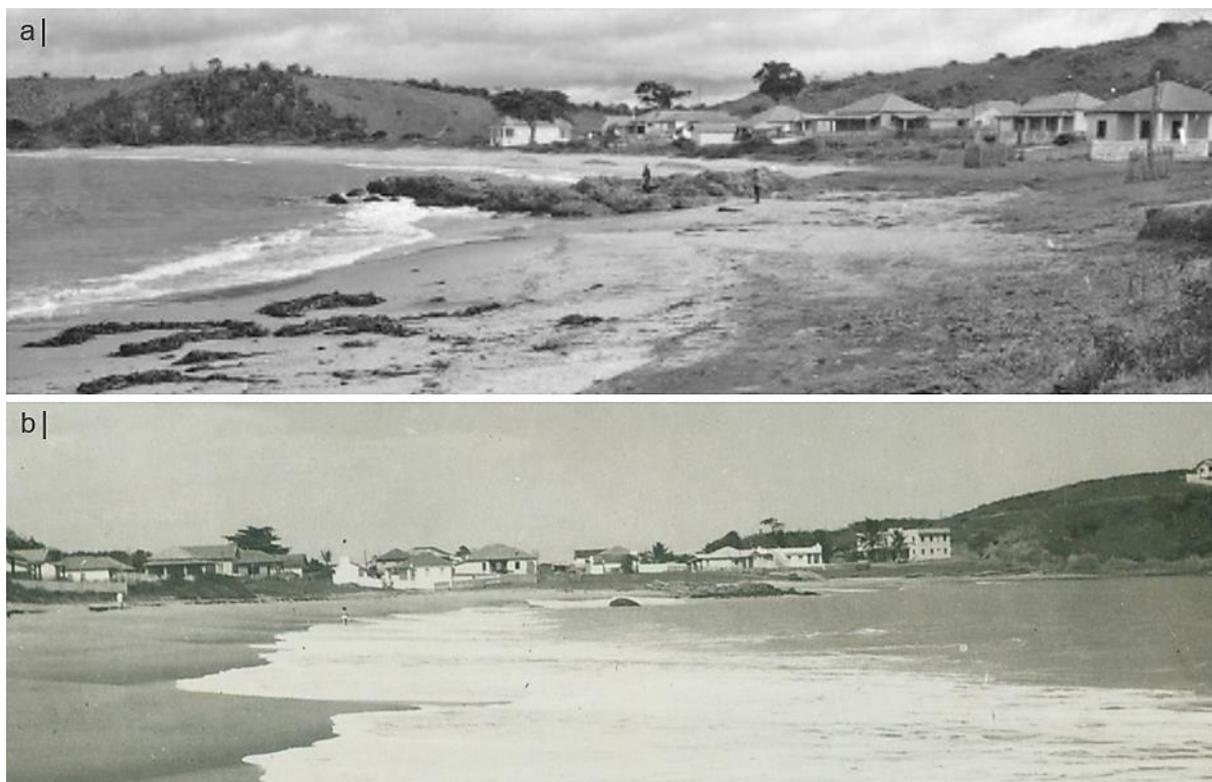
Fonte: IBGE.

É possível afirmar que a iniciativa desenvolvimentista realmente “funcionou” em Anchieta. Como intentado, a economia do município passou da base agrícola para a industrial. Houve, de fato, aumento da oferta de empregos, crescimento da renda *per capita* e do Produto Interno Bruto (PIB). Entretanto, na esteira desse pseudodesenvolvimento, surgiram vários problemas. A partir da década de 1970, observa-se na cidade um crescimento de desigualdades econômicas e sociais: ao mesmo tempo em que há muita riqueza sendo produzida a concentração de renda é extremamente alta; o crescimento demográfico impulsiona a aceleração desordenada da urbanização, provocando segregação socioespacial; há crescimento da violência; dá-se a eliminação e/ou desvalorização de modos de viver, como a pesca artesanal, que perdeu importância econômica, mas não simbólica; e verifica-se, ainda, a depredação do patrimônio cultural e ambiental do município (MATTOS, 2014, p. 110 e 114).

Ao mesmo tempo, na área rural de Anchieta, “multiplicaram-se os conflitos, em torno do crescimento do número de herdeiros das famílias de imigrantes europeus que deveriam dividir, entre si, suas propriedades” (MATTOS, 2014, p. 109). Ainda que esse fenômeno não seja diretamente relacionado à instalação dos grandes empreendimentos, a valorização do preço da terra em função tanto do aumento de demanda por grandes áreas, como do crescimento econômico experimentado pelo município e da melhoria da infraestrutura de transporte e comunicação, contribuiu, em certa medida, para impulsionar sua comercialização e, conseqüentemente, para aumentar ainda mais as pressões sobre as áreas urbanas, visto que, conforme Mattos (2014, p. 109), muitos dos herdeiros acabaram por sair do campo após vender as partes das terras que lhes foram legadas.

Além disso, a partir de meados do XX observa-se um período de crescimento para o turismo, intensificado após década de 1970. Isso ocorre principalmente em função das melhorias infraestruturais promovidas à época, as quais facilitaram o acesso à região. Assim, atrações naturais e culturais fomentam um mercado sazonal que provoca um grande aumento populacional nos meses de verão e representa, para muitos moradores locais, a garantia da renda anual. No âmbito do turismo de balneário, pelo qual a cidade é mais conhecida, as praias de Iriri (Figura 44) e Ubu foram centros pioneiros (NEVES et al, 1995, p. 37). Esse tipo de turismo foi responsável por transformar o município em local de vilegiatura, destino onde se passa temporada de recreio e descanso fora dos centros urbanos, o que fomentou, por conseguinte, a aquisição de imóveis por turistas que só os utilizam durante as férias e feriados, mantendo-os fechados no restante do ano (ALVARENGA, 2010, p. 48 e 49). Anchieta se destaca também no universo do turismo religioso. Após o retorno dos padres da Companhia de Jesus para o complexo de Nossa Senhora da Assunção, em 1928, iniciativas de consolidação, recuperação e valorização do conjunto religioso centradas na importância da figura do padre José de Anchieta para a história do Espírito Santo – como a inauguração da

Figura 44: Casas de veranistas de Iriri em meados do século XX, (a) 1958 e (b) [1950-1960?].



Fonte: IBGE (autores foto (a): Antonio Teixeira Guerra e Tibor Jablonsky).

Cela do Padre Anchieta, em 1965, com a exposição de relíquias relacionadas ao religioso e à própria igreja – impulsionaram a visitação turística (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 44). Além do turismo de balneário e do o turismo religioso, o ecoturismo e o agroturismo tem ganhado espaço, mais recentemente, no leque de opções de que dispõem os visitantes de Anchieta.

De maneira geral, o ciclo desenvolvimentista iniciado na década de 1970 se prolonga até os dias de hoje. A implantação da Samarco e do porto de Ubu transformou o perfil do município, alçando-o a categoria de polo industrial e portuário, e o tornou um alvo para a instalação de outros projetos de grande escala, aliando, para isso, interesses do grande capital nacional e internacional, bem como do Estado (ALVARENGA, 2010; MATTOS, 2014). Desde o início de sua operação, a própria Samarco passou por ampliações⁴⁷ que prenunciam a intensificação das atividades industriais em Anchieta na alvorada do novo milênio.

No início do século XXI, mais precisamente no ano de 2006, o governo estadual elaborou um plano de desenvolvimento estratégico chamado *Espírito Santo 2025*, cujo objetivo era alcançar elevados padrões de desenvolvimento econômico, social, ambiental, cultural e político-institucional em um horizonte de cerca de vinte anos, inserindo o estado na economia global a partir de um projeto gerido conjuntamente por entidades públicas, privadas e não

⁴⁷ A segunda usina de pelotização entrou em funcionamento em 1997. Depois, em 2008, a terceira usina começou a operar, bem como a segunda usina de concentração e o segundo mineroduto (CEPEMAR, 2009). Em 2014, é concluída a construção quarta usina de pelotização (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2016).

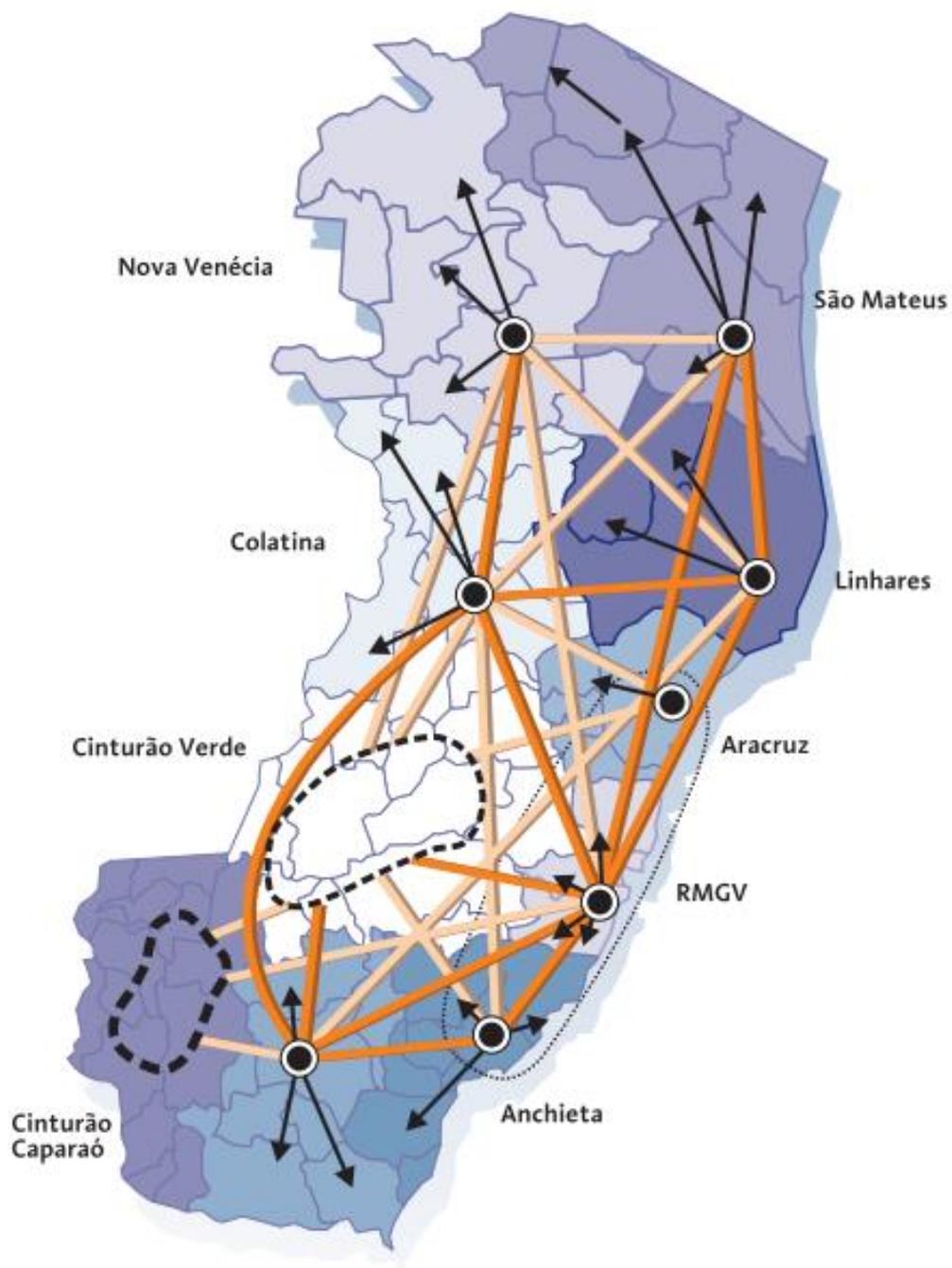
governamentais (ESPÍRITO SANTO, 2006). Apesar dos aspectos sociais abordados, como a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades, o plano é, sobretudo, econômico. Ainda no princípio do documento, Paulo Hartung, governador do estado à época, anunciava:

Vamos promover uma eficaz e massiva atração de investimentos produtivos. A economia capixaba aumentará sua inserção competitiva no mercado nacional e internacional, ancorada em uma agricultura de valor agregado; em um setor terciário avançado; na cadeia produtiva do petróleo e gás; em um conjunto de arranjos produtivos locais e nos grandes empreendimentos industriais competitivos em escala planetária (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 6).

Uma das políticas básicas do plano de desenvolvimento é a formação de uma rede de cidades (Figura 45). Essa rede pressupõe o fortalecimento de centralidades regionais que propagam dinamismo e se articulam com os municípios do seu entorno em uma relação de complementaridade (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 55). A política prevê a potencialização das estruturas e cadeias produtivas já existentes nas principais cidades capixabas. Por isso, Anchieta desponta como local privilegiado para a implantação de um polo siderúrgico, visando “a expansão e intensificação do grau de agregação de valor da cadeia produtiva minero-siderúrgica”, garantindo projeção global para o Espírito Santo nesse setor (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 58 e 59). Para que isso aconteça, são previstas no plano, dentre outras ações, a instalação de nova usina siderúrgica, a ampliação do porto de Ubu, o planejamento de longo prazo para alocação das atividades econômicas na região de influência do porto, a implantação de trecho ferroviário entre Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim com alça para o porto de Ubu, bem como a construção de um contorno rodoviário (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 112, 121 e 126). À vista disso, Anchieta é destacada como uma centralidade para a Microrregião Metropolitana Expandida Sul, composta, ainda, pelos municípios de Guarapari, Piúma, Iconha, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul, Itapemirim e Marataízes (Figura 45).

A organização do território em redes é, como ressalta Haesbaert (2019 [2004]), uma consequência das novas formas de fluxo de informação e comunicação, que transformam a experiência do espaço e do tempo e permitem a superação da articulação física, acarretando em novas formas de organização territorial baseadas na descontinuidade, na virtualidade e na mobilidade. A superação das fronteiras geográficas permite a coexistência das escalas local e global. Essa relação é, entretanto, assimétrica. De fato, o que ocorre é a globalização do território local que passa a ser moldado e utilizado de acordo com os interesses do grande capital e com seu modelo de desenvolvimento, visto que as forças do poder econômico mundial desfrutam de maior influência do que os atores locais. Em Anchieta esse movimento foi iniciado ainda na década de 1970, com a implantação da Samarco, mas se, naquela época, ainda era ligado ao fortalecimento nacional, com a chegada do novo século adquire proporções supranacionais. Não é escusado lembrar que o domínio das redes, dos fluxos e da mobilidade são marcas dos processos de desterritorialização (HAESBAERT, 2011).

Figura 45: Rede de cidades prevista no plano de desenvolvimento estratégico *Espírito Santo 2025*.



Legenda

- Ligação Muito Forte
- Ligação Forte
- Fluxo de Serviços intra-rede
- Centralidade Regional
- Cinturões (redes sem centralidades)
- Área de influência da Metrópole

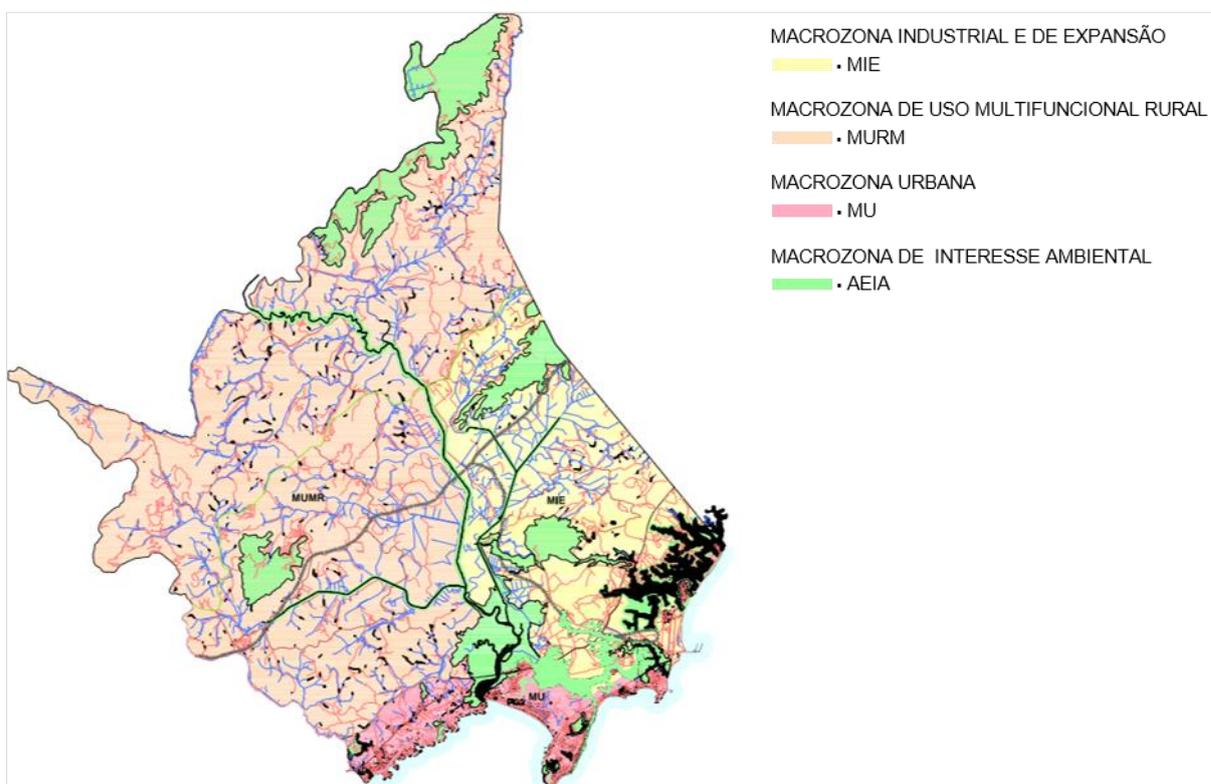
Fonte: Elaboração Macroplan, 2006

À mesma época em que era elaborado o plano de desenvolvimento estratégico *Espírito Santo 2025*, no âmbito municipal, em atendimento ao Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), discutia-se o planejamento territorial de Anchieta. Assim, em 28 de novembro de 2006, entra em vigor a Lei Complementar nº 13, que institui o Plano Diretor Municipal, instrumento de planejamento que define as diretrizes do ordenamento e da política urbana e territorial do município. Por meio do plano são estabelecidos o macrozoneamento e o zoneamento municipal, as diretrizes para o parcelamento, o uso e a ocupação do solo, bem como os índices de controle urbanístico a serem aplicados em cada zona.

No que diz respeito ao ordenamento territorial, o macrozoneamento de Anchieta (Figura 46) apresenta quatro divisões: Macrozona Industrial e de Expansão (MIE), Macrozona de Uso Multifuncional Rural (MUMR), Macrozona Urbana (UM) e Áreas de Especial Interesse Ambiental (AEIA). A macrozona urbana é subdividida em Zona de Ocupação Consolidada (ZOC), Zona de Urbanização Controlada (ZUC), Zona de Urbanização Prioritária (ZUP), Zona de Expansão Urbana (ZEU) e Eixos Comerciais (EC). Além dessas, são demarcadas na macrozona industrial a Zona Industrial Consolidada (ZIC) e a Zona de Expansão Industrial (ZEI); a Zona Rural de Turismo Ecológico (ZRTE) e a Zona Rural de Agricultura e Pecuária (ZRAP), na macrozona rural, bem como as subdivisões cultural (AEIC), ambiental (AEIA), social (AEIS) e sócio-cultural (AEISC) nas Áreas de Especial Interesse. A Figura 47 apresenta o zoneamento do município.

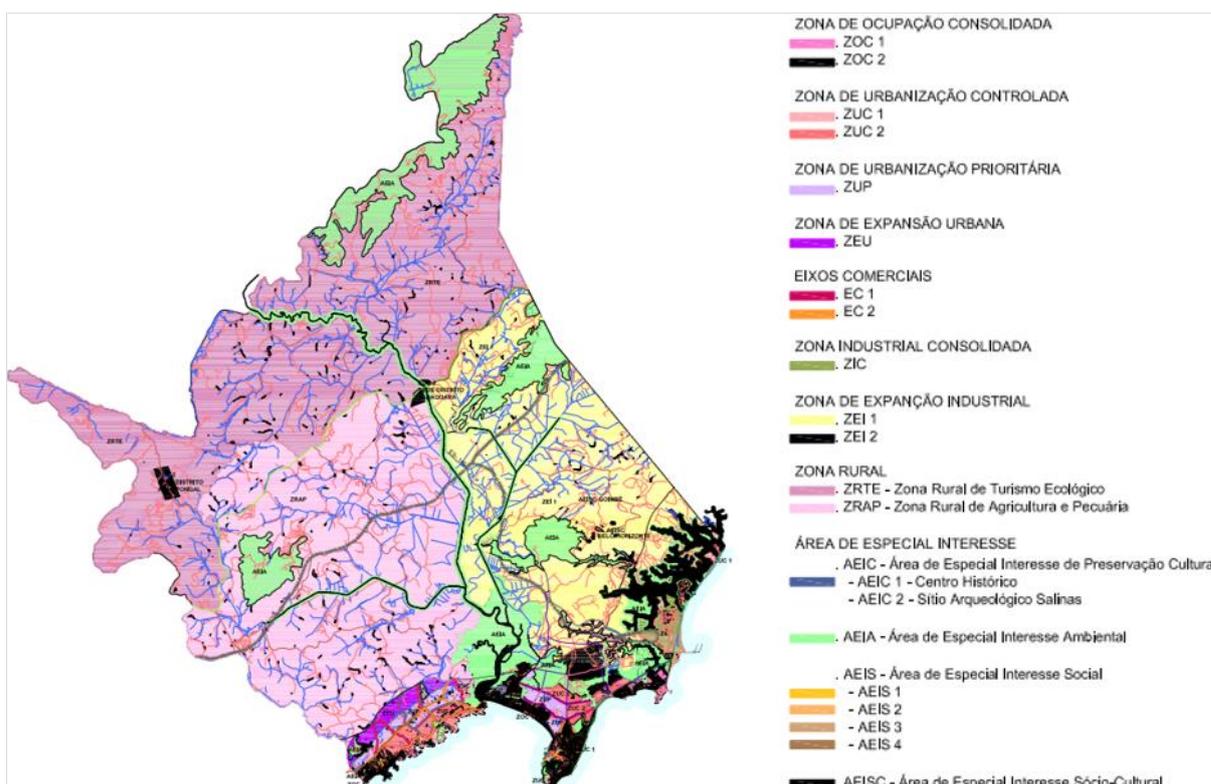
O plano também redefine os limites da área de expansão urbana, que passa a incluir toda a região litorânea e grande parte da porção leste do município, sendo delimitado à oeste pelo rio Benevente e à noroeste pela BR 101 (Figura 48). O perímetro urbano de Anchieta passar a ser, então, muito superior à sua área efetivamente urbanizada, localizada principalmente junto à costa, e compreende sistemas ambientalmente sensíveis, como parte do manguezal do rio Benevente, a lagoa Maimbá, o Parque Monte Urubu e a reserva Serra de Jaqueira. Essa redefinição está intrinsecamente relacionada com a política de desenvolvimento econômico do município, que visa “a potencialização das oportunidades decorrentes da exploração metal mecânica, petrolífera e do gás natural” (ANCHIETA, 2006, p. 8), e exige, para isso, a criação de áreas para implantação dos projetos de grande escala. Comparando o zoneamento com o perímetro urbano do município, fica nítida a coincidência entre a área de expansão urbana delimitada e a Zona de Expansão Industrial (ZEI). Além dos conflitos da macrozona industrial com as áreas de interesse ambiental inseridas no perímetro urbano, destaca-se, ainda, sua sobreposição com a Área de Especial Interesse de Preservação Cultural do Sítio Arqueológico Salinas (AEIC 2). Há claras incompatibilidades entre os usos propostos e delimitados espacialmente no plano, o que retrata não somente a precariedade da política urbana, mas também sua submissão aos interesses do grande capital industrial.

Figura 46: Macrozoneamento territorial de Anchieta.



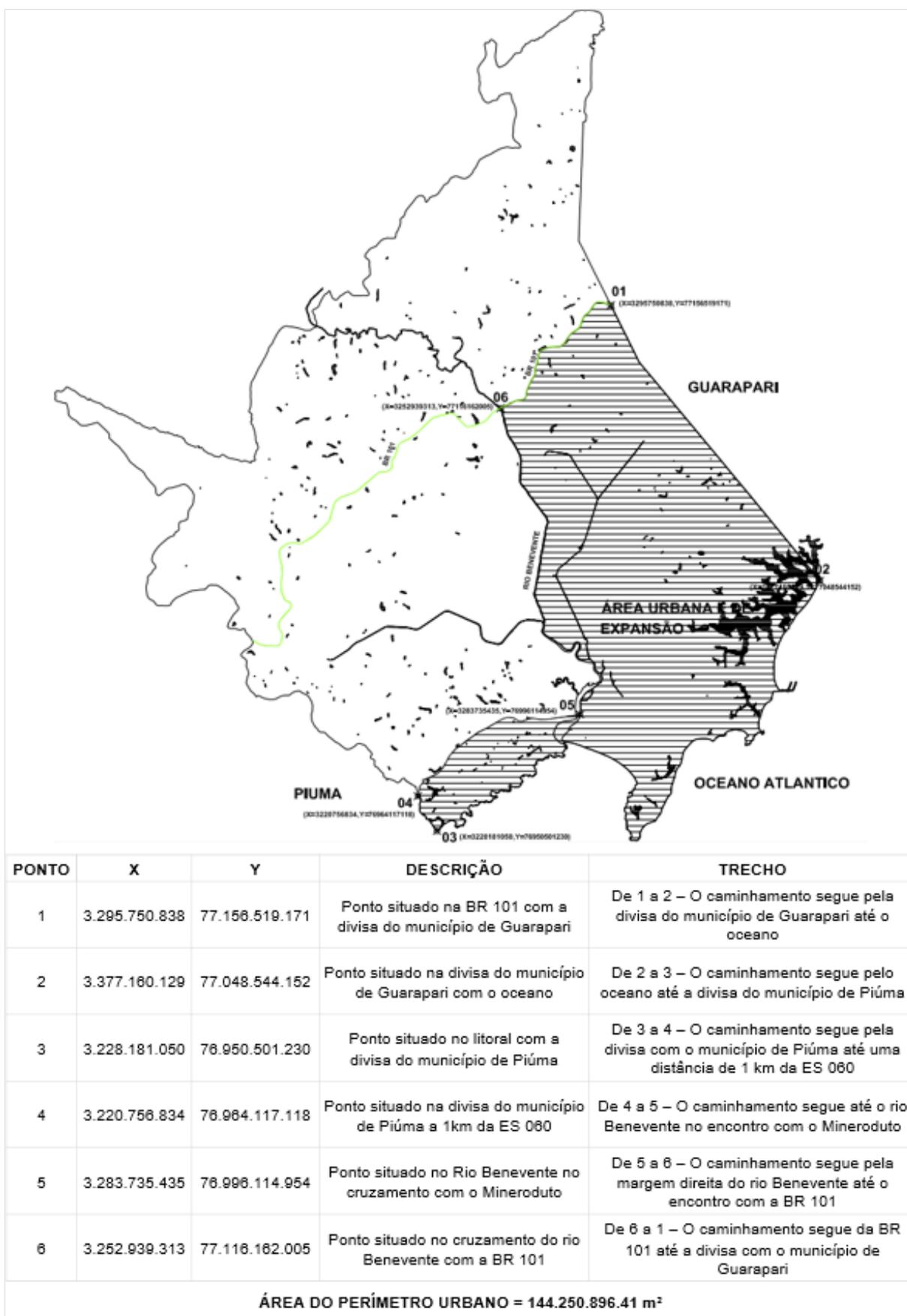
Fonte: ANCHIETA, 2006 (adaptado pela autora).

Figura 47: Zoneamento territorial de Anchieta.



Fonte: ANCHIETA, 2006 (adaptado pela autora).

Figura 48: Perímetro urbano de Anchieta.



Fonte: ANCHIETA, 2006 (adaptado pela autora).

De maneira geral, o material cartográfico disponibilizado nos anexos do Plano Diretor Municipal de Anchieta é de difícil leitura, sobretudo nas áreas urbanizadas, onde as linhas do traçado viário formam um emaranhado que encobre as demais informações. Além disso, o macrozoneamento e o zoneamento não apresentam coordenadas geográficas indicadas nos vértices das poligonais estabelecidas, o que dificulta a aplicação adequada das disposições presentes na lei. Na verdade, independentemente das fragilidades do material, pôr em prática as políticas urbanas é uma tarefa complexa, enfrenta pressões de interesses políticos e econômicos adversos e exige um amplo trabalho de fiscalização; mais do que isso, demanda redução das desigualdades sociais, investimento em educação e acesso à informação, sem os quais é impossível alcançar bons resultados em termos de planejamento urbano.

Efetivamente, o plano é formalista e retrógrado, trata o território como espaço isotrópico, colocando em segundo plano, ou ainda desconsiderando, sua profundidade histórico-cultural e sua riqueza ambiental em favor de um zoneamento fragmentado de funções econômicas, baseado no modelo predatório de desenvolvimento financiado pelo mercado global. Com os objetivos alinhados, o Plano Diretor Municipal de Anchieta e o plano estratégico Espírito Santo 2025 delineiam um mesmo horizonte futuro para o município.

Em vista desse cenário projetado e incentivado pelo Estado, Anchieta se torna, com efeito, um polo de atração para investimentos industriais devido às condições favoráveis que oferece. No século XXI, diversos empreendimentos de grande escala, relacionados principalmente à indústria extrativa de petróleo e gás natural e à indústria siderúrgica, já foram implantados no município e há outros de porte semelhante em fase de execução ou projetados e em fase de oportunidade. Dentre os empreendimentos concluídos destacam-se: a construção da terceira e da quarta usinas de pelletização da Samarco; a implantação de plantas de extração de petróleo no Parque das Baleias, nos campos Baleia Azul, Jubarte, Cachalote e Baleia Franca, todos da Petrobras; e, por fim, o estabelecimento do Gasoduto Cabiúnas a Vitória, da Transportadora Gasene, do Gasoduto marítimo Sul-Norte Capixaba e da Unidade de Tratamento de Gás Sul (UTG Sul), os dois últimos da Petrobras (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2013, 2014a, 2014b e 2016). Dos principais projetos em execução em Anchieta sobressaem-se a implantação do Novo Campo de Jubarte, da Petrobras, com investimento aproximado de R\$ 12,2 bilhões, e do empreendimento da Shell, denominado Desenvolvimento e Produção dos campos do Litoral Sul do Espírito Santo, cujo investimento é de cerca de R\$ 3,5 bilhões, ambos do setor de indústrias extrativas (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2019, p. 12 e 13). Segundo o relatório técnico elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (2019, p. 21), entre os anos de 2018 e 2023, existem pelo menos 7 projetos anunciados para o território anchietense. Analisando os padrões de investimento para o Espírito Santo na perspectiva regional, têm-se que os mesmos se concentram na

Microrregião Litoral Sul⁴⁸, da qual faz parte Anchieta.

Ao longo da série histórica, a microrregião Litoral Sul sempre apresentou o maior volume de investimentos anunciados, e neste período [2013-2018], a microrregião participou com 40,7% do total anunciado para o Estado, ou seja, R\$ 23,3 bilhões. Em relação ao PIB-2016, a Litoral Sul, perdeu participação em relação ao PIB de 2015, caindo da segunda maior participação em 2015 (14,1%), para a quarta posição no PIB em 2016 (6,3%). O principal fator que influenciou nesse resultado foi a paralização das atividades da Samarco em Anchieta, causada pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG em 2015. Dentre as principais atividades previstas para a microrregião, estão previstos investimentos em petróleo e gás natural, infraestrutura portuária e rodoviária, geração e transmissão de energia elétrica, indústria alimentícia, agronegócio, educação e cultura (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2019, p. 23).

Em decorrência desse processo, tanto o território quanto as territorialidades que a ele se relacionam se transformam. Os impactos observados após a implantação da Samarco, há mais de quarenta anos, se intensificam e complexificam no século XXI. Historicamente, sabe-se que, na maioria das vezes, os processos desencadeados pela industrialização trazem consequências como o aumento das desigualdades sociais e urbanas, a concentração de renda e o avanço da periferização, como ocorreu a partir da década de 1970 em Anchieta. Deveras, os conflitos entre os interesses locais, dos empresários e dos governantes, frequentemente divergentes, são patentes e cada vez mais visíveis no território da cidade. Todavia, ainda prevalece o “discurso do progresso, do desenvolvimento e dos benefícios que serão alcançados pela população local, com a implantação desses novos empreendimentos”, tal como enuncia Mattos, (2014, p. 115). Mas, cada vez mais, indaga-se se os benefícios econômicos, concentrados nas mãos de poucos, superam os impactos ambientais e sociais que tais projetos causam. Segundo Ribeiro (2008, p. 112):

Por causa de seus enormes impactos ambientais e sociais, os PGEs [projetos de grande escala] mostram claramente o desequilíbrio das relações de poder entre populações locais e *outsiders* desenvolvimentistas. Por outro lado, esses projetos têm também causado um aumento na capacidade de reação de atores locais na forma de movimentos sociais e ONGs. As pessoas passaram a entender as desigualdades inerentes a esse tipo de expansão econômica. O capital estrangeiro, vários tipos de profissionais e técnicos expatriados comumente ficam com a maior parte das riquezas produzidas em tais empreendimentos.

Um exemplo dessa capacidade de reação e resistência pode ser observado no enfrentamento por parte da população de Anchieta à instalação da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU), empreendimento idealizado pela Vale e anunciado em 2009. Após longos e polêmicos

⁴⁸ Ao longo do tempo e das sucessivas administrações ocorreram reestruturações na divisão regional do Espírito Santo. Atualmente está em vigor a organização estabelecida pela Lei Estadual nº 9.768, de 28 de dezembro de 2011, que divide o estado em 10 microrregiões: Nordeste, Noroeste, Rio Doce, Centro Oeste, Central Serrana, Metropolitana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul, Central Sul e Caparaó. A Microrregião Litoral Sul é composta pelos municípios de Anchieta, Piúma, Iconha, Alfredo Chaves, Rio Novo do Sul, Itapemirim, Marataizes e Presidente Kennedy (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2019).

debates, a empresa chegou a desistir do projeto em 2013 (AGORA, 2013), mas tentativas de retomada foram feitas posteriormente (VALE, 2015). A área pleiteada para implantação da CSU é habitada por comunidades tradicionais como a da Chapada do A, a qual se autorreconhece como indígena e está sendo estudada pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para que, se confirmada a filiação, seu território seja demarcado (AGORA, 2013). Organizada, a população, junto com movimentos sociais e ambientalista como o Grupo de Apoio ao Meio Ambiente (GAMA), lutou contra a implantação do empreendimento. A comunidade da Chapada do A conquistou, inclusive, a garantia de permanência em suas terras mesmo ante a então possível instalação da siderúrgica (AGORA, 2013).

Em 2010, um relatório elaborado pelo GAMA apresentava diversos questionamentos da sociedade acerca dos impactos sociais, culturais, ambientais e mesmo econômicos causados pela implantação da Companhia Siderúrgica de Ubu. No documento foram externadas preocupações sobre: a quantidade de empregos gerados; a redução do turismo por conta do incremento industrial; a transformação dos modos de vida e a expulsão de moradores de terras tradicionalmente ocupadas; as pressões que o aumento populacional causaria nas já deficitárias infraestruturas do município (urbana, habitacional e de transportes), impulsionando potencialmente o crescimento urbano desordenado e o aumento da violência; além de questões ambientais como a redução da qualidade do ar, e seu consequente impacto sobre a saúde da população da área de influência do empreendimento, a disponibilidade hídrica e a conservação da biodiversidade, sobretudo em áreas sensíveis como o manguezal (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2011, p. 55 e 56). Essas iniciativas demonstram que parte da população anchietense não se porta passivamente frente às transformações idealizadas por agentes externos para seu território, revelando articulação e engajamento político e social frente ao cenário de crescimento econômico delineado para o município.

Atualmente, Anchieta é um município cuja base econômica é vinculada principalmente à indústria e cuja população é predominantemente urbana, apesar da área efetivamente urbanizada em seu território ser significativamente menor do que sua área rural. Como discorrido ao longo deste capítulo, esse panorama começou a ser delineado há algumas décadas, a partir do projeto de desenvolvimento nacional empreendido no governo militar. Se o censo de 1970 registrava que a maior parte da população anchietense vivia na área rural, esse quadro se transforma a partir de 1980, quando 53,82% da população passa a residir em áreas urbanas, esses índices aumentam progressivamente até o último censo, em 2010, quando 75,89% da população era domiciliada no perímetro urbano (ver Tabela 6). A migração do campo para cidade é um dos fatores que contribui para o crescimento da população urbana; outro é a industrialização, que quanto mais se fortalece e se consolida no território de Anchieta, mais impulsiona o crescimento populacional.

Tabela 6: Evolução da população do município de Anchieta entre 1970 e 2010.

População residente do município de Anchieta					
Censo	População total	População urbana (PU)	% PU	População rural (PR)	% PR
1970	11.367	2.289	20,14	9.078	79,86
1980	11.412	6.142	53,82	5.270	46,18
1991	14.893	8.773	58,91	6.120	41,09
2000	19.176	13.211	68,89	5.965	31,11
2010	23.902	18.161	75,98	5.741	24,02

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1971, 1982, 1991, 2000, 2011.

Segundos dados do IBGE ([2015?], [2019?]), em 2018, 36,79% do PIB a preços correntes do município relacionava-se ao valor adicionado produzido pela indústria. Esse número é bastante inferior ao de 2014, quando 72,29% do PIB era composto pelas atividades industriais (ver Tabela 7). Os dados revelam o grande impacto socioeconômico que afetou o município após o rompimento de barragem de rejeitos da mineração de ferro da Samarco, em Mariana, município do estado de Minas Gerais, ocorrido em 2015, em virtude do qual as atividades da empresa foram paralisadas. De acordo com informações da Prefeitura Municipal de Anchieta, até novembro de 2015 a Samarco foi responsável pelo maior repasse de receita para os cofres municipais, proveniente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – que incide sobre produtos primários e semimanufaturados remetidos ao exterior – e, indiretamente, da arrecadação, por meio das empresas terceirizadas, do Imposto sobre o Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) (ANCHIETA, 2019). Após a interrupção das atividades da Samarco observa-se uma significativa redução da contribuição da indústria para economia municipal, que passa a apresentar uma distribuição menos díspar entre os setores secundário, terciário e os serviços públicos. Fica evidente, no entanto, sua dependência com relação à indústria, bem como sua vulnerabilidade às oscilações do mercado global.

Tabela 7: Composição do Produto Interno Bruto a preços correntes de Anchieta em 2014 e 2018.

Composição do PIB	2014		2018	
	Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$)	% PIB	Valor adicionado bruto a preços correntes (R\$)	% PIB
Atividade Agropecuária	26.255.540,00	0,57	28.524.360,00	3,03
Indústria	3.355.647.920,00	72,29	346.795.490,00	36,79
Serviços	846.880.440,00	18,24	297.100.210,00	31,52
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	233.971.080,00	5,04	215.073.300,00	22,82
Impostos sobre produtos	179.016.330,00	3,86	55.078.200,00	5,84
PIB a preços correntes (total)	4.641.771.300,00	-	942.571.560,00	-

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2015?], [2019?].

A agropecuária é a atividade que menos contribui para a soma do PIB, tanto em 2014, quanto em 2018 (Tabela 7). Entretanto, é o único setor que apresenta crescimento no valor adicionado bruto que produz. Ademais, a maior parte dos habitantes de Anchieta está empregada nas atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, somando 17,66% do total das pessoas ocupadas no município, como demonstra a Tabela 8. Enquanto isso, nas indústrias de transformação e extrativas somadas trabalham apenas 9,64% dos munícipes. Vale ressaltar que, apesar das transformações econômicas e sociais ocorridas em Anchieta ao longo da longa duração histórica, os modos de viver baseados na subsistência a partir dos recursos da terra e do mar ainda possuem grande carga simbólica e importante papel na forma como a população se reconhece enquanto coletividade. Existem, por exemplo, seis comunidades pesqueiras tradicionais no município – Ubu, Parati, Ponta dos Castelhanos, Sede (Figura 49), Inhaúma (Figura 50) e Iriri – que, em 2015, reuniam 711 pescadores ativos e 183 embarcações pesqueiras (ANCHIETA, 2019). A cata sustentável do caranguejo também é uma atividade tradicionalmente praticada no manguezal de Anchieta.

Tabela 8: Distribuição setorial da população ocupada de Anchieta segundo o Censo de 2010.

Trabalho principal	Pessoas ocupadas	% do total
Administração pública, defesa e seguridade social	1.046	9,07
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	2.036	17,66
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	91	0,79
Alojamento e alimentação	680	5,90
Artes, cultura, esporte e recreação	62	0,54
Atividades administrativas e serviços complementares	255	2,21
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	30	0,26
Atividades imobiliárias	8	0,07
Atividades mal especificadas	534	4,63
Atividades profissionais, científicas e técnicas	632	5,48
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	1.354	11,74
Construção	1.096	9,51
Educação	719	6,24
Eletricidade e gás	9	0,08
Indústrias de transformação	635	5,51
Indústrias extrativas	477	4,14
Informação e comunicação	10	0,09
Outras atividades de serviços	272	2,36
Saúde humana e serviços sociais	363	3,15
Serviços domésticos	793	6,88
Transporte, armazenagem e correio	428	3,71
Total de pessoas ocupadas	11.530	-

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2010].

Figura 49: Barcos de pesca atracados junto à Praça das Garças, próximo à Colônia de Pesca e à Casa do Pescador de Anchieta, na sede do município. Ao fundo vê-se o Monte Urubu.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 50: Comunidade pesqueira de Inhaúma. Os barcos de pesca ficam protegidos pela pequena baía entre as praias do Tombo e de Santa Helena.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Além da pesca e da cata do caranguejo, a aquicultura marinha vem se desenvolvendo no município com ênfase na mitilicultura⁴⁹. Segundo a Prefeitura de Anchieta, existe a perspectiva de criação de um Parque Aquícola cuja capacidade estimada de produção pode chegar a 50 t de sururu desconchado por ano em uma área de 29 ha (ANCHIETA, 2019). Afora gerar emprego e renda, a exploração dos recursos aquáticos sempre esteve ligada ao modo como os habitantes desse território, hoje é conhecido como Anchieta, se relacionaram com o ambiente, obtendo dele alimento e sustento, e se organizaram socialmente, desde os sambaqueiros até a contemporaneidade.

No interior do município, o cultivo do café e da banana garante o sustento de várias famílias. Esses são os gêneros mais produzidos em Anchieta e também os que acumulam maior valor econômico. De acordo com o Censo Agropecuário de 2017 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017), naquele ano, a banana era cultivada em 251 estabelecimentos agropecuários⁵⁰ e o café, somando as variedades arábica e conilon, em 394 estabelecimentos: enquanto o valor da produção da banana foi de R\$ 2.089.697,00, o do café (arábica e conilon) alcançou a cifra de R\$ 7.177.431,00. Para além do cultivo agrícola, muitos proprietários rurais se dedicam também à pecuária. A criação de bovinos é a que possui maior representatividade, sendo realizada em 375 estabelecimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Grande parte das unidades produtivas conduz suas atividades com mão de obra familiar. Os dados do Censo de 2017 apontam que do total de 1.975 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, 1.665 possuíam laço de parentesco com o produtor, enquanto apenas 310 não possuíam. Em termos absolutos, dos 904 estabelecimentos agropecuários do município, 563 são destinados à agricultura familiar (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017). Isso não quer dizer, todavia, que a maior parte das terras agrícolas seja explorada pela agricultura familiar, mas demonstra a importância dessa tipologia produtiva para grande parte dos trabalhadores rurais.

O turismo, incluído na soma da contribuição do setor de serviços para a economia municipal, também cumpre um importante papel. A atividade que começou a apresentar crescimento a partir da metade do século XX, como descrito anteriormente, se fortaleceu e expandiu. A administração municipal atribui papel estratégico ao fomento do turismo como instrumento para o desenvolvimento local sustentável, capaz de estimular o empreendedorismo, gerar emprego e renda (ANCHIETA, 2019, 2020, 2021c). Hoje, além das tradicionais modalidades de turismo de balneário e religioso, o agroturismo e o ecoturismo tem despontado como

⁴⁹ Cultivo de mariscos realizado, usualmente, em viveiros flutuantes ancorados em águas costeiras.

⁵⁰ Entendem-se por estabelecimentos agropecuário as unidades de investigação do Censo Agropecuário de 2017 as quais compreendem “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal e aquícola, independentemente de seu tamanho” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, p. 9).

potências devido à variedade de atrações naturais e culturais presentes no município. A diversificação do setor contribuí, inclusive, para reduzir os impactos da sazonalidade que marca a dinâmica, principalmente, do turismo de balneário.

É por suas belas praias que Anchieta é mais conhecida e visitada. Em seu litoral existem, ao todo, vinte e três praias. Algumas delas são urbanas, como as praias da Iriri, da Areia Preta, de Costa Azul, dos Namorados, de Santa Helena, dos Castelhanos e de Ubu, outras de mar aberto e sem infraestrutura, como as praias de Mãe-Bá, do Além, de Tiquiçaba e de Guanabara, outras, ainda, são localizadas em pequenas enseadas isoladas, como as praias do Balanço, de Marvila, de Juca da Mata e do Sapê.

Para além da movimentação econômica que proporciona, o crescimento do turismo de balneário impulsionou transformações urbanas e sociais, especialmente em algumas comunidades costeiras do município. É o caso, por exemplo, das localidades de Iriri, Ponta dos Castelhanos, Parati e Ubu (Figura 51), balneários anchietenses amplamente frequentados por turistas, que, nas últimas décadas, apresentaram um significativo crescimento urbano, sofreram transformações nos arranjos espaciais e nas tipologias construídas, bem como experimentaram, e ainda experimentam, problemas de infraestrutura relacionados, sobretudo, à capacidade de atendimento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante os meses de alta temporada.

Figura 51: Praia de Costa Azul, no balneário de Iriri (a), praia dos Castelhanos (b), praia de Parati (c) e praia de Ubu (d).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Essas transformações exercem pressões sobre as comunidades tradicionais, manifestas na forma de gentrificação e especulação imobiliária, implicando em alterações nos modos de vida locais. Devido ao grande interesse turístico, esses lugares se tornaram foco de investimentos públicos, provendo novos serviços e melhorias urbanas, à exemplo da revitalização da orla de Castelhanos e de Iriri (Figura 52), os quais valorizam a região. A isso, se segue um processo de aumento do custo de bens e serviços, bem como do interesse do mercado imobiliário, o que dificulta a permanência de parte da população que não possui condições econômicas para arcar com o novo padrão estabelecido. Assim, enquanto os moradores tradicionais vendem suas casas e se mudam, outros sujeitos sociais, atraídos pelo potencial turístico, adquirem esses imóveis e passam a reorganizar socioespacialmente o território.

Outro problema advindo da especulação imobiliária é a implantação de condomínios fechados de alto padrão em áreas ambientalmente sensíveis, restringindo e/ou dificultando o acesso a algumas praias localizadas em enseadas mais isoladas, o que ocorre principalmente no trecho de costa compreendido entre a sede municipal e Iriri. Nesses cenários de rupturas, a atuação de grupos da sociedade civil organizada, como as associações de moradores, torna-se fundamental para garantir os interesses da população local.

Paralelamente ao contexto de desenvolvimento e expansão do turismo de praia, o turismo religioso também vem ganhando maior projeção, principalmente após a criação da caminhada anual Passos de Anchieta, em 1998. Segundo dados da Associação Brasileira dos Amigos dos Passos de Anchieta (2010), promotora do evento, a caminhada atrai, a cada realização, uma população flutuante superior a 3.000 pessoas. Os Passos de Anchieta reconstituem o trajeto outrora percorrido frequentemente pelo Padre Anchieta entre o aldeamento de Reritiba e a Vila de Nossa Senhora da Vitória, atuais cidades de Anchieta e Vitória. O evento é realizado no mês de junho, a partir do feriado de Corpus Christi, e dura quatro dias, a caminhada de 100 km começa na Catedral Metropolitana de Vitória e termina na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Anchieta (Figura 53). No município, os Passos de Anchieta fazem parte da programação da Festa Nacional de São José de Anchieta, que conta, ainda, com diversas outras atividades culturais.

A figura do Padre José de Anchieta é, portanto, central para a organização do turismo religioso na cidade batizada em sua homenagem. Também contribuíram para o fortalecimento dessa modalidade turística as obras de restauração empreendidas, entre 1994 e 1997, no atual Santuário Nacional de São José de Anchieta⁵¹, conjunto arquitetônico formado pela Igreja Nossa Senhora de Assunção, pelo Museu do Beato José de Anchieta (antiga residência dos

⁵¹ O conjunto jesuítico foi tombado em 1943 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 2015, após a canonização do Padre José de Anchieta, foi declarado Santuário Nacional na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Figura 52: Investimento público em obras de revitalização urbana nas praias de Castelhanos (a) e da Costa Azul, em Iriri (b).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 53: Marcos que sinalizam o percurso dos Passos de Anchieta. Atinge-se 95 km na Av. Porto Velho (a), na Ponta dos Castelhanos e 100 km na praça em frente ao complexo jesuítico (b).



Fonte: Acervo pessoal, 2019 e 2020.

jesuítas) e pela praça que lhes fronteira, o qual passa, atualmente, por novas intervenções de restauro e readequação⁵². Além disso, a canonização do Padre José de Anchieta, em 2014, renovou o interesse sobre sua vida e obra, para o que o município que lhe é homônimo constitui importante patrimônio e tem papel de destaque, motivando uma crescente visitação.

Assim como o turismo religioso, o turismo rural é uma alternativa à sazonalidade e gera trabalho e renda para os habitantes do interior do município. O Circuito dos Imigrantes reúne cultura, gastronomia e belas paisagens ao longo das localidades rurais de Alto Pongal, Córrego da Prata, Alto Joeba, Dois Irmãos e Simpatia, comunidades descendentes dos imigrantes, sobretudo os italianos, que aportaram no município no século XIX (Figura 54). No mês de setembro, os Passos dos imigrantes e a Festa da Imigração movimentam o circuito. Já o Circuito Vale Viver Corindiba, desenvolve-se ao longo do vale do rio homônimo e abrange as comunidades de Jaqueira, Duas Barras, Dois Irmãos, São Vicente, São Miguel, São Feliz, Cabeça Quebrada e Olivânia. No percurso de aproximadamente 12 km é possível visitar propriedades rurais e conhecer o processo de produção de vários produtos agroindustriais. Os dois circuitos contam com opções de restaurantes e hospedagem.

Por sua vez, o turismo ecológico é visto pela administração municipal como forma de promover a valorização do meio ambiente e a conscientização ambiental, bem como divulgar os valores culturais e turísticos de Anchieta. O circuito Benevente inclui um passeio de barco que sai do porto da Colônia de Pesca e segue rio acima, passando pelo manguezal, até chegar à um pequeno ancoradouro no rio Salinas, afluente do Benevente, localizado na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal Papagaio (Figura 55), de onde é possível seguir a pé até as Ruínas do Rio Salinas. Área de preservação permanente, o manguezal é rico em biodiversidade e, ao entardecer, as revoadas das garças, que fazem seus ninhos por ali, são um espetáculo à parte.

Outras atividades promovidas pela Prefeitura de Anchieta que exploram o potencial natural e paisagístico do município são a descida ecológica do rio Benevente e os passeios ciclísticos e caminhadas ecológicas a locais ambientalmente relevantes como o Monte Urubu (Figura 56). Área de proteção ambiental com remanescentes de cobertura florestal de Mata Atlântica, o Monte Urubu inspirou, aliás, a criação do circuito turístico denominado Ecomonte, no qual é possível fazer trilhas e desfrutar da paisagem a partir do alto da elevação de 332 m de altitude.

⁵² As obras de restauro e readequação do Santuário Nacional de São José de Anchieta tiveram início em junho de 2018. Incluem a recuperação do telhado, com descupinização e tratamento do madeiramento, tratamento do reboco das paredes externas, levantamento histórico e arqueológico. Intervenções como a instalação de nova rede elétrica, a climatização, a iluminação monumental e os projetos de museografia e de novas mídias visam adequar o complexo jesuítico à crescente demanda de visitação. Serão construídos, ainda, novos anexos, loja, café e banheiros. O acervo do museu também passará por restaurações. O projeto é realizado pelo Instituto Modus Vivendi e tem patrocínio da Vale, por meio da Lei Rouanet (SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA, [2019?]).

Figura 54: Portal que demarca a entrada para o Circuito dos Imigrantes. O percurso é amplamente sinalizado com informações sobre as atrações turísticas que encerra.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 55: Circuito Benevente. Início do circuito na Colônia de Pescadores (a), trajeto pelo manguezal (b), ancoradouro no rio Salinas (c), portal da RDS Papagaio e caminho de acesso às ruínas (d).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 56: O Monte Urubu na paisagem de Anchieta. A elevação vista a partir da ES 146 (a), vista a partir da ES 060, na altura da Lagoa Maimbá (b) e vista a partir do morro da Capela do Divino Espírito Santo, em Jabaquara (c).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Fica claro que o turismo em Anchieta apresenta grande ligação com a exploração econômica dos valores e tradições socioculturais, bem como dos recursos ambientais que, juntos, configuram o patrimônio do município. A valorização do que é tradicional e específico de cada lugar ocorre, em parte, como reação à globalização que tendencialmente hegemoniza a economia, mas também impulsiona uma uniformização sociocultural onde os modos de vida convergem para os moldes que beneficiam a estrutura capitalista. Assim, as identidades e as particularidades locais constituem uma diferenciação que, na lógica do mercado, é passível de ser monetizada visando o desenvolvimento econômico.

É preciso ter em mente, porém, que o patrimônio se constitui a partir das relações espaço-temporalmente determinadas estabelecidas entre os atores sociais locais e seu meio, assim o valor que possui resulta do autorreconhecimento da capacidade de determinadas obras e tradições refletirem o modo de ser daquele grupo no mundo, os quais a partir da memória coletiva se tornam referência cultural no presente. Dessa forma, a despeito dos aspectos degradantes da disponibilização do patrimônio como objeto de consumo, sua preservação é fundamental enquanto herança do passado, memória e afeto coletivo que ligam as pessoas aos seus grupos sociais e aos seus territórios. Em Anchieta essas sobrevivências culturais materiais e imateriais têm muito a ver com a resistência à desterritorialização.

O patrimônio imaterial de Anchieta inclui manifestações culturais lúdicas, tais como as festas, músicas e danças típicas, mas também modos de criar, fazer e viver que caracterizam as comunidades locais. Inegavelmente, as expressões culturais são diversas e refletem a pluralidade ético-cultural que compõe a população do município. Manifestações como o Jaraguá, o jongo e as danças portuguesas e italianas, fazem parte do acervo cultural e da identidade étnica dos diferentes grupos que constituem a sociedade anchietense.

A figura mitológica do Jaraguá é uma herança cultural que remonta ao tempo dos jesuítas e ao universo da catequização dos índios. Os padres da Companhia de Jesus, no intuito de amedrontar e controlar os índios, contavam a história de um ser que aparecia do lodo para pegar possíveis rebeldes e revoltos, o Jaraguá. A figura possuía uma cabeça de caveira de cavalo e o corpo coberto de musgo do mangue. Segundo a tradição popular, o nome Jaraguá significa “o bicho que pega”, em tupi-guarani (O JARAGUÁ, 2011). A lenda sobreviveu ao tempo e foi incorporada aos festejos de carnaval. Há mais de setenta anos o Bloco do Jaraguá festeja a tradição e a transmite de geração em geração.

Dentre as manifestações herdadas da cultura negra, destaca-se o jongo. Segundo Silva (2016, p. 172), a “prática do jongo está ligada tanto às lembranças e vivências de seus antepassados [...] quanto à demarcação de uma luta étnica e política frente à opressão racial”. Reunidos em um círculo, os músicos tocam instrumentos (tambores, chocalhos e pandeiros) que formam a base para o canto dos pontos, versos que retratam experiências sociais vividas pelas comunidades jongueiras, mantendo vivas sua herança cultural e sua identidade étnica (SILVA, 2016, p. 175 e 176). No interior da roda, casais se alternam dançando. As celebrações do jongo se relacionam também com a devoção à São Benedito e são, frequentemente, acompanhadas da fincada do mastro com a bandeira em homenagem ao santo negro. Os grupos Tambores de São Mateus, na comunidade rural de São Mateus, comunidade que se autoidentifica como afrodescendente, e o Grupo de Jongo de São Benedito Sol e Lua, na sede municipal, mantêm viva a cultura do jongo em Anchieta.

Refletindo a pluralidade ético-cultural dos diferentes grupos sociais que atuaram na formação do território no município, outras comunidades conservam, ainda, manifestações folclóricas que remontam aos imigrantes europeus. Os descendentes de portugueses da comunidade de Belo Horizonte fundaram, em 1990, o grupo de dança Os Brandarinos, em uma referência às primeiras famílias que fundaram a comunidade, os Brandão (ADETURCI, 2017b). Já os descendentes dos italianos da comunidade de Alto Pongal formaram, em 2006, o Grupo de Dança Nonna Adélia, cujo nome homenageia a Senhora Adélia Lorencini Passamani, moradora mais antiga da comunidade à época (ADETURCI, 2017a). Ambos os grupos objetivam preservar e divulgar sua herança cultural.

No universo dos bens materiais, Anchieta possui exemplares arqueológicos e arquitetônicos que remontam aos sucessivos ciclos de civilização que depositaram sedimentos sobre seu território. Como descrito ao longo deste capítulo, pelo menos um sítio arqueológico pode ser atribuído à ocupação sambaqueira (Cemitério), e outros tantos contém vestígios de territorializações indígenas, anteriores e contemporâneas à chegada e ao início da colonização portuguesa. Além dos sítios arqueológicos conhecidos, é provável que existam, ainda, aqueles que não foram identificados. É preciso ressaltar que mesmo os sítios identificados, muitos dos quais durante processos de licenciamento para implantação de empreendimentos de grande escala, não foram pesquisados sistematicamente, de forma que há muito por descobrir e compreender sobre as ocupações dos grupos sambaqueiros e indígenas que habitaram, outrora, as terras que pertencem, hoje, ao município de Anchieta.

Para além dos sítios arqueológicos pré-coloniais, há também as Ruínas do Rio Salinas, um memorável e misterioso conjunto de 32 pilares e colunas de pedra e argamassa de cal de concha localizado à margem esquerda do rio Salinas (Figura 57). Devido à ausência de registros documentais, a origem e a função das ruínas ainda são incertas. Algumas suposições dão conta de que a edificação teria sido uma salina clandestina, outras atribuem aos jesuítas a sua construção (ANCHIETA, 2021a). De fato, a ausência de pesquisas arqueológicas aprofundadas, a falta de ações de preservação e a paulatina depredação dos remanescentes materiais, principalmente por ações antrópicas, não contribuem para sanar as especulações a respeito do conjunto arruinado.

Dos exemplares arquitetônicos do patrimônio destacam-se a secular Igreja de Nossa Senhora da Assunção e a Residência que lhe é anexa (Figura 58), edificadas pelos jesuítas a partir do século XVI, durante o início do processo de colonização da costa brasileira. Outras obras arquitetônicas imponentes na escala urbana de Anchieta são a Casa da Cultura, antiga Prefeitura municipal, o Centro Cultural, antigo Hotel Anchieta e o Colégio Maria Mattos, todos muito mais recentes, edificadas no século XX (Figura 59).

Além da arquitetura monumental, em Anchieta, sobrevivem, ainda, edificações seculares que remontam ao período colonial e às transformações urbanas subsequentes a ele que determinaram mudanças estilísticas observáveis em suas fachadas. Parte delas correspondem aos armazéns e comércios vinculados à, outrora proeminente, atividade portuária desenvolvida junto à foz do rio Benevente (Figura 60). Várias dessas casas remanescentes estão localizadas no centro histórico da sede municipal, especialmente na área do porto (Figura 61). Outras, ainda, como a casarão da sede da Fazenda São Martinho, popularmente conhecido como Casarão da Quarentena, ou alguns exemplares remanescentes da arquitetura da imigração italiana, estão situadas na área rural ou em antigas fazendas hoje já absorvidas pelo crescimento urbano (Figura 62).

Figura 57: Ruínas do rio Salinas.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 58: Igreja de Nossa Senhora da Assunção e residência que lhe é anexa. Vista do conjunto (a), detalhe da torre sineira (b), vista do altar (c) vista das naves da igreja olhando para entrada principal, situada na praça (d).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 59: Casa da cultura (a). Centro cultural (b), Colégio Maria Mattos visto a partir do acesso principal (c) e conjunto do Colégio Maria Mattos visto de baixo (d).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 60: Antigos edifícios comerciais da rua Comendador Ramos. Na fachada do edifício que abriga hoje bar e peixaria (c), lê-se a inscrição “19-12-1892 Anchieta”.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 61: Casa na Rua Comendador Ramos com inscrição 1924 no frontispício (b), Casa de Dona Rosinha Assad, no início da Rua Costa Pereira (a) casas na Rua Costa Pereira (c) e (d).



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Figura 62: Casarão da quarentena, antiga sede da Fazenda São Martinho (a) e (b), casa da família Ceccon (c) e casa da família Libardi (d), em cuja base lê-se 1928, ambas em Alto Pongal.



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

Por meio do Plano Diretor Municipal, a administração de Anchieta define o que entende como Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico do Município, bem como estabelece as políticas de proteção cultural e paisagística. Sendo o patrimônio municipal o conjunto de expressões materiais e imateriais portadoras de referência à identidade, à ação, ou à memória dos diferentes grupos da sociedade, o PDM de Anchieta estabelece duas formas de regulamentação administrativa sobre os bens patrimoniais, o tombamento (Art. 193) e a identificação de bens de interesse de preservação (Art. 194) (ANCHIETA, 2006). Não existe, entretanto, nenhum tombamento à nível municipal em Anchieta⁵³, e todos os dezesseis bens identificados como de interesse de preservação cultural integram o patrimônio material do município (Quadro 1), de forma que, no âmbito de lei, nenhum reconhecimento é oferecido às manifestações culturais tradicional dos diferentes grupos da sociedade anchietense.

Quadro 1: Unidades Especiais de Interesse de Preservação Cultural (UEIPC) de Anchieta.

Item	UEIPC	Local
1	Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência anexa	Centro de Anchieta
2	Capela de Nossa Senhora da Penha	Centro de Anchieta
3	Casarão de Quarentena da Imigração Italiana	Centro de Anchieta
4	Poço do Coimbra	Centro de Anchieta
5	Poço de Quitiba	Bairro Quitiba
6	Poço de Castelhanos	Bairro de Castelhanos
7	Colégio Maria Mattos	Centro de Anchieta
8	Hotel Anchieta	Centro de Anchieta
9	Mercado Antigo	Centro de Anchieta
10	Armazéns do Porto	Centro de Anchieta
11	Bar do Mudo	Centro de Anchieta
12	Casa de D. Rosinha Assad	Centro de Anchieta
13	Casa de Nicolau Carone	Centro de Anchieta
14	Casa da Cultura	Centro de Anchieta
15	Ruínas do Rio Salinas	Margem do Rio Salinas
16	Sítios Arqueológicos das margens do Rio Salinas	Margem do Rio Salinas

Fonte: ANCHIETA, 2006.

Por fim, é necessário discorrer sobre como todo esse processo de metamorfoses territoriais impactou na paisagem e na imagem da cidade de Anchieta. Com a intensificação da industrialização, iniciada na década de 1970, a imagem de vila colonial começa a ser descaracterizada com maior intensidade, para além de intervenções pontuais. Novas edificações são construídas na cidade que se expande. Grande parte das casas antigas passa por reformas modernizantes, sem qualidade arquitetônica, que transformam tanto a fachada quanto a volumetria dessas edificações, enquanto outra parte é substituída. Surgem, então,

⁵³ O conjunto da Igreja de Nossa Senhora da Assunção e Residência anexa é tombado à nível Federal.

edificações multifamiliares de três ou quatro pavimentos. O modelo de ocupação horizontal, tradicional em Anchieta possibilita grande visibilidade do céu, principalmente devido à relação harmoniosa entre as casas térreas, predominantes no assentamento, e as vias estreitas, herdadas da dinâmica urbana colonial. A inserção de edificações mais altas modifica o horizonte visível. Essas e outras modificações contribuem para a descaracterização das referências urbanas e paisagísticas que influenciam na percepção e na experiência da cidade.

As novas condições urbanas derivadas do aumento populacional e da violência, influenciam na transformação da relação entre as edificações e as ruas. No centro histórico, onde a ocupação é consolidada, ainda predominam as casas cuja testada faceiam as vias públicas. À medida que as construções se afastam do centro, é possível observar um aumento do número de lotes cujo perímetro é cercado por muros, os quais transformam a ambiência urbana, uma vez que reduzem a possibilidade das trocas sociais. O crescimento urbano desordenado é responsável pelo surgimento de áreas periféricas carentes de infraestrutura urbana onde as desigualdades sociais se manifestam intensamente refletindo em um espaço precário, com construções de baixa qualidade técnica e arquitetônica, que muitas vezes representam também o aumento das pressões antrópicas sobre áreas ambientalmente sensíveis.

Em Anchieta ao longo dos sucessivos ciclos de civilização a paisagem se transformou. Grande parte da cobertura vegetal nativa foi substituída para o desenvolvimento de atividades agropecuárias e, em menor parte, para a implantação de núcleos populacionais. Essa transformação ganhou força a partir da ocupação do interior do território, com a chegada dos imigrantes no século XIX, e se intensificou no século XX, com a industrialização e os grandes projetos de infraestrutura. Atualmente, no município há uma dissociação entre a paisagem urbana, a paisagem rural e a paisagem industrial. Longe das indústrias a cidade ainda mantém suas pequenas dimensões, se comparada a outros centros urbanos do Espírito Santo, mas que se expandem constantemente. Em contraste, grandes plantas industriais despontam como inserções dissonantes que modificam agressivamente a paisagem e ameaçam a sobrevivência do arranjo que prevaleceu pequeno e pacato ao longo de quase meio milênio.

Diante da amplitude teórico-temporal do conteúdo exposto até aqui, apresenta-se, a seguir, o agrupamento conciso e abrangente das principais características de cada fase do processo de territorialização de Anchieta. Para tanto, utiliza-se como balizadores os recortes propostos por Daniela Poli (2017) para estruturação do processo histórico de territorialização: o estudo da posição e da estrutura de assentamento, o estudo dos processos estruturantes e o estudo das formas do território. Por fim, desenvolve-se a representação de síntese das fases de estabilidade e fratura identificadas na organização territorial com base do método desenvolvido por Alberto Magnaghi (2001b).

4.1.1 *Representação sintética das fases de territorialização*

A partir da perspectiva histórica apresentada, depreende-se serem sete as fases de territorialização que se destacam no processo de desenvolvimento do território de Anchieta: (i) a ocupação sambaquieira, (ii) a fixação indígena, (iii) a colonização portuguesa, (iv) a reforma pombalina, (v) a imigração europeia, (vi) a modernização e (vii) os grandes projetos industriais. De nenhuma forma pretende-se estabelecer intervalos herméticos e inflexíveis, mas, sim, propor reflexões sobre a configuração do território a partir de sua leitura enquanto fenômeno sócio-espaco-temporal complexo, em constante formação e transformação.

A **ocupação sambaquieira**, primeira fase de territorialização sedentária rastreável, tem início por volta de 4.000 a.C. com a migração de grupos caçadores, coletores e pescadores para a região costeira (PEROTA, 1979, p. 19). Os sambaquieiros optaram por ocupar áreas próximas à cursos d'água, nos vales dos rios, e ao litoral, nas áreas de planície costeira. Instalando-se em zonas de transição ecossistêmica, como baías, estuários, lagunas e manguezais, esses grupos garantiam a subsistência a partir, principalmente, dos ambientes aquáticos. A coleta de moluscos e a pesca eram atividades constituintes do seu modo de viver. As principais estruturas territoriais resultantes da interação desses homens com o meio são os sambaquis. De uma perspectiva topológica e organizacional, os montes de concha que configuram os assentamentos sambaquieiros são consequência direta do modo de vida desses caçadores, pescadores e coletores e de sua estreita relação com os recursos alimentares aquáticos.

A migração de grupos ceramistas e horticultores para o litoral instaura um novo ciclo de territorialização, a **fixação indígena**. A chegada desses novos atores sociais parece ter sido decisiva para a desterritorialização dos sambaquieiros. A superioridade numérica, o desenvolvimento tecnológico e social, bem como a capacidade de cultivar dos grupos indígenas contribuíram, então, para o enfraquecimento e subsequente desaparecimento do modo de vida dos homens dos sambaquis, os quais foram, possivelmente, assimilados ou eliminados pela cultura ceramista (LIMA, 2000, p. 285; GASPAR, 2004, p. 67). Apesar das transformações etnográficas observadas, parte das práticas culturais se mantém, como ocorre, notadamente, com a pesca e a coleta de moluscos.

Para os horticultores, a fertilidade do solo e a disponibilidade hídrica orientava a ocupação de terras agricultáveis junto aos leitos dos rios. Além disso, acredita-se que a escolha dos locais de fixação é bastante influenciada pelos saberes acumulados ao longo dos ciclos anteriores de nomadismo e fixação sedentária (MAGNAGHI, 2001b, p. 9), por meio dos quais se conheciam, por exemplo, rotas e redes de comunicação viáveis, bem como o potencial apresentado pela foz do rio enquanto porto natural protegido, configuração que favorece a obtenção de alimento e a mobilidade. Esse conhecimento coletivo reunido viabiliza a fixação

dos indígenas e a criação, por exemplo, da aldeia de Reritiba junto à foz do rio Benevente.

As evidências arqueológicas reveladas durante a pesquisa histórica que orientou este trabalho sugerem que o território do atual município de Anchieta foi outrora ocupado por indivíduos que pertenciam à cultura tupi-guarani. Com aporte empírico de tais pesquisas, verifica-se que o território era organizado em diferentes núcleos de acordo com sua adequabilidade às necessidades para o desenvolvimento de cada tipo de atividade relativa ao modo de vida daqueles homens. Existiam sítios especializados para a produção artefactual, bem como sítios destinados à moradia e às atividades da vida cotidiana, as aldeias (RIBEIRO *et al*, 2009). O estudo de Ribeiro *et al* (2009) aponta que enquanto os primeiros localizavam-se em planícies alagáveis onde havia abundância das matérias primas utilizadas na produção da parafernália tupi-guarani, os últimos eram organizados em zonas secas mais próximas ao mar. Essas áreas de ocupação com funções específicas eram interdependentes e formavam um sistema territorial. É provável que no território de Anchieta houvesse múltiplos sistemas territoriais desse tipo, cada um deles estruturados por diferentes grupos sociais.

Mesmo pouco se sabendo sobre essa povoação, fica evidente que o ritual de fundação dos primeiros assentamentos marca profundamente o caráter do lugar ao longo de toda sua duração histórica. Como ressalta Magnaghi (2011b, p. 9, tradução nossa), basta “pensar que a localização das cidades constitui um forte elemento de invariância”.

A fase de **colonização portuguesa** começa na segunda metade do século XVI com a implantação do aldeamento jesuítico em Reritiba. O modelo jesuítico de ocupação, desde a seleção do sítio até sua organização espacial, se relaciona intrinsecamente com o projeto de catequização da Companhia de Jesus e com a estrutura do processo de colonização. A escolha do local para implantação dos assentamentos jesuíticos seguia tanto critério práticos, tais quais condições de defesa e acessibilidade, como também simbólicos, uma vez que a posição elevada garantia destaque ao assentamento e representava o poder da Ordem. Assim, a localização privilegiada do sítio indígena pré-colonial de Reritiba, no platô intermediário do relevo, junto à foz do rio Benevente, fez com que os padres da Companhia de Jesus optassem por reterritorializar o lugar de índio.

Do mesmo modo, a configuração do aldeamento jesuítico também manifesta claramente o domínio e a superioridade desses estrangeiros. O espaço era organizado sob a influência da religiosidade e a Igreja de Nossa Senhora da Assunção se apresenta como “o marco físico mais eloquente do projeto de catequese e colonização” (NAJJAR, 2011, p. 76). A forma de habitar, o tipo de habitação, os materiais de construção progressivamente se transformam para expressar um assentamento de características portuguesas. O aldeamento, que evoluiu a partir do sistema da quadra em torno do claustro, tornou-se o núcleo referencial para a

expansão do assentamento. A vila colonial nos moldes portugueses apresentava casas simples, geralmente caiadas e telhadas, que se estenderam da parte alta, no entorno do complexo jesuítico, para a parte mais baixa, junto ao rio. A configuração de um porto é estruturante tanto da morfologia urbana quanto das atividades desenvolvidas nesse núcleo. Por muito tempo o aldeamento prosperou em Reritiba, foi esse o núcleo que irradiou a ocupação das terras que pertencem, hoje, ao município de Anchieta. Paralelamente à implantação do núcleo de Reritiba, houve o desenvolvimento de complexas estruturas que que viabilizavam a manutenção dos assentamentos portugueses, a exemplo das fazendas.

Ao reterritorializar Reritiba, os colonizadores subjugarão os índios. Ainda que o discurso indicasse aliança e proteção, efetivamente, a população autóctone foi explorada, oprimida e suas tradições foram progressivamente rejeitadas. A maior parte da herança desse ciclo está relacionada à transmissão dos saberes desses grupos. Dos índios extraíram os conhecimentos ambientais e as técnicas necessárias para cultivar a terra, navegar pelo território, proteger-se dos perigos e tantas outras coisas mais. A eles catequisaram e impuseram costumes estranhos, como vestir-se. Mas, de sua cultura também incorporaram valores como “o cultivo dos frutos da terra e o consumo desses alimentos, os banhos diários e a rede para dormir” (WEIMER, 2012, p. 57). Pouco, contudo, perto do que se perdeu. Grande parte dos sedimentos cognitivos do ciclo anterior foi substituída e à massa territorial foram acrescentadas, por exemplo, novas formas de construir, novas técnicas produtivas, novas estruturas sociais, novas formas de governo e novos sistemas econômicos baseados na propriedade privada e na acumulação de capital.

Foi, antes de tudo, político o contexto que levou à ruptura da ordem social estabelecida e a reestruturação observada na fase da **reforma pombalina**. Visando fortalecer o poder da Coroa e equilibrar a economia, durante o reinado Dom José I, o Marquês de Pombal implementa uma série de reformas modernizantes. Força de trabalho indispensável no período colonial, para o marquês a integração dos índios à sociedade era fundamental no processo de ocupação do território e manutenção do domínio português. Essencialmente assimilacionista, a política indigenista de Pombal foi responsável pela implementação de medidas como o fim da escravização dos povos indígenas, em 1757, e o incentivo à miscigenação por meio de casamentos entre brancos e índios (FAUSTO, 2015, p. 97). Parte das disposições pombalinas destinavam-se, ainda, à centralização da administração portuguesa, freando áreas de atuações autônomas e o poder paralelo exercido, sobretudo, pela Companhia de Jesus. Assim, em 1759, os jesuítas são expulsos dos domínios portugueses e seus bens são confiscados.

Após o evento, transformações substanciais afetam os aldeamentos. Muitos desses assentamentos foram elevados à categoria de freguesia ou vila e foram rebatizados com

nomes portugueses. Como resultado desse processo, em 1761, Reritiba passa a se chamar Vila Nova de Benevente (ESPÍRITO SANTO, 2009, p. 43). Segundo Saint-Hilaire (1974 [1833], p. 31 e 32), quando expulsou os jesuítas, a Coroa Portuguesa destinou aos índios civilizados de Benevente uma parte das terras anteriormente administradas pela Companhia de Jesus. Teoricamente inalienáveis, com o passar do tempo, no entanto, essas terras foram progressivamente desmembradas, doadas, cedidas ou usurpadas como resultados do jogo político em que os administradores locais e os colonos luso-brasileiros detinham muito mais poder do que os índios (SAINT-HILAIRE, 1974 [1833], p. 31 e 32). Além disso, sem a administração dos jesuítas, acentuou-se nos antigos aldeamentos a presença de brancos, negros e mestiços, bem como os conflitos entre eles e os índios (ALMEIDA, 2013, p. 204). Todos esses fatores fizeram com que inúmeros nativos abandonassem Benevente.

Para os índios, a expulsão de seus protetores e algozes promoveu mais um momento de ruptura. Após cerca de dois séculos, em função da reorganização do território encabeçada por Pombal (reterritorialização), perderam, mais uma vez, a tradição referencial sobre a qual haviam rearticulado seu mundo. Apesar do vigor da medida, a maior parte dos sedimentos materiais e cognitivos relacionados aos jesuítas remanesce. Sua história, cultura e arquitetura são amplamente conhecidas, e, com frequência, são associadas à identidade de Anchieta.

Na segunda metade do século XIX, um novo ciclo de **imigração europeia** inaugura outra fase de territorialização. Transformações políticas e econômicas impulsionaram a criação de um programa de imigração para povoar o vazio demográfico existente, então, no Espírito Santo, e para suprir a necessidade de mão de obra nos grandes latifúndios. Àquela altura, diante das pressões externas pelo fim do regime escravagista e do crescente desenvolvimento da cafeicultura, a alternativa adotada pelo Brasil foi o incentivo à imigração de camponeses, sobretudo europeus (FRANCESCHETTO, 2014, p. 54). A partir desse momento, novos núcleos coloniais e novas formas de parcelamento da terra rural se desenvolvem para acomodar os pequenos agricultores das famílias imigrantes. É o caso da Colônia de Rio Novo, que incluiu terras que se estendiam do rio Itapemirim até os afluentes do rio Benevente (FRANCESCHETTO, 2008, p. 59). Para Benevente, entretanto, é somente a partir do último quartel do oitocentos que os maiores impactos da imigração europeia se apresentam. A partir de 1875, um grande contingente de imigrantes italianos chega à região sul do Espírito Santo, desencadeando, então, a ocupação de áreas do interior, na região montanhosa à oeste, distantes da costa e do núcleo urbano assentado entre o mar e a foz do rio Benevente. Grande parte das terras da região integrava a Colônia de Rio Novo e possuía topografia acidentada, com acentuados declives, bem como densa cobertura vegetal. Sabe-se, inclusive, que essas características dificultaram o assentamento dos colonos europeus.

Arquitetura, gastronomia, organização social, festas e tradições, são inúmeras as

contribuições desses imigrantes, muitas das quais continuam vivas e sendo celebradas até os dias atuais. Não se pode esquecer, no entanto, que para a população imigrante ser assentada, os índios, novamente, foram espoliados de suas terras.

O alvorecer do século XX marca o início da fase de **modernização**. Visando a superação do passado colonial e do atraso econômico, com o avanço das técnicas, obras de infraestrutura desafiam a topografia do território e transformam, principalmente, as dinâmicas das conexões e dos deslocamentos. A construção de estradas de ferro e de rodagem, bem como implantação serviços como o fornecimento de energia elétrica marcam a chegada do progresso. As mudanças na rede de transporte e comunicação transformam o papel de Anchieta na dinâmica regional. Com a construção primeiro da estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e depois da BR 101, os principais fluxos de mercadorias e pessoas são deslocados da sede municipal que fica, de certa maneira, isolada. Esse momento é acompanhado, ainda, de transformações no assentamento urbano. São observadas mudanças tanto no estilo arquitetônico empregado nos edifícios quanto no traçado urbano, com a criação, por exemplo, da Praça D. Helvécio. Tais transformações, predominantemente pontuais, ainda não são suficientes para alterar significativamente a imagem colonial da ocupação. A grande maioria das estruturas derivadas do período de modernização continuam presentes no território.

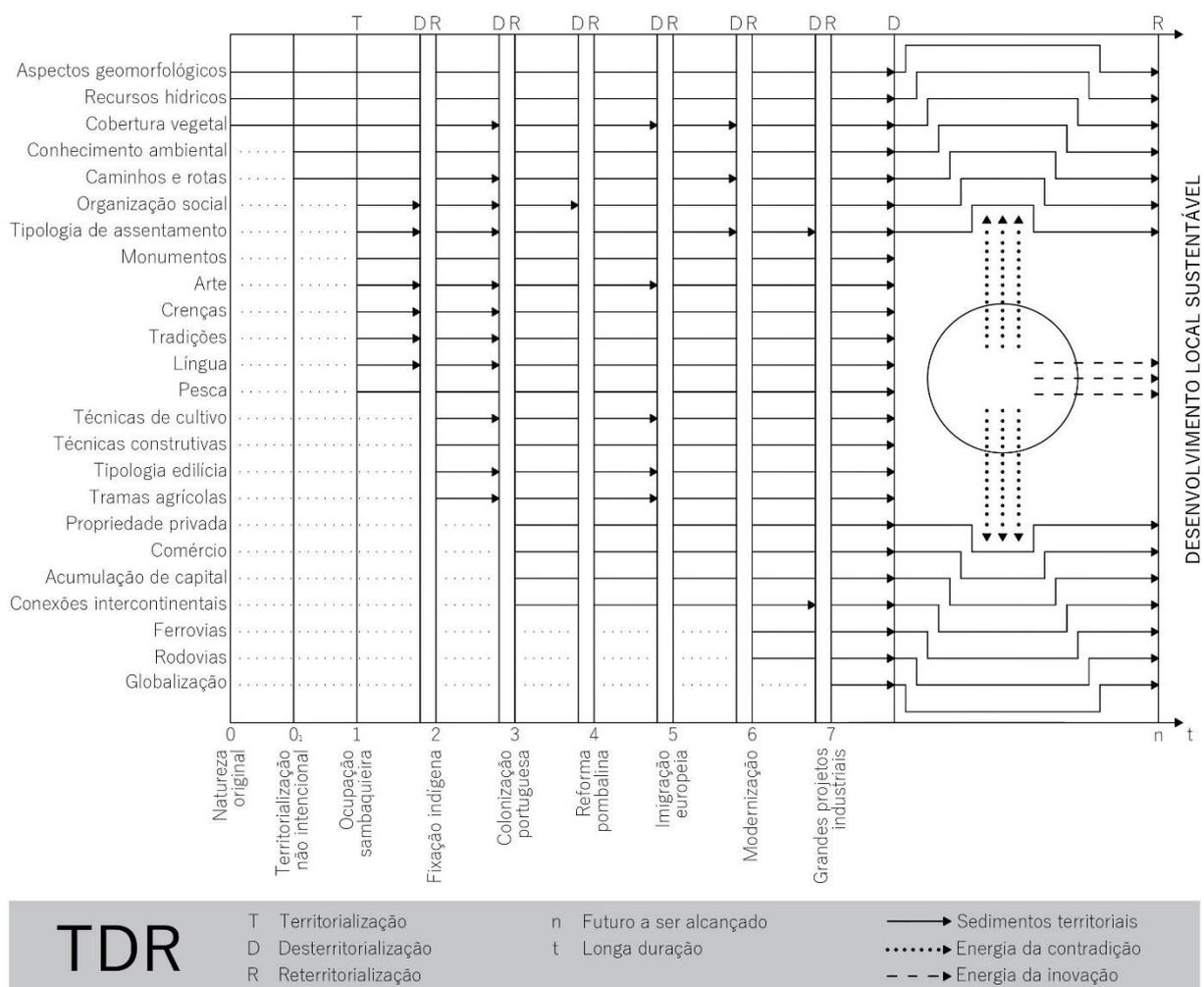
A implantação de **grandes projetos industriais** caracteriza o último ciclo de territorialização de Anchieta. Após uma profunda crise econômica, alimentada por ciclos de superprodução de café na década de 1960, busca-se, no plano da política nacional, a transição de uma economia agroexportadora para uma economia industrial. Assim, no último quartel do século XX, o projeto de desenvolvimento nacional pautado na industrialização desencadeia transformações socioespaciais que continuam a se desenrolar até o presente. A implantação de grandes plantas industriais no território, iniciada pela instalação do complexo siderúrgico da Samarco, em 1977, reestrutura a base econômica municipal, que passa a depender do setor secundário. Do ponto de vista do desenvolvimento estratégico do Espírito Santo, Anchieta passou a ser local privilegiado para a instalação de outros projetos de grande escala, relacionados, sobretudo à cadeia produtiva minero-siderúrgica, aliando, para isso, interesses públicos e privados do grande capital (ESPÍRITO SANTO, 2006).

Atualmente, grandes áreas industriais apresentam-se como descontinuidades na articulação territorial municipal. Por meio de obras de terra (cortes e aterros), o território é moldado conforme os interesses e necessidades das plantas industriais. Sujeitos às dinâmicas globais, implantados próximos a áreas ambientalmente sensíveis e antropologicamente importantes, esses empreendimentos ao passo que geram benefícios financeiros à nível municipal, relacionados à arrecadação de impostos, causam grandes impactos ambientais, urbanos e socioeconômicos. Ademais, apesar dos empregos gerados pelo setor industrial, a maior parte

dos habitantes de Anchieta ainda desenvolve atividades econômicas relacionadas à agropecuária e à pesca, o que demonstra um importante nível de desarticulação entre o projeto de desenvolvimento em curso e a estrutura territorial precedente.

As sete fases de territorialização descritas acima são retratadas no diagrama da Figura 63, seguindo o modelo proposto por Magnaghi (2011b). O esquema articula, essencialmente, os principais sedimentos materiais e cognitivos depositados sobre o território como resultado das diferentes fases de territorialização, demarcadas pelas linhas verticais e destacadas na parte inferior. O diagrama mostra que entre as diferentes fases de territorialização não há, necessariamente, uma ruptura total com a organização territorial precedente. Enquanto algumas estruturas sedimentadas sobre o território são substituídas outras se mantêm. Fica claro que para projetar um novo ciclo de territorialização voltado para desenvolvimento sustentável é necessário ativar energias da contradição e da inovação que provoquem a ruptura das estruturas insustentáveis do modelo de desenvolvimento atual. Enfim, o Quadro 2, exibido na sequência, traz a síntese das características da periodização proposta.

Figura 63: Diagrama do processo de territorialização de Anchieta.



Fonte: Autora, 2021 [baseado em Magnaghi (2011b)].

Quadro 2: Ciclos históricos de análise da produção do território em Anchieta.

Ciclos identificados	Características
Ocupação sambaqueira (6.000 AP - ?)	Ocupação do litoral por grupos caçadores, coletores e pescadores, conhecidos como sambaqueiros. A principal estrutura territorial resultante da interação desses homens com o meio são os sambaquis, formações monticulares compostas pelo acúmulo progressivo de restos faunísticos de origem calcária. Os assentamentos eram implantados, geralmente, em zonas de transição ecossistêmica devido à ampla biodiversidade e oferta de diversas fontes de alimentação. A subsistência era baseada nos recursos aquáticos, sobretudo na coleta de moluscos e na pesca. Organização espacial baseada em funções: habitar, cozinhar, enterrar os mortos etc.
Fixação indígena (? – aprox. 1570)	Migração do interior para a costa de grupos de ceramistas e horticultores. Segundo pesquisas arqueológicas, aqueles que se fixaram na região eram possivelmente vinculados à família linguística tupi-guarani. População predominantemente sedentária, organizada em um assentamento com múltiplas famílias de indivíduos da mesma etnia, cuja organização topológica e tipológica seguia padrões controlados pelo modo de vida coletivo. Divisão do trabalho por sexo. Desenvolvimento da caça, da pesca e da agricultura. Praticantes da poligamia, no nudismo e do canibalismo. A guerra e a captura de inimigos também eram aspectos culturais importantes da sociedade tupi, dessas duas atividades, de encargos dos homens, dependiam a obtenção de prestígio e a conquista de novas mulheres para garantir a continuidade do grupo.
Colonização portuguesa (aprox. 1570 -1759)	Período de intenso deslocamento e extremo declínio dos povos indígenas. Vários foram os fatores responsáveis pela crise dessas populações: a escravização, as guerras, os saltos e a introdução de doenças contagiosas exógenas. Aproveitamento da estrutura, dos conhecimentos e das técnicas do grupo anterior (indígenas) para implantação de aldeamentos com o objetivo de civilizar e catequizar os nativos. Dominação cultural por meio, sobretudo da imposição da fé. Exploração do trabalho da população autóctone. Incorpora elementos da cultura dominada como forma de difusão da nova doutrina.
Reforma pombalina (1759 - 1875)	Adoção de medidas destinadas à “integração” dos índios. Extinção da escravização dos povos indígenas e incentivo à miscigenação por meio de casamentos interétnicos. Instituição de equiparação legal entre índios e brancos. Concentração do poder na Coroa Portuguesa e subordinação da Igreja ao Estado. Expulsão e confisco dos bens da Companhia de Jesus. Diversificação das populações dos antigos aldeamentos.
Imigração europeia (1875-1895)	Período marcado por um grande fluxo migratório entre o Brasil e a Europa. Os imigrantes italianos chegam à Anchieta a partir 1875 para povoar o vazio demográfico do interior e também trabalhar nas lavouras de café. Foram alocados em terras devolutas indígenas, localizadas fora dos limites do assentamento urbano, na área montanhosa à oeste. Em 1895, o governo Italiano proibiu a vinda de colonos para a província em função das queixas de descaso com os imigrantes. A chegada desse grande contingente de pessoas muda os regimes de trabalho e produção agrícola (familiar), bem como impacta as dinâmicas culturais do município.
Modernização (1895-1970)	Realização de grandes obras de infraestrutura de transporte e comunicação que transformam o papel de Anchieta no cenário regional. Estabelece-se como marco inicial a construção da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo. O porto de Benevente perde importância e o comércio entra em decadência. A construção da BR 101 reforça o isolamento da sede do município. Paralelamente, obras de melhorias urbanas são realizadas. O padrão construtivo se altera e reformas de “embelezamento” são realizadas. A cidade começa lentamente a perder suas feições coloniais.
Grandes projetos industriais (1970 - presente)	Instalação de grandes plantas industriais. Ruptura com a escala anterior. Aumento do consumo dos recursos naturais, sobretudo os hídricos. Degradação ambiental. Expulsão de comunidades tradicionais de suas terras. Crescimento populacional e urbano. Descaracterização da imagem urbano-arquitetônica da sede municipal. Periferização. Aumento das desigualdades sociais. Aumento do PIB. Concentração de renda. Dependência da economia municipal do setor secundário. Desarticulação entre o projeto de desenvolvimento em curso e a estrutura territorial precedente.

Fonte: Autora, 2021.

4.2 Estudo da morfotipologia territorial de Anchieta

Nesta seção, apresenta-se as informações referentes às configurações espaciais do território anchietense. A estruturação proposta segue a metodologia de Poli (2017). Primeiro, busca-se identificar os agrupamentos de características que configuram os morfotipos ambiental, urbano, rural e de assentamento do território ora em estudo. Depois, analisa-se a articulação das características ambientais e culturais dessas quatro categorias que constituem, então, as figuras territoriais que manifestam a identidade única e peculiar de Anchieta.

4.2.1 Morfotipologia ambiental

O estudo da morfotipologia ambiental de Anchieta compreende a investigação das relações espaciais entre componentes do território como as estruturas do relevo, a rede hidrográfica e a vegetação. Para tanto, além do aporte teórico bibliográfico apropriado, utilizou-se dados obtidos em bases de acesso aberto para produzir representações cartográficas que suportem a análise. Essas informações foram editadas e organizadas por meio do *software* livre QGIS.

De maneira geral, a identificação do relevo demanda mapeamento, interpretação sistemática e ordenamento dos fatos geomorfológicos em uma taxonomia hierarquizada. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009, p. 27) organiza os fatos geomorfológicos em cinco categorias: Domínios Morfoestruturais⁵⁴, Regiões Geomorfológicas⁵⁵, Unidades Geomorfológicas⁵⁶, Modelados⁵⁷ e Formas de Relevo Simbolizadas⁵⁸. A classificação taxonômica é uma importante ferramenta no estudo das formas da superfície terrestre, pois permite que diferentes objetos e diferentes escalas geográficas sejam abordados da maneira mais adequada aos fins da pesquisa ambiental. Assim, a partir de uma análise preliminar do Mapeamento Geomorfológico do Estado do Espírito Santo, levantamento desenvolvido pelo Instituto Jones do Santos Neves em 2012, e dos geodados disponíveis nas bases de acesso aberto, avaliou-se que o nível taxonômico mais apropriado para examinar o recorte territorial desta pesquisa do ponto de vista morfotipológico é o das Unidades Geomorfológicas.

⁵⁴ Os Domínios Morfoestruturais configuram o táxon mais abrangente de classificação do relevo. Compreendem amplos conjuntos de formas, muitas vezes com feições diferentes, agrupadas de acordo com suas características geológicas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009, p. 28).

⁵⁵ Segundo nível taxonômico, as Regiões Geomorfológicas representam grupos de relevos com características genéticas comuns e feições semelhantes. São considerados, ainda, a localização geográfica e distribuição espacial das estruturas do relevo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009, p. 29).

⁵⁶ As Unidades geomorfológicas abarcam formações que compartilham, além da geomorfogênese, semelhanças altimétricas e fisionômicas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009, p. 29).

⁵⁷ Os Modelados, quarto nível taxonômico da classificação adotada pelo IBGE, são agrupamentos de formas de relevo que apresentam definição geométrica similar e recorrência dos materiais correlativos superficiais (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009, p. 31).

⁵⁸ As Formas de Relevo Simbolizadas incluem “feições que, por sua dimensão, só podem ser representadas por símbolos lineares ou pontuais” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009, p. 31).

Isto posto, o mapa da Figura 64 ilustra as Unidades Geomorfológicas que constituem o território de Anchieta com base nas definições do Mapeamento Geomorfológico do Estado do Espírito Santo (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012). Em sua elaboração foram utilizados arquivos *shapefile* dos bancos de dados do IJSN (limites municipais e mapeamento geomorfológico) e do Geobases (cursos d'água). Primeiro, ordenaram-se as camadas para que todas as informações comunicadas possam ser lidas integralmente. Depois, categorizaram-se os atributos por unidades geomorfológicas (UnidadeN_R). A partir do mapa constata-se que o território de Anchieta é constituído, principalmente, por quatro unidades: os *Tabuleiros Costeiros*, os *Patamares Escalonados do Sul Capixaba*, os *Maçãos do Caparaó* e as *Planícies Costeiras, Estuários e Praias*.

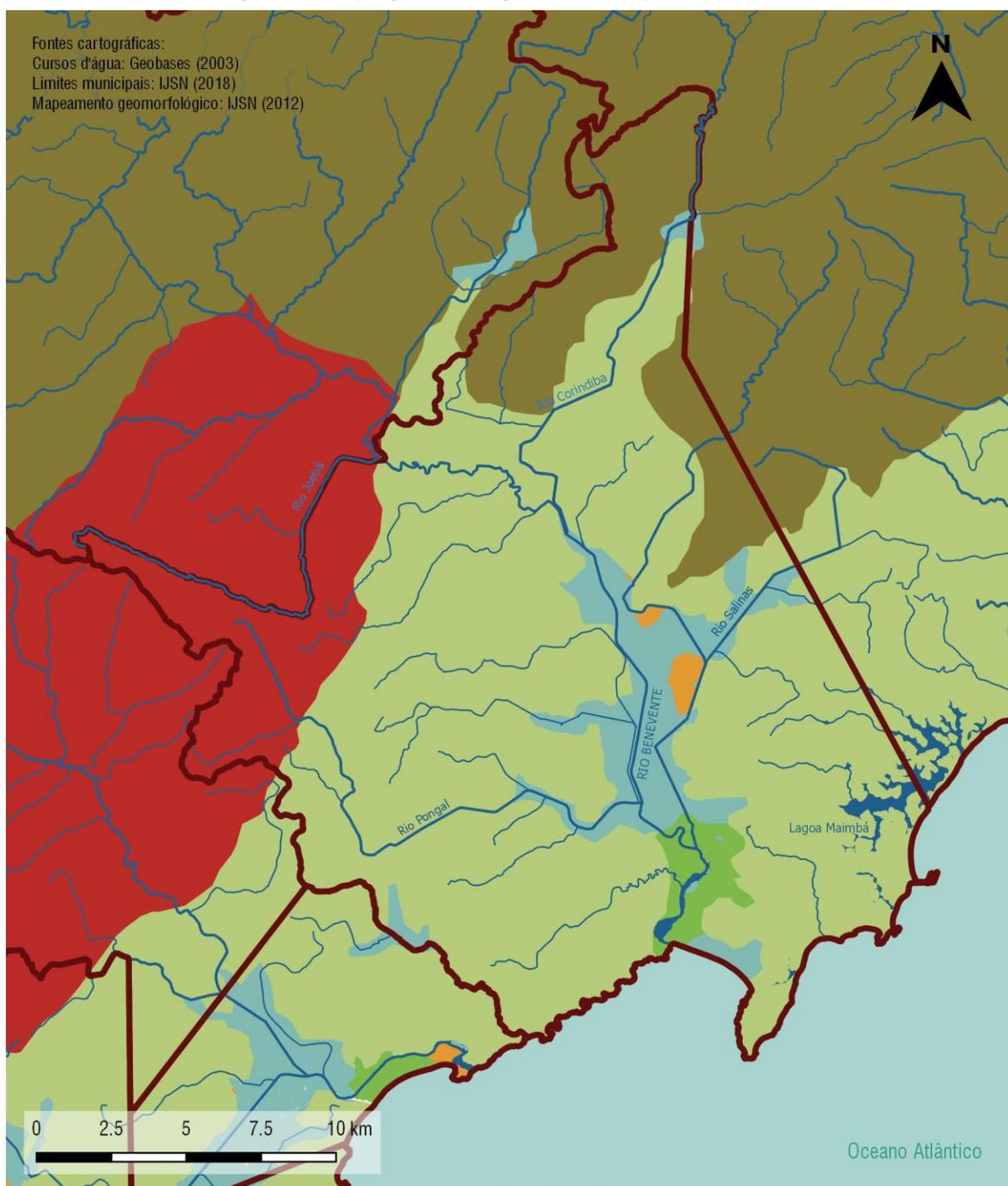
Os *Tabuleiros Costeiros* estendem-se pela maior parte do território anchietense. Apresentam sedimentos cenozoicos da Formação Barreiras compostos, predominantemente, por areias e argilas com a presença eventual de linhas de pedra (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012, p. 9). Esses sedimentos terrígenos foram depositados sobre a plataforma continental em um momento do tempo geológico no qual o nível do mar estava abaixo do atual (ALBINO *et al*, 2001, p. 64). Processos morfodinâmicos, como a posterior elevação do nível do mar e a ação das ondas sobre esses depósitos sedimentares, resultaram na formação das falésias e dos terraços de abrasão (ALBINO *et al*, 2001, p. 64).

Na porção norte do município, verifica-se a presença dos *Patamares Escalonados do Sul Capixaba*, estruturas resultantes dos movimentos ascendentes e descendentes da crosta terrestre característicos da epirogênese (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012, p. 10). Essa unidade geomorfológica distingue-se das demais formações por apresentar “níveis de dissecação escalonados formando patamares, delimitados por frentes escarpadas adaptadas a falhas voltadas para noroeste e com caimento topográfico para sudeste” (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012, p. 10).

A oeste do território destacam-se os *Maçãos do Caparaó*, estruturas caracterizadas por um modelado fragmentado com altitudes médias em torno de 600 m (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012, p. 10). No lado oposto, junto à foz do rio Benevente, localizam-se as *Planícies Costeiras, Estuários e Praias*. Essas formações distribuem-se por faixas litorâneas, cuja fisionomia, altamente variável de acordo com as modificações climáticas, resulta das ações do vento, das correntes marítimas e dos aportes fluviais (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012, p. 9).

Além das unidades descritas acima, destaca-se, ainda, a presença de uma significativa área de *acumulação fluvial* ao longo do rio Benevente. Esse modelado de acumulação, que corresponde à várzea do rio, apresenta superfície plana e sujeita a inundações periódicas (INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, 2012, p. 11).

Figura 64: Mapa geomorfológico do município de Anchieta.



Mapa geomorfológico do município de Anchieta (ES)

 Limite municipal	 Acumulação Fluvial	 Patamares Escalonados do Sul Capixaba
 Curso d'água	 Maciços do Caparaó	 Tabuleiros Costeiros
 Corpo d'água	 Colinas e Maciços Costeiros	 Planícies Costeiras, Estuários e Praias

Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 - UTM 24S | Elaborado por: Beatriz Mourão Barcelos

Patri_Lab

Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

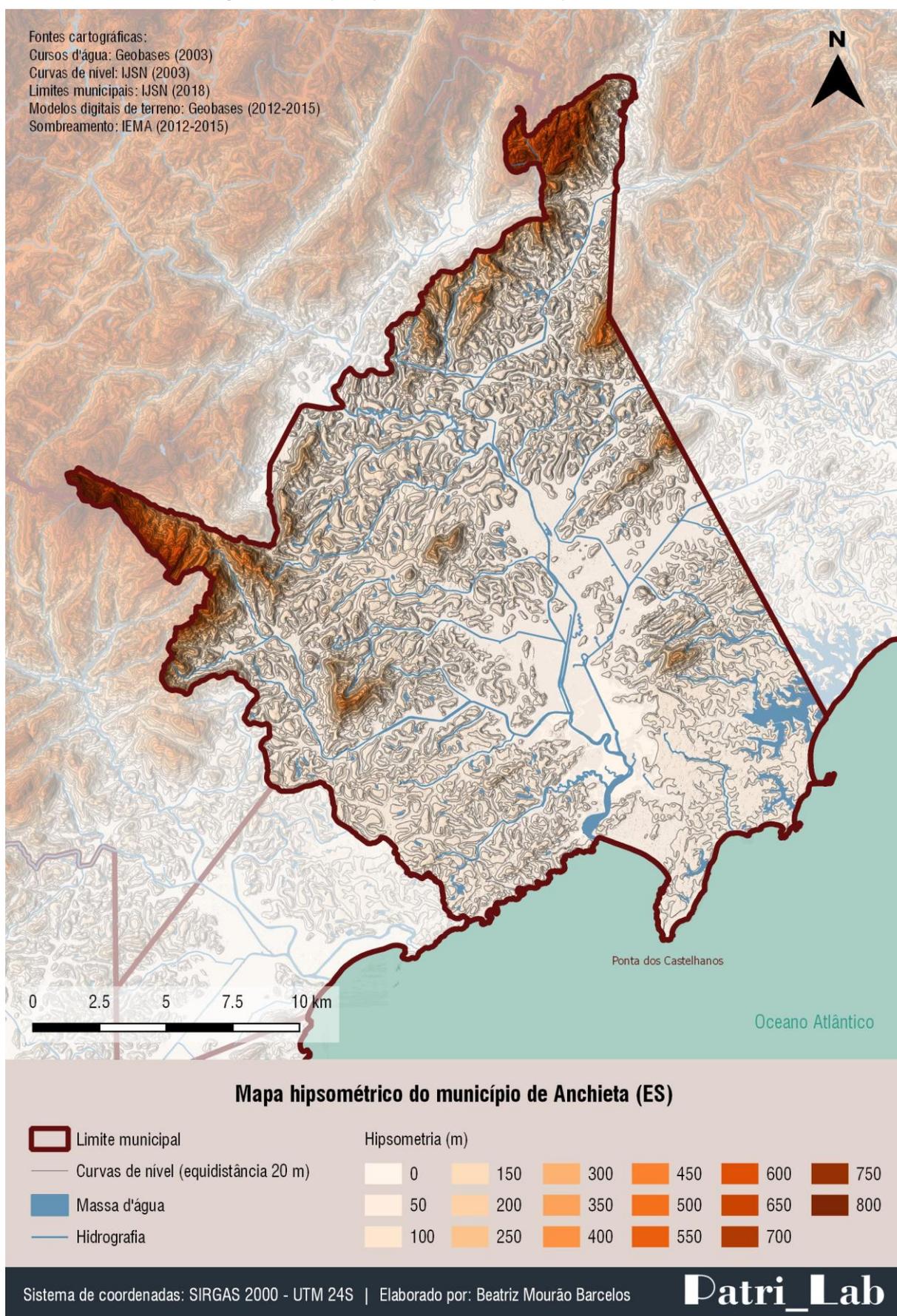
Ainda no âmbito do estudo do relevo, avalia-se a configuração altimétrica do território. O mapa hipsométrico do município de Anchieta (Figura 65) exhibe a representação das altitudes do terreno por meio de curvas de nível e de uma gradação cromática. Os arquivos *shapfile* e *raster* empregados para executar essa representação foram obtidos nos bancos de dados do Geobases (cursos d'água e modelos digitais de terreno), do IJSN (limites municipais e curvas de nível) e do IEMA (sombreamento). Para obtenção da imagem, renderizou-se a banda do modelo digital de terreno, atribuindo-lhe uma falsa-cor baseada em uma escala de matiz laranja. Em seguida, as informações de altura contidas no arquivo *raster* são classificadas de forma que as cotas mais baixas são traduzidas por cores mais claras e as cotas mais altas por cores mais escuras. O gradiente é apresentado em intervalos de 50 m. Multiplicou-se, ainda, a camada de altimetria com a camada de sombreamento para que a profundidade obtida auxilie em sua compreensão. Por fim, inseriram-se as curvas de nível, linhas que ligam pontos de igual altitude, organizando-as em intervalos de 20 m. Para facilitar a leitura, representa-se, também, os elementos constituintes da rede hídrica do terreno.

Depreende-se do mapa que as áreas de maior elevação se localizam no interior do município, na região noroeste, junto à divisa com as cidades de Guarapari, Alfredo Chaves e Iconha. Nesta porção do território registram-se altitudes de até 800 m. Na região central há poucas áreas de elevação significativa e três morros se destacam isolados. Dentre eles, o mais famoso é aquele situado mais a leste, o Monte Urubu, com 332 m de altitude (ANCHIETA, 2017). Junto ao rio Benevente, destaca-se uma significativa área com pouca elevação, que pode ser diretamente relacionada com sua várzea.

No litoral anchietense predominam as cotas mais baixas, mas há diferenças topográficas significativas. No trecho mais ao norte, entre a divisa com Guarapari e a Ponta dos Castelhanos, verifica-se a ocorrência de significativas massas d'água situadas em depressões do terreno. Já no trecho entre a Ponta dos Castelhanos e a foz do rio Benevente há uma extensa área plana. Em contrapartida, entre o rio Benevente e a divisa com Piúma predomina um terreno mais ondulado associado à um trecho de linha de costa mais recortada.

A rede hidrográfica se relaciona intrinsecamente com as características físicas do relevo e contribui, com efeito, para a definição dos Domínios Morfoestruturais, das Regiões e das Unidades Geomorfológicas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009, p. 94). Integram essa rede o conjunto de canais fluviais conectados que, de acordo com as superfícies vertentes, configuram as bacias hidrográficas (SILVA *et al*, 2012). As bacias hidrográficas compreendem toda a área de captação natural da precipitação, constituindo o sistema através do qual a água drenada por um curso de água principal e seus afluentes é transportada, junto com os sedimentos, e conflui para um único ponto de saída, um oceano ou lago interior (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009, p. 92).

Figura 65: Mapa hipsométrico do município de Anchieta.



Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

A despeito da precisão teórica do conceito, praticamente, determinar as áreas de contribuição da hidrografia é uma tarefa complexa. Existem vários métodos propostos e utilizados. No entanto, com a evolução da política nacional de recursos hídricos, tornou-se necessário estabelecer uma base hidrográfica unificada para dar suporte à gestão. Assim, a Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico (ANA) publica, em 2006, a Base Hidrográfica Ottocodificada, cujo desenvolvimento metodológico passa pelo tratamento topológico da rede hidrográfica, pela sistematização dos nomes dos rios, pela determinação das áreas de contribuição das bacias por equidistância e sua codificação pelo método de Otto Pfafstetter (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO, 2012, p. 7). A partir de então, as unidades de drenagem codificadas pelo método de Otto passaram a ser conhecidas como ottobacias (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO, 2012, p. 7).

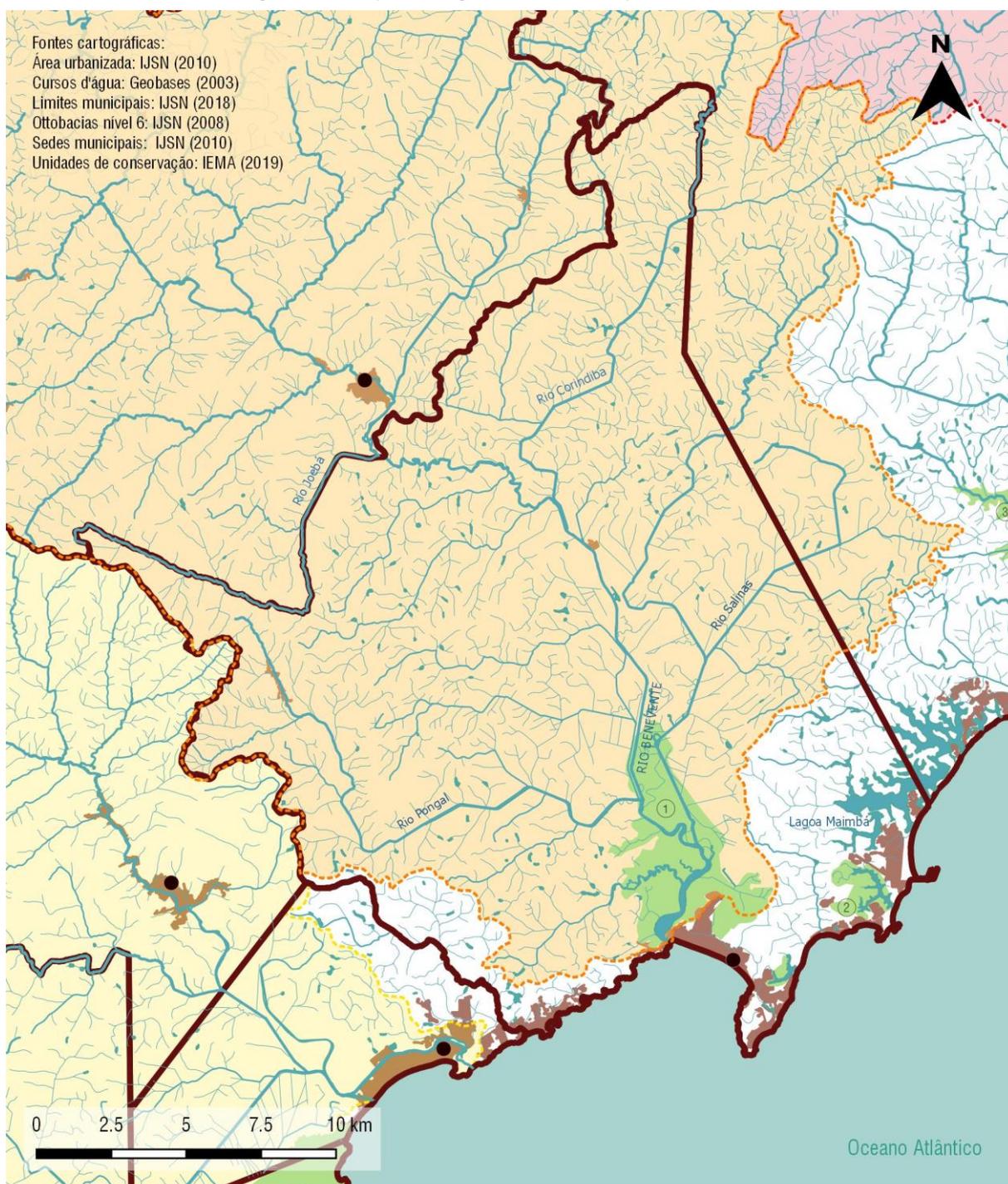
Com essas noções em vista, elabora-se o mapa hidrográfico de Anchieta (Figura 66), o qual evidencia os cursos d'água, as ottobacias e as unidades de conservação ambiental inseridas no recorte territorial estudado. Em sua produção foram utilizados *shapefiles* obtidos nos bancos de dados do Geobases (cursos d'água), do IJSN (limites municipais, sedes municipais, área urbanizada e ottobacias) e do IEMA (unidades de conservação). A camada referente às ottobacias foi classificada de acordo com a codificação de nível 5 (nomeOttoN5). A ordenação das camadas foi realizada para que todos os dados possam ser visualizados. Para esse fim, empregou-se, também, transparência nos polígonos equivalentes às ottobacias, cada um deles assinalado por um tom diferente.

Nota-se que a quase a totalidade do território do município está inserido na bacia hidrográfica do rio Benevente, principal curso d'água da região. Segundo a Agência Estadual de Recursos Hídricos (2015), a bacia hidrográfica do rio Benevente drena uma área de aproximadamente 1.260 km², situada entre os municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha, Piúma e Marechal Floriano. O rio Benevente nasce no município de Alfredo Chaves, na Serra do Castelo, e desagua no oceano Atlântico, na cidade de Anchieta. Alguns de seus principais afluentes no território de Anchieta são os rios Pongal, Salinas, Corindiba e Joeba.

Dentre os corpos d'água de pouco fluxo, destaca-se a Lagoa Maimbá. Localizada na divisa entre os municípios de Anchieta e Guarapari, a lagoa é a segunda maior do estado do Espírito Santo. Entre a lagoa e a praia de Maimbá existem falésias.

O mapeamento permite compreender como a hidrografia tem papel determinante para a demarcação do território de Anchieta ao ressaltar, por exemplo, a existência de coincidências entre trechos dos rios Joeba e Corindiba, bem como da delimitação da ottobacia do rio Benevente com os limites do município. Destaca-se, ainda, a intrínseca relação entre as áreas de proteção institucionalizadas com a hidrografia.

Figura 66: Mapa hidrográfico do município de Anchieta.



Mapa hidrográfico do município de Anchieta (ES)

Limite municipal	Ottobacia rio Benevente	Curso d'água	Unidade de conservação ambiental
Área urbanizada	Ottobacia rio Iconha	Massa d'água	1 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Papagaio
Sede municipal	Ottobacia rio Jacarandá		2 - Área de Proteção Ambiental Tartarugas
			3 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Concha D'Ostra

Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 - UTM 24S | Elaborado por: Beatriz Mourão Barcelos

Patri_Lab

Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

Quanto à vegetação, apenas a análise das características naturais do território não é suficiente para compreendê-lo enquanto objeto de estudo do presente, pois sabe-se que a cobertura da terra foi profundamente alterada ao longo dos sucessivos ciclos de territorialização. O estado do Espírito Santo está totalmente inserido no bioma Mata Atlântica. Inicialmente, a maior parte desse território, o qual inclui Anchieta, era coberta por florestas. Como demonstrou-se no estudo histórico-estrutural, na segunda metade do século XIX, com o advento da fase de imigração europeia, a territorialização de base agrícola promoveu a derrubada de grande parte dessas florestas, as quais foram substituídas, sobretudo, por plantações de café. A partir de então, outras transformações de ordem socioeconômica foram progressivamente modificando a cobertura vegetal, que cada vez menos conserva as configurações naturais dos primeiros ciclos de civilização.

O território de Anchieta apresenta variedade de ecossistemas (Figura 67). De acordo com o mapeamento fitogeográfico elaborado pelo Projeto RADAMBRASIL a partir da avaliação da vegetação remanescente primária, existem em Anchieta dois domínios fitoecológicos: *Floresta Ombrófila Densa* e *Formações Pioneiras* (BRASIL, 1983). A *Floresta ombrófila Densa* é um tipo de vegetação adaptado às áreas úmidas, ou seja, com índices termo-pluviométricos mais elevados e com curtos períodos de seca ao longo do ano, composto, predominantemente, por árvores perenifólias (GARBIN *et al*, 2017, p. 1887). Ocorre tanto nos tabuleiros costeiros, como em áreas mais elevadas do interior (GARBIN *et al*, 2017, p. 1887). Por sua vez, as *Formações Pioneiras* se desenvolvem sobre áreas com solos instáveis devido às constantes deposições sedimentares de origem fluvial e marinha (BRASIL, 1983). Nas áreas de influência marinha, ao longo dos cordões arenosos e dunas litorâneas, observa-se a vegetação de restinga; nas áreas de influência fluvial, situadas nas planícies aluviais periodicamente ou permanentemente inundadas, ocorre vegetação herbácea-graminóide; já nas áreas de influência fluvio-marinhas, correspondentes às desembocaduras de cursos de água no mar, ocorrem os mangues (GARBIN *et al*, 2017, p. 1891).

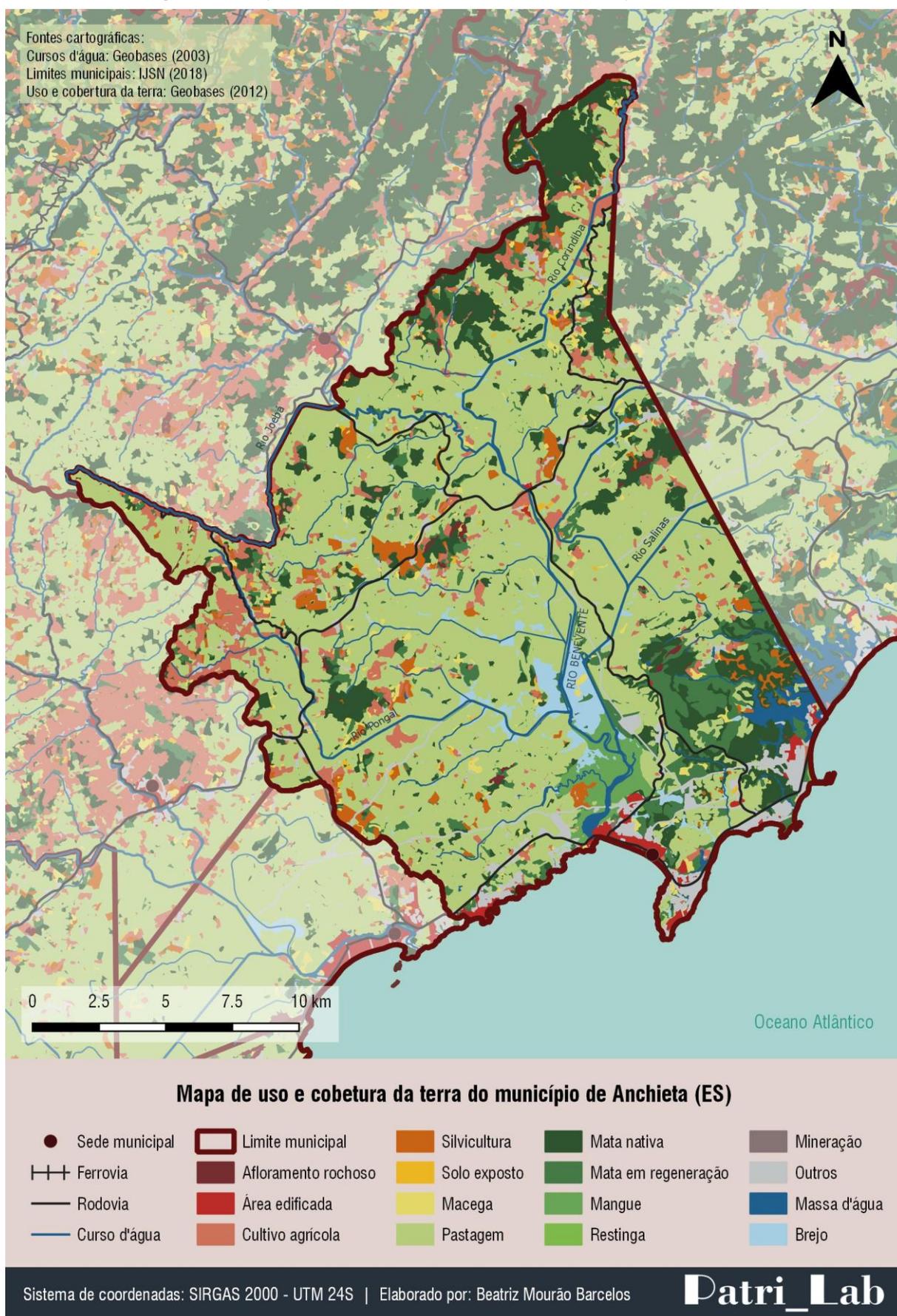
O mapa de uso e cobertura da terra de Anchieta (Figura 67) aponta a ocorrência no território de múltiplas categorias de cobertura do solo e tipos de vegetação, natural ou cultivada. Para sua elaboração empregaram-se os *shapefiles* de uso e cobertura da terra (IJSN), de limites municipais (IJSN) e de cursos d'água (Geobases). Assim como em mapas anteriores, ordenaram-se e as camadas representadas para permitir a compreensão de todos os dados. Do resultado obtido, lê-se a predominância de áreas destinadas às pastagens, indicando um território fortemente antropizado, ainda que não significativamente urbanizado. Há predomínio de remanescentes de vegetação do tipo mata nativa ou em processo de sucessão ecológica nas áreas mais elevadas, associadas também aos afloramentos rochosos, e no entorno da Lagoa Maimbá. Destaca-se, ainda, a presença do manguezal na foz do rio Benevente.

Figura 67: Diferentes tipos de vegetação encontrados em Anchieta. (a) floresta na Área de Especiais Interesse Ambiental do Monte Urubu; (b) área de floresta à margem da lagoa de Ubu, na Área de Proteção Ambiental Tartarugas; (c) área de floresta à margem da lagoa de Guanabara; (d) vegetação em área de transição ecossistêmica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Papagaio, ao fundo aparecem as ruínas do rio Salinas; (d) vegetação em área de transição ecossistêmica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Papagaio, trecho mais próximo ao mangue; (e) e (d) manguezal na foz do rio Benevente.



Fonte: (a), (b), (c), (d), (e) Acervo pessoal, 2020; (f) e (g) Acervo de Homero Pentead, 2015.

Figura 68: Mapa de uso e cobertura da terra do município de Anchieta.



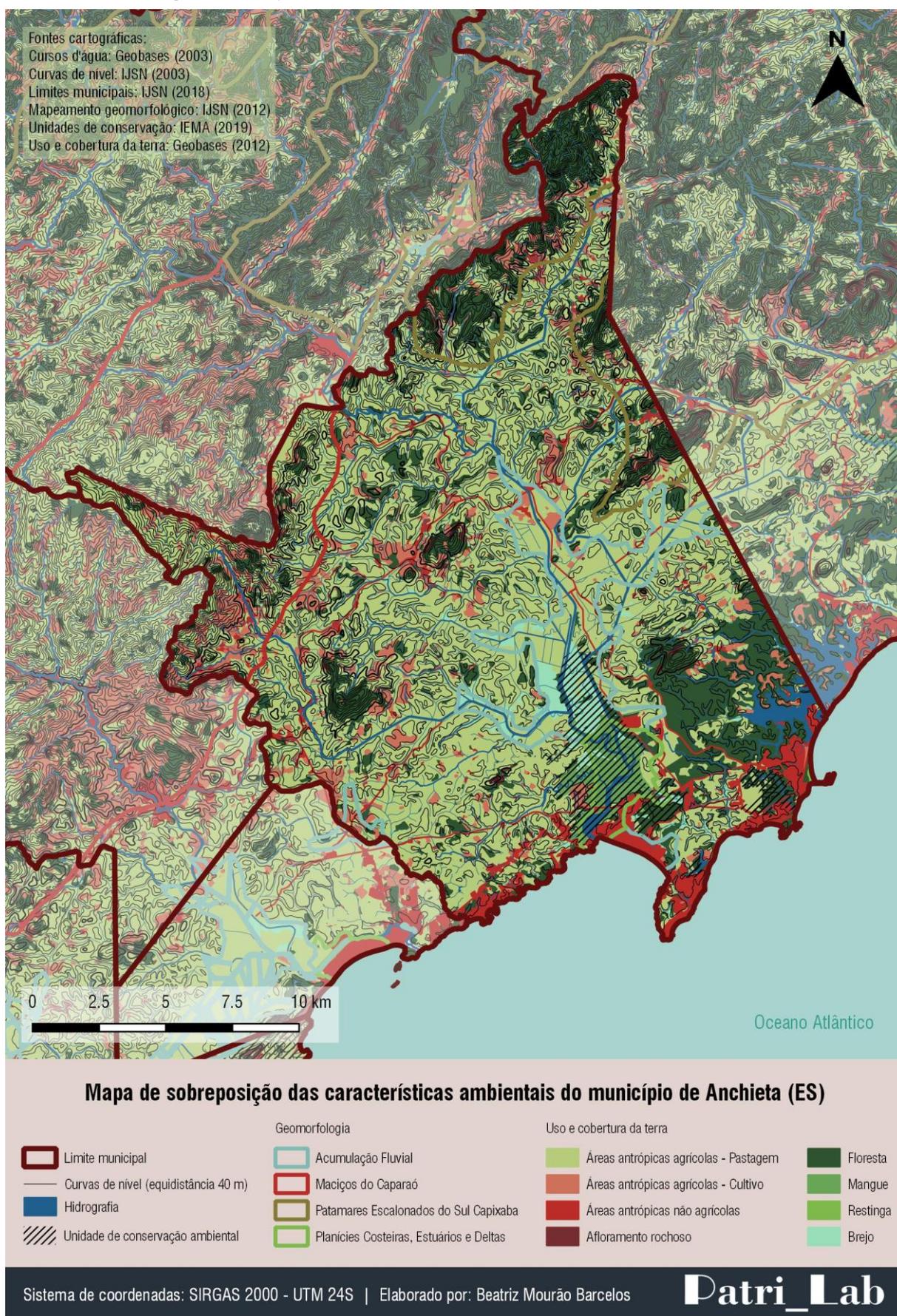
Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

Por fim, em um exercício analítico, elaborou-se um mapa-síntese das características ambientais de Anchieta (Figura 69). Para tanto, realizou-se a sobreposição dos mapas de unidades geomorfológicas (Figura 64), hipsometria (Figura 65), hidrografia (Figura 66) e uso e cobertura da terra (Figura 68). Em prol da clareza de transmissão do conhecimento territorial gerado, os dados relativos ao uso e cobertura da terra foram reagrupados em categorias mais amplas segundo o *Manual Técnico de Uso da Terra* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Assim, as novas categorias são: *áreas antrópicas não agrícolas* (inclui áreas urbanizadas, industriais e de extração mineral), *área antrópicas agrícolas de cultivo* (inclui cultivos temporários, permanentes e silvicultura) e *áreas antrópicas agrícolas de pastagem* (inclui pastos plantados e macegas). Devido a diversidade de ecossistemas, optou-se por manter as subclassificações das áreas de vegetação natural: *floresta*, *mangue*, *restinga*. Quanto à camada pertinente à geomorfologia, substituiu-se a representação dos polígonos preenchidos por polígonos vazados, mantendo-se as cores. Tendo em vista a predominância dos *Tabuleiros Costeiros*, optou-se por ressaltar os limites das demais unidades geomorfológicas.

A partir disso, observa-se coincidências, contrastes e conflitos entre os elementos representados para identificar, então, as características que definem um tipo. De maneira geral, o território apresenta um morfotipo ambiental marcadamente heterogêneo e fragmentado, com alto nível de antropização. Possui uma rica rede hidrográfica em contraste a uma ausência de vegetação significativa nos corredores ripários, áreas constituídas por feições relativamente planas e de fácil exploração. Atualmente, a vegetação original se encontra reduzida a alguns agrupamentos florestais fragmentados de natureza primária (mata nativa) ou secundária (mata em regeneração), os quais se concentram ao redor dos afloramentos rochosos, em regiões mais elevadas com cotas superiores à 100 m, sobretudo nos *Patamares Escalonados do Sul Capixaba*, e junto à Lagoa Maimbá.

Com base nessas constatações é possível compreender quais aspectos do ambiente físico orientam a produção do território, isto é, aqueles que foram e são motores da territorialização humana, ou que lhe impõem limites. Além do mais, em uma perspectiva analítica, essa representação salienta os componentes geográficos e biológicos que permaneceram, preservando características que permitem reconhecer esse território no decurso do tempo. Como resultado dessa leitura, são considerados elementos identitários que compõem o patrimônio ambiental de Anchieta: o sistema hidrográfico, as áreas de proteção às águas, as coberturas vegetais nativas e as características geomorfológicas. Esses desempenham papel estruturante na configuração territorial e contribuem para a definição da identidade biorregional do território. Frente a uma pujante antropização, esses elementos representam, na visão dos territorialistas, resistência e potência para produção de riqueza territorial durável.

Figura 69: Mapa síntese das características ambientais de Anchieta.



Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

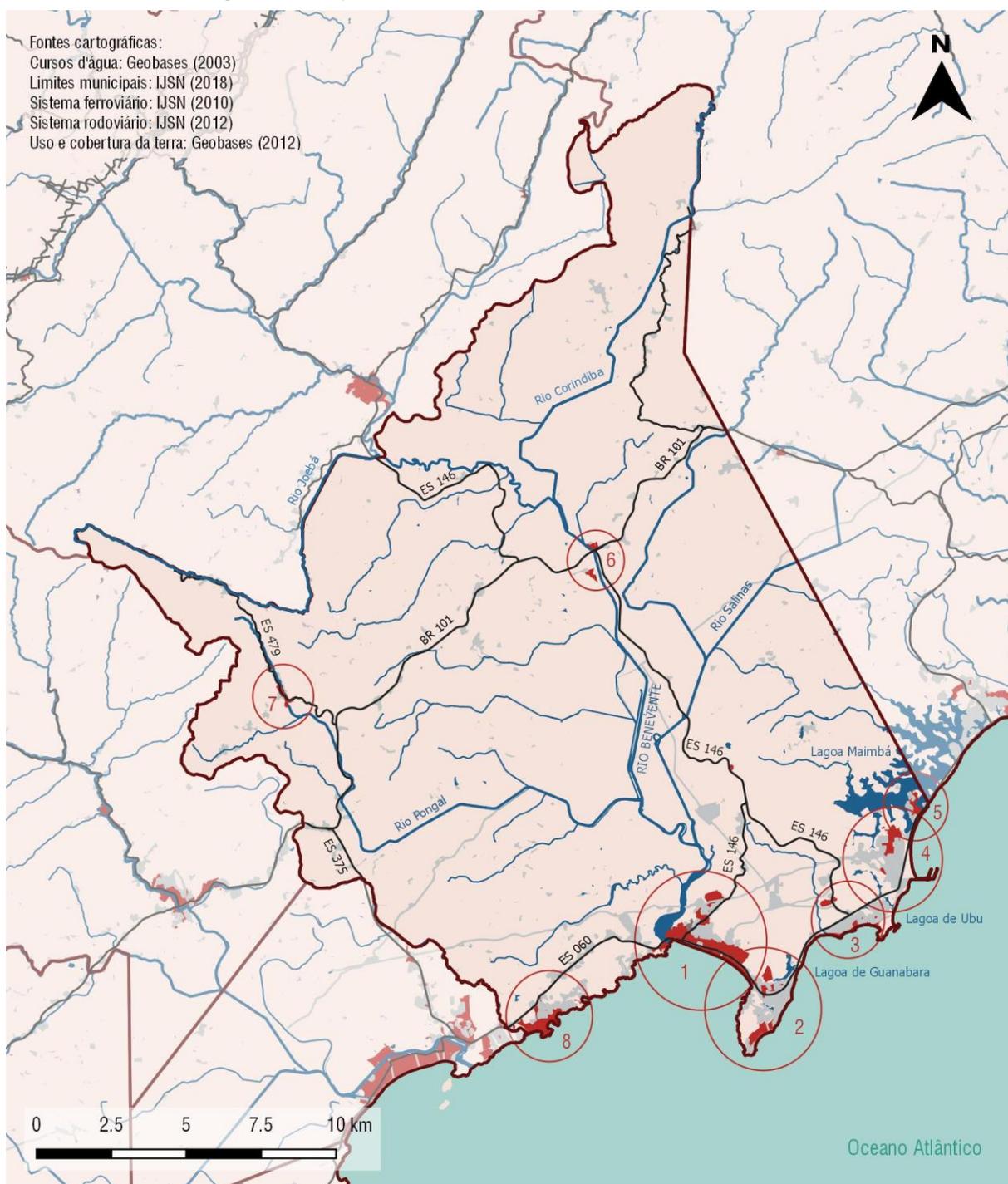
4.2.2 Morfotipologia de assentamento

Estudar a morfotipologia de assentamento pressupõe examinar as características espaciais das áreas antrópicas e sua articulação territorial. Faz parte deste processo a avaliação de fatores como a implantação dos núcleos de povoamento, a influência das condicionantes naturais (hidrogeomorfologia) sobre as decisões locacionais e as infraestruturas de transporte e comunicação. Nesta pesquisa, são considerados núcleos de povoamento as estruturas territoriais que concentram área edificada e não vegetada e reúnem uma população.

No desenvolvimento desta análise foram utilizadas ferramentas de geoprocessamento. Primeiro, foram mapeadas as áreas antrópicas edificadas presentes no território de Anchieta. Para tanto, utilizou-se como base o *shapefile* de uso e cobertura da terra do IJSN. Após categoriza-lo de acordo com as classes, selecionaram-se aquelas que constituem às áreas antrópicas não agrícolas: as áreas edificadas, as áreas de extração mineral e outras. Posteriormente, delimitou-se as ocorrências mais significativas de agrupamentos de áreas edificadas e outras áreas urbanizadas, as quais foram numeradas em ordem crescente, seguindo o sentido anti-horário a partir da foz do rio Benevente. As áreas demarcadas foram identificadas de acordo com a localidade ou com nome pelo qual são comumente conhecidas. Por fim, foram adicionados os geodados referentes à hidrografia (Geobases) e à rede rodoviária (IJSN). Como resultado desse processo obteve-se o mapa da Figura 70, onde destacam-se os seguintes núcleos povoados: i) *Anchieta Sede*; ii) *Ponta dos Castelhanos*; iii) *Parati e Ubu*; iv) *Samarco*; v) *Mãe-Bá*, vi) *Jabaquara*; vii) *Alto Pongal*; e viii) *Iriri*.

A partir dessas informações é possível realizar uma leitura das características que, na escala municipal, definem o morfotipo de assentamento de Anchieta. De maneira geral, o território apresenta um baixo grau de urbanização. Observa-se que os núcleos de povoamento são descontínuos e irregularmente distribuídos. A maior parte deles, seis dentre oito, se localiza no litoral, fato que de certa forma reflete o processo de territorialização de Anchieta, o qual por muito tempo teve seu maior condicionante associado à dependência dos diferentes grupos sociais em relação aos ambientes costeiros. Além do litoral, os corpos de água corrente ou estagnada são os principais estruturantes da ocupação, afinal, a disponibilidade hídrica é um fator fundamental para o sucesso do assentamento humano. Depreende-se da análise histórico-estrutural que o sistema de conexões entre os núcleos se desenvolveu paralelamente à ocupação do território, mas não a condicionou. Atualmente, as estradas configuram a principal via de transporte e comunicação os assentamentos. No litoral, todos os núcleos são conectados pela ES 060, popularmente conhecida como Rodovia do Sol. A ES 146 faz a ligação do litoral com o núcleo de Jabaquara, na região central do município. Jabaquara é cortada também pela BR 101, que atravessa Anchieta na direção nordeste-sudoeste e se conecta com a ES 479, que dá acesso a Alto Pongal, na altura do km 366 sul.

Figura 70: Mapa das estruturas de assentamento de Anchieta.



Mapa de áreas urbanizadas do município de Anchieta (ES)

Limite municipal	Área edificada	1 - Anchieta Sede	5 - Mãe-Bá
Rodovia	Mineração	2 - Ponta de Castelhanos	6 - Jabaquara
Ferrovia	Outros	3 - Parati e Ubu	7 - Alto Pongal
Curso d'água	Massa d'água	4 - Samarco	8 - Irii

Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 - UTM 24S | Elaborado por: Beatriz Mourão Barcelos

Patri_Lab

Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

4.2.3 Morfotipologia urbana

A morfotipologia urbana trata do estudo das formas e dos aspectos estruturais das áreas antrópicas não agrícolas subclassificadas, de acordo com o Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (2013), como áreas urbanizadas. As áreas urbanizadas compreendem frações territoriais contínuas ou descontínuas “de uso intensivo, estruturadas por edificações e sistema viário, onde predominam as superfícies artificiais não agrícolas” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013, p. 49). Em sua investigação são avaliados os componentes da estrutura urbana, tais como os edifícios, as vias e os espaços livres, e seus aspectos relacionais formais. Além das configurações espaciais, são considerados, também, os processos estruturantes que subjazem à forma, as escalas e a organização das funções urbanas.

Em primeiro lugar, foram definidas as tipologias de áreas urbanizadas a serem empregadas neste trabalho a partir da leitura e interpretação do *Manual Técnico de Uso da Terra* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Ao todo, estabeleceram-se cinco tipos urbanos distintos, são eles:

- **Cidade:** núcleo populacional onde está sediada a prefeitura, às vezes homônimo ao município, altamente organizado, com múltiplas funções urbanas, dinâmicas complexas e concentração de atividades e serviços;
- **Vila:** núcleo populacional hierarquicamente inferior, frequentemente associado a uma sede distrital, apresenta menor diversidade de funções urbanas e hospeda atividades e serviços que abrangem uma área de influência reduzida;
- **Comunidade**⁵⁹: núcleo populacional sem função urbana político-administrativa e com baixa concentração de atividades e serviços;
- **Balneário:** núcleo populacional sem função urbana político-administrativa, cuja gênese ou expansão vincula-se ao adensamento habitacional voltado para o turismo;
- **Complexo industrial:** arranjo que concentra indústrias com processos de certa forma vinculados ou interdependentes e espacialmente articulados.

Depois, para o desenvolvimento das análises morfológicas, que serão associadas aos tipos urbanos indicados acima, realizou-se a comparação de imagens aéreas de diferentes períodos do processo de territorialização. Para tanto, foram utilizadas aerofotografias de 1951, 1970, 1978, 2018 e 2021. As imagens de 1951 foram executadas ao longo da década de 1950 pela empresa Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul, elas integram um conjunto

⁵⁹ A categoria “outras áreas urbanizadas”, apresentada originalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013, p. 54), foi subdividida para atender os propósitos desta pesquisa, dando origem as classes “comunidade” e “balneário”.

fotográfico que inclui vários municípios do Espírito Santo e encontram-se disponíveis na biblioteca *online*⁶⁰ do Instituto Jones dos Santos Neves. Por sua vez, as fotografias de 1970 fazem parte do levantamento aerofotográfico realizado em todo o Espírito Santo na década de 1970 pelo então Instituto Brasileiro do Café (IBC), por meio de seu Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), e estão disponíveis digitalmente no banco de dados do Geobases⁶¹. As fotos de 1978 são da empresa Esteio e também fazem parte do acervo do Instituto Jones dos Santos Neves, podendo ser encontradas em sua biblioteca *online*. Por fim, as imagens de 2018 e 2021 foram obtidas a partir de capturas de satélite do Google Earth.

A análise da morfotipologia de assentamento apontou os principais núcleos populacionais de Anchieta. Uma vez que todos constituem áreas urbanizadas, serão eles os objetos a serem estudados quanto a morfotipologia urbana.

A primeira área urbanizada a se desenvolver no território de Anchieta corresponde, hoje, à sua sede municipal (Figura 71). Pesquisas arqueológicas comprovam que a ocupação do morro próximo à foz do rio Benevente remonta, no mínimo, à territorialização indígena no período pré-colonial (NAJJAR, 2011, p. 72). No entanto, foi a territorialização desenvolvida a partir da implantação do aldeamento jesuítico que deixou as marcas mais visíveis sobre essa estrutura urbana, orientando o seu desenvolvimento e permanecendo, ao longo dos sucessivos ciclos de territorialização, como materialização da memória. Como fica evidente na fotografia de 1951 (a), o complexo jesuítico irradiou a ocupação que, até meados do século XX, se limitava ao Centro e ao Porto de Cima. Pouco da configuração dessa área mais antiga se alterou com o passar do tempo. Ainda na fotografia de 1951 (a) é possível observar o final da construção da ponte Cônego de Barros, bem como o início da expansão do assentamento em direção ao sudeste, com o loteamento em um modelado de acumulação ao longo da praia Central. Na fotografia de 2021 (b), a relação entre cheios e vazios sugere que, de fato, a área mais próxima à praia foi ocupada primeiro. Uma nova fase de expansão urbana ocorre em direção ao norte, e substitui áreas anteriormente rurais pertencentes à Fazenda São Martinho. Notadamente, essa expansão flanqueia áreas de mangue, o que aumenta as pressões antrópicas sobre o ecossistema. Um cenário tendencial indica o espraiamento da ocupação para o norte. Na margem direita do rio observa-se a consolidação de uma pequena área edificada junto à praia do Quitiba. É possível notar, ainda, o surgimento de novos loteamentos na direção noroeste, os quais sugerem um outro vetor de expansão urbana também nas franjas do mangue. Por se tratar de um núcleo populacional altamente organizado, com múltiplas funções urbanas e que sedia a administração municipal, *Anchieta Sede* pode ser classificada quanto ao tipo urbano como **cidade**.

⁶⁰ <http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/>.

⁶¹ <https://geobases.es.gov.br/imagens-es-ibc-gerca-1970>.

Figura 71: Fotografias aéreas da foz do rio Benevente em 1951(a) e em 2021 (b).



Fonte: (a) IJSN; (b) Google Earth.

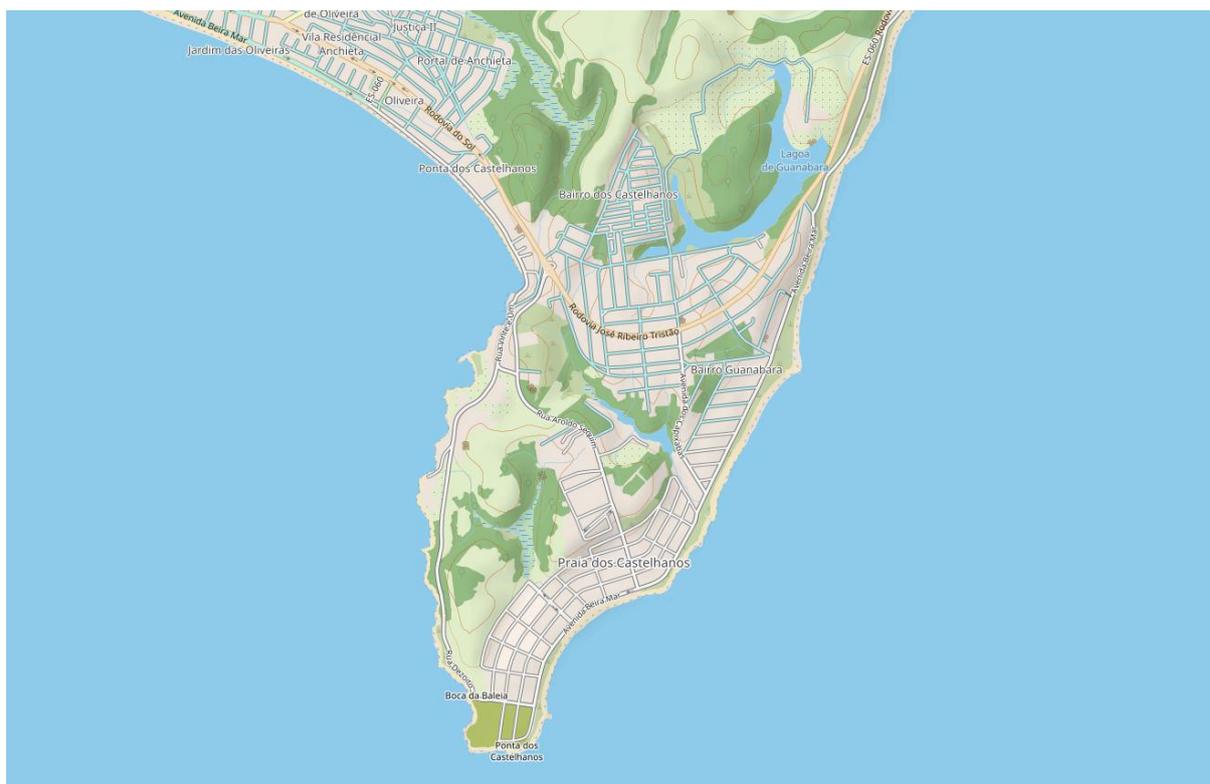
A urbanização da Ponta dos Castelhanos (Figura 73) ocorreu somente na segunda metade do século XX, quando Anchieta experimentou um período de melhorias infraestruturais e de crescimento do turismo, fatores que impulsionaram o desenvolvimento das áreas urbanizadas. A ocupação possui, portanto, características de **balneário**. A imagem da década de 1970 (a) mostra o loteamento ainda desocupado do lado leste do pontão, voltado para o mar aberto. É possível perceber também o início do parcelamento da seção sul. Comparando as fotografias de 1970 (a) e 2021 (b) fica evidente que em cinquenta anos expandiram-se tanto a área loteada, quanto a sua ocupação, o que acarretou em uma redução significativa das áreas de restinga e de mata nativa, sobretudo ao redor da lagoa de Guanabara, aumentando as pressões antrópicas sobre os ecossistemas naturais. O traçado urbano foi adaptado aos corpos de água presentes na região, como a lagoa de Guanabara. O resultado é uma malha reticulada irregular onde enquanto algumas quadras foram projetadas a 45° em relação à linha da praia, outras foram dispostas paralelamente a ela (Figura 74). Quanto às edificações, aquelas de uso residencial unifamiliar e com até dois pavimentos são maioria. No entanto, destaca-se o início de um evidente processo de verticalização em Castelhanos, principalmente na faixa mais próxima ao litoral. Ali é possível encontrar vários edifícios multifamiliares com até seis pavimentos.

Figura 73: Fotografias aéreas da Ponta de Castelhanos em 1970 (a) e em 2021 (b).



Fonte: (a) Geobases; (b) Google Earth.

Figura 74: Morfologia urbana da Ponta dos Castelhanos.



Fonte: OpenStreetMap, 2021.

Parati e Ubu são duas tradicionais comunidades pescadoras localizadas no litoral anchietense (Figura 75). A povoação de Ubu já aparece representada em 1878 no mapa de demarcação das terras da Colônia de Rio Novo onde é identificada pelo topônimo Povoação do Bú (Figura 23). A foto aérea de 1970 (a) revela duas pequenas ocupações lineares ao longo das praias de Ubu e Parati. Nesta imagem vê-se, também, o início da expansão urbana, com o parcelamento de uma área na Ponta de Ubu significativamente maior do que as ocupações constituídas até então. É importante observar, ainda, que o novo traçado avança até a margem da lagoa de Ubu, ocupando em uma área ambientalmente sensível e suprimindo a cobertura vegetal que, segundo a legislação atual, deve ser preservada. Esse processo de expansão se relaciona intrinsecamente com o crescimento do turismo, o que converteu essas comunidades em **balneários** e transformou suas dinâmicas sociais e seus arranjos espaciais.

Na foto de 2021 (b) observa-se que a área urbanizada se expandiu para além da linha da costa, ocupando toda a extensão compreendida entre o córrego Parati, a lagoa de Ubu e a rodovia ES 060, conhecida como Rodovia do Sol. Aliás, a construção da ES 060 impactou profundamente a lagoa de Ubu. Antes constituída por um único corpo de água, após a implantação da via a lagoa foi dividida em três partes distintas, modificando sua hidrodinâmica. Para além desses limites, verifica-se a existência de um condomínio fechado de casas de alto padrão ao sul do córrego Parati, bem como de um loteamento isolado à noroeste, do outro lado da ES 060, o qual estabelece um possível vetor de crescimento urbano nesta direção.

Figura 75: Fotografias aéreas de Parati e Ubu em 1970(a) e em 2021 (b).



Fonte: (a) Geobases; (b) Google Earth.

Morfologicamente, ocorre nesses balneários a associação de dois tipos de traçado, o linear aberto, em Parati e junto à praia de Ubu, e o reticulado, na área de expansão urbana de Ubu (Figura 76). O traçado linear define quadras extremamente irregulares, enquanto na área de malha reticulada a interseção ortogonal entre as vias configura quadras retangulares longitudinais, ainda parcialmente ocupadas. Tanto em Parati quanto em Ubu predominam edificações de uso residencial unifamiliar de até dois pavimentos.

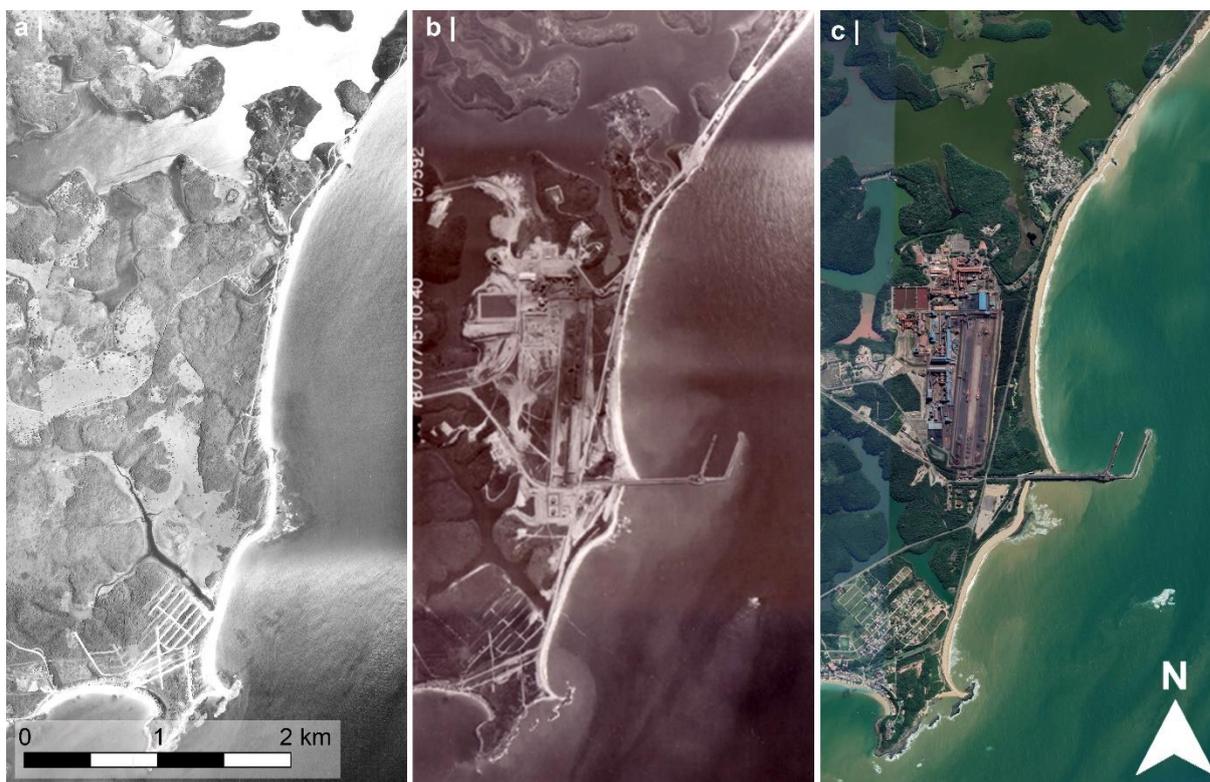
Figura 76: Morfologia urbana de Parati e Ubu.



Fonte: OpenStreetMap, 2021.

A Samarco é uma empresa de capital fechado de mineração e beneficiamento de minério de ferro que iniciou suas operações em 1977. A área urbanizada relativa à Samarco compreende um **complexo industrial** siderúrgico, do qual fazem parte os minerodutos que transportam o minério de ferro de Minas Gerais, onde é extraído, até Anchieta, as usinas de concentração, as usinas de pelotização e o terminal marítimo de Ubu, por meio do qual o produto beneficiado é exportado (CEPEMAR, 2009). Como discutido na análise histórico-estrutural, a implantação da Samarco em Anchieta marca o início de uma série de transformações socioeconômicas e ambientais sem precedentes no município. Ocupando uma vasta área altamente irrigada entre as margens das lagoas de Ubu e Maimbá, o empreendimento transforma a paisagem e rompe com a escala urbana de então. As imagens aéreas apresentadas na Figura 77 demonstram que a instalação do complexo siderúrgico demandou uma ampla supressão de vegetação, bem como o represamento de um dos braços da lagoa Maimbá, utilizada tanto para captação de água quanto como unidade receptora dos efluentes industriais tratados (CEPEMAR, 2009).

Figura 77: Fotografias aéreas da área da Samarco em 1970(a), antes da implantação do complexo industrial, em 1978 (b), após sua implantação, e em 2021 (c).



Fonte: (a) Geobases; (b) IJSN; (c) Google Earth.

Faz-se notar, ainda, as alterações morfo-sedimentares do litoral devido à ocupação urbana observáveis na Figura 77. A construção do porto de Ubu transforma a dinâmica da deposição sedimentar, modificando a morfologia da planta da praia de Maimbá (ALBINO *et al*, 2018). Enquanto na parte norte da praia a incidência das ondas provoca retrogradação e erosão das falésias, nas proximidades do porto observa-se uma acentuada progradação, pois a estrutura construída constitui um obstáculo para os sedimentos que acabam por ali se acumular (ALBINO *et al*, 2018, p. 462). O processo erosivo das falésias ocasionalmente provoca danos à Rodovia do Sol e demanda a realização de obras de contenção.

O desenvolvimento do núcleo de povoamento de Mãe-Bá (Figura 78) pode ser hipoteticamente vinculado à implantação da Samarco. Na fotografia de 1970 (a) é possível observar a existência de alguns caminhos, os quais indicam certa antropização, mas nenhuma ocupação significativa. Hoje, a pequena península está quase que completamente ocupada, excetuando-se as áreas mais baixas sujeitas a variação do nível de água da lagoa. Por se tratar de um núcleo populacional sem função político-administrativa e com baixa concentração de atividades e serviços, essa área urbanizada é classificada como uma **comunidade**. Morfologicamente, a ocupação apresenta traçado linear rizomático (Figura 79). As poucas quadras configuradas são bastante irregulares e densamente ocupadas. Predominam em Mãe-Bá as edificações residenciais unifamiliares com gabarito máximo de dois pavimentos.

Tal qual Ubu, o núcleo de povoamento situado na margem esquerda do rio Benevente e conhecido como Jabaquara (Figura 80) já aparece representado no mapa de demarcação das terras da Colônia de Rio Novo, de 1878 (Figura 22 e Figura 23). Ainda que as informações sobre a constituição do assentamento não sejam precisas, sabe-se que pelo menos desde o século XIX já havia ali uma estrada que conectava Guarapari ao interior montanhoso a às terras coloniais (Figura 22). Por sua localização em relação à estrutura de transportes e comunicação, no seu entorno se desenvolveram atividades industriais como a fabricação de tijolos cerâmicos e a produção de açúcar.

Na Figura 80, a fotografia de 1951 (a) mostra que a antiga estrada, hoje rua Salim Ferres, passava por dentro do pequeno povoado, enquanto a usina de açúcar (hoje em ruínas) aparece um pouco ao sul, junto à margem esquerda do rio. Em meados do século passado o rio Benevente ainda conservava os meandros em sua planície fluvial. É possível ver registrado na fotografia aérea de 1951 (a) o início da retificação do curso de água por meio da construção de um canal, o qual aparece na parte inferior da imagem. Observa-se, também, que alguns trechos das margens do rio ainda eram recobertos por fragmentos de mata ciliar.

Comparando as fotografias de 1951 (a) e 2018 (b), fica clara a expansão da povoação bem como o surgimento de um outro núcleo, mais ao sul, conhecido atualmente como Limeira. Com o tempo, o processo de retificação do rio Benevente provoca a avulsão dos meandros, os quais se tornam abandonados. Além de mudanças hidrológicas, a remodelação do rio nas proximidades dessas áreas urbanizadas transforma a paisagem. Nota-se, também, o desaparecimento das poucas áreas remanescentes de mata ciliar identificadas na imagem de 1951. Atualmente, apenas uma faixa de árvores separa o curso de água das áreas antrópicas ao seu redor. Apesar da expansão urbana registrada, das alterações no leito do rio e na cobertura vegetal, os pequenos núcleos de Jabaquara e Limeira permanecem, assim como na metade do século XX, circundados por áreas antrópicas agrícolas de cultivo e de pastagem. Enquanto sede distrital, Jabaquara reúne atividades e serviços que atendem aos habitantes dessa subdivisão administrativa e, por isso, é classificada como **vila**.

Quanto aos aspectos morfológicos, essa área urbanizada apresenta traçado linear com poucos pontos de articulação com a malha externa (Figura 81). Na maioria das vezes as vias não configuram quadras e quando elas existem são extremamente irregulares. Apesar do traçado linear, o assentamento assume uma forma compacta, delimitada por pequenos morros que balizam a planície fluvial do rio Benevente. Esses limites são, todavia, transponíveis, como indica a implantação de alguns equipamentos coletivos na encosta do morro, como a Capela do Divino Espírito Santo. Além disso, há possibilidade de crescimento para além da BR 101 e até mesmo de conurbação com Limeira, na outra margem do rio. Predominam hoje nesta área edificações residenciais unifamiliares com até dois pavimentos.

Figura 80: Fotografias aéreas da região de Jabaquara em 1951(a) e em 2018 (b).



Fonte: (a) IJSN; (b) Google Earth.

Figura 81: Morfologia urbana da região de Jabaquara.



Fonte: OpenStreetMap, 2021.

Alto Pongal (Figura 82) é uma comunidade cuja gênese está relacionada com o ciclo de imigração europeia do século XIX. Na região oeste do município de Anchieta, onde ocorrem os *Maciços do Caparaó*, os descendentes dos italianos formaram um pequeno núcleo urbano situado no estreito vale do rio Pongal, entre áreas antrópicas agrícolas e de vegetação nativa.

Na Figura 82 é possível observar que, em 1970 (a), a ocupação se resumia a um pequeno aglomerado de edificações ao longo da estrada que conecta a região central do município com seu extremo oeste (ES 479). Em meados do século passado, pouco da vegetação nativa ainda cobria o território, o qual era então dominado pela exploração agropecuária. Após, cinquenta anos, verifica-se, na fotografia aérea de 2021 (b), o crescimento e o adensamento da área edificada, sobretudo na porção sul do núcleo populacional. Paralelamente, os remanescentes florestais diminuíram, cedendo ainda mais espaço às atividades antrópicas agrícolas. Assim como Jabaquara, Alto Pongal recebe a classificação de **vila**, posto que é uma sede distrital e reúne atividades e serviços que atendem a essa subdivisão administrativa.

A ocupação se estrutura ao longo de uma via principal, em um traçado linear rizomático. A articulação das vias não constitui quadras e a área de ocupação é delimitada pelo relevo, configurando um assentamento de forma linear. Quanto às edificações, predominam as habitações unifamiliares com até dois pavimentos.

Figura 82: Fotografias aéreas de Alto Pongal em 1970 (a) e em 2021 (b).



Fonte: (a) Geobases; (b) Google Earth.

Figura 83: Morfologia urbana de Alto Pongal.



Fonte: OpenStreetMap, 2021.

Iriri (Figura 84) é, talvez, o destino turístico mais famoso e popular de Anchieta. O nome da povoação localizada no litoral sul do município, na divisa com Piúma, possui étimo indígena e significa “ostra” (ANCHIETA, 2021b). As origens da povoação remontam a uma comunidade de pescadores, mas, assim como em Parati e Ubu, o desenvolvimento infraestrutural e turístico ocorrido na segunda metade do século XX impulsionou a expansão urbana e transformou as dinâmicas socioambientais desta localidade (ANCHIETA, 2021b). No **balneário**, os afloramentos rochosos delimitam pequenas enseadas que abrigam as praias de Santa Helena, Namorados, Costa Azul e Areia Preta.

A Figura 84 mostra que em 1970 (a) o assentamento se resumia à ocupação da faixa litorânea entre as praias da Areia Preta e da Costa Azul. Desde então houve significativo crescimento e adensamento urbano em Iriri. A área urbanizada atual é limitada a oeste pela lagoa da Conceição, divisa de Anchieta com o município de Piúma, e ao norte pela ES 060. Comparando as imagens aéreas de 1970 (a) e 2021 (b) verifica-se que em parte do território houve recomposição de áreas vegetadas, enquanto a maior perda pode ser observada ao norte na lagoa da Conceição. Junto da Rodovia do Sol é possível identificar uma nova área com solo exposto, o que parece indicar o surgimento de outro loteamento. Além disso, há um possível vetor de expansão para o sentido leste, como prenuncia a ainda rarefeita ocupação do loteamento na praia de Santa Helena, bem como o surgimento de novo loteamento mais ou norte, próximo à praia do Tombo, já fora do balneário.

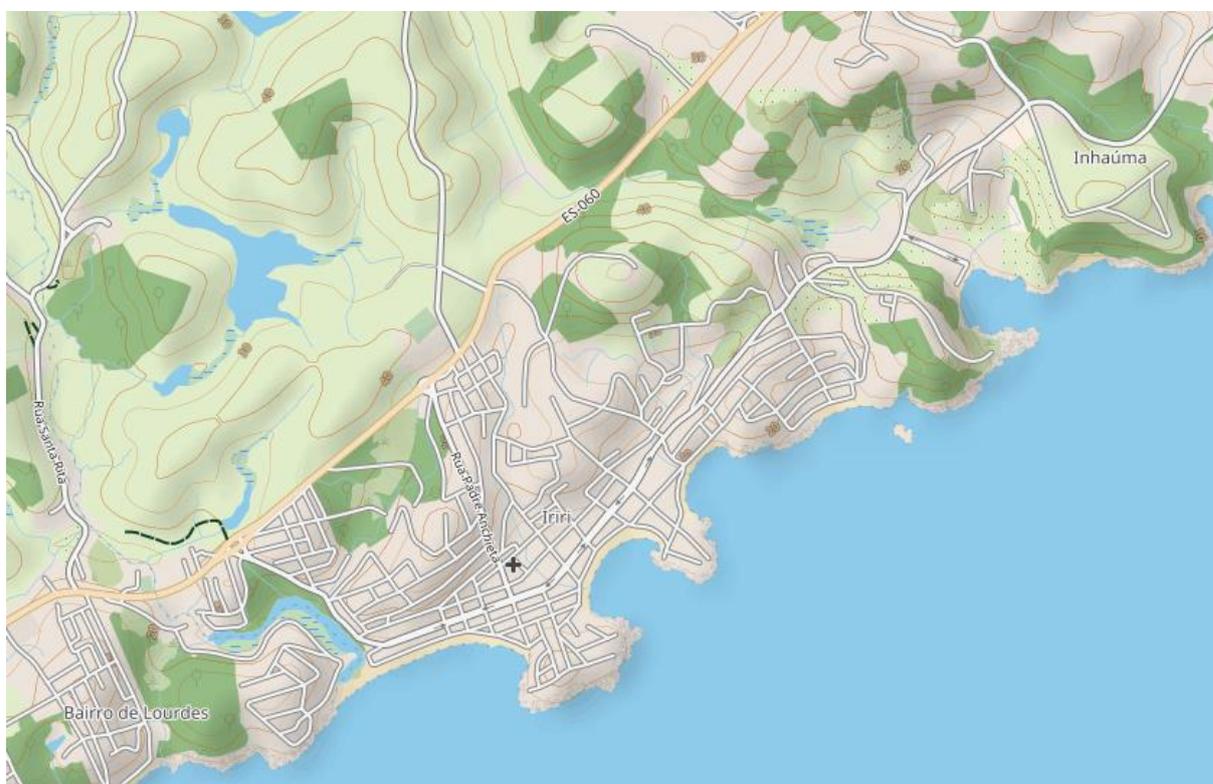
Figura 84: Fotografias aéreas de Iriri em 1970 (a) e em 2021 (b).



Fonte: (a) Geobases; (b) Google Earth.

O traçado urbano de Iriri, evidenciado na Figura 85, tem influência da antiga estrada litorânea que conectava a ocupação à sede municipal. A topografia, os pequenos cursos de água e a lagoa da Conceição também são fatores determinantes da configuração urbana. Na região mais próxima à orla, principalmente entre a estrada e as praias, as vias são projetadas paralelamente à linha da costa e integram uma malha reticulada irregular adaptada às configurações do litoral, com quadras longitudinais e densamente ocupadas. Na parte norte da ocupação, entre a ES 060 e a antiga estrada, o traçado é misto, apresenta trechos em malha reticulada irregular e trechos lineares. No que tange às edificações, são maioria aquelas de uso residencial unifamiliar e com até dois pavimentos.

Figura 85: Morfologia urbana de Iriri.



Fonte: OpenStreetMap, 2021.

Em suma, diferente dos morfotipos ambiental e de assentamento, não é possível estabelecer uma unidade para todos as principais áreas urbanizadas identificadas em Anchieta. Há que se considerar que a morfogênese desses núcleos está vinculada a processos estruturantes bastante heterogêneos, relacionados a diferentes fases de territorialização, resultando em formas urbanas muito distintas. Além disso, a morfologia urbana nas áreas estudadas apresenta diferenças importantes, tanto em relação à escala, quanto em relação à forma. Assim, associando a análise tipológica com a morfológica tem-se que existem seis morfotipos urbanos em Anchieta: i) *cidade* (Anchieta Sede); ii) *balneário* (Parati e Ubu, Ponta dos Castelhanos e Iriri); iii) *comunidade compacta* (Mãe-Bá); iv) *vila compacta* (Jabaquara); v) *vila linear* (Alto Pongal); e vi) *complexo industrial siderúrgico-portuário* (Samarco).

4.2.4 Morfotipologia rural

Para compreender a organização dos morfotipos rurais é preciso analisar as relações estruturais e espaciais entre componentes do território como as formas do relevo, a rede hidrográfica, as tramas agroflorestais e o parcelamento da terra nas áreas antrópicas agrícolas. Com esse propósito, por meio de ferramentas de geoprocessamento, analisaram-se as informações georreferenciadas acerca do uso e da cobertura da terra, provenientes do banco de dados do Instituto Jones dos Santos Neves, e dos imóveis rurais de Anchieta, disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR)⁶².

Um imóvel rural é uma unidade de produção destinada “à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agroindustrial” (BRASIL, 1993). Os imóveis rurais são classificados de acordo com seu tamanho segundo a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (Art. 4, II e III). A classificação leva em conta o módulo fiscal, área mínima para que um imóvel rural seja considerado viável economicamente, e não se baseia apenas na medição do tamanho da propriedade (EMBRAPA, 2021).

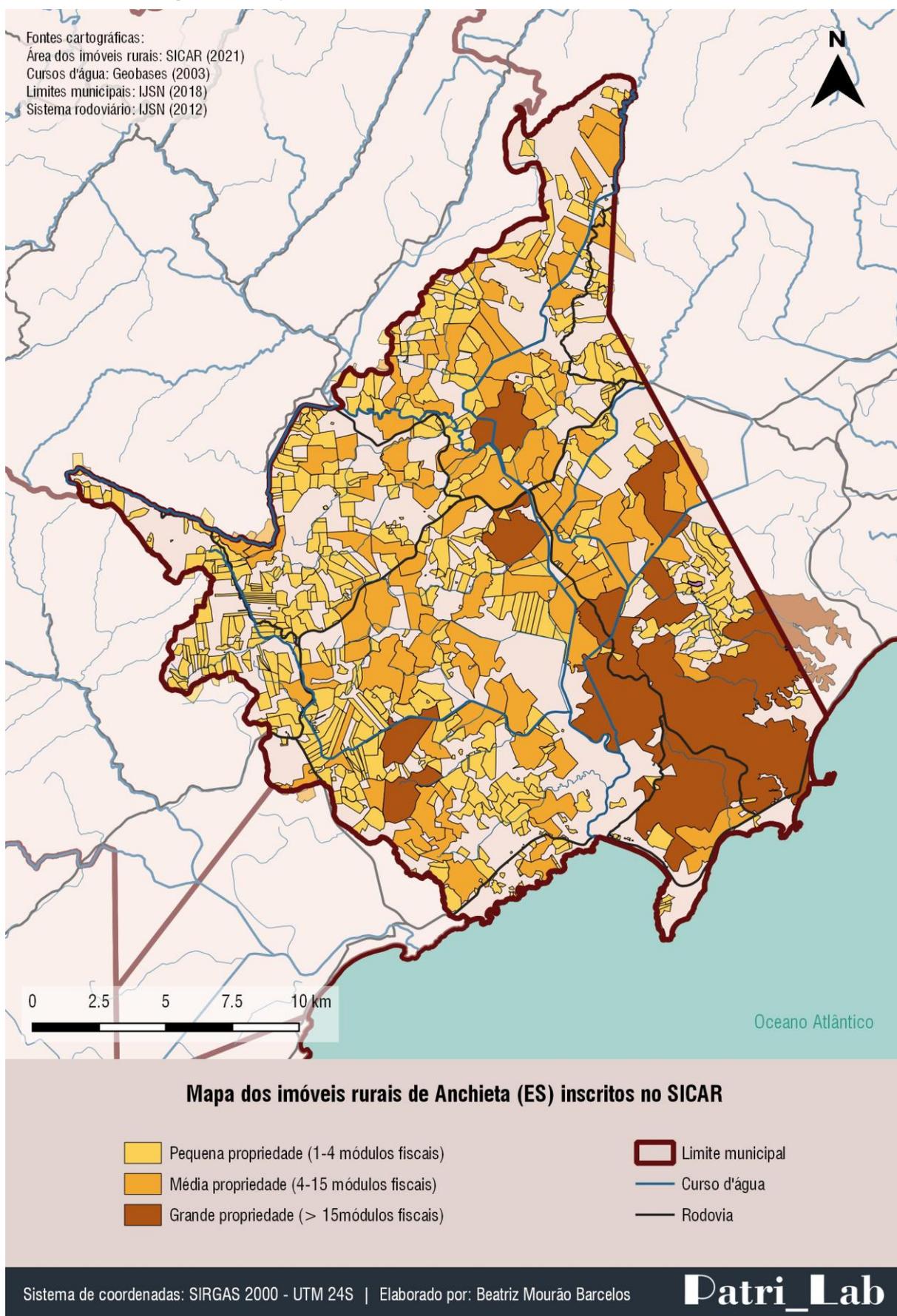
Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares (EMBRAPA, 2021).

Um módulo fiscal no município de Anchieta corresponde à 16 (dezesesseis) hectares de terra (EMBRAPA, 2021). Conforme a Lei nº 8.629/1993, uma *pequena propriedade* compreende até 4 (quatro) módulos fiscais e uma *média propriedade*, por sua vez, apresenta área superior a 4 (quatro) e inferior a 15 (quinze) módulos fiscais (BRASIL, 1993). Fica implícito, portanto, que a unidade produtiva com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais pode ser considerada uma *grande propriedade*. A partir dessas informações, a fim de compreender o perfil dos imóveis rurais de Anchieta, elaborou-se o mapa da Figura 86.

Do conjunto de dados georreferenciados acerca de Anchieta disponíveis no SICAR, o qual compreende dezoito categorias geocodificadas de uso e ocupação das terras rurais, utilizaram-se as informações relativas à área dos imóveis rurais (shapefile AREA_IMOVEL). Primeiro, as feições foram categorizadas pelo atributo “área” (NUM_AREA). Em seguida, aplicou-se a classificação da Lei nº 8.629/1993, considerando o módulo fiscal estabelecido pelo INCRA para Anchieta. Por fim, utilizou-se um gradiente de cores para identificar as categorias resultantes do processamento dos dados.

⁶² <https://www.car.gov.br/publico/imoveis/index>.

Figura 86: Mapa dos imóveis rurais de Anchieta inscritos no SICAR.



Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

Anchieta apresenta 730 (setecentos e trinta) imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), os quais ocupam uma área de aproximadamente 28.713 ha⁶³. Do total de imóveis cadastrados, 631 (seiscentos e trinta e um) são pequenas propriedades, 91 (noventa e um) são médias propriedades e 8 (oito) são grandes propriedades. Em termos de área, as propriedades de pequeno porte ocupam 11.047 ha, as de médio porte se distribuem por uma extensão de 10.457 ha e aquelas de grande porte por 7.209 ha. Vale ressaltar que dos 7.208 ha ocupados pelas grandes propriedades, cerca de 4.914 ha integram a área de propriedade da Samarco, fato que demonstra o poder e a influência econômica que a empresa possui no município. Enquanto em termos numéricos há uma larga predominância de pequenas propriedades rurais em Anchieta, 86,44% do total de imóveis cadastrados no CAR, a distribuição espacial dos tipos de unidades produtivas rurais revela que, no que diz respeito à área ocupada, essa hegemonia é muito menos destacada.

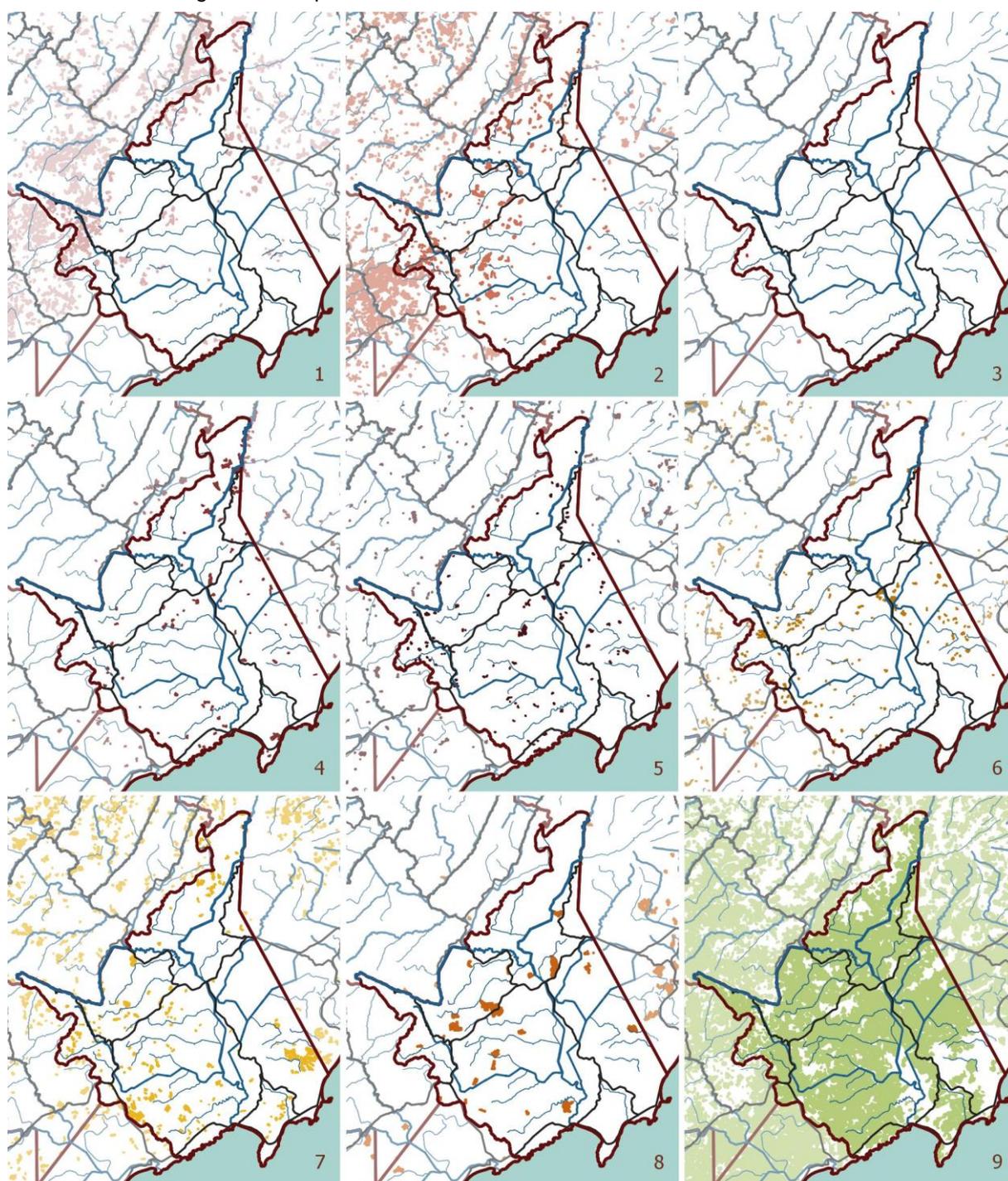
A partir da leitura do mapa da Figura 86 depreende-se que, topologicamente, as grandes e as médias propriedades se concentram na região mais plana dos *Tabuleiros Costeiros*, enquanto as pequenas propriedades, mais bem distribuídas por todo o território, se adaptam melhor às características do relevo nos *Maçãos do Caparaó*. Curiosamente, há um grande número de médias propriedades na região dos *Patamares Escalonados do Sul Capixaba*.

É interessante correlacionar o perfil de parcelamento da terra agrícola observado na Figura 86 com as fases de territorialização de Anchieta estudadas anteriormente. Nesse sentido, relembra-se que o ciclo de imigração europeia do século XIX impulsionou a aplicação de novas formas de parcelamento da terra rural visando acomodar os agricultores das famílias imigrantes, contribuindo para a formação de inúmeras pequenas propriedades na região montanhosa do interior do Espírito Santo. Esse padrão de parcelamento contrastava com o então domínio das grandes fazendas monocultoras das regiões mais planas. Notadamente, as pequenas propriedades que remontam ao período da imigração europeia prosperaram e se mantiveram, até a atualidade, como arquétipo de imóvel rural nas comunidades constituídas pelos descendentes daqueles imigrantes no interior montanhoso de Anchieta.

Depois das características dos imóveis rurais, avaliou-se também a distribuição dos tipos de usos das áreas antrópicas não agrícolas em Anchieta. A Figura 87 ilustra o arranjo dos principais cultivos mapeados no levantamento de uso e cobertura da terra contratado pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e realizado entre 2012 e 2015, são eles: banana, café, cana-de-açúcar, coco-da-baía, reflorestamento de eucalipto e seringueira, além de outros cultivos temporários, outros cultivos permanentes e pastagens. Para sua elaboração, categorizaram-se os geodados segundo o atributo “classe”.

⁶³ Destaca-se que esses dados não necessariamente refletem a totalidade dos imóveis rurais de Anchieta, mas apenas representam aqueles inscritos no CAR e cujas informações estão disponíveis no SICAR.

Figura 87: Mapa dos imóveis rurais de Anchieta inscritos no SICAR.



Mapa das áreas antrópicas agrícolas do município de Anchieta (ES)

	Limite municipal		Curso d'água		Rodovia
1	Cultivo agrícola - Banana	4	Cultivo agrícola - Coco-da-baía	7	Reflorestamento - Eucalipto
2	Cultivo agrícola - Café	5	Outros cultivos permanentes	8	Reflorestamento - Seringueira
3	Cultivo agrícola - Cana-de-acúcar	6	Outros cultivos temporários	9	Pastagem

Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000 - UTM 24S | Elaborado por: Beatriz Mourão Barcelos

Patri_Lab

Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

A Figura 87 demonstra com clareza como a maior parte do território do município de Anchieta é ocupado por pastagens. Apesar da hegemonia das pastagens, os demais cultivos agrícolas mapeados são bastante heterogêneos. A banana e o café, duas lavouras permanentes, predominam na região noroeste, nas áreas mais elevadas associadas aos *Maciços da Caparaó* e as *Patamares Escalonados do Sul Capixaba*. O cultivo da cana-de-açúcar (lavoura temporária), que outrora foi o principal produto da economia brasileira, atualmente possui baixa expressividade no município de Anchieta; reduz-se a duas áreas registradas, uma a oeste, nos *Maciços da Caparaó*, e outra ao norte, nos *Patamares Escalonados do Sul Capixaba*. Tanto o cultivo de coco-da-baía (lavoura permanente) quanto os outros cultivos permanentes e temporários constantes no levantamento apresentam boa distribuição por todo o território. O mesmo acontece com a silvicultura. Faz-se notar, porém, que as áreas individuais de reflorestamento de eucalipto e de seringueira são visivelmente maiores que as dos outros cultivos.

Após essas análises, pode-se inferir que o morfotipo rural de Anchieta é marcado pela variedade de cultivos, bem como pelo predomínio das áreas de pastagens e dos imóveis rurais classificados como pequena propriedade. Não obstante, as classes de média e grande propriedade, somadas, ocupam uma área maior do território municipal. Tal fato permite compreender que há em Anchieta uma grande disparidade em relação à capacidade produtiva e, conseqüentemente, à distribuição de renda no setor agropecuário, visto que poucos produtores possuem a maior parte das terras rurais.

4.3 Síntese identitária do patrimônio territorial de Anchieta

O conhecimento adquirido por meio das abordagens histórico-estrutural e morfotipológica ampara a leitura e a representação das características estruturantes da identidade territorial na longa duração. Essas características são organizadas, a seguir, de duas formas: na definição das figuras territoriais e na identificação das permanências, persistências e perdas. A correlação dessas informações revela os valores patrimoniais do território, os quais subsidiam a reflexão acerca das potencialidades locais para o desenvolvimento sustentável.

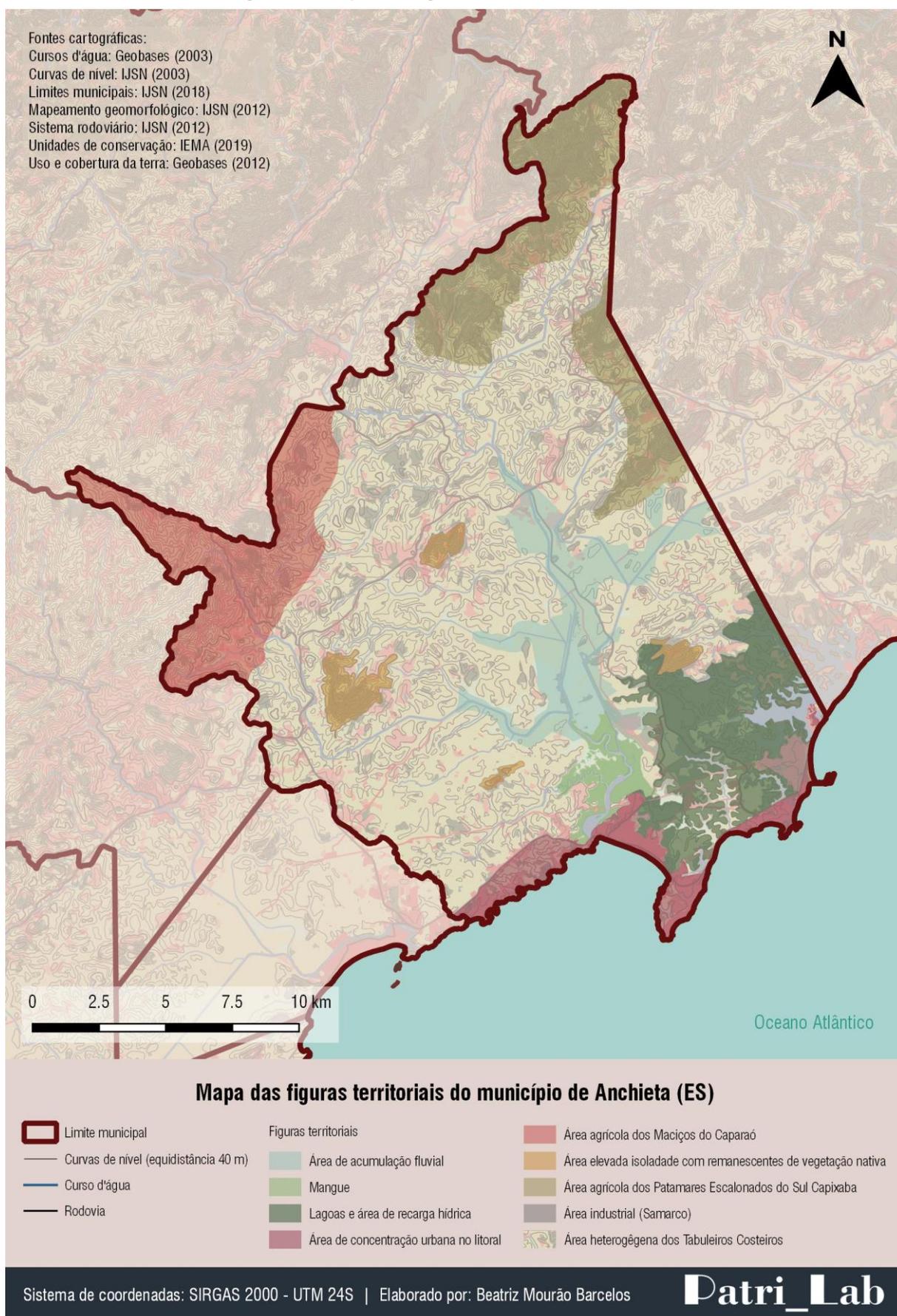
4.3.1 Figuras territoriais

As descrições morfotipológicas apresentadas, contextualizadas com o processo histórico de territorialização estudado por meio da abordagem histórico-estrutural, permitem identificar no território figuras territoriais. Como definido anteriormente (item 3.2), as figuras territoriais representam uma síntese de características específicas da organização do território.

O primeiro passo para desenvolver a identificação das figuras territoriais é sobrepor as informações contidas nos mapas analíticos construídos ao longo da análise morfotopológica. Uma vez que essas informações são complexas, organizá-las em unidades territoriais com características similares contribui para que o conhecimento territorial produzido seja efetivamente aplicado nas decisões sobre o projeto e o planejamento do território.

Como base para a síntese utilizou-se a camada de unidades geomorfológicas, visto que sua definição já compreende a identificação de um sistema territorial-paisagístico articulado por processos morfogênicos e morfodinâmicos que resultam em formas com altimetria e feições semelhantes. Em seguida, acrescentaram-se outras camadas de informação: a rede hidrográfica, a topografia, o uso e cobertura da terra, o parcelamento da terra rural e as infraestruturas de transporte e comunicação. A partir da sobreposição desses dados, foram analisadas as congruências entre características específicas, como a ocorrência de certo tipo de vegetação em determinada unidade geomorfológica, ou, ainda, o predomínio de um dado tipo de parcelamento rural em uma situação topográfica particular e assim por diante. Cada conjunto evidente de sobreposições foi representado por manchas que ilustram certo grau de incerteza quanto aos seus limites, pois o território é uma categoria espacial extremamente dinâmica e está em constante evolução. Além disso, a cada conjunto foram associadas cores que auxiliam em sua distinção. Como resultado da aplicação desse método, foram identificadas nove figuras territoriais distintas, as quais são representadas na Figura 88. São elas: i) *Área de acumulação fluvial*; ii) *Mangue*; iii) *Lagoa e área de recarga hídrica*; iv) *Área de concentração urbana no litoral*; v) *Área agrícola dos Maciços do Caparaó*; vi) *Área elevada isolada com remanescentes de vegetação nativa*; vii) *Área agrícola dos Patamares Escalonados do Sul Capixaba*; viii) *Área Industrial (Samarco)*; e ix) *Área heterogênea dos Tabuleiros Costeiros*. As principais características de cada uma dessas figuras territoriais estão sumarizadas no Quadro 3.

Figura 88: Mapa das figuras territoriais de Anchieta.



Fonte: Autora, 2021. Elaborado a partir de dados obtidos nas bases indicadas no mapa.

Quadro 3: Características das figuras territoriais.

Representação	Figura territorial	Características
	(i) Área de acumulação fluvial	<ul style="list-style-type: none"> - Área plana - Planície de inundação do rio Benevente (várzea) - Predomina a cobertura do solo por pastagens - Médias e grandes propriedades rurais - Presença de estrada e 1 área urbanizada (Jabaquara)
	(ii) Mangue	<ul style="list-style-type: none"> - Planície costeira - Área de influência fluvio-marinha - Mangue (vegetação do tipo formação pioneira) - Unidade de conservação ambiental - Área de pressão antrópica urbana e rural
	(iii) Lagoa e área de recarga hídrica	<ul style="list-style-type: none"> - Área de Tabuleiro Costeiro - Área plana bastante irrigada - Predominantemente na bacia da lagoa Maimbá - Coincidente com a propriedade da Samarco - Cobertura vegetal: mata nativa e em regeneração
	(iv) Área de concentração urbana no litoral	<ul style="list-style-type: none"> - Majoritariamente em área de Tabuleiros Costeiros - Marcada pela presença de lagoas - Delimitada ao norte pela ES 060 (Rodovia do Sol) - Concentra a maior parte das ocupações urbanas - Registra os principais vetores de expansão urbana
	(v) Área agrícola dos Maciços do Caparaó	<ul style="list-style-type: none"> - Área dos Maciços do Caparaó - Grande concentração de áreas de cultivo (banana) - Pequenas áreas fragmentadas de vegetação nativa - Predomínio das pequenas propriedades - Área urbanizada sede do distrito de Alto Pongal
	(vi) Área elevada isolada com remanescentes de vegetação nativa	<ul style="list-style-type: none"> - Situadas na área dos Tabuleiros Costeiros - Apresentam um ou mais afloramentos rochosos - Cotas superiores a 100 m - Remanescentes de mata nativa e em regeneração - Cercadas por áreas antrópicas agrícolas
	(vii) Área agrícola dos Patamares Escalonados do Sul Capixaba	<ul style="list-style-type: none"> - Área dos Patamares Escalonados do Sul Capixaba - Apresenta altitudes superiores a 300 m - Reúne grandes remanescentes de mata nativa - Predominam os pequenos e médios imóveis rurais - Não apresenta áreas urbanizadas
	(viii) Área Industrial (Samarco)	<ul style="list-style-type: none"> - Área dos Tabuleiros Costeiros - Área plana bastante irrigada - Cercada por lagoas (Ubu e Maimbá) - Inserida em uma grande propriedade "rural" - Complexo industrial e portuário
	(ix) Área heterogênea dos Tabuleiros Costeiros	<ul style="list-style-type: none"> - Área dos Tabuleiros Costeiros - Predomínio de pastagens - Propriedades rurais de diversos tamanhos - Cultivos heterogêneos e pontualmente distribuídos - Pequenas e fragmentadas áreas de vegetação nativa

4.3.2 *Permanências, persistências e perdas*

A identificação das permanências, persistências e perdas na dimensão territorial permite compreender as linhas de força que atravessam os processos de transformação do território, revelando sua coerência evolutiva (POLI, 2001, p. 2). Os elementos histórico-ambientais resistentes configuram a identidade territorial durável e apontam caminhos para um agir territorial consciente e localmente estruturado. De fato, já é possível reconhecê-los ao longo das análises histórico-estrutural e morfotipológica. Contudo, nesta etapa, busca-se reorganizar os dados advindos do conhecimento territorial produzido de forma que esses elementos fiquem em evidência.

Uma forma tradicional de evidenciar os elementos permanentes, persistentes e perdidos de um território é confrontar os documentos cartográficos disponíveis, inclusive os mapeamentos cadastrais. No entanto, esses documentos muitas vezes não existem, não são localizados ou são insuficientes para reconstruir um quadro relativamente completo da evolução territorial. Por isso, é importante utilizar fontes integradas que remontem ao processo histórico de territorialização, como a história oral ou, ainda, outros tipos documentais, como as fotografias.

No caso de Anchieta, não foram localizadas plantas cadastrais capazes de auxiliar a leitura da estrutura de assentamento que faz parte de seu sistema territorial. Entretanto, a análise articulada dos aspectos histórico-estruturais e morfotipológicos revela elementos chave no processo de evolução territorial. Em decorrência desse diagnóstico, as principais permanências e persistências duradouras, bem como as perdas históricas identificadas são sumarizadas no Quadro 4. A cada um dos componentes territoriais permanentes, persistentes ou perdidos é associada à fase de territorialização da qual o mesmo é derivado e o domínio ao qual se relaciona, considerando a definição dos subsistemas que, segundo Alberto Magnaghi (2010 [2000]), compõem o patrimônio territorial. Em seguida, são listadas as figuras territoriais nas quais é possível observar alguns dos elementos descritos.

As principais invariâncias são as condições geohidromorfológicas do ambiente físico. Não se trata, no entanto, de afirmar algum tipo de determinismo ambiental, mas, sim, de reconhecer que, no caso de Anchieta, as características naturais, como a rede hidrográfica e as formas do relevo, associadas aos conhecimentos e ao modo de vida de cada grupo social, estruturaram o território ao longo dos sucessivos ciclos de territorialização, resultando na ocupação dos vales dos rios e dos ambientes costeiros e lagunares. Mesmo que com a profunda antropização do território grande parte da vegetação nativa tenha sido perdida e parte da rede hidrográfica tenha perdido suas características originais, por meio da retificação dos cursos d'água e da criação de canais, a estrutura territorial revela que a localização dos assentamentos na longa duração tem intrínseca relação com a camada física do território.

Quadro 4: Permanências, persistências e perdas da massa territorial de Anchieta.

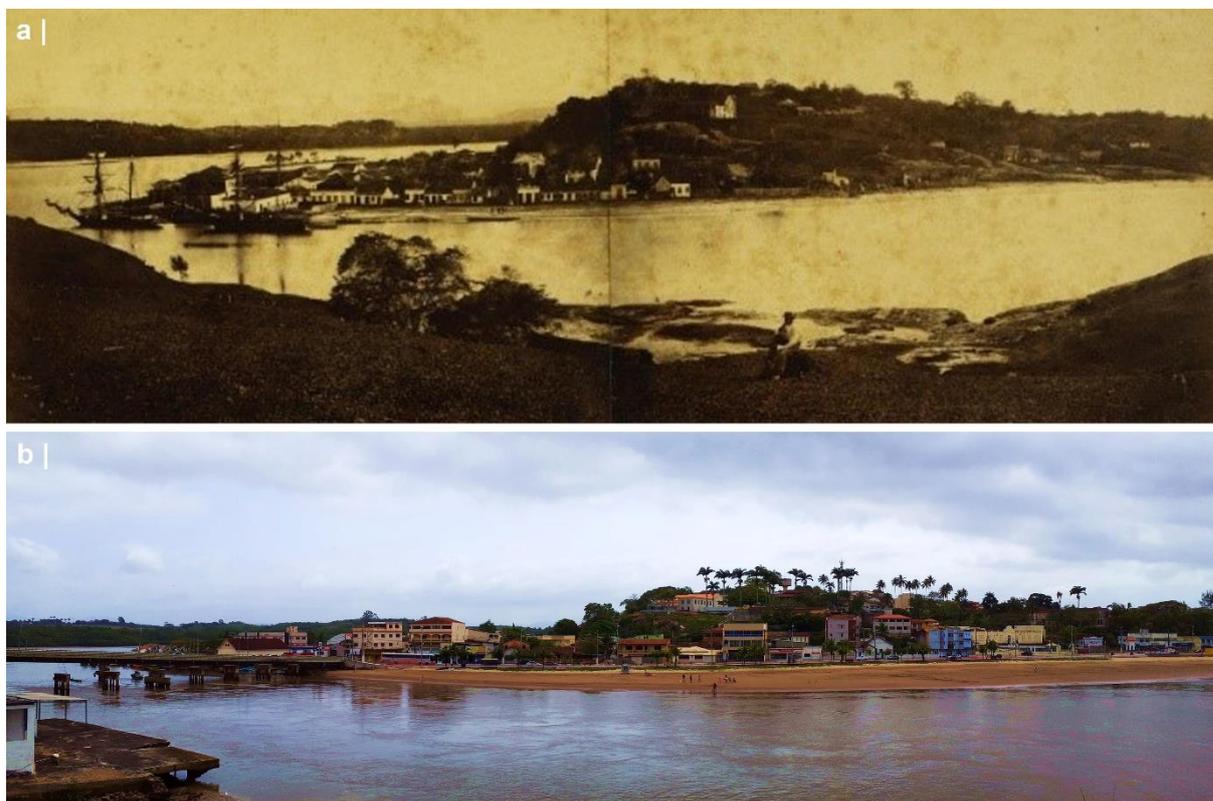
	Descrição	Ciclo	Domínio	Figura
Permanências	Unidades geomorfológicas	0	AM	i a ix
	Características do relevo	0	AM	i a ix
	Pesca, coleta de moluscos e outros frutos do mar	1	SE	iv
	Ocupação dos vales dos rios, ambientes costeiros e lagunares	1	TP	i a ix
	Local da territorialização (ex.: Reritiba, aldeamento, vila, cidade)	2	TP	i, iv, v
	Sistema econômico (propriedade privada, acumulação de capital)	3	SE	-
	Predomínio de áreas antrópicas agrícolas	3	TP	i, v, vii, viii
	Predomínio de pequenas propriedades rurais na área montanhosa	5	TP	v
	Arquitetura eclética	6	TP	iv
	Infraestrutura de transportes e comunicação moderna	6	TP	i a ix
	Base econômica industrial	7	SE	viii
Persistências	Rede hidrográfica	0	AM	i a ix
	Fragmentos de vegetação nativa	0	AM	i a ix
	Língua / topônimos indígenas	2	SE	i a ix
	Técnica de cultivo indígena (queimada)	2	SE	v
	Sistema cultural, crenças (religião), tradições portuguesas	3	SE	-
	Grandes propriedades rurais nas regiões planas	3	TP	ix
	Arquitetura colonial civil	3	TP	iv
	Arquitetura colonial religiosa (complexo jesuítico)	3	TP	iv
	Forma urbana do núcleo colonial	3	TP	iv
	Manifestações culturais afro-brasileiras (jongo)	3	SE	-
	Arquitetura dos imigrantes séc. XIX	5	TP	v
	Manifestações culturais dos imigrantes séc. XIX	5	SE	v
	Cultivo do café	5	SE	v, vii
Perdas	Vegetação	0 - 3	AM	i a ix
	Sambaquis	1 - 3	TP	i
	Modelo de assentamento indígena	2 - 3	TP	-
	Arquitetura indígena	2 - 3	TP	-
	Crenças e tradições indígenas	2 - 3	SE	-
	Crenças e tradições africanas	3	SE	-
	Ruínas do rio Salinas	3 - ?	TP	i
	Cultivo da cana	3 - 5	SE	v, vii
	Usina de Jabaquara	6	TP	i
	Porto de Benevente	3 - 6	TP	iv
	Caráter urbano	3 - 6	TP	iv
	Escala urbana	3 - 7	TP	iv
Base econômica agrícola	3 - 7	SE	-	

Legenda:
- Ciclos de territorialização: 0 = Natureza original; 1 = Ocupação sambaqueira; 2 = Fixação indígena; 3 = Colonização portuguesa; 4 = Reforma pombalina; 5 = Imigração europeia; 6 = Modernização; e 7 = Grandes projetos industriais.
- Domínio: AM = Ambiental; SE = Socioeconômico; TP = Territorial paisagístico.
- Figura territorial: ver Quadro 3.

No âmbito socioeconômico e cultural, destaca-se que a pesca e a coleta de moluscos e outros frutos do mar são atividades que atravessam a formação do território de Anchieta, refletem a identidade de parte de seus habitantes e até hoje representam a principal atividade econômica de muitos deles. Além disso, uma transformação importante diz respeito à passagem da economia de base agrícola, que predominou desde o início da colonização, para a industrial, mesmo que, paralelamente, a maior parte do território ainda seja ocupado por áreas antrópicas agrícolas. Quanto ao domínio territorial paisagístico, enfatiza-se as transformações no caráter e na escala urbana. Há remanescentes arquitetônicos que remontam ao período colonial, à imigração europeia e à fase de modernização. O principal monumento edificado persistente é o conjunto jesuítico composto pela Igreja de Nossa Senhora da Assunção e a residência anexa. As perdas arquitetônicas mais evidentes estão vinculadas à processos de arruinamento, como é o caso das ruínas do rio Salinas e da usina de açúcar de Jabaquara.

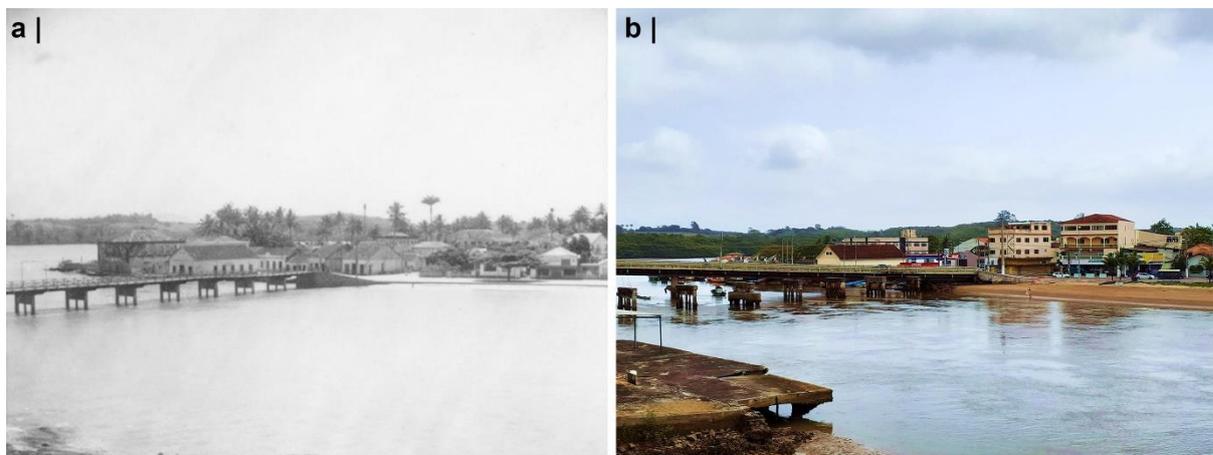
Registra-se, ainda, que a maior parte dos sedimentos territoriais permanentes e persistentes estão relacionados com o ciclo de colonização portuguesa. Em contrapartida, as perdas relativas aos primeiros ciclos de territorialização se intensificam a partir da chegada dos portugueses e são bastante relacionadas, também, com as fases da modernização e da industrialização. Para ilustrar a síntese apresentada no Quadro 4 são compiladas algumas imagens comparativas entre passado e presente, contidas entre a Figura 89 e a Figura 104.

Figura 89: (a) Panorama de Benevente no final do século XIX, [1869-1878]. (b) Vista da cidade de Anchieta em 2020.



Fonte: (a) Biblioteca Nacional Digital do Brasil (autor: Albert Dietze); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 90: (a) Vista parcial da cidade de Anchieta a partir da margem direita do rio Benevente, 1960. (b) Vista parcial da cidade em 2020.



Fonte: (a) IBGE (autores: Antonio Teixeira Guerra e Tibor Jablonsky); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 91: (a) Vista dos armazéns da região do porto de Benevente, 1960?. (b) Vista dos antigos armazéns e do ancoradouro em 2020.



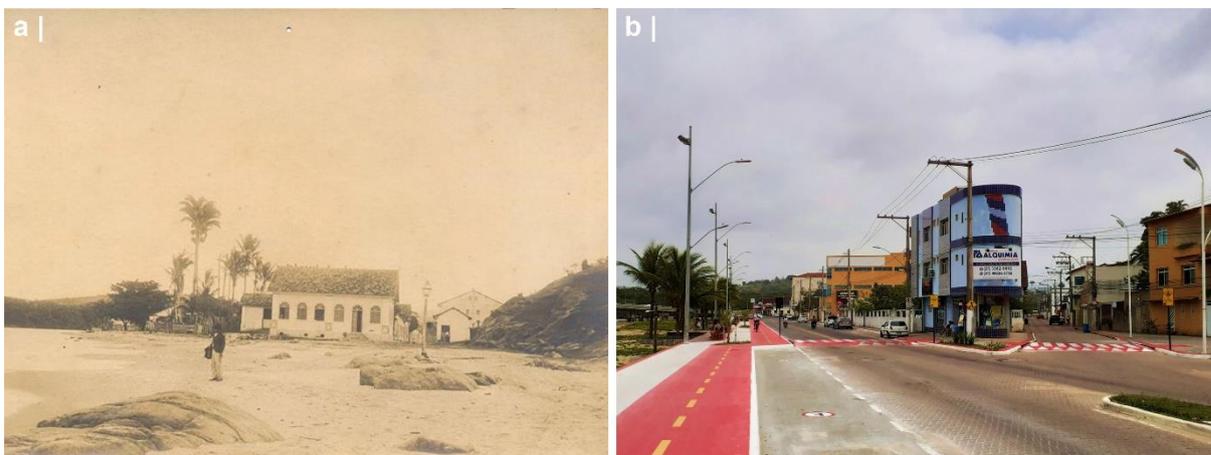
Fonte: (a) Grupo Memória Capixaba (*Facebook*); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 92: (a) Avenida Beira Mar, praia Central, 1983. (b) A mesma avenida em 2020. Nota-se a mudança do caráter urbano e arquitetônico, bem como a ampliação da faixa de areia da praia.



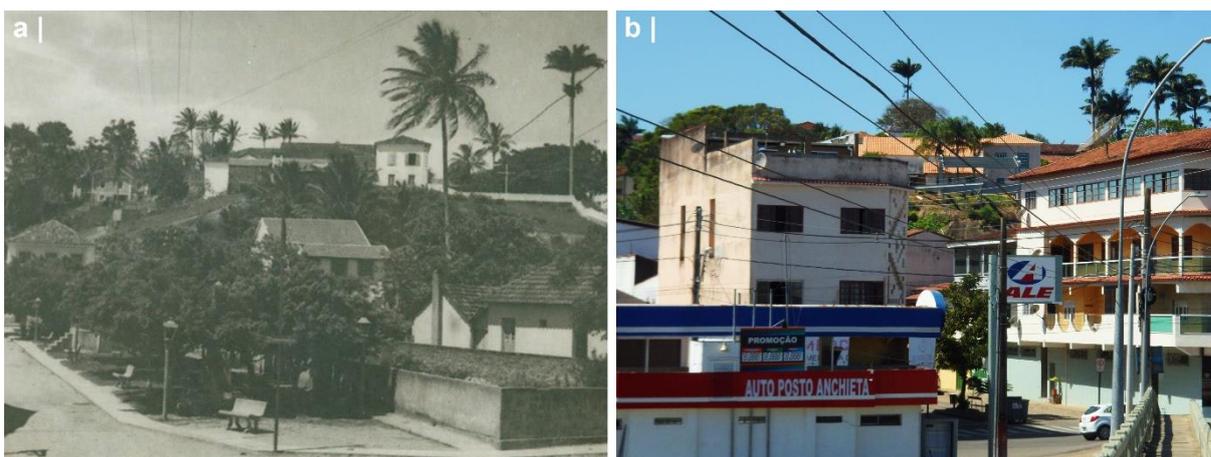
Fonte: (a) IBGE; (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 93: (a) Cidade de Benevente, 1910. (b) Cidade de Anchieta em 2020. Destaca-se a permanência da casa da família Assad, ao centro em (a) e atrás do edifício azul em (b).



Fonte: (a) IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 94: (a) Antiga configuração da praça D. Helvécio, em frente à ponte Cônego de Barros, [1950-1960?]. Em cima, vê-se o complexo jesuítico. (b) Vista da “praça” a partir da ponte em 2020.



Fonte: (a) IBGE; (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 95: (a) Praça D. Helvécio durante festa do Beato Anchieta e inauguração da ponte Cônego de Barros sobre o Rio Benevente, 1953. (b) Vista da “praça” em 2020.



Fonte: (a) APEES (autor: Antônio Sessa Neto); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 96: (a) Vista parcial da rua Comendador Ramos, região portuária de Anchieta, 1980. (b) Ruínas da usina em 2020. Atualmente, a estrutura da chaminé é a principal lembrança do edifício.



Fonte: (a) IJSN (autor: Fernando Sanchotene); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 97: (a) Rua Costa Pereira em meados do século XX ([1950-1960?]), à esquerda é possível observar duas edificações com fachadas ecletizadas (ver Figura 33). (b) A mesma rua em 2020.



Fonte: (a) IBGE; (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 98: (a) Cidade de Benevente, 1910. (b) Rua Getúlio Vargas em 2020. Observa-se transformações na infraestrutura urbana e a persistência da edificação à esquerda.



Fonte: (a) IPHAN-ES (autor: Eutychio D'Olivier); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 99: (a) Rua Costa Pereira a partir da escadaria do santuário jesuítico na década de 1960. (b) A povoação em 2020.



Fonte: a) Grupo Memória Capixaba (*Facebook*); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 100: (a) Igreja de Nossa Senhora da Assunção e residência que Ihes é anexa vista da via que lhes dá acesso, a Av. Anchieta, 1940. (b) A mesma perspectiva em 2020.



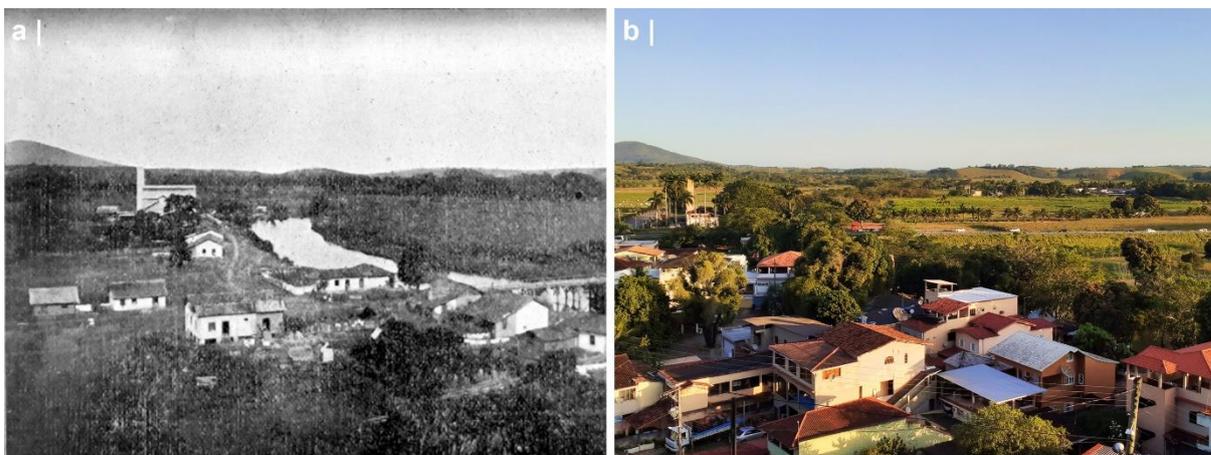
Fonte: (a) IPHAN; (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 101: (a) Vista do cemitério de Anchieta, à esquerda, e da sede da Fazenda São Martinho, ao fundo e à direita, 19---. (b) Vista do cemitério em 2020. Percebe-se claramente a expansão urbana.



Fonte: a) Grupo Memória Capixaba (*Facebook*); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 102: (a) Vista geral de Jabaquara, à margem do rio Benevente; a usina de açúcar de Pedro José & Cia aparece no fundo da imagem à esquerda, c. 1922. (b) A povoação em 2020.



Fonte: (a) MATTOS *et al*, 1922 (APEES); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 103: (a) Antiga usina de açúcar de Jabaquara fundada em 1920, c. 1922. (b) Ruínas da usina em 2020. Atualmente, a estrutura da chaminé é a principal lembrança do edifício.



Fonte: (a) MATTOS *et al*, 1922 (APEES); (b) Acervo pessoal, 2020.

Figura 104: (a) Praia da Areia Preta, Iriri, 1958. Vê-se uma ainda pequena ocupação, com poucas casas, sem que se possa reconhecer qualquer estrutura viária. (b) A mesma praia em 2020.



Fonte: (a) IBGE (autores: Antonio Teixeira Guerra e Tibor Jablonsky); (b) Acervo pessoal, 2020.

4.4 O patrimônio territorial e as potencialidades para o desenvolvimento local

Neste ensaio, Anchieta foi colocada no centro de uma investigação de caráter socioespacial, pautada na compreensão do território como patrimônio coletivo que constitui um recurso para produção de riquezas e bem-estar social. O conhecimento territorial acumulado revela que o próprio processo histórico de territorialização é impregnado de invariâncias que indicam caminhos possíveis para planejar transformações com vistas a estimular um modelo de desenvolvimento que garanta condições de autossustentabilidade para o território.

A correlação das informações descritas, interpretadas e representadas ao longo das abordagens histórico-estrutural e morfotipológica, revela as principais permanências e persistências que constituem invariâncias estruturais, sendo elas: as condições geomorfológicas e hidrográficas do ambiente físico, no plano ambiental; a estrutura de assentamento marcada pela ocupação dos vales dos rios e dos ambientes costeiros e lagunares, os núcleos de povoamento historicamente consolidados e os remanescentes arquitetônicos que materializam a diacronia do processo de evolução da territorialização, no âmbito territorial paisagístico; a pesca e a coleta de frutos do mar, a agricultura de base familiar e o cultivo do café, as manifestações culturais afro-brasileiras e dos imigrantes, no domínio socioeconômico e cultural. Esses sedimentos invariantes constituem um conjunto de recursos, o capital territorial, com o qual é possível produzir riquezas duráveis.

Há que se destacar que a ativação desses recursos potenciais não é, necessariamente, a atitude mais adequada do ponto de vista da garantia do valor de existência do patrimônio enquanto bem comum, como aponta Magnaghi (2010 [2000], p. 101). Diante de alguns quadros de degradação, é possível que somente a conservação por meio da utilização limitada do capital territorial seja capaz de certificar a possibilidade de seu acionamento por futuras gerações (2010 [2000], p. 101). Cabe ao planejamento territorial definir tais estratégias, mantendo sempre em vista as escolhas coletivas realizadas à luz dos valores enraizados socioespacialmente. Para tanto, é indispensável a inclusão da comunidade local nos processos decisórios.

Por outro lado, as perdas registradas na estrutura territorial indicam sedimentos em relação aos quais é preciso ter atenção, pois foram negligenciados ou deliberadamente suprimidos ao longo do processo histórico de territorialização. Muitas vezes elas estão relacionadas à processos de dissipação, resultando de ações desterritorializantes que acarretam o abandono de estruturas, o consumo irresponsável de recursos não renováveis ou a destruição de elementos do patrimônio inconvenientes aos interesses políticos e econômicos dominantes (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 98 e 99). Assim, sob a perspectiva de um agir territorial transformador, também as perdas podem ser endereçadas no planejamento, tornando-se,

quando possível e pertinente, objetos de ações de revalorização ou consolidação enquanto elementos de memória. Cabe ressaltar, entretanto, existirem limitações relacionadas à natureza dos elementos territoriais perdidos. Notadamente, a consolidação de estruturas arquitetônicas arruinadas como a antiga sede da Fazenda São Martinho (Casarão da Quarentena), a usina de açúcar de Jabaquara e as ruínas no rio Salinas é relativamente mais simples de endereçar do que as perdas cognitivas relacionadas à cultura e às tradições dos grupos sociais subjugados no processo de territorialização, como os índios e os negros.

De maneira geral, com o início do último ciclo de territorialização, o dos grandes projetos industriais, percebe-se uma profunda transformação na dinâmica de produção do território em Anchieta. Sob o domínio das redes e fluxos, típicos da globalização, atores externos passam a ter um nível de poder sobre o território que supera, em muito, a capacidade dos atores locais de influenciar nas decisões sobre seu futuro. Além disso, problemas como o crescimento das desigualdades sociais, a concentração de renda, a aceleração desordenada da urbanização, e a segregação socioespacial são cada vez maiores e acompanham o enfraquecimento de modos de vida tradicionais e a depredação do patrimônio ambiental.

Como demonstrou a pesquisa, há um importante nível de desarticulação entre o projeto de desenvolvimento em curso, relacionado principalmente ao fortalecimento da cadeia produtiva minero-siderúrgica, e a estrutura territorial precedente. Essa desarticulação fica evidente nos dados censitários quando comparadas à composição do produto interno bruto de Anchieta e à distribuição setorial da sua população ocupada (ver Tabela 7 e Tabela 8). Segundo o Censo de 2010, a indústria é responsável pelo maior valor adicionado ao PIB: 72,29% em 2014, antes do rompimento da barragem da Samarco em Mariana, e 36,52% em 2018, após o evento (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2010]). Em contrapartida, a maior parte da população ocupada em Anchieta trabalha com agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura, somando 17,66% do total das pessoas ocupadas no município, enquanto apenas 9,65% dessas pessoas está envolvida em atividades da indústria de transformação ou extrativista (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2010]). Esses dados ilustram claramente o desalinhamento do projeto econômico atual com as peculiaridades locais.

Nesse cenário assimétrico, o reconhecimento dos valores patrimoniais do território viabiliza a realização de projetos de transformação centrados nas peculiaridades e demandas dos atores locais e do seu meio. Assim, é possível, por exemplo, valorizar atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura familiar, e fomentar ações socioeconômicas que reforcem cadeias produtivas locais, agregando valor a seus produtos.

Por fim, destaca-se que, em termos práticos, a identificação das figuras territoriais contribui

para que o conhecimento territorial produzido seja aplicado nas discussões e tomadas de decisões sobre o projeto do bem comum território. Com a definição das figuras territoriais observa-se, por exemplo, que existem dissonâncias em relação ao ordenamento territorial em vigor – estabelecido pela Lei Complementar nº 13, que institui o Plano Diretor Municipal de Anchieta – e as características hidrogeomorfológicas e ecológicas do território. O zoneamento de funções econômicas tem clara precedência sobre as características específicas do lugar. Duas situações que demonstram esse descompasso são: a desconsideração das áreas de acumulação fluvial na definição das zonas usos propostas e delimitadas espacialmente no plano e a significativa presença de remanescentes de vegetação nativa e sistemas ambientalmente sensíveis em áreas destinadas à industrialização ou à expansão industrial, fatores que potencialmente podem causar desequilíbrios ecossistêmicos e econômicos.

A análise profunda do território fornece ferramentas para romper com ciclos dissolutivos de produção do território. Entender as dinâmicas de formação e reprodução dos arranjos territoriais é importante para o planejamento de horizontes futuros capazes de enfrentar os problemas causados por modelos de desenvolvimento desiguais e insustentáveis. Nesse sentido, torna-se evidente papel estratégico do patrimônio territorial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito de toda complexidade que envolve o fenômeno do território, uma abordagem territorial, como já exigia Saquet (2008), é fundamental não só para compreensão das relações sociais espacializadas, mas também para estruturar processos de transformação que colocam sob perspectivas mais colaborativas, empáticas e emancipadoras o futuro das relações do homem com seu mundo da vida.

Entende-se o estudo do processo histórico de territorialização como o início de um caminho possível nessa direção. É através do território que o homem se manifesta, constrói suas redes e especializa sua cultura. Ao nutrir o território o homem edifica a si mesmo. Dessa forma, é preciso buscar formas de transformação do território capazes de restituir em um grau sustentável o equilíbrio entre as ações humanas sobre o meio e o próprio meio, produzindo qualidade de vida. Nesse contexto, as possibilidades apresentadas neste trabalho são bastante pertinentes, sobretudo porque se fundamentam na preocupação do presente para o projeto do futuro, considerando na empreitada, os valores, saberes e aprendizados do passado. Não se engane, pensar dessa forma o território é um esforço hercúleo. Contudo, só é possível alcançar bons resultados depois que se começa.

É exatamente sobre esse pensamento que se desenvolve esta dissertação, como um começo. A pesquisa descrita ao longo dessas páginas foi concebida para produzir conhecimento territorial profundo, um conjunto de informações capaz de subsidiar um novo ciclo de territorialização que supere as incoerências e desequilíbrios ecológicos, sociais, econômicos e políticos advindos do modelo globalizado de estruturação do espaço. De maneira geral, o estudo é baseado na descrição, na interpretação e na representação dos sedimentos que compõem o território e constituem os depósitos patrimoniais territoriais locais. Mecanismo fundamental para garantir que as ações de produção e (re)produção do território ocorram de forma mais lúcida e consciente, a representação, segundo as premissas da Escola Territorialista Italiana, é um modo de aproximação ao território que orienta sua compreensão e a reflexão crítica que possibilita a (re)definição de estratégias de planejamento e gestão voltadas para o desenvolvimento local sustentável.

Com isso em vista, primeiro, buscou-se apresentar os conceitos fundamentais que permitem pensar o território como uma estrutura complexa e dinâmica, sedimentada na longa duração histórica por diversas culturas, e o patrimônio territorial como um conjunto de valores capazes de potencializar cenários de desenvolvimento alternativos, pautados na justiça social, na sustentabilidade econômica e na garantia da qualidade ambiental.

Em seguida, em um esforço de interpretação e adaptação de procedimentos construídos pela Escola Territorialista Italiana para o estudo da dimensão territorial em seu contexto nacional,

estruturou-se um percurso metodológico alinhado com os princípios teóricos-conceituais discutidos no segundo capítulo. Certa adequação é necessária, pois contextos de evolução territorial diferentes apresentam desafios específicos. Destaca-se, por exemplo, que o conceito de longa duração é de fato diferente na Itália e no Brasil, principalmente por conta da profundidade da documentação histórica e do nível de desenvolvimento de estudos territoriais de base em cada um desses lugares. Destarte, o trabalho incorpora a análise de diversos tipos documentais, como relatos, relatórios de governo, cartografias e fotografias, e utiliza técnicas de representação integradas, a exemplo do geoprocessamento e da comparação fotográfica, com o intuito de revelar as características peculiares que definem a imagem de cada lugar, ou sua identidade. O processo compreende duas etapas principais: a abordagem histórico-estrutural e a abordagem morfotipológica. A adaptabilidade do método garante a possibilidade de sua replicação para o estudo de outros objetos concretos inseridos em cenários territoriais não-europeus.

Por fim, realizou-se um ensaio no município de Anchieta, localizado no litoral sul do Espírito Santo, de modo a testar as possibilidades e os limites desse método. A escolha de Anchieta como objeto concreto de investigação se relaciona com o reconhecimento da complexa dinâmica territorial que, atualmente, está em curso no município, tornando-o refém do mercado global. Além disso, Anchieta permite compreender, de forma estendida, parte do processo histórico de territorialização do Espírito Santo, desde a colonização, passando pela imigração, até a industrialização, uma vez que todas estas fases se manifestam em seu território, o que abre portas para a articulação transescalar da pesquisa e, portanto, para futuros desdobramentos.

A elaboração desta dissertação mostrou que a pesquisa socioespacial deve ser multidisciplinar e envolver atores de diferentes setores da sociedade: comunidade local, pesquisadores, planejadores, governantes, dentre outros. Por isso, trabalhar este tema no âmbito de um mestrado acadêmico se revelou um grande desafio. Não só por conta da grande diversidade de conteúdos que é necessário abordar e das áreas através das quais é preciso navegar, mas também porque o próprio processo de pesquisa demanda uma profundidade e amplitude complexa para ser desenvolvida por um só pesquisador. Nesse sentido, há ainda outros desafios, como a ausência de estudos sistemáticos sobre o território, especialmente no tocante à história pré-colonial e dos grupos-sociais subjugados, a dificuldade de localização das informações disponíveis e a limitada circulação de determinadas pesquisas e documentos produzidos, sobretudo, pela iniciativa privada.

Em contrapartida, cabe destacar a importância da sistematização e disponibilização de dados em bases de acesso aberto. Especialmente devido à pandemia de Covid-19, os acervos

digitais institucionais foram indispensáveis e permitiram reunir as informações que ampararam as análises territoriais por meio das abordagens histórico-estrutural e morfotipológica.

A aplicação do percurso metodológico resulta na sistematização de um denso conteúdo descritivo-analítico sobre o processo histórico de constituição do território conhecido hoje como Anchieta, sua forma e suas características estruturais. A partir da perspectiva histórica apresentada, são delimitados sete ciclos de territorialização relacionados à diferentes agentes e processos estruturantes que resultam em arranjos territoriais específicos e reconhecíveis, são eles: (i) a ocupação sambaqueira, (ii) a fixação indígena, (iii) a colonização portuguesa, (iv) a reforma pombalina, (v) a imigração europeia, (vi) a modernização e (vii) os grandes projetos industriais. Por meio da análise morfotipológica, entende-se melhor os aspectos formais do território nas dimensões ambiental, de assentamento, urbano e rural. A análise integrada das informações descritas, interpretadas e representadas por meio dessas duas abordagens permite a identificação das características estruturantes da identidade territorial na longa duração. Assim, são definidos os agrupamentos de características específicas que constituem uma unidade territorial mínima, as figuras territoriais, bem como as permanências e perdas da estrutura territorial dentre as quais se destacam os valores patrimoniais do território. A organização dessas informações possui aplicabilidade direta no planejamento e aponta caminhos para um agir territorial consciente e localmente estruturado.

Diante da proposta inicial do trabalho, acredita-se que a representação das fases de territorialização e das morfotipologias territoriais é um método eficiente de aproximação às realidades locais. Ainda, vê-se sua importância enquanto instrumento propulsor da produção de riqueza territorial durável e desenvolvimento sustentável, pois é capaz de retratar e permite analisar espacialmente fenômenos territoriais complexos, de modo que seus resultados podem responder a questionamentos atuais e recorrentes no âmbito da produção e do planejamento dos territórios.

Dessa forma, reconhece-se a contribuição da pesquisa como uma fonte de informações sobre o processo histórico de territorialização de Anchieta. O conhecimento territorial aqui reunido possui valor tanto sob a perspectiva local, uma vez que permite a aproximação dos atores locais com sua própria história, quanto acadêmico-científica, uma vez que é capaz de subsidiar novos estudos e linhas de investigação sobre o território.

É preciso admitir que há, ainda, muito a ser pesquisado e muitas informações a serem adicionadas a esse palimpsesto que comumente é chamado território. Ressalta-se, ainda, que esse resultado não é hermético e precisa ser continuamente retroalimentado, visto o dinamismo da própria estrutura territorial. Além disso, destaca-se que o quadro construído aqui é muito influenciado pelas informações disponíveis e pelos fatos históricos que

atravessaram o tempo. A memória, enquanto consciência coletiva, é em si um ato político, pois explicita as hegemonias históricas. Não é à toa que certos momentos históricos e certos atores sociais são mais bem documentados, ou mais frequentemente estudados do que outros. Não obstante, ampliar as discussões acerca do tema é uma maneira de garantir uma abordagem mais completa e fiel ao processo histórico. Difundir as discussões também é importante para fomentar reflexões voltadas para o desenvolvimento de ações projetuais, de gestão e planejamento direcionadas para o território e alinhadas com os ideais de preservação patrimonial, prosperidade econômica e defesa de sua função sociocultural. Daí a necessidade de produções teóricas que as respaldem e experiências que testem seu alcance e limitações.

Entende-se que a inserção da comunidade local na discussão sobre seu próprio patrimônio territorial e suas perspectivas de futuro faça parte da evolução natural do trabalho. De acordo com o percurso proposto por Magnaghi (2001b; 2010 [2000]), ilustrado na Figura 5, a elaboração do *estatuto dos lugares* e, depois, dos *cenários estratégicos* são os próximos passos em um projeto de reterritorialização rumo ao desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, um desdobramento direto esperado deste trabalho é a estruturação do atlas do patrimônio territorial.

O Atlas do Patrimônio Territorial é o instrumento de descrição analítica e síntese destinado a transmitir à sociedade local o conhecimento territorial produzido na pesquisa. Trata-se, conforme Magnaghi (2010 [2000], p. 148), de uma construção experimental constituída pela representação interpretativa e integrada dos subsistemas componentes do patrimônio territorial: do patrimônio ambiental, do patrimônio territorial paisagístico e do patrimônio socioeconômico. As cartas que compõem o atlas são elaboradas com as informações produzidas durante a análise e organizadas de forma a permitir, “com simplicidade, a circulação pública, o questionamento, a decomposição, a integração, a correção dos resultados produzidos, bem como a produção de representações alternativas” (MAGNAGHI, 2010 [2000], p. 149). Em última instância, o atlas visa a troca comunicativa com a comunidade local, nutrindo com conhecimento territorial o processo de planejamento e a construção de cenários para o desenvolvimento local autossustentável.

Conclui-se que reconhecer as características de heterogeneidade e homogeneidade nos territórios é fundamental para alcançar um modelo alternativo de desenvolvimento, voltado, sobretudo, para a valorização dos lugares, dos saberes locais, dos ativos patrimoniais e das características identitárias, principalmente frente à dinâmica do capital que promove a concentração da riqueza, dos recursos e da centralização política e decisória. O processo delineado é fruto da (retomada da) consciência coletiva acerca da imagem identitária dos lugares, compreendendo o território e o conjunto de bens que ele encerra como potência para o desenho de um futuro com maior qualidade de vida e justiça social.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de. Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). *In*: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-nacional-de-desenvolvimento-pnd>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- ADETURCI. Grupo de dança Nonna Adélia. [S. l.]: ADETURCI, 2017a. Disponível em: <http://www.costaemigracao.com.br/conteudo/grupo-de-danca-os-bandarinos>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- ADETURCI. Região da Costa e Imigração, 2017b. Grupo de dança os Brandarinos. Disponível em: <http://www.costaemigracao.com.br/conteudo/grupo-de-danca-os-bandarinos>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- AGÊNCIA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS. **Enquadramento dos Corpos de Água e Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente**. Relatório Síntese. [S. l.]: AGERH, 2015. Disponível em: https://agerh.es.gov.br/Media/agerh/Documenta%C3%A7%C3%A3o%20CBHs/Benevente/CBH%20Benevente%20-%20Relatorio_Sintese_Benevente.pdf. Acesso em: 16 out. 2021.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO. **Codificação de bacias hidrográficas pelo método de Otto Pfafstetter**. Brasília: ANA, 2012.
- AGORA é oficial: Vale desiste da Companhia Siderúrgica de Ubu. **Século Diário**, Vitória, 31 dez. 2013. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/agora-e-oficial-vale-desiste-da-companhia-siderurgica-de-ubu>. Acesso em 29 jul. 2021.
- ALBERNAZ, João Teixeira. Capitania do Spirito Santo. *In*: ALBERNAZ, João Teixeira. **Estado do Brasil coligido das mais sertas noticias q[ue] pode aivntar d[omi]nion de Ataide. Por loão Teixeira Albernaz, cosmographo de Sya Ma[gest]ade. Anno: 1631**. [S. l.: s. n.], 1631. Carta 14, 1 mapa ms. em bifólio, color., 44,5 x 67,5 cm. Escala aprox. 1:320.000. Pertence ao Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://historiacapixaba.com/documentos/capitania-do-spirito-santo-1631/>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- ALBERNAZ, João Teixeira. [Representação do sul da capitania do Espírito Santo]. *In*: ALBERNAZ, João Teixeira. **Livro da descrição de toda a costa do estado do Brasil que começa em o Rio da Prata e acaba no gram Para de baxo da Linha Equinocial. Feito por loão teixeira Albernaz Cosmographo dos Reinos de Portugal o Anno d[e] 1670**. [S. l.: s. n.], 1670. 1 mapa ms., color., 22 x 36 cm. [Escala aprox. 1:550.000]. Pertence à Hispanic Society of America, Nova Iorque.
- ALBINO, Jacqueline; PAIVA, Denise Sousa; MACHADO, Giseli Modolo. Geomorfologia, tipologia, vulnerabilidade erosiva e ocupação urbana das praias do litoral do Espírito Santo, Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 63-69, jun. 2001.
- ALBINO, Jacqueline; COELHO; Andre Luiz Nascentes; GIRARDI, Gisele; NASCIMENTO, Kleverson Alencastre do. Espírito Santo. *In*: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Panorama da erosão costeira no Brasil**. Organizado por Dieter Muehe. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018. p. 433-477.

ALFREDO CHAVES (ES). **História**. Alfredo Chaves: Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, 2013. Disponível em: <http://www.alfredochaves.es.gov.br/detalhe-da-materia/info/historia/6497>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALVARENGA, Andréa Curtiss. **Reflexões sobre as consequências da implantação de grandes empreendimentos no município de Anchieta - ES**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

ANCHIETA (ES). **Caminhada até o pico mais alto de Anchieta**. Anchieta: Prefeitura Municipal de Anchieta, 2017. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/noticia/ler/82579/caminhada-ate-o-pico-mais-alto-de-anchieta>. Acesso em: 13 out. 2021.

ANCHIETA (ES). **Patrimônio cultural**. Atrativos culturais e de fé. Anchieta: Prefeitura Municipal de Anchieta, 2021a. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/pagina/ler/1058/patrimonio-cultural>. Acesso em: 6 ago. 2021.

ANCHIETA (ES). **História**. Anchieta: Prefeitura Municipal de Anchieta, 2019. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/portalturismo/pagina/ler/1000/historia>. Acesso em: 11 abr. 2019.

ANCHIETA (ES). **Lei Complementar nº 13, de 28 de novembro de 2006**. Institui o Plano Diretor do Município de Anchieta e dá outras providências. Anchieta: Câmara Municipal, 2006. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/uploads/lei/plano-diretor-municipal-13-2006-1507292417.PDF>. Acesso em: 11 set. 2020.

ANCHIETA (ES). **Praias**. Anchieta: Prefeitura Municipal de Anchieta, 2021b. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/portalturismo/pagina/ler/1061/praias>. Acesso em: 25 out. 2021.

ANCHIETA (ES). **Relatório de Gestão Exercício 2020**. Anchieta: Prefeitura de Anchieta, 2021c. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/uploads/documento/20210503123929-relges-2020-relatorio-de-gestao.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ANCHIETA (ES). **Relatório de Gestão RELGES 2018**. Anchieta: Prefeitura de Anchieta, 2019. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/uploads/documento/20190314144554-relatorio-de-gestao-2018.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ANCHIETA (ES). **Relatório de Gestão RELGES 2019**. Anchieta: Prefeitura de Anchieta, 2020. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/uploads/documento/20200626113429-relatorio-de-gestao-relges-2019.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ANCHIETA (ES). **Sobre o Município**. Anchieta: Prefeitura Municipal de Anchieta, 2018. Disponível em: <https://www.anchieta.es.gov.br/pagina/ler/1032/sobre-o-municipio>. Acesso em: 05 out. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS AMIGOS DOS PASSOS DE ANCHIETA. **Os passos de Anchieta: uma trilha de sucesso**. [S. l.]: ABAPA, 2010. Disponível em: <http://www.abapa.org.br/interna.php?pg=ospassos>. Acesso em: 1 ago. 2021.

AZEVEDO, Renata Libonati de. Datação por termoluminescência de cerâmicas do sítio arqueológico Aldeia de Carlos (PI). **CLIO Arqueológica**, [Recife], v. 26, n. 1, p. 109-134, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246646>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BARBOSA, Rodolpho Pinto. A cartografia do mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju. *In*: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. p. 23-27.

BELTRÃO, Alexandre Fontana. História completa café no Brasil. **Revista Cafeicultura**, Rio Paranaíba, 7 jul. 2018, Seção Curiosidades. Disponível em: <https://revistacafeicultura.com.br/?mat=66568>. Acesso em: 24 jul. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília: Casa Civil, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm.PDF. Acesso em: 26 out. 2020.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL. **Folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória**: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: Projeto RADAMBRASIL, 1983. (Levantamento de Recursos Naturais, v. 32).

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925 [1583-1601]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4788>. Acesso em: 7 jun. 2021.

CARMEM, Raff. **Autonomous development: humanizing the landscape: an excursion into radical thinking and practice**. London: Zed Books, 1996.

CARTA, Massimo. **La rappresentazione nel progetto di territorio**: un libro illustrato. Firenze: Firenze University Press, 2011.

CARTA, Massimo; LUCCHESI, Fabio. Dal SIT al SITER. Verso un Sistema Informativo Territoriale orientato alla comunicazione pubblica. *In*: MALINVERNI, Eva S. (org.). **Atti EAr-com 04: tecnologie per comunicare l'architettura**. Ancona: EAr-com, 2004. p 183-188.

CARVALHO, José Antônio. **O Colégio e as residências dos jesuítas no espírito Santo**. 2. ed. rev. Vitória: Edufes, 2019 [1982].

CEPEMAR. **Relatório de Impacto Ambiental do Projeto da 4ª Usina de Pelotização em Ponta de Ubu, ES**. Vitória: Cepemar, 2009. Disponível em: https://iema.es.gov.br/Media/iema/Downloads/RIMAS/RIMAS_2009/2017.04.06%20-%20RIMA_RT_409_09_RIMA.pdf. Acesso em: 27 jul. 2021.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos: Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. 29. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2017 [1992].

CINTRA, C.; RIVIERRE, C. **Planta da parte da Província do Espírito-Santo em que estão compreendidas as colonias, organizada na Inspectoria Geral das Terras e Colonização pelos Ingenheiros C.Cintra e C. Rivierre e mandado Imprimir pelo Exº Snr Cons.º Thomaz José Coelho de Almeida.** Rio de Janeiro: Vapor Angelo & Robin, 1878. Escala 1:250.000. Pertence à Bibliothèque nationale de France (BnF). Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53098705n/f1.item#>. Acesso em: 19 jul. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1991.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Arqueologia do Estado do Espírito Santo: subsídios para gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975.** 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Etnologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CUNHA, Maria José dos Santos. **Os jesuítas no Espírito Santo 1549-1759: contactos, confrontos e encontros.** 2015. Tese (Doutorado em Teoria Jurídico Política e Relações Internacionais) – Instituto de Investigação e Formação Avançada, Universidade de Évora, Évora, 2015.

DALLABRIDA, Valdir Roque; SIEDENBERG, Dieter Rugard; FERNÁNDEZ, Víctor Ramiro. Desenvolvimento territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. *In*: WITTMANN, Milton Luiz; RAMOS, Marília Patta (org.). **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 101-133.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia.** Lisboa: Assírio e Alvim, [1972].

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil em 1872.** Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1874?]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890.** Rio de Janeiro: Officina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Synopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900.** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2021.

ELIADE, Mircea. O Mundo, a Cidade, a Casa. *In*: **Ocultismo, bruxaria e correntes culturais: ensaios em religiões comparadas.** Belo Horizonte: Interlivros, 1979. p. 24-36.

EMBRAPA. **Módulos Fiscais.** [S.l.]: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em: 26 out. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Espírito Santo 2025: plano de desenvolvimento.** Vitória: Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, 2006. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20180523_1plano2025.pdf. Acesso em: 28 jul. 2021.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. Conselho Estadual de Cultura. **Arquitetura.** Vitória: SECULT, 2009. (Patrimônio Cultural do Espírito Santo).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed atual. e ampl., 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. (Didática, 1).

FARIA, Maria Dulce de. **Catálogo da Coleção Cartográfica e Iconográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. **Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário, de N. L. Vianna, 1848. Disponível em: <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Relatorios/LUIZ%20PEDREIRA%20DO%20COUTTO%20FERRAZ%20-%20Presidente%20da%20Prov%C3%ADncia.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FRANCESCHETTO, Cilmar. **Imigrantes Espírito Santo**: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. Organizado por Agostino Lazzaro. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2014. (Coleção Canaã, v. 19).

GARBIN, Mário L.; SALTER, Felipe Z.; CARRIJO, Tatiana T.; PEIXOTO Ariane L. Breve histórico e classificação da vegetação capixaba. **Revista Rodriguésia**, Rio de Janeiro, v. 68, n. 5, p. 1883-1894, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-7860201768521>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rod/a/SZpKbPJYr8ZGBCJkzQF4PRg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

GASPAR, Madu. **Sambaqui**: arqueologia do litoral brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004. (Coleção Descobrimdo o Brasil).

GINZBURG, Carlo. De A. Warburg a E. Gombrich: Notas sobre um problema de método. *In*: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 41-94.

GOMBRICH, Ernst Hans. **Arte e Ilusão**: um estudo da psicologia da representação pictórica. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOUVÊA, Maria Cristina; XAVIER, Ana Paula. Retratos do Brasil: raça e instrução nos censos populacionais do século XIX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 99-120, jan.-mar. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000100006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DxkkQBGN63fYyHyGdyyPW9R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

GROAT, Linda; WANG, David. **Architectural research methods**. Danvers, MA: John Wiley & Sons, Inc., 2002.

GROSSELLI, Renzo M. **Colônias imperiais na terra do café**: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. (Coleção Canaã, v. 6).

GUATTARI, Felix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: Editora 34, 1992.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. *In*: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: [s. n.], 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019 [2004].

IMAGEM. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 1573.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anchieta**. Censo. Amostra - Trabalho. Ano 2010. [S. l.]: IBGE, [2010]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/pesquisa/23/22957?detalhes=true>. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anchieta**. Censo agropecuário. 2017 - Resultados definitivos. Espírito Santo. [S. l.]: IBGE, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anchieta**. Produto Interno Bruto dos Municípios. [S. l.]: IBGE, [entre 2010 e 2021]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/pesquisa/38/46996?tipo=grafico>. Acesso em: 11 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anchieta**. Produto Interno Bruto dos Municípios. Ano 2014. Rio de Janeiro: [S. l.]: IBGE, [2015?]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/pesquisa/38/46996?indicador=47008&ano=2014>. Acesso em: 31 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anchieta**. Produto Interno Bruto dos Municípios. Ano 2018. Rio de Janeiro: [S. l.]: IBGE, [2019?]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/anchieta/pesquisa/38/46996?indicador=47008&ano=2018>. Acesso em: 31 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**: dados distritais. Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/71/cd_1980_v1_t3_n15_es.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/85/cd_2000_caracteristicas_populacao_domicilios_universo.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de geomorfologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. (Manuais técnicos em geociências, n. 7). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66620.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Manual técnico de uso da terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Manuais técnicos em geociências, n. 5). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81615.pdf>. Acesso em: 13 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Piúma. História**. [S. l.]: IBGE, [2017?]. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/piuma/historico>. Acesso em: 19 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico**. Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_es.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico - 1991**. Espírito Santo. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n17_es.pdf. Acesso em: 30 jul. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Implantação de projetos de grande porte no Espírito Santo**: análise do quadro socioeconômico e territorial na fronteira de expansão metropolitana sul capixaba. Vitória: IJSN, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1302>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Investimentos anunciados e concluídos no Espírito Santo 2018-2023**. Vitória: IJSN, 2019. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/6644>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Investimentos concluídos no Espírito Santo 2008-2011**. Vitória: IJSN, 2013. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/4387>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Investimentos concluídos no Espírito Santo em 2012**. Vitória: IJSN, 2014a. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/4846>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Investimentos concluídos no Espírito Santo em 2013**. Vitória: IJSN, 2014b. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/4847>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Investimentos concluídos no Espírito Santo em 2014**. Vitória: IJSN, 2016. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/5218>. Acesso em: 28 jul. 2021.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Mapeamento geomorfológico do Estado do Espírito Santo**. Vitória: IJSN, 2012.
IPHAN. **Carta do Rio**. Brasília: Ministério da Cultura: IPHAN, 1995. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20do%20Rio%201992.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

LAZZARO, Agostino. Apresentação. *In*: NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro de 1895)**: relato do Cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1995. p. 11-18. (Coleção Canaã, v. 1).

LEAL, João Eurípedes Franklin. História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho. *In*: OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 503-534. (Coleção Canaã, v.8).

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1972].

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo I. Lisboa: Livraria Portugalá; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

LIMA, Tania Andrade. Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 44, p. 270-327, 2000. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i44p270-327. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/29850>. Acesso em: 19 maio. 2021.

MACEY, David. **The Penguin Dictionary of Critical Theory**. London: Penguin Books, 2001.

MACHADO, Christiane Lopes. Arqueologia e patrimônio em empreendimentos lineares: dutovias da indústria petrolífera no Espírito Santo. *In*: LOURES OLIVEIRA, Ana Paula de Paula (Org.). **Movimentos e sentidos**: arqueologia preventiva nos condutos do conhecimento. Juiz de Fora: EdUFJF, 2010. p. 17-32.

MACHADO, Christiane Lopes. **Diagnóstico arqueológico na área do projeto de Terceira Pelotização da Samarco**. Relatório de pesquisa CPM RT 015/05. Vitória: Rhea/Cepemar, 2005a.

MACHADO, Christiane Lopes. **Prospecção arqueológica na área para implantação do empreendimento SOCO-RIL**. Relatório de pesquisa RT 106/05. Vitória: Rhea/Cepemar, 2005b.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organizado por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. (Coleção Canaã, v. 22).

MAGNAGHI, Alberto. **A biorregião urbana**: pequeno tratado sobre o território, bem comum. Matosinhos: Escola Superior de Artes e Design (ESAD), 2017a.

MAGNAGHI, Alberto. **Il projeto locale**: Verso la coscienza di luogo. Nuova edizione accresciuta. Torino: Bollati Boringhieri, 2010 [2000].

MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitaria del territorio**. Firenze: Alinea Editrice, 2005.

MAGNAGHI, Alberto. La storia del territorio nell'approccio territorialista all'urbanistica e alla pianificazione. **Scienze del Territorio**, Firenze, n. 5, p. 32-41, 2017b. DOI: 10.13128/Scienze_Territorio-22229. Disponível em:

<https://oajournals.fupress.net/index.php/sdt/issue/view/332/22>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MAGNAGHI, Alberto. Presentazione. *In*: MAGNAGHI, Alberto (org.). **Rappresentare i luoghi: metodi e tecniche**. Firenze: Alinea, 2001a. p. 1-5. Disponível em:

http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_010_Magnaghi0.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

MAGNAGHI, Alberto. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. *In*: MAGNAGHI, Alberto (org.). **Rappresentare i luoghi: metodi e tecniche**. Firenze: Alinea, 2001b. p. 1-40. Disponível em: http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_020_Magnaghi1.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

MATTOS, Archimimo Martins de; ATHAYDE, Antonio Francisco de; PIMENTEL, Elpidio. **Álbum do Espírito Santo 1922**: homenagem ao centenário nacional. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1922. Pertence ao Arquivo Público de estado do Espírito Santo.

MATTOS, Sônia Missagia. A aldeia de Iiritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo. **Habitus**. Goiânia, v. 7, n. 1/2, p. 5-44, jan./dez. 2009.

MATTOS, Sônia Missagia. O desenvolvimento como discurso: um estudo sobre Anchieta - ES. **Habitus**. Goiânia, v. 12, n. 1, p. 97-124, jan./jun. 2014.

MENDONÇA, Marcos Cândido. **A modernização do atraso**: os fundamentos da urbanização de Vitória 1889-1930. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018 (1945).

MÉTRAUX, ALFRED. **La civilisation matérielle des tribus tupi-guarani**. Paris: Librairie Orientalistè Paul Geuthner, 1928.

MIRANDA, Clara Luiza. Projeções da enunciação: a cartografia portuguesa da baía de Vitória (séc. XVI - XVIII). *In*: SOUZA, Luciene Pessoti de; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). **Urbanismo colonial**: vilas e cidades de matriz portuguesa. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2009. p. 36-65.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Espírito Santo indígena**: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2017. (Coleção Canaã, v. 25).

MOURA, Ana Clara Mourão. **Geoprocessamento na gestão e planejamento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2014.

NAGAR, Carlo. **O Estado do Espírito Santo e a imigração italiana (fevereiro de 1895)**: relato do Cavalheiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1995 [1895]. (Coleção Canaã, v. 1).

NAJJAR, Rosana Pinhel Mendes. **Catequese em pedra e cal: estudo arqueológico de uma igreja jesuíta (Nossa Senhora da Assunção - Anchieta/ES)**. 2001. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

NAJJAR, Rosana. Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, p. 71-91, jan./abr. 2011.

NEVES, Luiz Guilherme Santos; PACHECO, Renato José Costa; FERREIRA, Renata Diniz; MURARI, Jonas Braz. **História, geografia e organização social e política do município de Anchieta**. Vitória: Brasília Editora, 1995.

NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar [1976]. *In*: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 443-461.

O JARAGUÁ. Anchieta: [s. n.], 2011. 1 vídeo (10 min). Publicado pelo canal MostrasAudiovisuais. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IGYkfpEiUuk&ab_channel=MostrasAudiovisuais. Acesso em: 5 ago. 2010.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. (Coleção Canaã, v.8).

OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. O jongo como patrimônio cultural. *In*: MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organizado por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. p. 203-213. (Coleção Canaã, v. 22).

PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura [1966]. *In*: NESBITT, Kate (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965-1995). 2. ed. rev. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 481-489.

PATRIMÔNIO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/patrimonio>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PEROTA, Carlos. Sítios arqueológicos e acervo pré-histórico no Espírito Santo. **Revista Fundação Jones dos Santos Neves**. Vitória, ano II, n. 4, p. 19-20, out./dez. 1979.

POLI, Daniela. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. *In*: MELONI, Benedetto (org.). **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg & Sellier, 2015. p. 123-140.

POLI, Daniela. Processi storici e forme della rappresentazione identitaria del territorio. **Scienze del Territorio**, Firenze, n. 5, p. 42-53, 2017. DOI: 10.13128/Scienze_Territorio-22230. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/sdt/issue/view/332/22>. Acesso em: 1 fev. 2021.

POLI, Daniela. Rappresentazione delle identità storico-morfologiche dei luoghi. *In*: MAGNAGHI, Alberto (org.). **Rappresentare i luoghi: metodi e tecniche**. Firenze: Alinea, 2001b. p. 1-40. Disponível em: http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_020_Magnaghi1.pdf. Acesso em: 9 nov. 2019.

QUINTÃO, Leandro do Carmo. **A interiorização da capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].

RAFFESTIN, Claude. Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione. *In*: TURCO, Angelo. **Regione e regionalizzazione**: colloquio internazionale. Milão: Franco Ageli, 1984. p. 69-82.

REIFICAÇÃO. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/reificacao>. Acesso em: 21 nov. 2019.

REIS, Fabio Paiva. **As representações cartográficas da Capitania do Espírito Santo no século XVII**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

REPRESENTAÇÃO. *In*: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2432.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, ed.80, v. 27, n.1, p. 109-125, mar. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002008000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/tptYGcSpnGPvPqVQSRfg8VP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

RIBEIRO, Loredana; LIMA, Angelo Pessoa; SOUZA, Letícia Moura Simões de; JÁCOME, Camila. Os tupi-guarani do sul do Espírito Santo usavam muito a pedra, além do barro – a indústria lítica na pré-história tardia (e depois). *In*: MORALES, Walter Fagundes; MOI, Flavia Prado (org.). **Cenários regionais em arqueologia brasileira**. São Paulo: Annablume; Porto Seguro: ACERVO – Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa, 2009. p. 151-188.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX**. *In*: SOUZA, Luciene Pessoti de; RIBEIRO, Nelson Pôrto (org.). **Urbanismo colonial: Vilas e cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro: PoD Editora, 2009. p. 200-223.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Educação, 2008. (Coleção Canaã, v. 7).

RODRIGUES, Raymundo Nina. Os africanos no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010 [1932]. ISBN: 978-85-7982-010-6. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2021.

RODRIGUEZ, Matías Mérida. El relieve como elemento del paisaje urbano. Madrid: Anales de Geografía de la Universidad Complutense. n. 15, 1995. p. 465-473.

ROSENDAHL, Zeny. Geografia de religião: uma proposta. **Espaço e Cultura**, ano 1, n. 1, p 45-74, out.1995. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3481/2411>. Acesso em: 21 jun. 2021.

RUBIM, Braz da Costa. Memórias históricas e documentadas da Província do Espírito Santo. **Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 24, t. XXIV, p. 171-351, 1861. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107718-revista-ihgb-tomo-xxiv.html>. Acesso em: 4 jun. 2021.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974 [1833].

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011. (Coleção Canaã, v. 13).

SANTUÁRIO NACIONAL DE SÃO JOSÉ DE ANCHIETA. **Restauo do Santuário**. Anchieta: Santuário Nacional de São José de Anchieta, [2019?]. Disponível em: <https://www.santuariodeanchieta.com/restauo-do-santuario/>. Acesso em: 1 ago. 2021.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. p. 73-94.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação**. São Paulo: Edusp: Mandarin, 2006.

SILVA, Cristina Coutinho da; MARIANI, Leidiane; GONZÁLEZ, Rafael H. de Aguiar. **Fundamentos da gestão territorial para recursos hídricos e caracterização de bacias hidrográficas**. Foz do Iguaçu: ANA, maio 2012. (Gestão territorial para recursos hídricos com *software* livre de código aberto, unidade 1). Disponível em: https://capacitacao.ana.gov.br/conhecerh/bitstream/ana/2519/1/Unidade_1.pdf. Acesso em: 29 maio 2019.

SILVA, Larissa de Albuquerque. A transmissão do jongo na comunidade negra de São Mateus, Anchieta (ES). *In*: OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (org.). **Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016, p. 171-182.

SILVA, Sandro José da. Prefácio: É preciso gritar liberdade! *In*: MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Organizado por Osvaldo Martins de Oliveira. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016, p. 29-44. (Coleção Canaã, v. 22).

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brazil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851 [1587]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4795>. Acesso em: 7 jun. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
TERRITORIALIDADE. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/territorialidade/>. Acesso em: 9 nov. 2020.

TRANSUMÂNCIA. *In*: MICHAELIS Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. [S. l.]: Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/transumancia>. Acesso em: 21 nov. 2019.

TREZENTOS milhões em três anos para a ampliação e melhoria da rede estadual de estradas. **Folha do Povo**: o vespertino do Espírito Santo, Vitória, ano 1, n. 1, p. 6 e 8, 5 fev. 1952.

TURCO, Angelo. **Verso una teoria geográfica della complessità**. Milano: Unicopli, 1988.

UNESCO. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. Paris: UNESCO, 16 nov. 1972. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/conventiontext/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

UNESCO. **Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage**. Paris: UNESCO, 17 oct. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540>. Acesso em: 21 nov. 2020

UNESCO WORLD HERITAGE CENTRE. **Operational guidelines for the implementation of the World Heritage Convention**. Paris: UNESCO World Heritage Centre, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/guidelines/>. Acesso em: 21 nov. 2020.

VARCÁRCEL, José Ortega. El patrimonio territorial: el territorio como recurso cultural y econômico. **Ciudades** [Valladolid], n. 4, p. 33-48, 1998.

DOI: <https://doi.org/10.24197/ciudades.04.1998.31-48>. Disponível em:

<https://revistas.uva.es/index.php/ciudades/article/view/1761>. Acesso em: 5 maio 2019.

VALE volta à carga: pede licença para construir siderúrgica em Anchieta. **Século Diário**, Vitória, 09 mar. 2015. Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/vale-volta-a-carga-pede-licenca-para-construir-siderurgica-em-anchieta>. Acesso em 29 jul. 2021.

VILA nova de Benavente. [S. l.: s. n.], [1790]. 1 carta ms., color., desenho a tinta e a bico de pena, 34,7 x 44,5 cm em folha 37,6 x 48,2 cm. Pertence à Coleção Cartográfica Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Código de referência: PT/AHU/CARTM/007/01051. Cota atual: AHU_CARTm_007, D. 1051. Disponível em: <http://acervo.redememoria.bn.br/redeMemoria/handle/20.500.12156.2/301440>. Acesso em: 26 jun. 2020.

VIOTTI, Hélio Abranches. Anchieta: o apóstolo do Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1966.

WEIMER, Günter. **Arquitetura popular brasileira**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. (Raízes).

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. **Viagem ao Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958 [1820]. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5. Brasiliana. Grande formato. v. 1).

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. **Boletim Goiano de Geografia**, [Goiânia], v. 21, n. 1, p. 09-49, jan./jul. 2001. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v21i1.4733>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4733>. Acesso em: 9 jul. 2020.

ANEXOS

Ministério
da Cultura

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*



- CNSA ES00258 -

Nome do sítio: Dona Mariinha

Outras designações e siglas:

CNSA: ES00258

Município: Anchieta

UF: ES

Descrição sumária do sítio: Sítio cortado por estrada de acesso a propriedade da D. Mariinha, limítrofe à Samarco. Observados no perfil da estrada camada de terra preta com grande quantidade de conchas, em platô elevado (tabuleiro) próximo a planície alagável do rio Salinas.

Sítios relacionados: Chapada do A (ES-GU-5), aproximadamente 750 metros a nordeste; Rio Una I (ES-GU-6), aproximadamente 1.000 metros ao sul.

Comprimento: 80m **Largura:** 0m **Altura máxima:** 0m (a partir do nível do solo)

Área: 0m² **Medição** **Estimada** **Passo** **Mapa** **Instrumento**

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico: Topo

Altitude: 0m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: córrego

Distância: 50m

Rio:

Bacia: Benevente

Vegetação atual

- Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estacional Savana-estépica (Caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira **Outra:**

Uso atual do terreno

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área devoluta
Outro:

Propriedade da terra Área pública Área privada Área militar Área indígena

Outra:

Proteção legal Unid. de conservação ambiental
Em área tombada Municipal Estadual Federal Patrim. da humanidade

Categoria

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítios: Sambaqui, berbigueiro, concheiro

Forma: Não delimitada

Tipo de solo: argilo arenoso

Estratigrafia:

Contexto de deposição **Em superfície** **Em profundidade**

Exposição Céu aberto Abrigo sob rocha Gruta Submerso
 Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3

20/05/2021

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA ES00258 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura	Artefatos
<input type="checkbox"/> Área de refugio <input type="checkbox"/> De lascamento <input type="checkbox"/> De Combustão <small>(fogueira, forno, fogão)</small> <input checked="" type="checkbox"/> Funerárias <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas Outras:	<input type="checkbox"/> Lítico lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico Outros vestígios líticos: <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Sobre concha
<input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas <input type="checkbox"/> Círculos de pedra <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de Fossas <input type="checkbox"/> Fossas <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila <input type="checkbox"/> Palafitas <input type="checkbox"/> Paliçadas <input checked="" type="checkbox"/> Concentrações cerâmica - quant.:	

Material histórico:**Outros vestígios orgânicos:****Outros vestígios inorgânicos:**
Arte rupestre: **Pintura:** **Gravura:** **Ausente:**
FILIAÇÃO CULTURAL**Artefatos líticos:****Tradições:****Fases:****Complementos:****Outras atribuições:****Artefatos cerâmicos:****Tradições:****Fases:****Complementos:****Outras atribuições:****Artefatos rupestre:****Tradições:****Estilos:****Complementos:****Outras atribuições:****Datações Absolutas:****Datações Relativas:****Grau de integridade** **mais de 75%** **entre 25 e 75%** **menos de 25%****Fatores de destruição** **Erosão eólica** **Erosão fluvial** **Vandalismo** **Erosão pluvial** **Atividades agrícolas** **Construção de estrada** **Construção de moradias****Outros fatores naturais:****Outros fatores antrópicos:****Possibilidades de destruição:****Medidas para preservação:****Relevância do sítio** **Alta** **Média** **Baixa****Atividades desenvolvidas no local** **Registro** **Sondagem ou Corte estratigráfico** **Coleta de superfície** **Escavação de grande superfície** **Levantamento de grafismo rupestre****Nome do responsável pelo registro:** Christiane Lopes Machado**Data do registro:** 21/04/2008**Ano do registro:**

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

20/05/2021

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA ES00258 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Diagnóstico Diagnóstico Arqueológico na Área de Implantação da CSV**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	1	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	1
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	6	Outra:	0

Bibliografia

MACHADO, Christiane Lopes. Diagnóstico Arqueológico para EIA da CSV. Relatório de Pesquisa, CPM RT 394/08. Rhea Estudos & Projetos Ltda / Cepemar Serviços de Consultoria em Meio Ambiente, Vitória, 2008.

Responsável pelo preenchimento da ficha: Christiane Lopes Machado**Data:** 21/08/2008**Localização dos dados:** Rhea Estudos e Projetos Ltda.**Atualizações:**

 Assinatura

 * Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Página 3 de 3

Ministério
da Cultura

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*



- CNSA ES00282 -

Nome do sítio: Ponta de Ubu III

Outras designações e siglas:

CNSA: ES00282

Município: Anchieta

UF: ES

Descrição sumária do sítio: Sítio localizado em uma encosta com uma inclinação. Originalmente no programa de prospecções arqueológicas a área foi avaliada em 20 x 20 metros. Copoem-se solo areno/argiloso com conchas.

Sítios relacionados: Sítio localizado nas proximidades das Ruínas do Rio Salinas.

Comprimento: 80m

Largura: 60m

Altura máxima: 15m

(a partir do nível do solo)

Área: 640m²

Medição

Estimada

Passo

Mapa

Instrumento

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico: Topo

Altitude: 20m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Rio Salinas

Distância: 150m

Rio:

Bacia: Rio Salinas

Vegetação atual

- Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estacional Savana-estépica (Caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira **Outra:**

Uso atual do terreno

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área devoluta
Outro:

Propriedade da terra

Área pública

Área privada

Área militar

Área indígena

Outra:

Proteção legal

Unid. de conservação ambiental

Em área tombada

Municipal

Estadual

Federal

Patrim. da humanidade

Categoria

- Unicomponental Pré-colonial
 Multicomponental De contato
 Histórico

Tipo de sítios: Sambaqui, berbigueiro, concheiro

Forma: Circular

Tipo de solo: areno/argiloso

Estratigrafia:

Contexto de deposição

Em superfície

Em profundidade

Exposição

Céu aberto

Abrigo sob rocha

Gruta

Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3

20/05/2021

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA ES00282 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura	Artefatos
<input type="checkbox"/> Área de refugio <input type="checkbox"/> De lascamento <input type="checkbox"/> De Combustão <small>(fogueira, forno, fogão)</small> <input type="checkbox"/> Funerárias <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas Outras: Monte de conchas para transformação em cal	<input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado <input checked="" type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico Outros vestígios líticos: <input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas <input type="checkbox"/> Círculos de pedra <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de Fossas <input type="checkbox"/> Fossas <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila <input type="checkbox"/> Palafitas <input type="checkbox"/> Paliçadas <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmica - quant.: <input checked="" type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Sobre concha

Material histórico:**Outros vestígios orgânicos:****Outros vestígios inorgânicos:**
Arte rupestre: **Pintura:** **Gravura:** **Ausente:**
FILIAÇÃO CULTURAL**Artefatos líticos:****Tradições:** Tradição Itaipu**Fases:** Indefinida**Complementos:****Outras atribuições:****Artefatos cerâmicos:****Tradições:****Fases:****Complementos:****Outras atribuições:****Artefatos rupestre:****Tradições:****Estilos:****Complementos:****Outras atribuições:****Datações Absolutas:****Datações Relativas:****Grau de integridade** **mais de 75%** **entre 25 e 75%** **menos de 25%****Fatores de destruição** **Erosão eólica** **Erosão fluvial** **Vandalismo** **Erosão pluvial** **Atividades agrícolas** **Construção de estrada** **Construção de moradias****Outros fatores naturais:****Outros fatores antrópicos:****Possibilidades de destruição:****Medidas para preservação:****Relevância do sítio** **Alta** **Média** **Baixa****Atividades desenvolvidas no local** **Registro** **Sondagem ou Corte estratigráfico** **Coleta de superfície** **Escavação de grande superfície** **Levantamento de grafismo rupestre****Nome do responsável pelo registro:** CELSO PEROTA**Data do registro:** 20/08/2009**Ano do registro:** 2011

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

20/05/2021

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA ES00282 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Programa de Resgate Arqueológico na área do Gasoduto Cabiunas Vitória - GASCAV**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	5	Outra:	0

Bibliografia

SCATAMACCHIA, M.C.M. Diagnóstico prospectivo – Ramal GASCAV =UTGU SUL. Relatório final. São Paulo : MAE/USP, 2008.

PEROTA, Celso. Relatório do Resgate Arqueológico na área do Ramal do Gasoduto Cabriunas/Vitória. Vitória, 2009.

Responsável pelo preenchimento da ficha: CELSO PEROTA**Data:** 03/03/2011**Localização dos dados:****Atualizações:**

 Assinatura

 * Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Página 3 de 3

Ministério
da Cultura

Sistema Nacional de Informações Culturais - SNIC

Cadastro Nacional de
Sítios Arqueológicos
CNSA / SGPA*



- CNSA ES00283 -

Nome do sítio: Ponta de Ubu V

Outras designações e siglas:

CNSA: ES00283

Município: Anchieta

UF: ES

Descrição sumária do sítio: Sítio localizado numa área baixa, nas proximidade do nível do mar. Solo arenoso de cor preta com conchas. Pouco material lítico.

Sítios relacionados: Sítio localizado nas proximidades das falésias da Chapada do "A"

Comprimento: 20m

Largura: 20m

Altura máxima: 4m

(a partir do nível do solo)

Área: 400m²

Medição

Estimada

Passo

Mapa

Instrumento

Unidade geomorfológica:

Compartimento topográfico: Topo

Altitude: 4m (com relação ao nível do mar)

Água mais próxima: Oceano Atlântico

Distância: 150m

Rio:

Bacia:

Vegetação atual

- Floresta ombrófila Savana (cerrado)
 Floresta estacional Savana-estépica (Caatinga)
 Campinarana Estepe
 Capoeira **Outra:**

Uso atual do terreno

- Atividade urbana Pasto
 Via pública Plantio
 Estrutura de fazenda Área devoluta
Outro:

Propriedade da terra

Área pública

Área privada

Área militar

Área indígena

Outra:

Proteção legal

Unid. de conservação ambiental

Em área tombada

Municipal

Estadual

Federal

Patrim. da humanidade

Categoria

- Unicomponencial Pré-colonial
 Multicomponencial De contato
 Histórico

Tipo de sítios: Sambaqui, berbigueiro, concheiro

Forma: Circular

Tipo de solo: arenoso

Estratigrafia:

Contexto de deposição

Em superfície

Em profundidade

Exposição

Céu aberto

Abrigo sob rocha

Gruta

Submerso

Outra:

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

Página 1 de 3

20/05/2021

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA ES00283 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Estrutura	Artefatos
<input type="checkbox"/> Área de refugio <input checked="" type="checkbox"/> De lascamento <input type="checkbox"/> De Combustão <small>(fogueira, forno, fogão)</small> <input type="checkbox"/> Funerárias <input type="checkbox"/> Vestígios de edificações <input type="checkbox"/> Vestígios de mineração <input type="checkbox"/> Alinhamento de pedras <input type="checkbox"/> Manchas pretas <p>Outras: Monte de conchas para transformação em cal</p>	<input type="checkbox"/> Canais tipo trincheiras, valetas <input type="checkbox"/> Círculos de pedra <input type="checkbox"/> Estacas, buracos de Fossas <input type="checkbox"/> Fossas <input type="checkbox"/> Muros de terra, linhas de argila <input type="checkbox"/> Palafitas <input type="checkbox"/> Paliçadas <input type="checkbox"/> Concentrações cerâmica - quant.:
	<input checked="" type="checkbox"/> Lítico lascado <input type="checkbox"/> Lítico polido <input type="checkbox"/> Sobre material orgânico <p>Outros vestígios líticos:</p> <input type="checkbox"/> Cerâmico <input type="checkbox"/> Sobre concha

Material histórico:**Outros vestígios orgânicos:****Outros vestígios inorgânicos:**

Arte rupestre: Pintura: Gravura: Ausente:

FILIAÇÃO CULTURAL**Artefatos líticos:****Tradições:** Tradição Itaipu**Fases:** Indefinida**Complementos:****Outras atribuições:****Artefatos cerâmicos:****Tradições:****Fases:****Complementos:****Outras atribuições:****Artefatos rupestre:****Tradições:****Estilos:****Complementos:****Outras atribuições:****Datações Absolutas:****Datações Relativas:****Grau de integridade** mais de 75% entre 25 e 75% menos de 25%**Fatores de destruição** Erosão eólica Erosão fluvial Vandalismo Erosão pluvial Atividades agrícolas Construção de estrada Construção de moradias**Outros fatores naturais:****Outros fatores antrópicos:****Possibilidades de destruição:****Medidas para preservação:****Relevância do sítio** Alta Média Baixa**Atividades desenvolvidas no local** Registro Coleta de superfície Sondagem ou Corte estratigráfico Escavação de grande superfície Levantamento de grafismo rupestre**Nome do responsável pelo registro:** CELSO PEROTA**Data do registro:** 20/08/2009**Ano do registro:** 2011

* Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

20/05/2021

Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - Impressão

**Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos***

Sist. Nac. de Patrimônio Cultural - SNPC

- CNSA ES00283 -

Centro Nacional de Arqueologia - CNA

Nome do projeto: Programa de Resgate Arqueológico na área do Gasoduto Cabiunas Vitória - GASCAV**Documentação produzida (quantidade)**

Mapa com sítio plotado:	0	Foto preto e branco:	0
Croqui:	0	Reprografia de imagem:	0
Planta baixa do sítio:	0	Imagem de satélite:	0
Planta baixa dos locais afetados:	0	Cópia total de arte rupestre:	0
Planta baixa de estruturas:	0	Cópia parcial de arte rupestre:	0
Perfil estratigráfico:	0	Ilustração do material:	0
Perfil topográfico:	0	Caderneta de campo:	0
Foto aérea:	0	Video / Filme:	0
Foto colorida:	5	Outra:	0

Bibliografia

SCATAMACCHIA, M.C.M. Diagnóstico prospectivo – Ramal GASCAV =UTGU SUL. Relatório final. São Paulo : MAE/USP, 2008.

PEROTA, Celso. Relatório do Resgate Arqueológico na área do Ramal do Gasoduto Cabriunas/Vitória. Vitória, 2009.

Responsável pelo preenchimento da ficha: CELSO PEROTA**Data:** 03/03/2011**Localização dos dados:****Atualizações:**

 Assinatura

 * Em atendimento ao determinado na Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
Página 3 de 3